

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

CAMILA GARCIA KIELING

**ENTRE A LANÇA E A PRENSA:  
CONHECIMENTO E REALIDADE NO DISCURSO DO JORNAL O POVO  
(1838-1840)**

Porto Alegre

2010

CAMILA GARCIA KIELING

**ENTRE A LANÇA E A PRENSA:  
CONHECIMENTO E REALIDADE NO DISCURSO DO JORNAL O POVO  
(1838-1840)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Dr. Antonio Hohlfeldt

Porto Alegre

2010

K47e      Kieling, Camila Garcia  
            Entre a lança e a prensa: conhecimento e realidade no  
            discurso do jornal O Povo (1838 - 1840) / Camila Garcia Kieling. -  
            2010.  
            249f. ; 27 cm.

            Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
            Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio  
            Grande do Sul, 2010.

            1. Comunicação. 2. Jornalismo impresso. 3. Imprensa – Brasil  
            – história. 4. “O Povo” – análise do discurso. 4. Revolução  
            Farroupilha – imprensa – história. I. Título.

CDU 070(091)(043.3)

Catlogação na fonte: Paula Pêgas de Lima CRB 10/1229

CAMILA GARCIA KIELING

**ENTRE A LANÇA E A PRENSA:  
CONHECIMENTO E REALIDADE NO DISCURSO DO JORNAL O POVO  
(1838-1840)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt – PUCRS

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Moacyr Flores – FURG

\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva – PUCRS

\_\_\_\_\_

Dedico este trabalho aos meus pais, Delmar e Vera.

## RESUMO

Nossa pesquisa apresenta uma análise das relações entre *conhecimento e realidade* através do discurso do jornal O Povo, o primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, que circulou de 1838 a 1840, na cidade de Piratini e depois em Caçapava, no Rio Grande do Sul. A publicação do jornal está inserida no contexto da Revolução Farroupilha, uma das revoltas provinciais que marcaram o período regencial brasileiro.

Para tanto, nossos referenciais teóricos são a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz, em seu interesse nas relações entre consciência e realidade, a noção de *dispositivo*, apresentada por Maurice Mouillaud, e a Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, através da sua teoria da enunciação.

Aplicada ao campo da Comunicação, a Fenomenologia vê os fenômenos midiáticos como mediadores das subjetividades, reforçando ou confrontando os significados construídos na vida cotidiana. Através dos meios de comunicação, é possível entrar em contato com as *relevâncias e tipificações* presentes em determinada sociedade. Nosso objeto de análise foi o discurso presente no jornal, visto como uma *situação de comunicação*, ou seja, o encontro de quatro sujeitos da fala submetidos a um contexto de expectativas, onde determinados *contratos e estratégias* estão em jogo.

As 160 edições d'O Povo, jornal Político, literário e ministerial da República Rio-Grandense, permitem analisar alguns dos significados partilhados pelos revolucionários republicanos na vida cotidiana, como a questão da legalidade, a influência do pensamento liberal, a participação dos escravos, a constituição dos símbolos pátrios, a visão do papel feminino na sociedade. Além disso, a pesquisa revela procedimentos e características específicos dos jornais brasileiros da primeira metade do século XIX, um momento em que houve, nas palavras de Morel (2003), uma verdadeira "explosão da palavra pública".

**Palavras-chave:** Comunicação, História da imprensa brasileira, Revolução Farroupilha, O Povo, Análise do Discurso, Sociologia Fenomenológica.

## ABSTRACT

Our research is an analysis of the relations between *knowledge* and *reality*, using the discourse of newspaper *O Povo*, the first official newspaper of the Rio-Grandense Republic, which circulated from 1838 to 1840, first in Piratini and afterwards in Caçapava, cities of the state of Rio Grande do Sul. The publication of *O Povo* was inserted into the context of the War of the Farrapos, one of the provincial rebellions that marked Brazil's regency period.

In order to accomplish this analysis, we used as theoretical references Alfred Schütz's Sociological Phenomenology on account of its interest in the relations between consciousness and reality, the concept of *device*, as it was presented by Maurice Mouillaud, and the enunciation theory in Patrick Charaudeau's Discourse Analysis.

Phenomenology, as applied to the field of Communication, understands mediatic phenomena as mediators between subjectivities, reinforcing or confronting the meanings constructed in daily life. It is possible, through the media, to come into contact with the *relevancies* and *typifications* present in a particular society. Our subject of analysis was the discourse practiced by *O Povo* seen as *communication situation*, that is, the meeting of four discourse subjects inside an expectational context, where certain *contracts* and *strategies* are at play.

160 issues of the political, literary and ministerial newspaper *O Povo*, allowed us to analyse some of the meanings shared by republican revolutionaries in their daily lives, such as the question of legality, the influence of liberal thought, the participation of slaves, the establishment of patriotic symbols, the opinion on women's role in society. Moreover, this research revealed procedures and characteristics particular to Brazilian newspapers in the first half of the nineteenth century, a time when there was, in the words of Morel (2003), a true "explosion of the public voice".

**Keywords:** Communication, History of Brazilian press, War of the Farrapos, *O Povo*, Discourse Analysis, Sociological Phenomenology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>09</b>
<b>1 A IMPRENSA OITOCENTISTA EM PERSPECTIVA</b> .....	<b>13</b>
1.1 O Período Regencial: um laboratório de práticas políticas e sociais .....	16
1.2 Século XIX: jornalismo, política e opinião .....	23
1.3 Imprensa na História e História na Imprensa: modos de ler .....	30
<b>2 AS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA</b> .....	<b>37</b>
2.1 A historiografia sul-rio-grandense e a Revolução de 1835 .....	38
2.2 O Cotidiano na República Rio-Grandense .....	49
2.3 A Revolução Farroupilha: momentos decisivos .....	55
<b>3 A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA E A ANÁLISE DO DISCURSO COMO LENTES</b> .....	<b>71</b>
3.1 Fenomenologia Schutziiana: uma ponte entre o conhecimento e o mundo da vida.....	73
3.1.1 Traços biográficos.....	73
3.1.2 A sociabilidade na obra de Schutz.....	75
3.1.3 Husserl, Weber, Bergson: três influências .....	77
3.1.4 A atitude natural, o mundo da vida e seus significados .....	81
3.1.5 Relevância e Tipificação: Conceitos-chave .....	86
3.1.6 A Fenomenologia Social e a Teoria da Comunicação .....	91
3.2 A Análise do Discurso como técnica.....	96
3.2.1 A Análise do Discurso de Patrick Charaudeau .....	100
3.2.2 O discurso nos textos midiáticos.....	106
<b>4. NAS VEREDAS DA OPINIÃO, O JORNALISMO</b> .....	<b>114</b>
4.1 <u>O Povo</u> e seu dispositivo.....	114
4.2 <u>O Povo</u> e a <i>situação de comunicação</i> .....	125
4.3 <i>Mundo da vida, relevâncias e tipificações</i> no cotidiano da República Rio-Grandense .....	135
4.3.1 Os Brasileiros Americanos.....	138
4.3.2 A “ <i>Galegalidade</i> ” versus “a República de <i>Pilha-tinim</i> ” .....	141
4.3.3 O que pode e o que não pode: eis a questão da legalidade.....	146
4.3.4 Os símbolos da Revolução .....	151
4.3.5 Mulheres: o belo sexo entre os farroupilhas .....	158
4.3.6 Os escravos do Império e os escravos de cor .....	163
4.3.7 Os planos para o futuro através dos textos de doutrina .....	170
4.3.8 <u>O Povo</u> e seu <i>status</i> midiático .....	175
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>191</b>
<b>APÊNDICE A – Tabela do jornal <u>O Povo</u></b> .....	<b>195</b>



## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve início com a vontade de estudar os discursos jornalísticos e literários do século XIX que tivessem como tema a Revolução Farroupilha, interesse surgido durante as aulas de um pós-graduação em Literatura Brasileira. A idéia era realizar um estudo interdisciplinar, já que nosso campo de origem é a Comunicação, com o objetivo de entender as relações entre os modos de produção e os efeitos discursivos nas manifestações jornalísticas e literárias sobre o tema.

O primeiro passo foi pesquisar o *corpus*, e então entramos em contato com o jornal O Povo, primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense. Com as aulas e a convivência no programa de Pós-Graduação da FAMECOS, e também com a necessidade de reduzir o foco do trabalho, a pesquisa mudou, principalmente porque uma dificuldade mostrou-se constante: justificar o estudo de um objeto que não se insere na perspectiva de comunicação de massa. Afirmação controversa, que fez surgir outras perguntas: o que se produziu nos periódicos da primeira metade do século XIX pode ser classificado como jornalismo ou constituía-se apenas de opinião e propaganda política? Quais parâmetros podem ser utilizados para essa definição? Ao aprofundar o contato com o jornal O Povo, surgiram ainda outras dúvidas: qual o papel de um periódico oficial naquele momento histórico? Como o discurso oficial foi articulado com as idéias e com a realidade cotidiana da época?

Centrando-nos nesses questionamentos, optamos por deixar de lado o cruzamento com a literatura, pois entendemos que aí já estava estruturada a

pesquisa. Com a revisão bibliográfica, descobrimos outros pesquisadores interessados em um olhar cultural sobre jornais do século XIX, e que circulam com naturalidade pela Comunicação e pela História, como Ana Paula Goulart, Marcello Basile, Marco Morel, Marialva Barbosa e Tânia Regina de Luca. Estes primeiros referenciais teóricos foram essenciais no delineamento da pesquisa, já que nos permitiram entender que nossas desconfiâncias e perguntas tinham fundamento e relevância científica.

A partir desse momento, foi possível, em conjunto com nosso orientador, definir os referenciais metodológicos e a teoria, além montar o sumário que serviu de meta para as leituras e para a produção do texto da dissertação.

Das perguntas iniciais, mais genéricas, centramos nossa pesquisa nos seguintes problemas:

- Como articular Jornalismo e História de forma a perceber os periódicos em sua dimensão cultural, e não entendê-los apenas como uma *fonte da verdade* ou apenas reflexo de uma infraestrutura sócio-econômica?
- De que forma o dispositivo do jornal O Povo revela noções de procedimentos jornalísticos característicos da primeira metade do século XIX?
- Em vista do referencial metodológico de Alfred Schutz, de que forma o discurso presente no jornal O Povo desempenha um papel de articulador entre conhecimento e realidade?

Estimulados por esses questionamentos, nossos objetivos são:

- Tensionar alguns conceitos que articulam Jornalismo e História, buscando entender de que forma esses discursos são construídos no intuito de produzir “palavras para crer”, na expressão de Pesavento (2006);
- Elaborar um levantamento acerca da Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz e descrever a técnica de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau;

- Promover um levantamento histórico e historiográfico a respeito da Revolução Farroupilha (1835-1845);
- Conectar o jornal O Povo ao seu *dispositivo* e a sua *situação de comunicação*, de acordo com as teorias de Maurice Mouillaud e Patrick Charaudeau, a fim de analisar as particularidades da construção de um periódico da primeira metade do século XIX;
- Examinar de que forma *conhecimento* e *realidade*, e as *relevâncias* e *tipificações* estão articuladas nos textos do jornal.

A fim de atingir esses objetivos, estruturamos nosso trabalho em quatro capítulos: três deles teóricos, e um último, de análise. No primeiro capítulo, dedicamo-nos à contextualização histórica do período regencial, destacando o preponderante papel dos periódicos nessa etapa da história brasileira. Também aprofundamos algumas características dos jornais da primeira metade do século XIX e, finalmente, tensionamos a relação entre Jornalismo e História, em suas semelhanças e diferenças na ligação com o tempo e os fatos. São referenciais importantes para este capítulo os autores interessados no olhar cultural sobre os periódicos do século XIX, citados anteriormente.

No capítulo 2, apresentamos um panorama da vasta produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha, apoiando-nos, principalmente, nas obras de Ieda Gutfreind e Moacyr Flores. Este último também é a fonte principal de um breve levantamento de características do cotidiano da República Rio-Grandense. Na etapa final, elencamos alguns dos principais episódios da Revolução Farroupilha (1835-1845), trazendo a perspectiva de diferentes historiadores, como Alfredo Varela, Dante de Laytano, Sandra Pesavento e Moacyr Flores.

No capítulo 3, realizamos a descrição das opções teóricas e metodológicas que norteiam nossa pesquisa. A Sociologia Fenomenológica, sedimentada por Alfred Schutz, serve de guia, preocupada com o terreno da sociabilidade, da intersubjetividade e da ação da consciência na interpretação do mundo cotidiano. Essa abordagem, aplicada pelo autor português João Carlos Correia (2005) no terreno da comunicação, vê os discursos midiáticos como mediadores das subjetividades e articula noções da teoria do jornalismo,

como os *valores-notícia*, com o sistema de *relevâncias* e *tipificações* de Schutz. O discurso presente nas páginas do jornal é a ponte para entender a *província de significados* dos republicanos rio-grandenses e, para acessá-la, optamos por utilizar como técnica a Análise do Discurso, tal como proposta por Patrick Charaudeau.

No capítulo 4, chegamos à análise propriamente dita, onde discutimos em profundidade as principais características do *dispositivo* do jornal O Povo, enquadrando-o em uma *situação de comunicação* e destacando algumas das principais *relevâncias* e *tipificações* presentes em suas páginas. Destacamos, nesta etapa, a realização de um levantamento, em forma de tabela, de todas as 160 edições do jornal, apresentada no Apêndice A.

Por fim, articulamos o levantamento realizado na análise d'O Povo com seus *status* midiático, procurando desvendar seu sistema de relevâncias e seu papel como mediador de subjetividades, cumprindo, finalmente, os objetivos de nossa pesquisa.

## 1 A IMPRENSA OITOCENTISTA EM PERSPECTIVA

“Uma República não pode existir sem um povo virtuoso”<sup>1</sup>

A afirmação que utilizamos como epígrafe fala da relevância da educação para o processo republicano, afirmativa expressa nas páginas do jornal O Povo, nosso objeto de estudo. A educação seria parte de um processo, onde o povo reconhece suas necessidades e procura entender o melhor jeito de remediá-las. Esse ideal demonstra com propriedade a relação complexa entre o mundo das idéias e a vida cotidiana: é preciso conhecer para experimentar e experimentar para conhecer.

Nosso estudo concentra-se na análise das relações entre *conhecimento* e *realidade* através do jornal O Povo, publicado de 1838 a 1840. Trata-se do primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense, o governo que dominou parte do território da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre 11 de setembro de 1836 e 1º de março de 1845, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), conflito que surge no contexto de diferentes revoltas das províncias periféricas durante o período regencial.

O confronto entre farrapos e legalistas deu-se para além dos campos de batalha, refletindo-se também nos jornais. Apesar de incipiente (o primeiro jornal da província, o Diário de Porto Alegre, data de 1827), a imprensa sul-rio-grandense também representou a grande agitação política do período regencial brasileiro: “As publicações periódicas serviam então às duas causas em conflito, pois tanto farroupilhas quanto legalistas organizaram uma

---

<sup>1</sup> O Povo, n. 155, p. 654. Todas as referências ao jornal têm como base a edição fac-similada publicada pelo Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1930.

série de periódicos através dos quais defendiam suas idéias e atacavam-se mutuamente” (ALVES, 2000, p.19).

O Povo foi o mais longevo periódico oficial da República Rio-Grandense. Circulou entre 1838 e 1840, e começou a ser editado na cidade de Piratini, somando 160 edições. Os equipamentos necessários para a impressão foram comprados pelo Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida, com o produto da venda de 17 escravos (HARTMANN, 2002). O primeiro redator d'O Povo foi Luiz Rossetti, um italiano refugiado no Brasil, partidário do movimento Jovem Itália<sup>2</sup>, que pretendia a unificação de seu país. De acordo com Riopardense de Macedo (1994), autor do precioso levantamento **Imprensa farroupilha**, o italiano ajudou a produzir uma “propaganda republicana de bom nível que já ensaiava críticas aos processos próprios da burguesia” (p. 7).

À luta política, econômica e militar, somou-se a peleja simbólica, provocadora de grandes gestos e paixões, os quais repercutiram de diversas formas na vida cotidiana da sociedade sulina, incluindo a imprensa. Se “Napoleão Bonaparte dizia que três pasquins raivosos são mais perigosos que mil baionetas” (BONES, 1996, p. 122), parece que os farroupilhas entenderam bem o recado, tratando de produzir suas próprias versões dos fatos.

Acessível de forma completa através da edição em fac-símile produzida em 1930, pelo então Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (hoje Museu Julio de Castilhos), O Povo vem sendo utilizado como uma rica fonte para o estudo histórico da Revolução Farroupilha, pois, como jornal político, literário e ministerial da República Rio-Grandense, registrou em suas páginas uma grande quantidade de informações, como decretos, ofícios e manifestos da época.

O que nos interessa nessa dissertação, porém, é a dimensão simbólica do discurso produzido no jornal, visto com olhos do pesquisador no tempo presente, lacuna já assinalada por Riopardense de Macedo, no seu **Imprensa farroupilha**, ao comentar “as apagadas cores” das comemorações do sesquicentenário da Revolução, em 1985:

---

<sup>2</sup> O movimento Jovem Itália foi fundado por Giuseppe Mazzini, em 1831, em Marselha. Dissidente da Carboneria, sua intenção era “promover a insurreição popular republicana, com a participação do povo, que os liberais evitavam” (BONES, 1996, p. 82). Em 1832, passa a publicar um jornal homônimo ao movimento, onde afirma: “As revoluções têm que ser feitas pelo povo e para o povo. Não podem ser mera substituição de uma aristocracia por outra” (BONES, 1996, p.82-83).

Faltou, no entanto, um novo trabalho de interpretação de fontes primárias, um mergulho na grande Revolução com as preocupações do presente, uma monografia que recuperasse a informação, especialmente aquelas experiências para os dias de hoje; enfim, faltou um trabalho de recriação de documentos para a realidade presente (MACEDO, 1994, p. 15).

O historiador Nelson Werneck Sodré, autor do clássico **História da imprensa no Brasil** (1999), também aponta a importância do uso dos jornais como fonte de pesquisa no estudo da Revolução:

Sem a leitura de O Povo, que circulou de 1838 a 1840, de O Mensageiro, que circulou de 1842 a 1843, da Estrela do Sul, que circulou em 1843 e uns poucos mais, a história farroupilha é incompleta. Nessas folhas, impressas quase sempre sob condições extremamente difíceis, o movimento ficou espelhado, em todos os seus traços, os gerais e os particulares (SODRÉ, 1999, p. 131).

Longe de querer suprir a ausência apontada por Riopardense de Macedo, nossa intenção é contribuir para a discussão, utilizando instrumentos do campo da Comunicação. Desta forma, acreditamos cooperar para um movimento de renovação do olhar sobre os periódicos produzidos na primeira metade do século XIX. Ao iniciar essa jornada, torna-se necessário entender mais a fundo o período regencial no Brasil, que se destaca pela riqueza de confrontos e de alianças entre grupos de interesses diversos, o que foi vivido de forma intensa pela imprensa da época. Utilizamos, para este fim, o trabalho de historiadores que se preocuparam em valorizar os jornais como fonte de pesquisa, em adequação ao propósito do nosso estudo.

## 1.1 O PERÍODO REGENCIAL: UM LABORATÓRIO DE PRÁTICAS POLÍTICAS E SOCIAIS

As regências no Brasil têm começo com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831. A renúncia do monarca, que havia proclamado a independência do país nove anos antes, em 7 de setembro de 1822, foi o ponto alto de uma série de fatores, entre eles a inflação e o aumento no custo de vida que colocaram elites, classe média e o povo em geral do mesmo lado. A incipiente imprensa brasileira, que havia desembarcado no país em 1808, junto com a Família Real portuguesa, teve um papel decisivo na derrocada do Imperador. De acordo com Silva (1992), os jornais, em sua maioria de oposição, atacavam violentamente D. Pedro I e o assassinato do jornalista opositor Líbero Badaró<sup>3</sup> funcionou como pólvora para agitações, passeatas, discursos, quebra-quebras e ataques generalizados aos portugueses.

No campo político, a monarquia, recém-instalada após a independência, encarava enfrentamentos externos e internos. A Guerra Cisplatina colocava Brasil e Argentina em confronto pelo território que hoje corresponde ao Uruguai. Em 1826, a Assembléia Geral Legislativa do Império do Brasil, que correspondia à Câmara dos Deputados, e o Senado começavam suas atividades, abrindo um canal para a manifestação dos diversos interesses políticos em jogo, o que se refletiu também na imprensa (MOREL, 2003).

Em termos econômicos, a situação também não era fácil. A inflação onerava cada vez mais a população e, além disso, uma das principais fontes de renda do governo monárquico, a cobrança de impostos sobre produtos importados, enfrentava o descontentamento dos fornecedores não contemplados com a taxa diferencial oferecida à Inglaterra. O Tratado de Aliança e Amizade com este país foi renovado em 1827, o que garantia uma taxa de 15% sobre os produtos ingleses, em detrimento dos 24% cobrados sobre os derivados de outros países (MOREL, 2003). Com a pressão externa, o que preponderou foi o nivelamento por baixo, causando uma forte queda de arrecadação. As tentativas de aumentar os impostos sobre os produtos

---

<sup>3</sup> Giovanni Battista Líbero Badaró escrevia no jornal O Observador Constitucional, surgido em 1829.



internos eram barradas na Câmara dos Deputados, o que causou ainda mais desgaste político entre o governo monárquico e as lideranças das províncias. Nesse cenário, os produtores de café do Rio de Janeiro e do Vale do Paraíba representavam 44% do total das exportações, número que explicita a sua relevância política (SILVA, 1992).

A grave crise econômica e financeira fez com que o Brasil buscasse ainda maiores empréstimos com a Inglaterra (que começaram em 1824), o que agravou a dívida externa. Entre a população em geral, acirravam-se os ânimos entre brasileiros e portugueses, revelando-se um acentuado anti-lusitanismo. As relações com a Europa pareciam mesmo estremecidas. Morel (2003, p. 14-15) destaca a relevância dada pelos jornais da época a um caso de troca de agressões entre um fazendeiro brasileiro e marinheiros franceses em setembro de 1830. O incidente, divulgado com detalhes de cunho xenófobo (“brasileiro de merda” e “mulato tem que baixar a cabeça para os franceses”, entre outros insultos, fizeram parte do entrevero), beirou o incidente diplomático. O anti-lusitanismo passa a fazer parte de um sentimento de repulsa generalizada contra o Velho Mundo, num processo de afirmação da identidade brasileira como Americana.

Em meio a essa polêmica, continua Morel (2003), aportam no Brasil navios franceses tremulando a bandeira azul, branca e vermelha da Revolução Francesa e não mais o pano branco com a flor-de-lis, símbolo da monarquia restaurada. São reflexos dos levantes ocorridos em Paris, em julho de 1830, conhecidos como as Três Jornadas de Julho, que depuseram o rei Carlos X e coroaram o Duque Luís Felipe de Orléans, conhecido como “rei cidadão”. O fato provocou uma rápida (e conveniente) mudança de referência em relação à França:

A França passou a ser designada pela mesma oposição liberal como a Pátria das Luzes, da civilização, e exemplo de liberdade para o mundo. A assimilação Carlos X Pedro I foi imediata. Nas cidades brasileiras ocorreram festejos pela queda do monarca... francês, com alusões pouco sutis ao imperador do Brasil. A oposição subia de tom (MOREL, 2003, p. 16).

Através da análise da imprensa da época, Morel (2003) mostra esses episódios e pondera as interpretações historiográficas tradicionais, que afirmam ser o liberalismo na França mais avançado que o do Brasil, e que teria influenciado o fim do Primeiro Reinado. O autor destaca que, pela palavra da imprensa, as propostas liberais entre os brasileiros mostravam-se mais ousadas, mesmo em relação à soberania do monarca e ao direito de resistência dos povos: “os ‘influenciados’ acabaram escolhendo, por seus próprios critérios e interesses, que tipo de ‘influência’ valorizar” (p. 17).

Cada vez mais isolado politicamente em um círculo conservador, D. Pedro I passa a enfrentar a insurreição civil e militar. Entre os dias 11 e 14 de março de 1831, ocorrem no Rio de Janeiro violentos confrontos entre portugueses e brasileiros, episódio conhecido como Noite das Garrafadas. Aconselhado por Benjamin Constant, o monarca busca a saída da abdicação em nome do príncipe herdeiro, colocando em seu lugar uma Regência, no dia 7 de abril de 1831.

De abril a junho desse ano, o comando da Nação esteve a cargo da Regência Trina Provisória, composta pelos senadores Nicolau de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos, e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva (SILVA, 1992). Entre as suas primeiras resoluções, ocorrem alguns avanços liberais, como a suspensão temporária do Poder Moderador, e o ato que proibia os regentes de dissolver a Câmara dos Deputados. A abdicação movimentou a engrenagem das forças políticas, fazendo andar o “carro da revolução”, na expressão de Bernardo Pereira de Vasconcelos (MOREL, 2003). Os interesses se dividiam sobre como dar continuidade ao processo político no Brasil: “Havia basicamente três respostas [para a revolução]: negar (absolutistas ou ultramonarquistas), completar e encerrar (vertente conservadora do liberalismo) e continuar (vertente revolucionária do liberalismo)” (p. 21). Para este autor, tratar o período regencial apenas como uma troca do poder entre as mãos da elite é uma visão empobrecedora. O poder centralizador estava enfraquecido, e o que aconteceu foi uma “explosão da palavra pública como nunca ocorrera no território (que se pretendia) brasileiro” (p. 24). O poder de decisão passaria a ser visto como o resultado da negociação entre forças políticas e não apenas pela vontade de um soberano.

Frente aos sinais de fraqueza da monarquia, emergem os partidos

políticos no período regencial. É importante destacar que, nesta época, a noção de partido político é diferente daquela consolidada durante o século XX, no tipo ideal de partido-máquina. Num momento de integração nacional, de consolidação do Brasil como pátria independente, a formação partidária remetia a uma separação, a uma divisão no seio de forças que deveriam lutar conjuntamente por uma identidade *brasileira*. Morel (2003) explica o significado de um partido político naquele período:

Um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, através de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes (p.32).

Estabelecida essa noção, a historiografia assinala, *grosso modo*, a existência de três partidos que disputavam entre si o poder: Partido Restaurador (ou Caramuru), que defendia a volta de D. Pedro I e a instalação do absolutismo; Partido Liberal Moderado (Chimango), representante da aristocracia rural, que defendia a monarquia escravista, ou seja, o liberalismo moderado das elites; e o Partido Liberal Exaltado (Jurujubas ou Farroupilhas), que propunha de forma mais veemente a liberdade das províncias (SILVA, 1992).

O historiador Marcello Basile (2006), ao analisar a imprensa publicada na Corte durante o período regencial, busca matizar a questão do separatismo na visão desses três grandes grupos políticos, entendendo que, pelos jornais, as intenções manifestadas eram muito mais dirigidas ao intuito de reforçar os laços nacionais do que promover a separação entre as províncias. Assim, traçou um panorama do posicionamento público de moderados, exaltados e caramurus.

Entre os moderados, através da leitura de jornais como Aurora Fluminense, O Independente e O Homem e a América, Basile (2006) entende que se situavam entre o absolutismo e a democracia, defendendo algum tipo de limitação ao poder dos governantes através da participação do *povo*. E a

noção de *povo*, que divergia da *plebe*, era entendida através do princípio da *maioria dos capazes* de Guizot, ou seja: os indivíduos deveriam ter condições jurídicas e oportunidades iguais, mas, no campo político, a representação deveria ficar a cargo “dos homens interessantes por suas luzes e talentos, ou por suas riquezas”<sup>4</sup> (p. 63). Ao mesmo tempo, deixavam claro que essa distinção nada tinha a ver com a cor da pele, e os direitos de cidadania poderiam ser estendidos a homens negros e mulatos livres. Apesar de terem apoiado a Revolução de 7 de Abril ao lado dos exaltados, rechaçavam o regime republicano, entendendo-o como anárquico e fragmentário da nação.

Já os exaltados, através da Nova Luz Brasileira, O Filho da Terra, O Repúblico e Sentinela da Liberdade, entre outros, defendiam o liberalismo radical. A igualdade social seria um dos pilares da construção da nação, donde manifestavam uma forte postura anti-aristocrática. Também utilizavam a divisão *povo* e *plebe*, mas, neste caso, a *plebe* era constituída pelos aristocratas e os ricos ociosos. O *povo* seria constituído por todas as pessoas livres, independente de cor, renda, instrução ou sexo, abarcando, aqui a concepção de *cidadão*. Ao defender a inclusão das mulheres entre os participantes da vida pública, foram além das propostas políticas da época, incluindo a Revolução Francesa, como assinalou Morel (2003). Defendiam também a imediata inclusão dos negros e mulatos livres e libertos à nação, mas nem por isso defendiam a imediata abolição da escravatura. Apesar do veio “inclusivo”, uma das principais características do discurso expresso nos periódicos exaltados era um agressivo anti-lusitanismo.

Em sua maioria republicanos e federativos, os exaltados viam na revolução o meio justo e legal de garantir a liberdade da nação (embasados teoricamente pelo direito de resistência dos povos à tirania e à opressão, preconizado por Locke e Rousseau), mas sem cunho separatista. Pelo contrário, a revolução era “antes vista como uma forma de *regenerar* a nação e mantê-la integrada” (BASILE, 2006, p. 78 – grifo do autor), através da noção de soberania.

Os caramurus posicionavam-se entre o liberalismo clássico e o

---

<sup>4</sup> O Independente, n. 64, 14 mar. 1832. Apud BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.

absolutismo, através das páginas de jornais como A Trombeta, Caramuru e O Carijó. A visão de cidadania era bem similar à dos moderados, distinguindo *povo* e *plebe*. Apesar da posição conservadora, posicionavam-se contra a discriminação dos negros e pardos, mas ignoraram solenemente, em seus periódicos, a questão da abolição. Quanto às mulheres, os *caramurus* preferiam sua atuação no apoio aos cidadãos, e não uma participação efetiva na vida política. Para eles, o governo ideal e as bases da unidade da nação estavam representados, respectivamente, no primeiro reinado de D. Pedro I e na Constituição de 1824. O Carijó afirmava que o “7 de abril foi um dia de luto” e “trouxe ao Brasil a sua maior catástrofe”<sup>5</sup> (BASILE, 2006, p. 85).

O embate de idéias travado através dos periódicos não deixa dúvidas de que o debate político na nova cena pública passou a extrapolar o âmbito das elites. As temáticas também revelam diversidade: discutia-se a abolição da escravatura e a redistribuição de terras. A esfera pública cultural e literária se amplia com o aumento do público leitor e da circulação de impressos.

De 1831 a 1835, durante a Regência Trina Permanente, o poder ficou com os liberais moderados que, se por um lado esmagaram as agitações civis e militares que pipocavam pelo país, através do mando do autoritário padre Diogo Feijó, ministro da Justiça e criador da Guarda Nacional, por outro promoveram algumas reformas liberais através do Ato Adicional de 1834. O Ato foi, na verdade, um acordo entre os três partidos e acabou por conceder maior autonomia às províncias, mas não avançou no sentido de reforma tributária, ponto central das divergências, uma vez que a gestão dos recursos continuou centralizada nas mãos do governo imperial. Os *Caramurus* sofreram forte abalo com a morte de D. Pedro I neste mesmo ano, enfraquecendo o partido.

A aproximação não durou muito e, já na primeira eleição para regente uno, em 1835, os liberais moderados racham com a indicação do radical Feijó ao cargo. Feijó vence as eleições com uma margem pequena de votos, ao mesmo tempo que importantes revoluções, como a Farroupilha (Rio Grande do Sul 1835-45), a Cabanagem (Grão-Pará, 1835-39), a Sabinada

---

<sup>5</sup> O Carijó, n. 6, 21 mar. 1832. Apud BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.

(Bahia, 1837-38) e a Balaiada (Maranhão, 1838-41) estouraram no país. O descontentamento é generalizado, e as sedições fundavam-se nas mais diversas bases sociais, desde abastados estancieiros até escravos.

Com o racha dos moderados, os políticos se reagruparam no Partido Progressista (criado por Feijó, numa tentativa de golpe) e Partido Regressista (cujo nome dispensa maiores explicações) que, com a inevitável renúncia do ex-Ministro da Justiça, chega ao poder através do regente Pedro de Araújo Lima, em 1838, que, conseqüentemente, revisa as reformas liberais de 1834 (SILVA, 1992).

No final das contas, regressistas e progressistas queriam a volta do Poder Moderador, o que significava o “restabelecimento da ordem”. Em 1840, um novo acordo (o Golpe da Maioridade) levou ao jovem D. Pedro II um pedido para que assumisse o trono, o qual foi prontamente atendido. O mesmo ano marca o fim do jornal O Povo e o início, no Brasil, do Segundo Reinado.

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apesar de periférica (tanto política quanto geograficamente) em relação à Corte, experimenta de forma intensa esse “grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais” que constitui o período regencial brasileiro, nas palavras de Morel (2003, p. 9). Durante nove anos (de 1836 a 1845), instituiu-se em parte do seu território o governo da República Rio-Grandense, que teve que se sustentar de forma financeira, política, militar, moral e simbólica.

Conforme o levantamento de Flores (2004), são muitas as justificativas fornecidas pela historiografia para o gesto extremado de separar-se do Império, como veremos mais adiante, no capítulo 2. O fato é que, no dia 11 de setembro de 1836, o general Antonio de Souza Neto proclamou:

Camaradas! Nós que compomos a 1ª Brigada do exército liberal, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclamamos, a independência desta província, a qual fica desligada das demais do Império e forma um Estado livre e independente, com o título de República Rio-Grandense e cujo manifesto às nações civilizadas se fará oportunamente. Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-Grandense! Viva a Independência! Viva o exército republicano rio-grandense! (FLORES, 2004, p. 63)

Em uma província afastada das decisões do poder central e palco de conflitos de fronteira permanentes (a formação militar de Bento Gonçalves, um dos maiores líderes da Revolução Farroupilha, deu-se dentro da Guarda Nacional, criada pelo Ministro da Justiça e regente Diogo Feijó), Flores (2002) explica que “a idéia de formar uma nova Nação tinha razões de existir, pois só a obediência ligava os Rio-Grandenses ao poder central. Da mesma maneira que o Brasil se separou de Portugal em 1822, os Rio-Grandenses queriam se separar do Brasil, em 1836” (p. 10). Houve então uma ruptura, que teve de ser mantida através do uso de diversas armas, entre elas a prensa tipográfica. Assim, acreditamos que O Povo, como primeira experiência de comunicação impressa do governo da República Rio-Grandense, tem muito a nos dizer, tanto no plano discursivo, como em relação aos fazeres e saberes do jornalismo da época. Para tanto, torna-se necessário mergulhar mais a fundo na imprensa oitocentista, em como se deu o nascimento da imprensa no Brasil e sua articulação com os eventos políticos da época.

## 1.2 SÉCULO XIX: JORNALISMO, POLÍTICA E OPINIÃO

Ao mesmo tempo fascinado por ela e seu crítico mordaz, o escritor Honoré de Balzac deixou em seus escritos um relato passional, mas contundente, sobre a imprensa francesa moderna. Lá, o jornalismo desabrochou de forma progressiva durante a Restauração da monarquia (1814-1830), após a queda de Napoleão Bonaparte, e culminou com as revoluções de 1830, que aconteceram na Europa como um todo e, como vimos, provocaram reflexos na opinião pública e nos caminhos políticos do Brasil. Em 1836, Émile de Girardin lança o jornal La Presse e inova a forma de viabilizar financeiramente o jornalismo, ao diminuir pela metade o valor da assinatura para aumentar a circulação do jornal e, conseqüentemente, ganhar mais dinheiro com publicidade e anúncios. De acordo com a nota da edição francesa de **Os jornalistas**, esses fatores levam a imprensa a um salto não só quantitativo, mas também permitiram-lhe

[...] exercer uma influência que ela jamais havia conhecido anteriormente. Os jornalistas, verdadeiros *reizinhos* adulados, fazem tremer os governos, fazem e desfazem as reputações, suscitam invejas e rancores. E, mais freqüentemente do que se imagina, transformam sua influência em vantagens materiais da forma mais abjeta (2004, p. 18 – grifo no original).

Parece que, mesmo na longínqua República Rio-Grandense, a pecha de “vendido” ou “interesseiro”, em relação aos jornais e jornalistas, está mesmo imbricada com a gênese da profissão. O próprio prospecto de apresentação d’O Povo traz o seguinte questionamento:

E agora perguntamo-nos: todos esses jornais sem vida, e sem alvo, a não ser aquele vergonhoso do lucro, verdadeiras torres de Babel, onde se vê a soberba, e a confusão; e que saem corajosamente, para todo o Império, a cada dia, não sei se, mais para experimentar a constância, do que para cansar a excessiva vontade dos assinantes, cumprirão eles a santidade de seus deveres? (O Povo, n. 1, p. 2)

Assim, ao analisar o comportamento dos jornalistas da primeira metade do século XIX, Balzac (2004) cataloga-os como um botânico, separando os tipos em “gêneros”, “sub-gêneros” e “variedades”. Usa o termo *publicistas* para caracterizar o “primeiro gênero” de homens que compõem as redações, definindo-os da seguinte forma:

Publicista, este nome outrora atribuído aos grandes escritores como Grotius, Puffendorf, Bodin, Montesquieu, Blackstone, Bentham, Mably, Savary, Smith, Rousseau, tornou-se o de todos os escrivinhadores que *fazem* política. De generalizador sublime, de profeta, de pastor de idéias que era outrora, o Publicista é agora um homem ocupado com os compassos flutuantes da Atualidade. Se alguma espinha aparece na superfície do corpo político, o Publicista a coça, a desdobra, a faz sangrar e tira dela um livro que, quase sempre, é uma mistificação. O publicismo era um grande espelho concêntrico: os publicistas de hoje o quebraram e têm todos um pedaço que eles fazem brilhar aos olhos da multidão (2004, p. 31).

O grande espelho concêntrico que foi quebrado pelos “novos publicistas” pode ser entendido como uma metáfora das transformações que



aconteciam na sociedade francesa da época e também pode ser comparada, *mutatis mutandis*, com as agitações do período regencial brasileiro. Se, antes, apenas os grandes “generalizadores sublimes” tinham a palavra, a imprensa torna pública a expressão de diferentes visões políticas, “os compassos flutuantes da Atualidade”, o que não ocorre sem conflitos.

José Marques de Melo (2006), ao comentar a questão da objetividade jornalística, explica que ela se faz presente desde o momento em que o jornalismo adquiriu autonomia social, processo que se deu com as revoluções burguesas na Europa e com a Independência Americana. A idéia de que todos os homens pudessem ter acesso às informações e também tornarem-se seus divulgadores foi um importante passo para as noções de liberdade individual e de democracia. A famosa primeira emenda à Constituição Americana, de 1791, afirma: “O congresso [...] não limitará a liberdade de palavra nem de imprensa”. O artigo 11 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789 pela Assembléia Nacional Constituinte da França, também declara: “A livre comunicação de idéias e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem. Todos os cidadãos podem, dessa forma, falar, escrever e imprimir com liberdade”.

A comunicação social massiva está relacionada, então, com o processo de urbanização acelerado durante o século XIX (HOHLFELDT, 2002). Nesse primeiro momento, a prática do jornalismo na Europa assume duas características distintas: na França, predominou a face *opinativa* e, na Inglaterra, firmou-se um jornalismo *objetivo* (MARQUES DE MELO, 2006). Na matriz inglesa, fincou-se a noção de que os fatos são sagrados e que os jornais e jornalistas têm o dever de primar pela fidedignidade, exatidão e precisão na narrativa dos mesmos. A opinião pode existir, desde que em um espaço demarcado no jornal (MARQUES DE MELO, 2006).

Com o passar do tempo, ambas as vertentes, francesa a inglesa, sofreram mutações. O jornalismo pasquineiro, repleto de adjetivos e com linguagem virulenta foi a grande influência dos primeiros jornais brasileiros. Mas a matriz objetiva acabou se sobrepondo e deu origem à grande imprensa diária que conhecemos hoje, onde informação e opinião têm seus espaços delimitados; porém, cada vez mais cresce o posicionamento que considera essa objetividade um mito.

Podemos afirmar, então, que um dos principais impulsos iniciais da atividade jornalística foram as disputas políticas, o que, na Província de São Pedro, não foi diferente. O processo de independência e a consolidação do Estado Nacional brasileiro foi combustível para a solidificação e a diversificação das publicações no Brasil. Os grupos políticos passam a perceber e a utilizar a relação entre os periódicos e a opinião pública, fomentando a atividade. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o primeiro jornal, O Diário de Porto Alegre, surge em 1827, patrocinado pelo presidente da Província, Salvador José Maciel e, de acordo com Francisco Rüdiger (1998), “a folha constituía no máximo um boletim oficial, que servia basicamente à publicidade governamental e à publicação dos atos da administração”. Para este autor, que entendemos compartilhar do olhar de Nelson Werneck Sodré, a doutrina e a opinião foram preponderantes na imprensa desde seu nascimento até a década de 30 do século XX, o que retardou, até essa data, a formação de um estatuto próprio para os jornalistas e jornais. Eles só conquistaram uma autonomia do processo político ao integrarem-se ao processo capitalista, ou seja, quando as redações tornaram-se verdadeiras empresas, com caráter lucrativo.

Assim, para fundamentar seu estudo sobre a história do jornalismo sul-rio-grandense, Rüdiger (1998) tensiona, apoiando-se em Habermas, as concepções marxista e weberiana sobre a imprensa. A primeira a considera um produto direto do capitalismo; a segunda, um instrumento no processo de construção do Estado moderno. “Habermas, aparentemente, combinou as duas concepções no clássico *Mudança estrutural da esfera pública* (1962)” (p. 14), ao afirmar que tanto a revolução comercial quanto a ascensão da sociedade burguesa foram influências decisivas para a publicação sistemática de informações.

De forma que o Estado, com o intuito de se comunicar com a classe ascendente, foi o patrocinador dos primeiros jornais, gerando um processo de politização da burguesia que fomentou o desenvolvimento de “[...] uma imprensa crítica e independente que, no contexto mais geral de formação do capitalismo industrial, acabaria sendo peça essencial no ciclo das revoluções burguesas” (RÜDIGER, 1998, p. 14). No Brasil, o nascimento da imprensa ocorre sob esse mesmo modelo, ou seja, através da promoção do Estado, em

1808, com a chegada de D. João VI ao país, que passa a publicar, em setembro desse mesmo ano, a Gazeta do Rio de Janeiro. Mas o título de primeiro jornal do Brasil é do Correio Brasiliense, editado por Hipólito José da Costa, em Londres, e lançado em 1º de junho de 1808. Este é objeto de diferentes interpretações entre os estudiosos da imprensa brasileira. É importante salientar que, nesse momento, e até 1821, quando Dom Pedro I decreta o fim da censura prévia, o uso da tipografia era uma prerrogativa oficial do Estado, o que justifica a sede inglesa do Correio. A título de ilustração, destacamos aqui as visões de Sodré (1999) e Juarez Bahia (1990) sobre nossos periódicos de estréia. Para o primeiro autor, o Correio Brasiliense representava o ponto de vista da burguesia inglesa (SODRÉ, 1999):

Representavam [refere-se ao Correio e à Gazeta], sem a menor dúvida, tipos diversos de periodismo: a Gazeta era embrião de jornal, com periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o Correio era brochura de mais de cem páginas, geralmente, 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais alto.

[...]

Trata-se [referindo-se especificamente ao Correio], assim, de uma finalidade moralizadora e não modificadora, ética e não revolucionária (p. 22-23).

Bahia (1990) revela uma visão divergente de Sodré:

[...] durante quase quinze anos, Hipólito da Costa edita o Correio Brasiliense ou Armazém Literário, em Londres, onde vive como exilado. Seu jornal é moderno, dinâmico, crítico. Mensário, impõe-se pela opinião e pela informação política. Costa tornou-se patrono da imprensa brasileira (p. 9).

[...]

[...] a Gazeta vai publicando intermináveis relatos dos sucessos nas frentes portuguesa e espanhola, relacionando cansativos feitos dos “valerosos” soldados de Sua Majestade, pouco se dando à vida local, enquanto o Correio Brasiliense exprime uma aguda visão crítica dos fatos políticos, econômicos e sociais que envolvem o Brasil (p. 14).

Essas amostras são indício das diferentes interpretações às quais a imprensa oitocentista no Brasil dá a ler, o que provoca uma pergunta essencial

para nossa dissertação: afinal, em que medida a relação dessas publicações com os movimentos políticos poda a sua representatividade da realidade cotidiana<sup>6</sup>? Em outras palavras: será que o discurso oficial, ou político, ou opinativo, ou publicista desses jornais, impediu que fossem representantes do cotidiano da sociedade em que estavam inseridos? No nosso entendimento, não.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Rüdiger (1998, p. 18-19) informa que, no curto espaço de oito anos, entre o aparecimento do Diário de Porto Alegre, em 1827, e o início da Revolução Farroupilha, em 1835, foram lançados 32 jornais. De forma generalizada, esses periódicos caracterizavam-se por um tamanho pequeno (28 X 18 cm), tiragem em torno de 400 exemplares, circulação de duas a três vezes por semana, e venda feita através de assinaturas ou direto na tipografia. O conteúdo dos jornais era eminentemente político-partidário e de linguagem “[...] extremamente virulenta, não poupando idéias, nem pessoas” (p. 18).

O autor informa que os homens de imprensa da época não são propriamente os políticos, mas os donos de tipografia, que reuniam múltiplas funções (muitas vezes, *todas* as funções) na feitura dos jornais. Francisco das Neves Alves (2000) traz outros detalhes da figura que comandava a produção dos impressos:

Os escritores públicos responsabilizavam-se por praticamente todas as tarefas ligadas à elaboração dos periódicos, já que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, faziam mesmo, às vezes de tipógrafo, no intento de manter acesa a flama jornalística que acompanhava as disputas políticas (ALVES, 2000, p. 19-20).

Os jornalistas (ou *escritores públicos*, ou *publicistas*) movimentavam-se de acordo com oportunidades de negócio, sem ter ligação política definitiva:

De fato, esses homens, como seu próprio tempo, não tinham um conceito preciso de jornalismo, restringiam sua atividade à direção dos

---

<sup>6</sup> No sentido da Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz, que aprofundaremos no capítulo 3.

periódicos, confundiam as práticas editoriais com prestação de serviços gráficos e assim reduziam o periodismo à transmissão de conteúdos com os quais propriamente não tinham preocupação (RÜDIGER, 1998, p. 22).

Baseando-nos nas características apontadas pelos autores, podemos afirmar que parte da historiografia não concede à imprensa oitocentista o estatuto de *jornalismo*, assentando-o na noção de *literatura pública*; e nem o título de *jornalista* aos que a elaboraram, prevalecendo as noções de *publicista* ou *escritor público*.

Essa abordagem apontou aspectos importantes da imprensa oitocentista, ao relacionar sua estreita vinculação com os modos de produção econômica e fazeres políticos da época. Sem negar a precariedade técnica e nem o conteúdo eminentemente político desses jornais, parece-nos que a leitura da imprensa oitocentista, de forma menos generalizada, pode levar a um novo tensionamento da abordagem do tema. Nesse sentido, o pesquisador admite que os jornais eram, sim, “tribunas ampliadas”, na expressão de Benjamin Constant (BAHIA, 1990, p. 36), mas conectados com a realidade social cotidiana na qual eram produzidos.

O lugar da imprensa foi privilegiado nas discussões sobre os rumos da nação durante o período regencial. Como indica a análise de Basile (2006), a virulência da linguagem e a firmeza das posições políticas dos diferentes grupos que se manifestaram através da imprensa não foram capazes de calar uma vontade de integração nacional e de reconhecimento e compartilhamento da heterogeneidade da nação brasileira.

Assim, em sua feitura, tanto na forma quanto no discurso, esses impressos são portadores de vestígios da realidade cotidiana que dá acesso ao pesquisador a uma certa sensibilidade, como afirma Pesavento (2008):

Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens, em cada momento da história, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o *crème de la crème* da história, a meta buscada por cada pesquisador! Funcionaria como o reduto mais íntimo da *enargheia*, essa impressão de vida ou força vital deixada pelos homens no mundo (p. 185-186).

Os grandes feitos e os protagonistas já foram, de alguma forma, privilegiados, destacados das fontes primárias para a narrativa histórica. Resta, como aponta Barbosa (2004), abordar os anônimos, as particularidades, o comezinho, os vestígios, os restos que o passado legou ao presente e que podem iluminá-lo.

### 1.3 IMPRENSA NA HISTÓRIA E HISTÓRIA NA IMPRENSA: MODOS DE LER

A imprensa, como fonte de conhecimento, vem sendo abordada de diferentes formas pelo campo científico. Passou de matriz da verdade à falsificadora da mesma: em um momento de cunho historicista ou positivista da historiografia tradicional, os periódicos foram tratados como fontes privilegiadas, por constituírem uma porta de acesso do pesquisador à “verdade”. Mais tarde, os estudos críticos enxergaram nos jornais a questão ideológica e suas imbricações socioeconômicas, abordando-os como reflexo de uma infra-estrutura e “falsificadores da verdade” (MOREL e BARROS, 2003, p. 8). Na atualidade, ocorre a renovação da importância da imprensa como referencial interativo na complexidade de um contexto (MOREL e BARROS, 2003). Ela passa a “ser considerada fonte documental (na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas) e também agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples ‘reflexo’” (p. 9).

As pesquisas renovam, então, o *modo de ler* os periódicos e sua relação com o contexto. O atual estudo dos primeiros jornais brasileiros, a partir da chegada da Família Real ao país, em 1808, faz-se através de um olhar cultural, que serve tanto para o campo da Comunicação quanto o da História, ao redimensionar o objeto como fonte para as memórias de um *tempo escoado*<sup>7</sup>, “apresentando visões distintas de um mesmo fato” e despontando

---

<sup>7</sup> “Tempo escoado”, na expressão de Sandra Pesavento: PESAVENTO, Sandra Jatahy. ‘Fronteiras da história: Uma leitura sensível do tempo’. In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir

“como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento” (NEVES, 2006, p. 10).

A historiadora e pesquisadora da Comunicação, Marialva Barbosa (2007), ao comentar a relação entre meios de comunicação e a história, aponta um eixo de análise que contempla, numa perspectiva histórica, as dimensões interna e externa do processo comunicacional, considerando “a dimensão processual da história e a comunicação como sistema, no qual ganha relevo o conteúdo, o produtor das mensagens e a forma como o público entende os sinais emitidos pelos meios” (p. 16). Nessa perspectiva, o discurso da imprensa oitocentista passa a ser visto como um “universo de possíveis” (BARBOSA, 2007, p. 15).

Riopardense de Macedo (1994) percebeu e destacou esse universo sistêmico, ao estudar a imprensa farroupilha:

É fácil perceber que a imprensa, mesmo que esta seja oficial, órgão vinculado à administração, fornece também informações de caráter não administrativo. E entende-se que o periódico, mesmo quando propriedade de um indivíduo ou grupo oligárquico, está envolvido por posições contrárias em relação a outros periódicos; além disso, pela riqueza de informações que é obrigado a fornecer, não pode fugir ao clima geral dominante na época.

Porque, em verdade, o periódico vive realmente o clima, reproduz, mesmo que não queira, o calor dos acontecimentos, de vários acontecimentos que se cruzam e se inter-relacionam em um *sistema* de informações (p. 23-24, grifo do autor).

Assim, a ênfase no atraso, na censura e no oficialismo como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa, “não parecem suficientes para explicar a complexidade e compreender as características de tal imprensa, gerada numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise” (MOREL, 2008, p. 1). Desta forma, entendemos que o nascimento dos periódicos no Brasil deu-se em um rico caldo de cultura social, político, econômico e cultural, que teve como impulso inicial a chegada da Família Real portuguesa ao país. Daí para diante, os jornais, mesmo que de propriedade de governos ou representantes declarados de ideais políticos, sempre estiveram imbricados com a circulação

das idéias e com a realidade cotidiana da sociedade, através de artigos de opinião, notícias, crônicas, poesias, anúncios. Os *papéis incendiários*<sup>8</sup> foram constantemente alimentados pela lenha dos “extraordinários do dia-a-dia”, e também pelas grandes transformações sociais, como os movimentos pela independência ou, mais tarde, a peleja entre o Império e os movimentos republicanos.

No campo da Comunicação, o olhar mais abrangente sobre os jornais do século XIX, além de permitir novas abordagens em relação ao discurso, ao texto que está posto, traz em si desafios epistemológicos e metodológicos relativos à materialidade e à organização dos conteúdos dos impressos. Entre eles, está a questão: como definir parâmetros teóricos para analisar textos que são anteriores à consolidação da Comunicação como disciplina científica e que, grosso modo, não se encaixam nas categorias do jornalismo tal como o conhecemos hoje?

Tânia Regina de Luca (2008) cita, como exemplo dessas dificuldades, a consulta às edições em fac-símile do Correio Braziliense, jornal fundado por Hipólito José da Costa, de circulação mensal (entre junho de 1808 e dezembro de 1822):

O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas, que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política; comércio e artes; literatura e ciências; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor forma de caracterizar o *Correio*, não faltando aqueles que consideram mais apropriado chamá-lo de revista (LUCA, 2008, p. 131).

Em vista desse estranhamento, produzido pelas distâncias culturais e temporais entre o pesquisador e o objeto da pesquisa, pretendemos que um dos exercícios desta dissertação seja o tensionamento das categorias relativas à materialidade e à organização dos conteúdos presentes no jornal O Povo. Ao

---

<sup>8</sup> Referência às primeiras manifestações impressas ou manuscritas que, desde o século XVIII, na França, causavam comoção e disse-que-disse na vida urbana, manifestando uma noção de “opinião pública”, na visão da historiadora Arlette Farge (Morel, 2003, p. 12).



mesmo tempo que problematiza a questão, Luca (2008) apresenta alguns caminhos para elaborá-la: “[...] as diferenças na apresentação física e estruturação do conteúdo não se esgotam em si mesmas, antes apontam para outras, relacionadas aos sentidos assumidos pelos periódicos no momento de sua circulação” (p. 132).

Assim, torna-se importante, na análise de um periódico da primeira metade do século XIX, de forma ainda mais profunda do que se tratássemos de um veículo contemporâneo ao tempo vivido pelo pesquisador, o deslindamento das condições técnicas de produção desses jornais e de sua função social, dentro de aspectos como

[...] a forma como os impressos chegaram às mãos dos leitores, sua aparência física (formato, tipo de papel, qualidade da impressão, capa, presença/ausência de ilustrações), a estruturação e divisão do conteúdo, as relações que manteve (ou não) com o mercado, a publicidade, o público que visava atingir, os objetivos propostos (LUCA, 2008, p. 138 – grifos da autora).

Esses elementos, entre tantos outros, contribuem para dotar o objeto de sentido, a fim de que se esclareça o lugar que o periódico ocupa em seu tempo, mas, também, para relativizá-lo em relação às perguntas desde o lugar do pesquisador. Da mesma forma, a questão da neutralidade e da objetividade permeia o uso dos textos de imprensa como fonte de pesquisa. No campo da Comunicação, como indica Marques de Melo (2006), a questão da objetividade da imprensa contemporânea já não é a mesma que se pretendia na modernidade inglesa ou francesa, pois parece estar restrita ao domínio de uma técnica e, portanto, vive como que num campo apriorístico da atividade jornalística. Sabemos que a neutralidade e a imparcialidade podem e/ou devem fazer parte do texto do jornalista, mas, em sua totalidade, são uma quimera. Assim, ao estudar qualquer tipo de texto ou discurso, devemos ter em mente que as ferramentas de análise do pesquisador devem instrumentalizá-lo para lidar com essa realidade:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina [História] e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso

de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da *análise do discurso* que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2008, p. 139 – grifos da autora).

De forma que as noções de *narrativa* e de *interpretação* mostram-se essenciais no jornalismo e na história. Pesavento (2006), ao analisar os discursos da história e da memória, afirma que eles criam “imaginários de sentido a partir do real. Ficções plausíveis, verossímeis, socializadas, temporalizadas na sua feitura e na sua recepção. *Palavras para crer*” (p. 6 – grifo nosso). Da mesma forma, o discurso jornalístico configura, em seus modos de feitura e de leitura, *palavras para crer*, ou seja: aquilo que está posto nesse tipo de texto quer, sob uma série de circunstâncias, referir o real. E ele também é lido de forma a referir o real e, nesse momento, também é submetido a outras circunstâncias que o recriam, torcem, ampliam, ficcionalizam, num processo catártico (PESAVENTO, 2006). Barbosa sintetiza esse pensamento ao afirmar:

É a partir de convenções culturais que classificamos os textos com pretensão à verdade e os textos ficcionais. Devemos considerar, portanto, que todo texto é estruturado de modo narrativo e, como tal, sujeito ao regime de interpretação que se aproxima das narrativas cotidianas com as quais estruturamos a nossa vida (2007, p. 20-21).

Assim, a história ou o jornalismo, na medida em que estão impregnados pela ação humana, pelos contextos, pelos resultados, pelas finalidades, não podem romper com a narrativa. Tanto o passado longínquo, quanto os acontecimentos cotidianos de uma contemporaneidade, ao serem narrados, estão, irremediavelmente, no passado e não podem ser revividos, senão de forma discursiva. E ao terem contato com o leitor, esses discursos são novamente “protocolados” em uma tradição: as regras e os sentidos lingüísticos, a cultura, o contexto, as experiências individuais.

Marialva Barbosa e Ana Paula Goulart Ribeiro (2005), no artigo “O que a história pode legar aos estudos de jornalismo”, realizam uma articulação entre as disciplinas, entendendo que elas, mesmo em suas diferenças, complementam-se. Os textos do jornalismo, em sua temporalidade, estão “encharcados de consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida” (BARBOSA e RIBEIRO, 2005, p. 3).

Nesse sentido, as autoras postulam que uma das maiores contribuições que a teoria da história pode dar aos estudos de jornalismo é o uso da visão crítica, que seria capaz de transformar sua teoria em uma ponte para o entendimento dos problemas do presente, assim como a história o faz com os problemas do passado: “A mesma visão crítica, se aplicada aos estudos do jornalismo, pode transformar sua teoria numa espécie de médium para lidar com os problemas do presente” (BARBOSA e RIBEIRO, 2005, p. 6).

Assim, história e jornalismo atuam num processo simbiótico em que, para entender o passado, desvela-se, através dos periódicos, o que era presente; e para orientar o presente, busca-se no passado o caminho traçado até “aqui”. História e jornalismo iluminam-se mutuamente.

O leitor-pesquisador também faz parte desse jogo das narrativas e das interpretações. Já mencionamos que os periódicos assumiram diferentes funções em diferentes linhas de pesquisa científica. Da mesma forma, os impressos servem para responder perguntas distintas, localizadas no tempo em que o pesquisador vive. Percebemos que há, então, um cruzamento de perspectivas temporais que devem ser consideradas pelo pesquisador ao estudar o tipo de narrativa jornalística como o que nos propomos aqui, situada na primeira metade do século XIX: o *tempo histórico* em que o discurso foi produzido; o *tempo escoado* em que ocorreram os fatos que ele descreve (lembramos, os eventos não podem ser revividos); e o *tempo da leitura* do pesquisador, que abre a narrativa a todo um novo mundo de significados. Sobre este último, Riopadense de Macedo (1994) afirma haver três tipos de comportamento temporal do historiador: o *tempo dos anais*, em que o autor procura de todas as formas não ultrapassar as dimensões do fato histórico; o *tempo do cronista*, em que o autor acrescenta seu próprio conhecimento sobre os fatos; e o *tempo histórico*, quando é levado em consideração o conhecimento sobre o que se passou depois dos eventos, estudando-os em

uma perspectiva temporal.

Barbosa (2004), ao indicar alguns caminhos para a escritura de uma história da imprensa, toma de Paul Ricoeur a noção de que o “passado tinha um futuro”, e acrescenta que “nós somos o futuro desse passado” (p. 7). Assim, não cabe ao pesquisador cobrar, do alto do seu conhecimento posterior, um certo comportamento de suas fontes. Ao contrário, a riqueza da contribuição da história para o jornalismo, como já foi dito, reside na visão crítica que ilumina o presente e não no movimento inverso, que usa o presente para olhar o passado e encerrar os periódicos do século XIX no julgamento da censura, do oficialismo e da falta de objetividade. A autora sintetiza essa constatação em uma simplicidade cortante: “Para eles, nós éramos o desconhecido, o futuro, o inteligível. E eles para nós – mortos que transformamos em vivos – continuarão sendo sempre o passado, o desconhecido, o inteligível” (p. 10).

## 2 AS MÚLTIPLAS HISTÓRIAS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

“De hoje em diante os Boletins das operações de Campanha serão dados neste Jornal e só serão avulsos quando a matéria ou circunstâncias assim o exigirem; não só pela economia de papel e serviços, como ainda para conhecimento de nossa História Militar, visto ser mais fácil a conservação de coleções do jornal que a de avulsos destacados.”<sup>9</sup>

A Revolução Farroupilha, como episódio icônico da formação cultural, política e econômica de nosso estado, destaca-se pela multiplicidade de relatos e pelas diferentes metodologias utilizadas no tratamento das fontes. Como depreendemos da epígrafe, O Povo tinha noção de sua relevância documental para o labor histórico. Em vista da vastidão do tema, nosso objetivo, neste capítulo, é traçar um panorama conciso do episódio, destacando aspectos do cotidiano da República Rio-Grandense, além de apontar algumas das abordagens para as quais ele já serviu de tema. Essa escolha se justifica pelo fato de que nosso objeto de análise, o jornal O Povo, é abordado aqui pelo viés da comunicação e seu discurso é conectado com o cotidiano. Isso faz com que nossa análise remeta reiteradamente a diferentes episódios que são, do ponto de vista do pesquisador, *históricos*, mas a busca de esclarecimento para esses eventos aparece a partir do próprio texto, em outras palavras, quando o texto *pede*.

Assim, deixamos de lado o confronto de versões e optamos por basear este levantamento principalmente no trabalho de historiadores contemporâneos não-filiados à perspectiva tradicionalista (ou ao seu combate declarado) como: Sandra Pesavento (1985 e 1997), Moacyr Flores (1989, 1990, 2000, 2002 e 2008) e Ieda Gutfreind (1998), sem deixar de lado o

---

<sup>9</sup> O Povo, n. 67, p. 286.

consagrado **História da grande revolução**, obra em seis volumes publicada em 1933 pelo historiador Alfredo Varela e que ainda hoje é considerada obra essencial para o estudo do conflito; além do acessível **História da República Rio-Grandense** (1936), de Dante de Laytano.

Em um primeiro momento, dedicaremos-nos a um levantamento de diferentes tendências da historiografia sul-rio-grandense, dando destaque aos historiadores que se preocuparam com a Revolução Farroupilha. Em seguida, contextualizaremos alguns detalhes da realidade cotidiana da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX (geografia, comércio, dados populacionais, educação etc.), apoiando-nos, principalmente, na obra **República Rio-Grandense: Realidade e utopia**, de Moacyr Flores (2002). Finalmente, estabeleceremos uma breve cronologia dos principais fatos que marcaram a Revolução.

## 2.1 A HISTORIOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE E A REVOLUÇÃO DE 1835

Combinando os trabalhos de historiografia de Gutfreind (1998) e Flores (1989), é possível produzir um sintético, porém eficiente, panorama de algumas das tendências de maior relevo daquilo que já se escreveu sobre a Revolução Farroupilha.

Gutfreind (1998), entendendo que o discurso histórico é integrado às características de seu momento de produção e orientação intelectual, observa pelo menos duas grandes matrizes ideológicas na historiografia rio-grandense: a *platina* e a *lusitana*. Na primeira, situam-se os historiadores que dão ênfase às relações e influências ibéricas da região do Prata na formação histórica da província, dando destaque à importância da área das Missões Orientais e seus povoados jesuíticos no século XVII. A matriz lusitana tende a minimizar a influência platina, defendendo a supremacia da cultura portuguesa.

Flores (1989), por sua vez, procura “sistematizar as tendências da elaboração do pensamento histórico” (p. 11). Nesse sentido, divide a produção

historiográfica nas categorias: “liberalismo”, “positivismo”, “determinismo sociológico”, “historicismo”, “regionalismo e tradicionalismo”, “história cultural”, e “materialismo histórico” e situa, dentro de cada uma delas, os autores que julgou de maior destaque nessas determinadas tendências.

Duas grandes obras, consideradas de orientação lusitana por Gutfreind (1998), são as pioneiras da historiografia sulina. As **Memórias econômico-políticas sobre a administração pública no Brasil**, de Antônio José Gonçalves Chaves, vieram a público em 1822. Já José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, publicou em 1839 os **Anais da Província de São Pedro**, considerada a primeira obra escrita sobre o Rio Grande do Sul. A matriz lusa, que se fortificou a partir dos anos 1920, retomou e reforçou a tinta da maioria dos pontos de vista deste autor, exaltando as características de valentia e audácia dos conquistadores das Missões, ao mesmo tempo em que esmaecia as relações com a área platina.

Outras publicações marcantes são os relatos de viajantes, como o botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que esteve na Província de São Pedro entre 1820 e 1821; Nicolau Dreys, que viveu como comerciante na região, entre 1817 e 1825, e publicou, em 1839, **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**; e Arsène Isabelle, com o seu **Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)**, publicado em 1835. Os relatos não constituem uma matriz historiográfica, tal como a situa Gutfreind (1998), já que apresentam impressões pessoais desses viajantes europeus, os quais, na maior parte das vezes, tendem a analisar os fatos partindo dos estranhamentos oriundos do contraste com sua própria cultura, e não do rigor da análise de fontes primárias. Mesmo assim, oferecem ainda hoje, para os historiadores, muitos elementos para o entendimento da vivência cotidiana na província e suas implicações com o contexto, dando acesso a uma sensibilidade de época.

Saltando no tempo, a valorização historiográfica da ligação com o Prata ocorre a partir do final do século XIX, com a publicação de obras motivadas pelo espírito republicano (GUTFREIND, 1998): em 1882, vêm a público **História popular do Rio Grande do Sul**, de Alcides Lima e **História da república rio-grandense**, de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em 1897, aparece **Rio Grande do Sul: Descrição física, histórica e econômica**, de Alfredo Varela. Em comum, os escritos apresentam a ênfase “na especificidade

do Rio Grande do Sul, justificando a necessidade de um regime republicano e de laços federativos entre as províncias e, em graus diferenciados, destacavam relações com a área platina” (GUTFREIND, 1998, p. 19). Alcides Lima defendeu as qualidades do povo sul-rio-grandense, salientou a influência açoriana na composição da população, além de apresentar o núcleo social da estância como o primeiro passo para a democracia. Assis Brasil aplicou o Método de Taine (do influente historiador francês Hippolyte Taine, que viveu entre 1828 e 1893)<sup>10</sup>, produzindo sua análise histórica através dos elementos *meio, raça e momento*. Destacou o caráter altivo e corajoso do povo, determinado por elementos que vão da alimentação (a carne e o chimarrão) até a influência espanhola e a independência econômica da província nas guerras de fronteira. Flores (1989) posiciona esses dois autores na tendência “liberal”.

O terceiro autor que dá fôlego à matriz *platina*, Alfredo Varela, é destacado por Gutfreind (1998), por situar-se no momento em que o regime republicano já constituía uma realidade no Brasil, e fica clara, como aponta Flores (1989), a influência *positivista* que se desenvolvia, em especial no governo do Rio Grande do Sul. Polemizou, ao defender a tese de que a Revolução Farroupilha estava ligada aos movimentos platinos, afirmação que seus contemporâneos rebatiam, localizando a inspiração dos farrapos na Revolução Francesa. Deu ênfase às biografias dos *heróis* Bento Gonçalves, Tito Livio Zambecari e Giuseppe Garibaldi, lançando mão de abundante documentação e do testemunho de descendentes dos farrapos. Tal como Alcides Lima e Assis Brasil, ressaltou a branda mistura racial na região e a nítida diferença da paisagem sulina em relação ao restante do Brasil. Flores (1989) faz o seguinte comentário sobre a obra de Varela:

O texto em todas as obras é confuso e descontínuo, a linguagem de epopéia torna a leitura cansativa, as citações fragmentadas de documentos nem sempre correspondem ao verdadeiro texto, pois o historiador muda palavras ao seu bel-prazer. As citações de clássicos da literatura e da história greco-romana quebram a continuidade, dando apenas demonstração de erudição vazia.

A grande utilidade de suas obras está na citação de documentos ao pé da página, que paradoxalmente às vezes não correspondem à interpretação dada por Varela (FLORES, 1989, p. 30).

---

<sup>10</sup> No Brasil, uma exemplar aplicação deste método é a obra **Os sertões**, de Euclides da Cunha (FLORES, 1989).



Mesmo tecendo essa crítica, Varela é uma das referências básicas de Flores, autor que se destaca pelo aprofundamento dos diversos significados da Revolução Farroupilha, através de uma criteriosa e contextualizada análise de fontes primárias.

Entendemos, pelo olhar proporcionado através da nossa metodologia e técnica de pesquisa, que será discutida no capítulo seguinte, que um texto comporta diversos *possíveis interpretativos* e, por isso, consideramos importante ressaltar que, atualmente, a obra de Varela tem embasado um grupo de estudos de cunho separatista, chamado Pampa Livre, que se ocupou de digitalizar e disponibilizar na Internet<sup>11</sup>, de forma gratuita, todos os seis volumes da **História da Grande Revolução**.

Gutfreind (1998) identifica que as obras de Alcides Lima, Assis Brasil e Varela são marcadas pela influência política do Partido Republicano Rio-Grandense e nota que, a partir de 1920, a orientação historiográfica volta-se ao “sentimento de brasilidade” (p. 23), que demonstra um “esforço para criar uma imagem do Rio Grande do Sul que se assemelhe à do Brasil” (p. 24). Nesse contexto, destaca-se o interesse dos historiadores pela renovação do olhar sobre o período da Revolução Farroupilha, dada a relevância do conflito na definição (ou na falta dela) da identidade rio-grandense frente às influências platinas e brasileiras. Esse foco é justificado, de acordo com Gutfreind (1998), pela luta do Rio Grande do Sul por um espaço na política nacional, culminando com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Os anos 1920 foram marcados pela refundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), da qual participaram, entre outros, Florêncio de Abreu e Silva, Emílio Fernandes de Souza Docca, João Pinto da Silva, Alcides Maya e os autores já citados: Alcides Lima, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Alfredo Varela. Naquele período, fica clara a influência do pensamento positivista entre os membros do Instituto, mas Gutfreind (1998) esclarece que

a caracterização mais correta que se pode dar à produção historiográfica dos seus membros é a do ecletismo teórico, sem uma discriminação de filosofia específica, comum a todos (...). Recusa-se a nomeação de

---

<sup>11</sup> No endereço [www.pampalivre.info/alfredovarela/historia\\_da\\_grande\\_revolucao\\_\\_alfredo\\_varela.htm](http://www.pampalivre.info/alfredovarela/historia_da_grande_revolucao__alfredo_varela.htm).

historiadores positivistas para os membros do IHGRS, pois é uma expressão homogeneizadora de um grupo que apresenta diversidades internas (p. 29).

Ainda de acordo com a autora, se não é possível aproximar a produção historiográfica dos membros do IHGRS em torno de uma filosofia específica, é factível agrupá-los no esforço de projetar o Rio Grande do Sul no Brasil e na relevância dada ao espaço geográfico na formação do estado sulino.

Ao lado de Alfredo Varela, Rubens de Barcellos e João Pinto da Silva são autores que dão espaço à influência platina na constituição do Rio Grande do Sul, e isso foi suficiente para criar polêmica com a matriz lusitana. João Pinto da Silva, autor de **História literária do Rio Grande do Sul** (1924) e de **A Província de São Pedro** (1930), coloca a situação de fronteira como decisiva na fisionomia histórica do Rio Grande e, assim como Varela, vê o embrião de uma sociedade democrática não nas estâncias (como afirmou Alcides Lima), mas nos acampamentos militares. Considerou o separatismo apenas teórico e viu no gaúcho sul-rio-grandense semelhanças e diferenças em relação ao gaúcho platino, principalmente no que diz respeito ao caudilhismo, prática que considerou inexistente no Rio Grande.

Flores (1989), insere o trabalho de Rubens de Barcellos na linha do “determinismo sociológico”, com influência do pensamento de Durkheim, o que trouxe poucas mudanças ao fazer histórico: “a influência do meio geográfico passou a ser substituída pelo determinismo dos fatos sociais” (FLORES, 1989, p. 41). A obra de Barcellos também confere forte valor à situação de fronteira e ressalta a predominância da ascendência açoriana sobre a população. Nesse sentido, destaca a existência de uma dicotomia entre a campanha e a cidade: a primeira aproximando-se do Prata e a segunda dando continuidade aos laços portugueses. Essa comparação entre a cidade e o campo é bastante característica do pensamento da época, quando se destaca a obra **Facundo**, do argentino Domingo Sarmiento (GUTFREIND, 1998). Barcellos também minimiza o separatismo, considerando-o apenas um expediente para o alcance da República: a Revolução Farroupilha não difere dos demais levantes das províncias periféricas durante o período regencial. Em 1925, através dos

periódicos, Barcellos polemizou com Paulo Arinos, pseudônimo de Moysés Vellinho, a respeito da obra literária de Alcides Maya, o que provocou tomada de posições entre os intelectuais, e mostra a forte efervescência nas discussões sobre a cultura rio-grandense.

Mansueto Bernardi, jornalista, poeta e funcionário da Livraria do Globo, foi um expoente dessa conscientização sobre a importância do debate acerca dos temas regionais e, ainda mais, da tomada de uma posição mais efetiva do Rio Grande do Sul no panorama brasileiro (GUTFREIND, 1998), fato que, discursivamente, apontou para textos políticos e históricos de cunho conciliatório.

Esse panorama deu força à matriz lusitana, que teve como expoentes Aurélio Afonso Porto, Emílio Fernandes de Souza Docca, Othelo Rosa, Moysés Vellinho, Dante de Laytano e Walter Spalding.

Aurélio Porto, em seus primeiros escritos, filia-se à matriz platina, destacando essa influência na Revolução Farroupilha. A partir da segunda metade dos anos 1930, dedicando-se ao estudo da região das Missões, o autor parece mudar de opinião e passa a afirmar que o ponto em comum entre platinos e rio-grandenses era a presença indígena, suficiente para explicar as semelhanças entre os dois povos. Sobre a Revolução Farroupilha, destacou o sentimento de brasilidade dos rio-grandenses, decisivo para a assinatura da paz com o Império.

As pesquisas de Aurélio Porto resultaram na publicação de comentários junto aos três volumes do **Processo dos farrapos** e nos quatro volumes dos **Anais do Itamaraty**, que, somados, compõem a série **Farrapos**. No plano nacional, o autor contou com a grata contribuição de Alcides Bezerra, que tratou de aproximar a Revolução Farroupilha dos levantes ocorridos no nordeste, integrando-a a uma perspectiva de construção da República brasileira e redirecionando os valores que indicavam o separatismo, apontando-os para um patriotismo profundo (GUTFREIND, 1998). Porto, apesar de afirmar como seu intento a divulgação de um Rio Grande do Sul culto, cavalheiresco e elevado culturalmente, acabou por oferecer, em sua obra, uma imagem bastante tradicional, a do gaúcho da campanha: cavaleiro, belicoso, destemido. Em 1937, faz outra importante contribuição para o registro da história do estado, com a publicação de dois grandes volumes intitulados

**Terra farroupilha**, onde, mais uma vez, procura destacar os aspectos lusitanos e brasileiros de nossa formação.

O militar Emílio Fernandes de Souza Docca foi contemporâneo de Aurélio Porto e compartilhou com ele a visão abrasileirada da história sul-rio-grandense. Sobre o tema da Revolução Farroupilha, polemizou com Alfredo Varela, que lançou a sua **História da grande revolução** em 1933, às vésperas do centenário do conflito e concomitantemente ao governo do gaúcho Getúlio Vargas, provocando artigos assinados por Docca na revista do IHGRS que condenavam a visão separatista e platina da história do Rio Grande do Sul (GUTFREIND, 1998). Publicou, em 1935, **O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha**, onde afirmou que os revolucionários sul-rio-grandenses foram inspirados pelo processo de independência norte-americano. Nas tendências apontadas por Flores (1989) foi classificado como “positivista”, o que se justifica pelo uso da tríade de Taine e a crença absoluta nos documentos como fonte da verdade, mas apresentou em sua obra um forte ecletismo, aproximando-se, inclusive, da psicologia e da hereditariedade de Gustave Le Bon.

A peleja entre Varela, Souza Docca e Othelo Rosa (outro historiador da vertente lusitana) foi forte, pois, apesar de todos serem homens de seu tempo e influenciados por uma mesma gama de fatores (classe social, orientação filosófica, contexto político, fontes), as conclusões de Varela não eram convenientes aos interesses do Rio Grande do Sul da época. “O momento histórico exigia outras respostas, e estas foram dadas por Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho” (GUTFREIND, 1998, p. 169). Essa resposta era a total coesão entre a *identidade sul-rio-grandense* e a *identidade brasileira*.

O ápice da matriz lusa aconteceu através do trabalho de Moysés Vellinho. Supera a visão de seus colegas Aurélio Porto e Souza Docca, ao afirmar que o Rio Grande do Sul não se tornara brasileiro por opção, mas sim por vocação histórica (GUTFREIND, 1998). Em **Captania D’El-Rei**, publicado pela primeira vez em 1964, e dedicado a Othelo Rosa (companheiro de IHGRS e de lusitanismo), Vellinho (1970), em um texto claro e bem articulado, volta o componente militar-fronteiriço da Província de São Pedro, mesmo durante a

República Rio-Grandense, para um sentimento agregador, e não separatista, em relação ao Império:

Encarados os fatos substancialmente e não apenas em suas aparências, o Rio Grande do Sul nunca se sentiu em si próprio uma unidade, uma circunscrição desgarrada do corpo nacional. Nem mesmo, como já foi demonstrado tantas vezes, durante a vigência da República de Piratini.

Uma coisa, com efeito, nunca foi possível erradicar do coração dos Farrapos: o sentimento de sua condição de Brasileiros, condição tão marcada pela presença de uma fronteira que havia cem anos vinha sendo asperamente disputada palmo a palmo. Por isso mesmo deixa de soar como um paradoxo a observação de que entre os rebeldes eram mais agudas que entre os responsáveis pela defesa das armas imperiais as suscetibilidades em face dos vizinhos. Ao que o governo do Centro não recuou de contratar mercenários para o exército de repressão, indo mesmo ao lamentável extremo de tentar uma aliança com Rosas contra o Rio Grande rebelado, os Farrapos preferiram depor as armas ao aceitar, mesmo na desgraça, a ajuda que lhes oferecia o tirano argentino. *E a recusa foi formalizada sob a expressa e solene invocação de que seus sentimentos de brasileiros primavam sobre quaisquer considerações de caráter ideológico* (VELLINHO, 1970, p. 717-172, grifo nosso).

Flores (1989) destaca outras importante características da obra de Vellinho, a quem classifica como “determinista sociológico”: a exclusão do capítulo das reduções jesuíticas como parte da história sul-rio-grandense, considerando-as um “embrião de império teocrático” (p. 49); a omissão da participação do negro ou do índio na formação do Rio Grande do Sul; a inexistência de oposição entre a cidade e o campo (ou entre a barbárie e a civilização), especialmente durante a Revolução Farroupilha, dada a relevância da pecuária como atividade econômica.

Vellinho foi um intelectual bastante ativo, participando da Revolução de 1930 e da política, em nível estadual e federal, ocupando-se de levar seus textos ao grande público: foi criador e dirigiu a revista Província de São Pedro e colaborou regularmente com textos para o jornal Correio do Povo. Envolveu-se em acalorados debates com historiadores de matriz platina sobre a pertinência do tratamento de Sepé Tiaraju como herói rio-grandense, ocasião na qual se manifestou veementemente contrário a essa perspectiva, tanto pelo seu lusitanismo, quanto por suas convicções anticlericais.

Acumulando a função de crítico literário, Vellinho conviveu, ao mesmo tempo em que procurava defender uma visão otimista do *gaúcho rio-grandense* (e é importante diferenciá-lo do *gaucho malo*, ou do *gaúcho platino*<sup>12</sup>), com um intenso movimento literário que abordava, justamente, a decadência do gaúcho da Campanha. É o caso de Cyro Martins e a sua trilogia do *gaúcho a pé*: **Sem rumo** (1937), **Porteira fechada** (1944) e **Estrada nova** (1953):

Relacionando a literatura e a história, pode-se afirmar que nunca a literatura foi tão histórica quanto neste momento, no sentido de aproximação com a realidade concreta sulina. Enquanto a preocupação de Moysés Vellinho e de seus colegas historiadores se limitava a diferenciar o gaúcho rio-grandense de seu congênere platino, invocando suas origens, a realidade presente vivida por essa população estava sendo trabalhada na literatura (GUTFREIND, 1998, p. 128).<sup>13</sup>

Sobre a Revolução Farroupilha, Vellinho considerava a rebelião como um ato de desespero da Província, circunstancial, totalmente enquadrado no contexto das revoltas que ocorreram em outras regiões abandonadas pela Corte, durante o período regencial. Não dedicou estudo específico ao tema, tratando com naturalidade a abordagem já consolidada por seus companheiros de frente lusitana (GUTFREIND, 1998). Sobre o consagrado Varela, o autor reconhecia sua obra pela importância quantitativa, demonstrada pela enorme quantidade de dados levantada, mas, qualitativamente, “estava seguro de que poucos teriam lido a obra pelo seu péssimo estilo” (GUTFREIND, 1998, p. 144).

Por sua extensão e diversidade, a obra de Vellinho é permeada por algumas contradições ou idiosincrasias, pois, como aponta Gutfreind (1998): dizia-se contrário ao positivismo, mas continuou o discurso de Othelo Rosa, notório positivista; criticou Varela, mas o usou como fonte; negava determinismos geográficos, mas valorizava o papel da fronteira na história.

<sup>12</sup> Augusto Meyer, no ensaio *Gaúcho: História de uma palavra*, aponta com estranhamento a ausência do termo *gaúcho* no cancioneiro farroupilha. Gomes (2009) dedicou-se a entender os diferentes significados atribuídos a esta palavra através da literatura e dos relatos de viajantes do século XIX, concluindo que, até a publicação de **O gaúcho**, de José de Alencar, em 1872, o uso do termo era tomado em sentido pejorativo, sendo mais comum o uso da expressão *monarca das coxilhas* para o gaúcho altivo e corajoso que entendemos na contemporaneidade. No período da Revolução Farroupilha, o gaúcho era o vagabundo dos campos, ladrão, homem rude e selvagem, o inimigo do Prata.

<sup>13</sup> Essa constatação já havia sido colocada por HOHLFELDT (1982), na obra **O gaúcho: Ficção e realidade**, onde afirma que Cyro Martins completou a (in)volução do mítico personagem *gaúcho*.

Nenhum desses fatores minora sua obra, apenas nos fazem entender, mais uma vez, o quão variados são os fios tramados no tecido da historiografia sul-rio-grandense.

A questão da influência platina, esmaecida durante algum tempo, voltou a ter espaço através do trabalho de Manoelito de Ornellas, com a obra **Gaúchos e beduínos** (1948), na qual enfatizou a interpenetração luso-espanhola no território do pampa, colocando o gaúcho como um ser supranacional, além de destacar a influência árabe que, através da Espanha e de Portugal, espalhou-se pelo Brasil, traçando um paralelo entre o gaúcho e o beduíno. A hipótese conciliadora, influenciada por Gilberto Freyre, sofreu diversas críticas, entre elas, alguns textos de Moysés Vellinho na Província.

Até aqui, pelo panorama apresentado por Gutfreind (1998) e Flores (1989), a produção historiográfica sul-rio-grandense foi fortemente marcada por uma discussão de cunho nacionalista: parece-nos que o grande desafio foi definir uma identidade, ao povo do sul, que correspondesse mais ou menos à identidade brasileira. O tema do separatismo, que teve na Revolução Farroupilha seu maior destaque e foco de discussão (ao lado da questão missioneira, que também teve grande relevância), parece perseguir nossos historiadores. Afinal, o Rio Grande do Sul faz parte do Brasil por opção ou por vocação histórica? Somos mais portugueses ou platinos? E o negro e o índio, influenciam ou não na construção da nossa identidade?

Mas houve e há outras tentativas. Flores (1989) classifica a produção de Dante de Laytano numa perspectiva de “história cultural”, pois dedicou-se ao estudo da influência do negro na formação cultural do estado, ao resgate do linguajar açoriano, além de apresentar uma certa *digressão* metodológica para os padrões da época: o autor centra sua preocupação na informação, procurando não acentuar as discussões sobre o separatismo sul-rio-grandense, apesar de partilhar da visão de que a origem do gaúcho é exclusivamente luso-brasileira. Sua principal obra é **História da República Rio-Grandense**, de 1936, “onde, pela primeira vez, é analisada a economia e a produção cultural dos farroupilhas” (FLORES, 2000, p. 21).

Há de se destacar também o movimento de historiadores ligados ao materialismo histórico que, a partir da década de 1970, inovou a análise dos temas regionais, ao partir da visão da estrutura econômica como condicionante

das demais e da valorização da luta de classes. São representantes desta corrente, entre outros, Nelson Boeira, Décio Freitas e Sandra Pesavento. Esta última, mais tarde, rompeu com a concepção materialista e passou a dedicar-se à História Cultural, produzindo obras essenciais sobre os temas da memória, da oralidade e da abordagem cultural para os estudos históricos.

A diversidade de perspectivas para a história regional nos encaminha à questão central de nosso referencial teórico: as complexas relações entre *conhecimento* e *realidade* na articulação dos sentidos, como veremos em profundidade no capítulo seguinte. Mesmo a tentativa de situar os autores em correntes de pensamento ou em matrizes é falha, pois muitos deles mudaram de idéia ao longo do trabalho, descobriram novas fontes, cruzaram dados de forma diferente ou, simplesmente, incorporaram as contradições. Em nossa visão, é essa a riqueza da pesquisa científica quando adentra o terreno dos sentidos, pois é nele que mora a complexidade, no sentido do *complexus*, ou seja, do *tecer junto*, como afirma Morin (2005): articular as diferenças e não simplesmente isolar os elementos que são dissidentes de nossas hipóteses iniciais.

Cientes desse panorama diverso, preferimos, para ressaltar alguns dos principais episódios da Revolução Farroupilha, compondo a base histórica desta pesquisa, o trabalho de historiadores contemporâneos reconhecidos academicamente e não filiados à perspectiva tradicionalista, por considerarmos que esta vertente, por si só, pode condenar o trabalho à parcialidade (mesmo entendendo que a imparcialidade absoluta por parte do pesquisador é uma quimera). Antes de passar à cronologia da Revolução, consideramos adequado um breve passeio por alguns dados do cotidiano da República Rio-Grande, a fim de situar o leitor na *realidade* desse momento histórico.



## 2.2 O COTIDIANO NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

Moacyr Flores é o autor do livro **República Rio-Grandense: Realidade e utopia** (2002), fruto de sua tese de doutoramento, onde apresenta um amplo e minucioso levantamento de variadas características da realidade cotidiana na pátria recém-criada. O autor traz valiosos dados do espaço, da população, das relações sociais, da educação, do lazer e da economia da província. Através deles, abre caminho para uma análise dos diversos componentes que contribuíram para o desenvolvimento das idéias de mudança naquele tempo. O jornal O Povo é uma das fontes de Flores e é citado diversas vezes.

Para o entendimento das manobras e do espaço geográfico onde a República Rio-Grandense foi maturada e defendida, acreditamos ser de grande valia a **Cartografia Histórica da Revolução Farroupilha**, publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Neste mapa, é possível perceber que o domínio da República deu-se principalmente na chamada região da Campanha, na metade sul da província. Se a historiografia positivista atribuiu esse fato a uma influência telúrica, Flores (2002) não aceita o determinismo geográfico e parte para uma reflexão sobre o tempo geográfico, segundo Fernand Braudel: “Os vínculos sociais, as interações dos grupos, a facilidade de alimentação, o sistema de guerrilha, a largueza do espaço, o horizonte das propriedades e o compartimento das cidades não podem ser desprezados” (p. 28). As quatro vilas que permaneceram fiéis ao Império estavam situadas fora da Campanha, junto às vias navegáveis e que contavam com postos da marinha e do exército: São José do Norte, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre.

Não por si só, cabe ressaltar, a geografia teve influência nas causas e no desenrolar do conflito: a vastidão do pampa ocupado pelos latifúndios, as constantes mudanças nas fronteiras marcadas por batalhas, que interferiram na escassez de empregos, nas facilidades do contrabando, na mentalidade belicosa, nas relações com a região do Prata.

Desde o século XVIII, a fronteira da Província mais ao sul do Brasil foi palco de conflitos armados e de diversas tentativas de acordo entre Espanha e Portugal, na divisão do território. Entre eles, destaca-se o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, em que Portugal devolve a região de Sacramento e dos Sete Povos das Missões à Espanha, em troca de sua soberania na margem esquerda do Rio da Prata e da ilha de Santa Catarina. No terreno bélico, destaca-se a Guerra da Cisplatina (1825-28), entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que disputaram o território da Cisplatina, que atualmente corresponde ao Uruguai.

Em 1835, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul era formada por 14 municípios: Porto Alegre, Triunfo, Santo Antônio, Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Jaguarão, Piratini, Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo, Alegrete, São Borja e Cruz Alta.

O núcleo urbano centrava-se especialmente em Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte, Rio Pardo e Viamão, e era formado por casas uma ao lado da outra, onde se concentrava, além das moradias, a oferta de serviços como oleiro, alfaiate e também o comércio e setores administrativos. Flores (2002) destaca que os núcleos urbanos compreendiam uma área possível de ser percorrida a pé, já que, naquela época, os meios de transporte eram bastante caros e as estradas, praticamente inexistentes. Assim como na Campanha, a mão-de-obra era essencialmente escrava.

No momento da eclosão da Revolução Farroupilha, a pecuária e o comércio eram as atividades mais lucrativas. Em razão do ataque da ferrugem e das dificuldades na manutenção das fronteiras, o trigo foi deixado de lado pelos produtores regionais, que passaram a dedicar-se exclusivamente à pecuária. Esta atividade unificou a região da Campanha e fomentou o comércio de sebo e couro. A ação revolucionária concentrada na Campanha também se justifica pela facilidade de deslocamento (já que a força dos farrapos foi predominantemente focada na cavalaria), pelo recrutamento de peões, índios e guascas que, sem emprego, gravitavam pelas estâncias, e também pelo confisco do gado.

No que diz respeito à população, o censo de 1834 apontou o número de aproximadamente 160 mil almas na Província (FLORES, 2002). Os índios estavam espalhados por todo o território, enquanto que os negros

concentravam-se nas áreas urbanas e de charqueadas (especialmente em Pelotas). Na mentalidade lusitana, qualquer tipo de trabalho braçal era destinado aos escravos, o que provocava um quadro de ócio entre homens e mulheres, as quais, ao contrário do que se poderia supor, não se responsabilizavam pela criação dos filhos ou pela alimentação. O vazio demográfico e a população heterogênea, segundo o autor, dificultaram a criação de uma identidade coesa e, por conseqüência, de um sentimento nacionalista por parte dos sul-rio-grandenses.

Mesmo sem essa coesão, a revolução teve reflexo em todos os segmentos da sociedade:

A Revolução Farroupilha provocou mudanças na forma de governo, modificou hierarquias sociais e buscou alternativas para a economia da nova República, tentando fundar uma nova nação, dentro dos princípios de igualdade, fraternidade e humanidade. Mesmo considerando que a maior parte dos combates aconteceram na zona da Campanha onde se concentrava a população, o movimento revolucionário atingiu todos os segmentos sociais (FLORES, 2002, p. 89).

Com a saída dos homens para a luta, muitas mulheres assumiram o comando dos negócios e da casa, o que provocou um rompimento de costumes. Mesmo assim, a liberdade, igualdade e fraternidade, apoiada na teoria liberal, excluía mulheres e negros da cidadania. Para os escravos, só havia alforria se fosse de propriedade dos imperiais e passasse a combater com os republicanos.

A formação do corpo de batalha releva aspectos interessantes da realidade na República Rio-grandense. Sabe-se que grande parte dos comandantes e dos soldados que se empenharam no combate pertenciam à Guarda Nacional, organização militar patrocinada pelo Império brasileiro para a proteção das fronteiras, policiamento e manutenção da ordem na província. Este fato deu certa coesão às forças, pois esses militares eram todos oriundos de uma mesma faixa social, “escolhidos entre os caixeiros, agregados e filhos de proprietários” (FLORES, 2002, p. 93) e sempre eram alocados nos cargos mais altos. Já os peões, guascas, negros e índios, arregimentados ou à força, por uma total falta de opção de vida, ou por critérios de fidelidade e obediência,

acabavam por formar um corpo de batalha mais disperso, menos comprometido. O autor contesta a afirmação de alguns historiadores, como Alcides Lima, de que a estância era um núcleo democrático: “A estância, no período farroupilha, é um conjunto socioeconômico com várias unidades familiares, como a do estancieiro, do capataz, dos agregados, dos peões e dos escravos, portanto sem democracia” (p. 105).

Nessa sociedade, os laços de família, amizade, apadrinhamento ou parentesco eram definitivos. Todos os cargos da República Rio-Grandense foram distribuídos com base nesses critérios: “Em nenhum momento encontra-se o nome de alguém indicado para cargos públicos porque prestou serviços relevantes à República Rio-Grandense” (FLORES, 2002, p. 101). O casamento entre os brancos e proprietários era muitas vezes orquestrado por acordos entre as famílias. Entre os pobres, escravos e mestiços, predominava o amasio. Também pela questão da distância e da ausência total de escolas, valores morais eram pouco difundidos, e a imoralidade e libertinagem, comparada aos padrões europeus, escandalizou muitos dos viajantes que por aqui estiveram durante o século XIX.

Os índios participaram ativamente da Revolução Farroupilha, levados pelos estancieiros e pela oportunidade de pilhagem, já que a inserção dos valores liberais não fazia parte do *treinamento* da grande massa de manobra. Desenraizada pela expulsão dos jesuítas e pela conquista e destruição das reduções, a população indígena ganhou nova movimentação com os deslocamentos de batalha, sendo utilizada como peão, tropeiro, domador e soldado.

No caso dos negros, seu deslocamento para os campos de batalha teve como conseqüência uma crise de mão-de-obra na cidade e no campo, tanto nas tarefas domésticas quanto em serviços especializados, como: carpinteiro, marceneiro, carneador, doceiro, pedreiro, alfaiate, calafate. Flores (2002) informa que os cativos foram massa de manobra na mão dos Republicanos e da Regência, já que ambos se valeram da oferta de *vantagens* para estimular os negros a juntar-se ao exército farroupilha ou a desertar. Em 1838, a Regência ordenou a pena de 200 a 1.000 açoites para o escravo que fosse pego lutando pelos rebeldes; ao mesmo tempo, oferecia anistia e o pagamento de transporte para fora da província àqueles que desertassem. Já

os farrapos ofereciam aos cativos do império a liberdade em troca do serviço militar; os que se negassem a pegar em armas eram mantidos como escravos da República. Mais uma vez, a doutrina liberal era usada como justificativa:

A República não concedeu liberdade aos cativos em seu território porque, de acordo com a doutrina liberal, o Estado não podia intervir na propriedade. Neste caso o escravo era considerado como um bem móvel, que podia ser vendido, alugado, trocado, hipotecado, herdado e legado como dote (FLORES, 2002, p. 173).

O governo republicano manteve todas as práticas comuns ao escravismo. O sistema fazia parte da mentalidade da época. O que nos salta aos olhos, no caso do negro, é o fato de que mesmo em um momento de guerra, de exceção, onde todos os tipos de pilhagens e ilegalidades eram efetivados, a preocupação em manter a legalidade em relação ao escravismo prevaleceu. Por outro lado, percebe-se, inclusive por artigos publicados no Q Povo, como veremos no capítulo 4, que a mentalidade da época condenava a entrada de escravos novos no território da República, mas é preciso levar em conta que essa prática era considerada ilegal pelo Império desde 1831.

Flores (2002), dedicou-se também ao estudo dos momentos de lazer e à educação no período farroupilha. A violência estava presente em todos os seguimentos da sociedade, fruto da quase inexistência de aparatos policiais ou judiciais, e, nos momentos de ócio, refletia-se nas atividades de doma, marcação, nas corridas a cavalo, na morte do gado, na courama, na rinha de galo, no carteadado e no jogo de osso. Havia também os fandangos (festas dançantes), as conversas regadas a mate e a dança dos negros ao som do batuque.

No espaço urbano, foi bastante comum a prática do *entrudo*, uma brincadeira popular de rua, onde as pessoas se misturavam e atiravam umas contra as outras água, limões-de-cheiro e farinha. Com o tempo, os municípios tiveram que conter o excessos, e o *entrudo* passou a ser considerado incompatível com a civilidade. Aos poucos, os bailes de máscaras, em moda no Rio de Janeiro, foram introduzidos. Havia também as procissões religiosas e a malhação do Judas. A República Rio-Grandense ocupou-se de realizar

comemorações cívicas. A poesia teve como pioneiras as mulheres que, com o acesso à literatura, adotavam a posição de filósofa ou romântica. Entre elas, destacam-se Delfina Benigna da Cunha (a Cega), Ana Eurídice Eufrosina de Barandas e Maria Josefa Barreto Pereira Pinto.

No terreno escolar, a deficiência era extrema. O salário pago aos professores públicos era baixíssimo, o que favorecia o ensino particular. Quem quisesse estudar tinha que ir para São Paulo ou para o Rio de Janeiro. A República preocupou-se com o tema, determinando às Câmaras Municipais a instalação de escolas provisórias de primeiras letras, mas os rumores de recrutamento entre os estudantes provocaram a debandada dos alunos.

A distância e o descaso do Império, como também a violência intrínseca do movimento revolucionário, foram responsáveis por um ambiente pobre, no sentido de falta de infra-estrutura, de iniciativa empreendedora, de educação e, principalmente, de justiça e de empregos, favorecendo a impunidade, a pobreza e a desigualdade.

Para mudar essa situação (e para manter o conflito armado), o tesouro da nova pátria precisava se organizar. Em um primeiro momento, a República limitou-se a requisitar e a confiscar gado. Com a recorrência das pilhagens, o governo criou as coletorias, que cobravam impostos sobre a circulação de mercadorias. Ao todo, seriam 23 postos, mas alguns nem chegaram a abrir, devido à instabilidade das fronteiras, o que prejudicou a arrecadação. As dívidas contraídas pela República eram pagas com critérios de compadrio e, ao final da revolução, a Comissão Liquidadora do Império teve que arcar com muitas pendências. O contrabando também era uma prática cotidiana, que contava com a conivência de funcionários corruptos.

O confisco e o arrendamento de propriedades de inimigos também era fonte de recursos. Sem acesso ao porto de Rio Grande, sitiado pelos imperiais, os produtos de exportação, como fumo, couro e charque tinham de ser embarcados no porto de Montevideú. Quando o império pressionou Frutuoso Rivera pelo fechamento do porto aos revolucionários, tornou-se prioridade a conquista de Laguna, o que ocorreu em 1839, tornando-se zona livre de impostos ao comércio estrangeiro, principalmente os materiais bélicos (FLORES, 2002).

O dinheiro em espécie era raro, já que os moradores da Campanha tinham seu capital em terra e gado, além do costume de entesourar cédulas e moedas em panelas de ferro ou barro:

A República Rio-Grandense não cunhou moedas, adotou as do Brasil, inclusive as falsas. As várias moedas nacionais e estrangeiras, com pesos e libras diferentes, nomes diversos, tinham como referência de valor a libra de prata, moeda que não existia, mas servia como padrão de todas numa escala de valores (FLORES, 2002, p. 312).

Nesse cenário de insegurança, desorganização e descaso, fica claro porque a Revolução Farroupilha pode ser descrita como um movimento “das elites”. Além do poderio econômico para subsidiar uma revolta armada, o ideário liberal apresentava uma noção muito específica de cidadão, na qual apenas os homens, brancos e com posses enquadravam-se. Esses cidadãos, desassistidos pelo governo central, reuniram os requisitos necessários a um levante. Faltava, primeiro de tudo, legitimidade ao Imperador nestas bandas: o projeto federativo dos revolucionários ensejava “a delegação de poder de promulgar o ordenamento jurídico do corpo social e de nomear os funcionários administrativos” (FLORES, 2002, p. 451). A crise da monarquia era evidente, mas a revolução não persistiu, entre outros fatores, por uma falta de coesão cultural e identitária entre os sul-rio-grandenses e pela incompetência dos insurgentes em promover mudanças no sistema econômico, ainda atado às amarras coloniais.

### 2.3 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA: MOMENTOS DECISIVOS

Como vimos no primeiro capítulo, o período regencial brasileiro foi palco de fortes disputas políticas, que fomentaram revoltas em várias províncias. A mais longeva delas foi a que ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, entre 1835 e 1845. Muitos

autores já analisaram esse episódio, como foi exposto em nosso panorama historiográfico. A fim de oferecer um quadro sintético, porém abrangente, dos principais acontecimentos que precederam e consolidaram o conflito, optamos por utilizar como fontes os trabalhos dos seguintes historiadores: Alfredo Varela, pela riqueza de fontes e relevância historiográfica; Dante de Laytano, pela produção pioneira de uma obra breve, que tornou acessível a história da Revolução Farroupilha àqueles que não dispunham de fôlego para os seis volumes de Varela; Sandra Pesavento, pela excelência na articulação entre fatores políticos e infra-estruturais na explicação do conflito; e Moacyr Flores, pela dedicação contemporânea ao tema, ocupando-se de uma abordagem ligada aos eventos do cotidiano.

Um dos pontos mais discutidos sobre a Revolução Farroupilha são as suas causas. Por que valeria a pena entrar em um conflito armado com o Império e fundar uma nova pátria? É recorrente, no ensino escolar e no senso comum, que o motivo principal para a insurgência foram os altos impostos cobrados sobre o charque, produto central na economia da Província. Tal análise é correta, mas constitui apenas parte do quadro, necessitando aprofundamento e contextualização, o que nos remete aos fundamentos da colonização e exploração econômica do extremo sul do Império.

Pesavento (1985) informa que a exploração do gado selvagem foi alavancada no território que hoje se chama Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento das atividades mineradoras na região das Gerais, na passagem do século XVII para o XVIII. Até então, a atividade era marcada pelo contrabando e pela disputa territorial entre portugueses e espanhóis. Nesse enfrentamento, a fundação, em 1680, da Colônia do Sacramento, é emblemática das relações da época:

Numa posição de fronteira a Buenos Aires, este núcleo avançado da Coroa Lusitana se estabeleceu com o objetivo de preservar para Portugal condições de realização de um comércio ilícito com as colônias espanholas. Várias vezes cercada, tomada pelos espanhóis e reconquistada pelos portugueses, a Colônia do Sacramento representava um interesse estratégico militar para a conservação da área. Por outro lado, a fundação da colônia proporcionou aos portugueses o conhecimento das reservas de gado da “Vacaria del Mar” (PESAVENTO, 1985, p. 19).



Com o ciclo do minério, o Rio Grande do Sul integrou-se à economia colonial como provedor de gado de corte e de tração, além da exportação de couro para a Europa. Até então, o gado vivia solto e era disputado por bandos armados. O aumento da exploração e da rentabilidade da atividade fez com que os tropeiros mais bem-sucedidos pressionassem a Coroa pela cessão de terras onde pudessem investir na criação do gado. O governo viu aí uma oportunidade de ocupar e defender o território e o comércio no sul e, a partir da década de 1730, passou a distribuir sesmarias a tropeiros e militares.

Flores (2004) explica como isso aconteceu:

A sesmaria era uma área de mais ou menos uma légua<sup>14</sup> de largura por três de comprimento, concedida pelo rei de Portugal a quem provasse que a terra era devoluta e fosse possuidor de bens, tais como escravos e gado. A autoridade mais próxima, geralmente militar, concedia um documento atestando que a terra era devoluta, o qual seria anexado ao requerimento do peticionário. As autoridades concediam sesmarias de preferência a militares. Alguns sesmeiros receberam terras até pelos filhos que estavam por nascer (FLORES, 2004, p. 12).

A distribuição de sesmarias foi o embrião das estâncias, unidade básica da economia sul-rio-grandense, como aponta Varela (1933):

A geração inicial do estabelecimento, se exceptuades serviço na tomada de posse do território, restringiu o seu concurso à estréia de nossa existência econômica, fundando as primeiras *estancias* riograndinas; prazos ruraes destinados ao arrebanhamento, *costeio* e trafico dos armentios *chimarrões* ou *baguaes*, superabundantes nas campanhas desertas (VARELA, 1933, v. 1, p. 133).<sup>15</sup>

A decadência do minério restringiu o comércio do gado. Ao mesmo tempo, duas outras produções assumiram a ponta da economia sul-rio-grandense: o charque e o trigo, este último trazido pelos colonos açorianos enviados pela Coroa ao sul. A charqueada exigia maior investimento em mão-de-obra escrava.

---

<sup>14</sup> Uma légua brasileira mede 6.600 metros (N. da A.).

<sup>15</sup> Optamos por manter a grafia original de Varela (1933).

Aqui cabe ressaltar um aspecto interessante que faz parte da tradicional historiografia gaúcha e que, assim como o caso do imposto sobre o charque, ficou gravado no senso comum: o da indistinção social nas estâncias. Laytano foi um dos que defendeu a teoria da *democracia dos pampas*: “O espírito democrático [...] dos povoadores fez morrer qualquer tendência de aristocracia. A estância é um feudo livre e popular. Delas, com suas aglomeração e fortuna, dependeu a sorte de 35” (LAYTANO, 1936, p. 17). Pesavento (1985) afirma que a dominação era tida como *natural*: “Não há conflitos, não há diferenças, e quem exerce a dominação o faz porque é, em tudo, natural e visceralmente superior” (p. 26). Essa *naturalidade* pode ser explicada pela aparência menos opulenta da aristocracia sulina em comparação com a sociedade açucareira, por exemplo. A atividade pastoril, voltada ao mercado interno, era menos lucrativa que a exportação do açúcar, oferecendo menos lucro e, conseqüentemente, diminuindo o acesso dos estancieiros a produtos importados mais refinados. Além disso, os constantes conflitos pela manutenção das fronteiras colocavam patrões e subalternos do mesmo lado, ombro a ombro, na defesa da sobrevivência. Mas é importante ressaltar que a *leveza* no trato entre diferentes era apenas uma aparência:

O fato do dono da estância levar uma vida simples e praticar, ele também, as atividades de trato do rebanho não invalida a realidade de que ele é o dono dos meios de produção – terra e gado – da atividade fundamental da economia sulina na época, e que *exerce sobre seus subordinados mecanismos de dominação-subordinação baseados inclusive na violência* (PESAVENTO, 1985, p. 26, grifos nossos).

Nas charqueadas, essa aparência se sustentava ainda menos, porque a atividade era mais lucrativa e necessitava de maiores investimentos e de mais escravos para ser mantida. Mas esse sentimento de compadrio, que mascara a submissão gerada pela escravidão, pelo desemprego e pela distribuição desigual das terras foi e ainda é bastante requisitada para compor a aura de luta pela igualdade, liberdade e fraternidade que cerca a Revolução Farroupilha.

O poder econômico da região sempre esteve intimamente atrelado às questões militares. Além da distribuição de terras, a Coroa concedia também cargos militares aos estancieiros pela defesa das fronteiras. As vitórias em relação ao Prata deram prestígio e poder de barganha cada vez maior à aristocracia sulina, ao mesmo tempo em que os conflitos desmobilizavam a concorrência na produção de charque dos *saladeros* (a versão platina das charqueadas).

Com a independência, o contexto muda. O sistema colonial escravista e monopolista passa a não dar mais conta da realidade econômica e social. Pesavento (1997) defende que a Revolução Farroupilha, em relação às circunstâncias mundiais, insere-se no contexto de descolonização que ocorreu na passagem do século XVIII até o século XIX e que culminou, no Brasil, com a independência. Para a autora, são dois os traços formadores que dão especificidade ao caso do Rio Grande do Sul, e que podem ser apontados tanto como fatores de barganha quanto motivadores da ruptura do sul com a Coroa: “o componente militar-fronteiriço e o peso quase absoluto da pecuária na economia da região” (1997, p. 10).

Pesavento (1997) afirma ainda que o traço militar-fronteiriço conferiu à elite regional um comportamento autoritário e um contorno militarizado para a sociedade sulina. Vale lembrar que grande parte da elite farrapa fez parte da Guarda Militar do Sul, representante do Império. Já o predomínio absoluto da pecuária, uma atividade que não se enquadrava nos moldes de uma economia colonial de exportação, levou a região a depender dos preços oferecidos pelo centro e das demandas do mercado interno. A situação se agravou com a conquista da independência pelo território cisplatino, o que abalou a moral dos militares sulinos e deu oportunidade para que os *saladeros* se reorganizassem.

O charque cisplatino estava inserido numa lógica de mercado capitalista exportador, tendo seu processo de fabricação mais moderno, com mão-de-obra livre assalariada, o que reduzia significativamente os custos de produção. Além disso, a política econômica do Império brasileiro atuava com dois pesos e duas medidas: favorecia alguns produtos importados com taxas mais atraentes, mas, ao mesmo tempo, cobrava pesados impostos de outros. Essa conjuntura desfavorecia o charque produzido na região sul do Brasil, onde a produção era rudimentar, com mão-de-obra escrava e gado criado

solto, o que demandava a defesa das terras e das reses. Além da concorrência, essa política lesava os interesses dos charqueadores ao taxar a importação do sal, por exemplo.

Politicamente, a Corte ignorava as reivindicações vindas do sul com o centralismo monárquico, através da nomeação dos presidentes da província e do controle sobre a distribuição dos recursos entre as províncias. Como agravante, Hartmann (2002) ressalta o desinteresse por parte do governo central em relação às mais básicas questões reclamadas pela Província de São Pedro, entre elas, a construção de estradas.

Todos esses fatores opressivos – o fracasso militar, as dificuldades econômicas, a impossibilidade de reivindicação – canalizaram-se na política. Na análise de Pesavento (1985), “tal consideração se justifica na medida em que se considera que a instância política é o nível privilegiado de cristalização dos conflitos e exteriorização dos problemas que se expressam em termos de enfrentamento do poder” (p. 42).

Enquanto houve algum poder de barganha, pela questão militar, as diferenças entre os interesses dos estancieiros sulinos e os da Corte foram amenizadas. No momento em que houve o acúmulo das dificuldades políticas, militares e econômicas, a rebelião foi inevitável. O Ato Adicional de 1834, que concedeu alguma liberdade política às províncias, não foi suficiente para abrandar a situação. Entendemos, assim, que concentrar nos problemas alfandegários do charque a causa da Revolução Farroupilha é uma atitude simplificadora. Exclui os fatores políticos e todo um espírito do tempo, que abarca os ideais liberais, a Independência Americana e a Revolução Francesa. Flores (2004) fornece uma importante informação que atesta essa afirmação: “O primeiro ato da República Rio-Grandense foi decretar o imposto de 400 réis sobre a arroba do charque, o que torna inconsistente a afirmação de alguns escritores que o alto imposto sobre o charque foi a causa da Revolução Farroupilha” (p. 15).

Assim, entendemos que o preço e as taxas do charque contribuíram para a insatisfação que gerou a agitação revolucionária, mas foram os movimentos políticos que estruturaram o levante. O Partido Farroupilha foi fundado em 1832, em Porto Alegre, com forte participação de exilados de outras províncias, mandados ao Rio Grande do Sul, uma vez que era praxe

que o Império punisse os liberais com a designação de servir na zona de fronteira com o inimigo espanhol (FLORES, 2002). A Revolução não eclodiu da noite para o dia. Foi maturada em reuniões particulares e na atuação de Bento Gonçalves da Silva na política local. Bento, comandante da fronteira de Jaguarão, foi acusado de acobertar Juan Lavalleja, quando perseguido no Uruguai, por contrabando de gado e conspiração liberal. Julgado e inocentado no Rio de Janeiro, aproveitou a estada na Corte para indicar Antônio Rodrigues Fernandes Braga para a presidência da província, em 1834 (FLORES, 2002 e 2004).

Depois de assumir a presidência em Porto Alegre, Braga foi morar em Rio Grande, entregando a capital a Bento, que preencheu cargos públicos com seus companheiros políticos. Laytano (1983) confirma a gestação da Revolução na Assembléia e os movimentos políticos que a sustentaram:

Mas a origem política da Revolução Farroupilha está enquadrada de maneira clara. O desentendimento, a violência e o choque do Executivo com o Legislativo. A Assembléia recém-instalada, era sua primeira legislatura. Recém começa e abre oposição ao Presidente da Província, Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que tinha tomado posse a 2 de maio de 1834 e foi deposto pela Revolução. Mas a Revolução foi inteiramente preparada em todos os seus pormenores dentro da própria Assembléia. Até deputados suplentes, e tais o eram José Gomes de Vasconcelos Jardim, Bento Manoel Ribeiro ou José Pinheiro Ulhôa Cintra. Ou quando ela não se completava dentro da própria Assembléia, então iam ser procurados no interior, nas outras cidades da Província, os políticos locais para que não só aderissem ao movimento, mas para que a chefiassem naquela região (LAYTANO, 1983, p. 19).

A Revolução Farroupilha eclodiu em armas no dia 20 de setembro de 1835 e teve como estopim um atrito durante a inauguração da primeira Assembléia Legislativa Provincial, em 20 de abril de 1835, quando o presidente Fernandes Braga acusou Bento Gonçalves de convivência com os caudilhos platinos e de professar ideário republicano. A figura de Bento gera polêmica: ora saudado como herói, ora criticado como ladrão. Pesavento (1985) pondera:

Crê-se, contudo, que o que deve ser enfatizado, no caso, é a inserção de classe de Bento Gonçalves na sociedade de seu tempo, como

integrante da camada dominante rio-grandense, que tinha seus interesses ligados ao gado, à terra e aos escravos. Nesta medida, toda a ação de Bento Gonçalves – nem herói, nem ladrão – se enquadra a partir de interesses sociais bem definidos. O contrabando e a usurpação de terras mediante violência, no caso, não podem deixar de ser entendidos senão à luz do seu tempo, como práticas históricas correntes em sua época (PESAVENTO, 1985, p. 48).

Sobre os empreendedores da revolta, Pesavento (1985) afirma que “não resta a menor dúvida que eles se circunscreviam nos quadros da chamada elite rio-grandense, camada favorecida da sociedade que tinha seu patrimônio fundamentado na posse de terra, do gado, dos escravos” (p. 55). As justificativas para o levante foram expressas nos manifestos assinados por Bento Gonçalves e publicados no jornal O Povo, sempre levantando posições assumidas pelo governo central que prejudicavam a Província de São Pedro. Do lado do Império, acusações de ligação entre os estancieiros e o Estado Oriental.

Os argumentos apresentados pelos farrapos permitem ler suas influências ideológicas. O ideário liberal foi estudado por Flores na obra **Modelo Político dos Farrapos** (1978). No plano das idéias do movimento farroupilha, as influências dominante são do liberalismo de John Locke e Montesquieu, e do republicanismo norte-americano. O autor frisa a forte influência de Locke no pensamento dos revolucionários, haja visto que o mote da revolta concernia à ameaça da propriedade privada, ao bem estar dos cidadãos e à soberana e livre determinação do povo rio-grandense.

Explica Flores (1978, p. 32) que os farrapos encontraram no contrato social de Locke uma legitimação para a ação revolucionária, uma vez que, ao abusar da autoridade, o governo imperial quebraria o contrato social e o povo reassumiria a soberania originária. O autor explicita a noção particular de *povo* dos farrapos, excluindo grande parte da população do exercício de direitos políticos (como mulheres, escravos e pobres), “porque não reconheciam nos homens comuns condições de selecionar seus representantes, só a classe ilustrada tinha direito de eleger bons administradores” (FLORES, 1978, p. 34).

Para Pesavento (1985), a Revolução Farroupilha, no decorrer de seu processo, acabou por evoluir para a defesa da proclamação de uma república independente, superando a visão de monarquia federativa abraçada pelo

Partido Liberal no plano nacional e que também arregimentava muitos partidários farrapos. Os rebeldes afirmavam, ainda, a disposição de ligar-se, por laços de federação, às demais províncias que viessem a se desligar do poder central. Explica Flores (1978, p. 126) que a “federação não significava um grupo de províncias autônomas unidas sob um poder central, mas um grupo de Estados independentes, atendendo suas aspirações regionais”.

É importante ressaltar que, tanto os monarquistas federativos quanto os republicanos defendiam os interesses de um grupo dominante local, os proprietários de terra. Aqui, a ideologia liberal mostra o *laissez-faire* europeu adaptado à realidade sul-rio-grandense: os revolucionários propunham um forte protecionismo alfandegário para o seu produto, o charque, numa postura paradoxal em relação aos princípios de não-intervenção estatal na economia apregoados pelo liberalismo. O interesse no federalismo republicano se justifica pela necessidade de continuar ligado economicamente a um mercado interno.

Flores (1978) afirma que a idéia de divisão de poderes dos farrapos vem de Montesquieu, prevendo a separação de três poderes, a fim de evitar o absolutismo do poder executivo. O desvio para a tirania era uma das maiores queixas em relação ao governo do Império brasileiro, como veremos em nossa análise, no capítulo 4. No plano das liberdades individuais, a influência foi de Rousseau, em sua afirmativa de que a sociedade tornava os homens perversos e, para resgatar a boa índole original do homem, era preciso modificar as instituições. Esse discurso serviu de justificativa para a insurgência contra o Império, mas “sendo os líderes revolucionário latifundiários e militares, não reconheciam os princípios democráticos de Rousseau” (FLORES, 1978, p. 39).

Sobre a adaptação dos conceitos liberais à realidade dos estancieiros, expõe Pesavento:

Quando é afirmada a liberdade individual ou há referências nos manifestos ao *povo*, a noção deve ser entendida como referente ao conjunto dos homens livres e proprietários, considerados como cidadãos ou detentores dos direitos políticos. Tanto os farrapos legitimaram a escravidão quanto reafirmaram o sistema censitário de voto, restringindo com isso a participação política. Eventuais emancipações de negros durante o conflito devem ser entendidas à luz das necessidades da guerra – era preciso libertar o escravo para armá-lo e torná-lo um soldado da causa rebelde – e não de uma tendência emancipacionista (PESAVENTO, 1997, p. 27)

Entendemos, da análise do ideário farroupilha, que há uma correspondência entre o discurso político e sua base social: trata-se de um discurso das elites interessadas em defender seus interesses privados, adaptando à sua realidade o discurso liberal. Pesavento (1997) faz, ainda, uma provocação: seriam necessárias novas pesquisas que pudessem trazer à luz (ou não) a existência de proposição, por parte dos farrapos, de novos modelos como trabalho livre e a repartição de terras aos desfavorecidos do campo.

Voltando ao embate em si, o primeiro enfretamento levou à tomada de Porto Alegre pelos farrapos, através de um grupo de 200 soldados, chefiados por José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto, fazendo com que o presidente Braga fugisse para Rio Grande. Seu lugar foi ocupado por seu sucessor legal, Marciano Ribeiro – o quarto na linha de sucessão, já que os três primeiros “deram parte de doentes”, como informa Flores (2004, p. 45) –, fato que, para alguns representantes da historiografia, demonstra a vocação mais federativa do que separatista da Revolução, pelo menos em seus primeiros movimentos.

A Revolução se espalhou: além de Porto Alegre, os farrapos mantinham o controle das Câmaras de Jaguarão, Piratini, Cachoeira e Santo Antônio da Patrulha. A Guarda Nacional e o exército, instrumentos do Império, estavam tomados pelos revolucionários. Depois do ataque à capital, Bento dirigiu-se a Jaguarão, o que Flores (2004) considera uma mostra de “pouco tino militar” ao não atacar “Rio Grande e nem tomando o canal. Se assim o fizesse, dificilmente tropas imperiais entrariam na província” (p. 48). Marciano Ribeiro seguiu despachando normalmente, definindo a aquisição de armamento para a defesa do movimento rebelde.

O Império tentou uma manobra política, ao indicar Araújo Ribeiro, primo de Bento Gonçalves, para a presidência da província. Não houve conciliação, e o território seguiu com dois comandos: o legalista, em Rio Grande, sob o comando de Araújo Ribeiro; e o rebelde, com sede em Porto Alegre, com Marciano Ribeiro. Os combates na capital acirraram-se entre junho e agosto de 1836, principalmente pelas águas do canal. A manutenção de Rio Grande nas mãos dos imperiais foi essencial para o envio de reforços, e em 23 de agosto os farrapos afundaram o brigue *Bento Gonçalves* e o patacho *20 de Setembro*, fugindo por Itapuã. Silva Tavares, comandante legalista, saiu atrás



das tropas do revolucionário Antônio de Souza Neto. Enfrentaram-se em 10 de setembro de 1836, na coxilha do Seival. A vitória foi absoluta dos cavaleiros de Neto, que mataram 180 imperiais, sem perder nenhum homem (FLORES, 2004).

Ao mesmo tempo em que perderam a capital, uma vitória absoluta por terra. A situação provoca movimentos contrários, e aqui Flores (2004) define o começo de uma nova fase no movimento rebelde:

Os liberais moderados, tanto a facção monarquista como a republicana, pretendiam depor as armas porque o presidente Braga, contra quem fora dirigida a insurreição, fora deposto e o novo presidente José de Araújo Ribeiro oferecia anistia, ainda que dúbia. Aparentemente não havia razões para continuar a luta, com o agravante que os demais brasileiros não participaram da luta pela federação. Os liberais exaltados, chamados de farroupilhas, farrapos ou anarquistas, levantaram a bandeira tricolor da república, continuando o movimento que se transforma em guerra civil (FLORES, 2004, p. 62).

Em 11 de setembro de 1836, na euforia pelo sucesso no combate do Seival, Neto proclamou a República Rio-Grandense. Neste ponto, a historiografia oferece diversas explicações, conforme já vimos, dada a relevância da questão separatista e da existência ou não de sentimentos anti-brasileiros no movimento de 35. Basicamente, as explicações dividem-se em: 1) os farrapos não eram separatistas porque a proclamação da República não ocorreu logo nas primeiras vitórias; 2) os brados republicanos foram gestados desde o começo, surgiram em meio às tropas e tiveram forte influência dos vizinhos do Prata.

Na primeira proposta situa-se Dante de Laytano (1983, p. 151-153), que explica o episódio com base nas memórias de Manoel Alves da Silva Caldeira, major do exército da República Rio-Grandense. O autor atribui papel decisivo a Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira no convencimento de Neto de que os revolucionários não poderiam lutar sob a mesma bandeira nacionalista que o Império, e que uma virada política faria com que as forças anti-imperiais tomassem novo fôlego. Neto teria demonstrado preocupação com a aprovação de Bento Gonçalves, mas, como sua divisão estava perdida e incomunicável, optou pela proclamação.

Já Alfredo Varela (1933, v. 3, p. 211-221), em seu estilo rebuscado, traça o panorama da proclamação de República como um ideal que já vinha ganhando volume nas frentes da revolução e que tomou ânimo definitivo com a vitória no Seival:

Entre brindes festivos, Marcos Fioravanti, havia deixado escapar um estrondoso “viva a república”, traduzindo o secreto anelo<sup>16</sup> de todos os seus confrades. [...] Nas palestras em marcha, como nos mais amplos colloquios em tórno dos fogões do arraial, constante era o vozeio allusivo à radicalissima, franca mudança, nas instituições, que por demais se protraía. Com a victoria de 10 de setembro, qual previra o talentoso presidente em exercício, houve forte abalo nos ânimos, decidindo-se os liberais a romper alfim com o *disfarce* que andavam a empregar (VARELA, 1933, v. 3, p. 212).

Desfilando erudição, Varela usa uma citação de Ferdinand Lassale em carta a Karl Marx para ilustrar que a emanação republicana vinha do povo: “L’instinct des masses dans les révolutions est ordinairement beaucoup plus sur que la raison des intellectuels”<sup>17</sup> (v. 3, p. 213). No entendimento desse autor, a República traduzia muito melhor o complexo social daquele momento histórico e por isso considera a decisão de Neto uma “posição lógica e esperançosa” (v. 3, p. 214). Varela (1933) aventa ainda a influência platina na decisão de Neto, que teria recorrido ao presidente do Uruguai, Manuel Oribe, que confirmou o apoio aos rio-grandenses, desde que fosse empunhada a bandeira republicana. O autor também destaca, como Laytano, a influência de Manuel Lucas de Oliveira e de Joaquim Pedro Soares no episódio, mas minimiza a visão de que a proclamação de República foi um ato impensado, impulsivo. Citando escritos de Zambecari, polemiza com seus contemporâneos:

Convencem, uma e outra notícia, que tudo que se fez na campanha estava dentro de idéias previamente assentadas. O modo por que as circunstancias encaminharam o advento do novo regime é que talvez não coincidisse com os termos do planejado, em que de certo se contava com a posse da Capital e com o governo existente desde 20 de setembro; diferença esta que muito contribuiria para as perplexidades que

<sup>16</sup> Do verbo em espanhol *anhelar*: desejo veemente de conseguir alguma coisa.

<sup>17</sup> “O instinto das massas nas revoluções geralmente está muito acima da razão dos intelectuais”, tradução nossa.

uma crítica histórica fragilíssima atribuída à ausência de convicções e a nenhum pendor ou interesse pela solução republicana, – perplexidades explicabilíssimas, diga-se de passagem, com o ensino de um douto (VARELA, 1933, v. 3, p. 216).

Por sua vez, Flores (2002 e 2004) refuta a tese de que a República foi proclamada para reativar os ânimos da Revolução. A ideia estava presente desde antes do conflito, e “as vitórias do arroio Barcelos e a do Seival, bem como a política conciliatória da regência contribuíram para reforçar o ânimo rebelde” (FLORES, 2002, p. 361). Até então, o regente Feijó “tratava a revolução como *sedição que requeria medidas conciliatórias*” (p. 361, grifo nosso).

Após esse episódio, Bento Gonçalves foi escolhido chefe da República Rio-Grandense e a estruturação política compreendeu manobras – como o oferecimento de cargos ministeriais – que contentassem os chimangos republicanos e monarquistas, a fim de manter essa base de apoio. O êxito dos farrapos não durou muito: sofreram duro revés das tropas de Bento Manuel Ribeiro na Ilha do Fanfa, em outubro de 1836, onde foram presos o próprio Bento Gonçalves, Onofre Pires, Tito Livio Zambecari, Pedro Boticário e Corte Real, além de mais de mil rebeldes (FLORES, 2004). O movimento procurou se reorganizar em Piratini, sob o comando de Domingos José de Almeida. O cargo de Presidente coube a José Gomes de Vasconcelos Jardim até a volta de Bento, que fugiu da prisão em 16 de dezembro de 1837. Durante este ano e no seguinte, os farrapos conquistaram Rio Pardo, Lages (em Santa Catarina) e Caçapava. Tentaram algumas vezes o cerco a Porto Alegre, sem sucesso.

O ano de 1839 foi marcado pela conquista de Laguna, da qual participaram Garibaldi e Canabarro, cidade que preencheria a lacuna de um porto em que desaguasse o comércio da República Rio-Grandense. Em 29 de julho foi proclamada a República Catarinense, que só perdurou alguns meses, até 15 de novembro daquele mesmo ano. A capital da República mudou-se de Piratini para Caçapava, “ponto mais central para as operações militares” (FLORES, 2004, p. 89). Entre julho de 1840 e março de 1841, os liberais assumiram a regência e buscaram uma política conciliatória, sem enviar tropas ao Rio Grande do Sul.

A maioria de D. Pedro II foi declarada em 23 de julho de 1840. O novo imperador buscou uma solução conciliatória, mas não houve acordo. A virada nas forças imperiais veio com o comando militar do Barão de Caxias, em 1842, que organizou uma tropa de 11 mil homens. “O Exército Imperial, com a Guarda Nacional, somava 21.968 soldados no Rio Grande do Sul” (FLORES, 2004, p. 96). Foram mais de 32 combates até 1845, dentre os quais destacam-se as vitórias imperiais em Porongos (14 de novembro de 1844) e Ponche Verde, onde foi negociada a paz. Um dos episódios mais violentos e discutidos ainda hoje entre os historiadores é o do extermínio da infantaria republicana em Porongos – efetuada pelos imperiais com a conivência do comandante farrapo David Canabarro – composta exclusivamente de negros. Isso porque o Império não queria incluir os libertos na anistia, de acordo com Flores (2004).

O fim do embate é cercado de polêmica. A imagem da *paz honrosa*, a assinatura da Paz de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845 foi bastante explorada pela historiografia como episódio icônico da *vitória moral* dos farrapos. Flores (2004) afirma que o documento produzido nesse dia foi uma Ata, chamada erroneamente de Tratado de Paz, pois não foi assinada por representantes do Império. A ata listou 12 artigos como condições para a paz:

Art. 1º - O indivíduo que for pelos republicanos indicado para Presidente da Província e aprovado pelo Governo Imperial passará logo a presidir a província.

Art. 2º - A dívida nacional é paga pelo Governo Imperial devendo apresentar-se ao Barão uma relação de relação de credores para ele entregar à pessoa, ou pessoas, para isso nomeadas, a quantia a que montar a dívida.

Art. 3º - Os oficiais da República que por nosso comandante em chefe forem indicados passarão a pertencer ao Exército do Brasil nos mesmos postos, e os que quiserem sua demissão ou não quiserem pertencer ao referido Exército, não serão jamais obrigados a servir tanto em Guarda Nacional quanto em 1ª Linha.

Art. 4º - São livres, e como tais reconhecidos, todos os cativos que serviram à revolução.

Art. 5º - As causas crimes não sendo nulidades escandalosas são válidas, bem como todas as licenças e dispensas eclesiásticas.

Art. 6º - É garantida a segurança individual e de propriedade em toda a sua plenitude.

Art. 7º - Tendo o Barão de organizar um Corpo de Linha, receberá toda a oficialidade para ele dos republicanos, sempre que assim voluntariamente o queiram.

Art. 8º - Nossos prisioneiros de guerra serão logo soltos e aqueles que estão fora da Província serão reconduzidos a ela.

Art. 9º - Não são reconhecidos em suas patentes os nossos generais, porém gozarão das imunidades dos demais cidadãos designados.

Art. 10º - O Governo Imperial vai tratar de forma definitiva a linha divisória com o Estado Oriental.

Art. 11º - Os soldados da República pelos respectivos comandantes relacionados ficam isentos de recrutamento de Linha.

Art. 12º - Os oficiais que pertencerem ao Exército Imperial, se se apresentarem ao nosso serviço são plenamente garantidos como os demais republicanos. (FLORES, 2004, p. 103).

Flores explica que dos artigos citados, apenas o 4º, referente aos escravos, não era aceito pelo Império, e Canabarro ficou em silêncio sobre esse assunto. A província foi efetivamente pacificada no dia 1/3/1845 nos termos do Decreto de 18/12/1844, de ordem do Imperador. “Esse Decreto era a anistia. As negociações de conciliação foram realizadas em segredo, para os chefes farrapos deporem as armas e solicitarem anistia e depois ganhar a indenização” (FLORES, 2004, p. 104). A efetiva anistia foi pactuada entre Canabarro e o Barão de Caxias nos seguintes termos:

1º Anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião;

2º Isenção de serviço militar e da Guarda Nacional para todos os indivíduos que tinham servido no Exército da rebelião;

3º Gozarem os chefes rebeldes das honras dos seus postos;

4º Pertencerem os escravos, que serviam como soldados da república ao Estado, que os indenizaria aos seus antigos senhores (ARARIPE apud FLORES, 2004, p. 104).

Pesavento (1985) articula a oferta de paz do Império com os traços que se desenhavam nas disputas políticas no Prata, com agitações entre a oligarquia rural e a burguesia comercial na Argentina e o avanço de Rosas sobre Frutuoso Rivera no Uruguai. Mais uma vez, a questão militar subsidiava o poder de barganha da província.

Varela (1933 v. 6), dedica o livro 21º, intitulado **O crepúsculo dos deuses**, ao fim da República Rio-Grandense. O autor descreve em detalhes as negociações de paz, insistindo na articulação da República com as nações do Prata, tão contestada por seus coetâneos de matriz lusa: “[...] Far-se-ia a paz, mediante um convênio entre o Império, de uma parte, e, da outra, o Riogrande, Uruguay, Corrientes, Entre-rios, comunidades estas que não ficavam

submetidas ao trono, sim vinculadas a ele, por um laço federal” (VARELA, 1933. v. 6, p. 231-232).

O autor caracteriza Canabarro como rude e voluntarioso, mas não o afirma traidor. Descreve o território da República como uma “deplorável fisionomia”, “um ajuntamento desarmônico, desatado, informe” (VARELA, 1933, v.6, p. 244) e que combaliu pela falta de orientação política e militar: “O antes válido organismo político-militar, caído em perigosa, letal acefalia, moveu-se ainda algum tempo, como se agita num ponto ou outro o corpo de um decapitado” (p. 255).

Das análises dos historiadores selecionados, depreendemos que a Revolução Farroupilha, em dez anos de batalha, ruiu pelos mesmos motivos que ascendeu: a luta pelo ideal liberal e contra a tirania. As impossibilidades materiais e a centralização do poder minaram tanto as relações da província com o Império quanto a República Rio-Grandense em si. Assim, interessa-nos entender de que forma foi articulado o jornal O Povo, tanto formal quanto discursivamente, no sentido de produzir efeitos e relacionar-se com a opinião pública, investigando, através da Sociologia Fenomenológica, que descreveremos no capítulo a seguir, as *relevâncias* e *tipificações* mais comuns em suas páginas e relacionando-as com as práticas cotidianas na República Rio-Grandense.

### 3 A SOCIOLOGIA FENOMENOLÓGICA E A ANÁLISE DO DISCURSO COMO LENTES

“A reflexão não é capaz de reconstituir a experiência”<sup>18</sup>

A afirmação de Alfred Schutz utilizada como epígrafe conduz-nos a uma questão essencial: a dificuldade na formulação de verdades ou fórmulas quando tratamos do comportamento humano, o que nos leva, diretamente, ao problema da separação entre sujeito e objeto no campo das Ciências Humanas. Controvérsia muito bem sintetizada por Stuart Hall, teórico dos Estudos Culturais, ao avaliar a centralidade da cultura na vivência humana e a complexidade dos campos de força envolvidos em sua regulação, na pergunta: como regular aquilo que nos regula, que nos governa? (HALL, 1997).

Em uma mesma lógica, porém voltada para a questão das relações entre conhecimento e vida cotidiana, a fenomenologia de Alfred Schutz questiona: “É o ser social do homem que determina a sua consciência ou é a sua consciência que determina o seu ser social?” (SCHUTZ apud CORREIA, 2005, p. 13). Assim, a teoria de Schutz debruça-se no terreno da sociabilidade, da construção intersubjetiva dos processos compreensivos e sua ligação com a interpretação do mundo cotidiano, entendendo que compreender a subjetividade dos atores sociais é indispensável para as Ciências Sociais (CORREIA, 2005, p. 14).

O problema epistemológico da Comunicação é tema de constante debate. A respeito do fazer científico no campo, Navarro (2003) traz elementos

---

<sup>18</sup> SCHUTZ, Alfred. **Life forms and meaning structures**, Routledge and Keagan Paul apud CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.

para tensionar o que chama de “produção social de sentido sobre a produção social de sentido”. O autor afirma que

a “comunicação”, como quer que a definamos, implica sistemas e práticas socioculturais, cognitivas, econômicas e políticas, e dimensões psicológicas, biológicas e físicas das quais necessariamente participamos. A construção de **objetos** de conhecimento sobre ela não pode ignorar que, como **sujeitos**, estamos implicados nesses objetos. Por isso que o fato de construí-los e desenvolvê-los, de uma ou outra maneira, afeta sua natureza objetiva, a institucionaliza e, de alguma maneira, a “naturaliza” (p. 36, grifos do autor, tradução nossa)<sup>19</sup>.

Nas Ciências Sociais, o pesquisador é constituído, ele mesmo, pelo que estuda. A Comunicação dá a existir o ser humano e ao mesmo tempo realiza sobre ele uma influência sócio-histórica particular, determinante, mas não definitiva (como veremos na teoria schutziana) nos seus “modos de olhar” (NAVARRO, 2003). O autor explica que as perspectivas mais reducionistas parecem haver ganho maior espaço na consolidação do campo acadêmico da Comunicação, centrando as pesquisas nos meios, nas mensagens e na interação entre os sujeitos e entre estes e as instituições. Em sua opinião, essa abordagem deixa de fora o que é mais importante de ser entendido: “a *constituição comunicativa da realidade social*” (2003, p. 37, grifo nosso).

É nesse mesmo sentido que, para Schutz, a pesquisa social difere das Ciências Exatas: os objetos que cientistas sociais querem entender já são, eles mesmos, interpretantes do mundo social (CORREIA, 2005, p. 97). O que resta ao pesquisador é uma interpretação de segunda ordem, mas esse olhar, para ultrapassar o senso comum, deve revestir-se de metodologia adequada. Pelo importante espaço que concede à comunicação e à intersubjetividade, como fatores da construção social da realidade, nossa opção metodológica para esta pesquisa é a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz, à qual complementamos, como técnica, com a Análise do Discurso de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau.

---

<sup>19</sup> La “comunicación” como quiera que que la definamos, implica sistemas y prácticas socioculturales, cognoscitivas, económicas y políticas, y dimensiones psicológicas, biológicas y físicas de las que necessariamente participamos. La construcción de **objetos** de conocimiento sobre ella no puede ignorar que como **sujeitos** estamos implicados em esos objetos. Por ello el hecho de construirlos y desarrollarlos de una u otra manera afecta su propia naturaleza objetiva, la institucionaliza y, de alguna manera, la “naturaliza”.



### 3.1 FENOMENOLOGIA SCHUTZIANA: UMA PONTE ENTRE O CONHECIMENTO E O MUNDO DA VIDA

#### 3.1.1 Traços biográficos

Alfred Schutz não foi um acadêmico convencional, dado que somente dedicou-se de forma exclusiva a esta atividade a partir de 1956, aos 57 anos. Antes, sua biografia é marcada pelo que poderíamos chamar “vivência empírica do pensamento abstrato”, uma vez que o autor viveu grande parte de sua vida como funcionário de um banco em Nova York, e que é impossível desvincular essa característica do valor dado à vida cotidiana em seus pressupostos teóricos.

O estudioso português João Carlos Correia (2005), autor da única obra em língua portuguesa dedicada à abordagem fenomenológica schutziana da comunicação, informa que o autor nasceu em Viena, na Áustria, em 1899. Judeu, cresceu em um ambiente de homens de negócios bem-sucedidos e teve uma educação sólida, incluindo o estudo de latim, grego e apreciação literária e musical. Aos 17 anos, após concluir os estudos secundários, serviu na Divisão de Artilharia do Exército Austríaco, durante a Primeira Guerra Mundial. A experiência do *front* teria grande influência em seus textos, ao lado da atuação no mundo dos negócios.

Após o serviço militar, Schutz voltou aos estudos. No nível superior, dedicou-se à Filosofia, Direito, Sociologia e Economia, numa frequência de ensino caracterizada por Correia (2005, p. 26), como “banda larga”. Logo após, inicia a carreira nos negócios, com a posição de Secretário Executivo da Associação dos Banqueiros Austríacos. Grande parte da influência em seu pensamento advém da frequência no Círculo de Ludwig von Mises, um dos numerosos círculos vienenses que reunia intelectuais para promover discussões interdisciplinares. Foi através desses debates que Schutz entrou em contato com as obras de Henri Bergson e também de Edmund Husserl, com quem manteve longa correspondência.

Os movimentos de Hitler na Europa, em especial a anexação da Áustria pela Alemanha, em 13 de março de 1938, influenciam a carreira acadêmica e de negócios de Schutz, que se exilou primeiro em Paris, e depois

em Nova York, onde aportou em 1939. Nos Estados Unidos, torna-se co-fundador da International Phenomenological Society e funda a revista Philosophy and Phenomenological Research, onde publica diversos textos, mais tarde editados com o título de **Collected papers**. Participa da organização do Departamento de Filosofia da New School of Social Research e, só em 1956, passa a dedicar-se com exclusividade à vida acadêmica. Infelizmente, essa entrega dura pouco, com o falecimento de Schutz em maio de 1959. Sua mais importante obra, **The structures of the life-world**, foi finalizada pelo discípulo Thomas Luckmann e publicada postumamente, em dois volumes, datados de 1973 e 1984.

Assim, a trajetória de Schutz resume-se, nas palavras de Husserl, a “banqueiro de dia e fenomenólogo de noite” (CORREIA, 2005, p. 31). Seu caminho biográfico, como já referimos, tem especial significado se coadunado com suas perspectivas teóricas, onde o repertório de conhecimentos adquiridos pelos indivíduos ganha importante significado em suas relações com o mundo da vida:

[...] Este contato com o mundo do trabalho exterior à academia e com as preocupações cotidianas aguçou o seu engenho descritivo e a sua excelente relação com o mundo prático da cotidianidade, tornando ao mesmo tempo seus ensaios extremamente acessíveis e criativos para além de extremamente rigorosos na fundamentação teórica. Muita da envolvimento determinante do seu trabalho deve-se provavelmente à sua presença num meio onde se verificam pretensões de validade contraditórias. A sua interrogação sobre a relação entre a ciência e o mundo da vida é constante e atinge quase todos seus melhores ensaios (CORREIA, 2005, p. 31).

Este breve comentário biográfico tem importância redobrada em nosso estudo, pois situa o lugar de fala do autor e o incorpora à técnica escolhida para esta pesquisa, a Análise do Discurso, onde é essencial definir o estatuto do sujeito com relação a sua atividade linguageira (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 457). A própria forma de produzir de Schutz diz muito sobre sua posição como intelectual: sua obra é majoritariamente constituída por textos curtos, ensaios independentes uns dos outros. Trata-se de uma produção fragmentada, característica que pode ser explicada pelo curto tempo disponível para os estudos, já que o cargo ocupado no banco

exigia dedicação integral (WAGNER, 1979). Outro traço distintivo da produção de Schutz diz respeito ao intenso diálogo que ele estabelecia com outros autores. Foi assim com Husserl, através da troca de correspondência que durou até a morte deste autor, e também com Bergson.

### 3.1.2 A sociabilidade na obra de Schutz

Schutz incorpora o mundo da vida cotidiana na investigação sociológica. Traz como objeto de estudo o âmbito da *sociabilidade*, ou seja, “o conjunto de relações interpessoais e atitudes pessoais que, ainda que dependam de padrões adquiridos, são pragmaticamente reproduzidas ou modificadas na vida quotidiana” (CORREIA, 2005, p. 12). Nesse sentido, o autor parte da constatação de que a *realidade* é construída socialmente através do *conhecimento*, ou seja, das diferentes atribuições de sentido que os seres humanos desenvolvem em determinados contextos.

Berger e Luckmann (1991), autores que partem dos pressupostos teóricos de Schutz para desenvolver sua Sociologia do Conhecimento, na obra **A construção social da realidade**, definem de forma bastante sintética (mas eficiente) os conceitos de “realidade” e “conhecimento”, de forma que, como eles mesmos pretendem no livro, possamos também neste trabalho dispensar as aspas nestes termos. A explicação é necessária justamente pelo caráter de senso comum que invade os conceitos: o *conhecimento* e a *realidade* não podem ser os mesmos para o pesquisador social e o homem comum. Assim, a *realidade* constitui “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição (não podemos desejar que não existam)” e o “conhecimento” é a “certeza de que fenômenos sociais são reais e possuem características específicas” (p. 11).

Em um exemplo bastante prosaico, isso explica porque não procuramos no mapa a localização da universidade a cada vez que queremos nos dirigir a ela. A universidade é uma realidade, e o conhecimento que temos

sobre ela permite que nos desloquemos até lá todos os dias, sem questionamentos.

Tornando a questão mais complexa, o interesse sociológico pela relação entre a realidade e o conhecimento justifica-se pela sua relatividade social: o que é real para um monge tibetano pode não ser real para um homem de negócios americano (p. 13). Ou seja: existem agrupamentos de noções de realidade e de conhecimento em contextos sociais específicos, que podem ser analisados sociologicamente.

Fica claro, a partir de Schutz, que a intersubjetividade é um elemento essencial na construção social dos sentidos. Correia (2005) explica que “a comunicação [...] desempenha um papel estruturante nas manifestações concretas de sociabilidade” (p. 15-16). Os meios de comunicação aparecem, então, como mediadores das intersubjetividades, desempenhando um papel preponderante na construção da realidade, ao iluminar determinadas *relevâncias* e afirmar ou questionar as *tipificações* presentes no *mundo da vida*, como veremos a seguir, com o aprofundamento desses conceitos.

No terreno da sociabilidade, ocorre uma negociação entre os indivíduos através do processo comunicativo, o qual permite os sujeitos entrarem em contato com os pensamentos dos outros, mas não de forma completa. Assim, a comunicação, de forma bastante freqüente, também produz estranhezas, plano tão importante quanto o do entendimento na produção de significados, segundo a teoria de Schutz (CORREIA, 2005):

A comunicação implica a constituição de universos de significado comuns onde é possível compreender e sermos compreendidos graças a um processo de geração recíproca de expectativas no decurso da qual construímos uma idéia partilhada de realidade (p. 16).

E assim como torna possível esses universos de significados comuns e a coesão da noção de realidade no tecido social, veremos que a comunicação também oportuniza o questionamento e o tensionamento do que é tido como comum ou natural na vida cotidiana. Para entender a perspectiva

schutziana desse processo, começamos com a explicitação das referências que embasam seu pensamento.

### 3.1.3 Husserl, Weber, Bergson: Três influências

Podemos dizer que o ponto de partida do trabalho de Schutz é o contato com a fenomenologia de Edmund Husserl e com as propostas metodológicas de Max Weber. A abordagem dos fenômenos, ou seja, daquilo que aparece, ou a *aparência*, abarca certo paradoxo pois, ao mesmo tempo que o fenômeno pode ser visto como a verdade em si, é também aquilo que a encobre e, em uma terceira via, o fenômeno vem a constituir, ainda, o caminho para a verdade, aquilo por meio do qual ela se manifesta (FERRATER MORA, tomo 2, p. 1011).

O método proposto por Husserl, para entender os fenômenos, tem como ponto de partida as experiências do ser humano. Para ele, a consciência humana está sempre ligada a um objeto, material ou não. A construção desses objetos é intencional, e se dá na síntese dos diferentes olhares lançados pelos indivíduos a eles, os quais são posteriormente lembrados de forma generalizada, tipificada (WAGNER, 1979). Assim, o método fenomenológico de Husserl sugere a reflexão sobre a consciência, num procedimento chamado *redução fenomenológica – epoché* – onde o mundo da vida cotidiana é *colocado entre parênteses*. Isso significa atingir o momento de consciência anterior ao mundo *que sempre foi assim*, importando para o pesquisador como se dá a construção dos significados. Desta forma seria possível chegar ao *eidos*, ou seja, à essência dos fenômenos. Correia (2005) explica o processo da seguinte forma:

É pelo método da redução fenomenológica, suspendendo a crença do investigador na existência factual do mundo externo, que é possível revelar os atos intencionais pelos quais os fenômenos são constituídos na consciência.

[...]

Graças à *epoché*, o sujeito livra-se de seu entrave mais íntimo e secreto, a consideração do mundo como um pré-dado, alcançando absoluta autonomia em relação ao mundo e à consciência que dele possui (p. 35).

Trata-se, então, de colocar entre parênteses o conhecimento prático do mundo, os pressupostos das ciências e a existência dos outros e de mim mesmo. Assim, no lugar de se regressar às coisas, regressa-se à correlação entre a consciência e as coisas. Em última análise, interessa ao fenomenólogo a construção dos significados.

A base sociológica do trabalho de Schutz está em Max Weber, intelectual alemão que viveu entre 1864 e 1920. Sua teoria é centrada na *ação social*, qualificada como qualquer conduta humana dotada de significado e de direção, ou seja, dirigida à conduta de outros (WAGNER, 1979). Dada a natureza plural e eminentemente irracional dos significados subjetivos atribuídos às ações humanas, o pesquisador social constrói *tipos ideais*<sup>20</sup> das condutas, o que resulta no fato de que “[...] o sociólogo trabalha, na melhor das hipóteses, com *possibilidades típicas* de que determinados conjuntos de fatos observáveis levarão a determinados cursos de ação social” (p. 11).

Não considerando suficientes os postulados de Husserl para a questão da intersubjetividade, Schutz desenvolveu suas próprias idéias nesse campo, apoiando-se e desenvolvendo as de Weber. Assim, Schutz interessa-se pelos conceitos de *ação social* e *ação racional*. A racionalização das ações sociais seria a porta de acesso do pesquisador aos sentidos que se manifestam e encadeiam nas relações sociais:

O cientista social, a fim de compreender um processo social, tem de se interrogar sobre qual o sentido dessas ações para os agentes que a perpetraram. [...] No fundo, explicar a conexão entre meios e fins é explicar o sentido subjetivo do agente, nos termos de Weber (CORREIA, 2005, p. 75).

A redução racional que Weber persegue exclui os comportamentos guiados majoritariamente pela tradição, pela rotina, ou pelas irracionalidades afetivas. Assim, o autor persegue a realidade orientada pela lógica de

---

<sup>20</sup> “O tipo ideal está, antes, destinado a mostrar de que modo funcionam as realidades concretas de que se ocupam historiadores e sociólogos, especialmente estes últimos. Um tipo ideal se caracteriza por uma espécie de ‘conceito-limite’; dado um exemplo determinado de ação, especialmente de ação social, o tipo ideal expressa o que seria esta ação se estivesse completamente racionalizada” (FERRATER MORA, tomo 4, 2001, p. 2874). De onde entendemos que os tipos ideais servem para a *compreensão*, mas não para a *explicação* dos fenômenos em termos causais.

meios/fins. Schutz parte desses pressupostos sobre a importância da consciência subjetiva para seguir seu próprio caminho, perseguindo a relação desta com a compreensão e a percepção da realidade social. Weber e Schutz concordam que a ação é definida pelo significado.

Do ponto de vista metodológico, esse raciocínio leva a um ponto central da teoria schutziana: o seguimento de padrões das Ciências Naturais nas Ciências Sociais conduziria ao behaviorismo e, conseqüentemente, impossibilitaria o acesso à mente dos outros. A esta questão, o autor responde com a salvaguarda do ponto de vista subjetivo, que surge como única garantia “de que a realidade social não será substituída por um mundo fictício, construído pelo observador”, já que, “na verdade, não é possível compreender a *coisa* social sem a reduzir à atividade humana que a criou” (CORREIA, 2005, p. 80).

Os significados e as ações não podem ser simples reflexos, resultados dos hábitos e da vivência cotidiana. Num plano mais complexo e abrangente, as ações são orientadas pelas racionalizações dos indivíduos, que as dotam de significado: “o significado de uma ação é o seu ato correspondente” (SCHUTZ apud CORREIA, 2005, p. 86). Deste modo, os indivíduos estão num mundo de possibilidades nos quais selecionam certos elementos que consideram relevantes para atingir seus interesses.

Os motivos são objeto de análise mais específica por parte do autor. Trata-se de uma *teoria da motivação*, que revela a profunda relação entre o entendimento das coisas e as ações no mundo da vida. Schutz contribui para o debate sobre liberdade x determinismo, ao diferenciar as motivações em duas perspectivas: o *in-order-to-motiv*, ou *motivo-a-fim-de*; e o *because-motiv*, ou *motivo-porque*. O *motivo-a-fim-de* relaciona-se com o que o indivíduo tem de livre, ou seja, com as pretensões e as apostas que faz em suas ações; já o *motivo-porque* está ligado às influências do passado nessas decisões, revelando as explicações culturais, históricas ou sócio-econômicas que as determinam em parte (CORREIA, 2005). Assim, o autor entende que não apenas o passado é determinante em nossas ações, mas também as perspectivas de futuro.

Schutz repara a expressão *ação racional* de Weber, pois a considerou incompatível com o imponderável, o ambíguo e o imprevisível da

vida cotidiana. Tensionando os termos, preferiu chamar a ação cotidiana de *razoável*, pois considera que a racionalização pouco ocorre no cosmos social organizado em que vivemos, já que, voltando ao exemplo já citado, não questionamos o local onde fica a universidade a cada vez que temos que nos deslocar para lá; assim como não duvidamos diariamente de qual transporte público dispor, etc:

Assim, como normalmente temos de agir e não de refletir, de modo a satisfazer as exigências do momento que é a principal tarefa que nos motiva, não estamos interessados no problema da certeza. Damos-nos por satisfeitos se logramos uma oportunidade de realizar os nossos objetivos e se esta oportunidade for lançada colocando em movimento o mesmo mecanismo de hábitos, regras e princípios que já foram comprovados e que continuarão a ser comprovados. O ideal de conhecimento na vida cotidiana não é a certeza, nem sequer a probabilidade no sentido matemático, mas apenas a aproximação (CORREIA, 2005, p. 90).

Entendemos que Schutz admite que a racionalidade pura e simples é raramente aplicada na vida cotidiana; e, da mesma forma, não deve servir de metodologia para a interpretação dos atos humanos no mundo da vida (SCHUTZ apud CORREIA, 2005, p. 91). É neste ponto que começa a influência de Bergson no pensamento de Schutz: pela crítica à aplicação pura de uma ciência intelectualista, o positivismo, no âmbito da vivência imediata da existência humana (p. 62). Bergson aparece como o primeiro filósofo a diferenciar a percepção pura que temos das coisas, da reflexão ou da memória sobre esses mesmos objetos, quando eles são integrados aos nossos esquemas de pensamento:

A duração retém todos os momentos anteriores. A memória, na verdade, falseia, porque simplifica a experiência vivida, pois as imagens que a memória retém são diferentes da nossa experiência na duração interior.

[...]

A *ponte* entre a vida da consciência e a realidade exterior processa-se através da atribuição de significados sempre atribuídos retrospectivamente (CORREIA, 2005, p. 66).



A retenção das experiências vividas na *durée* – o tempo da experiência subjetiva – possibilita a reflexão sobre essas experiências. E é através da reflexão que os significados aparecem. Assim, percebemos a importância da contribuição de Bergson para o problema central perseguido por Alfred Schutz: “o que é o significado e onde ele se origina?” (p. 73).

Com essa noção dos referenciais teóricos de Schutz, partimos para um aprofundamento dos conceitos-chave de sua obra para chegar, ao final, à sua aplicação no terreno da Comunicação.

### 3.1.4 A *atitude natural*, o *mundo da vida* e seus significados

É importante entender o lugar onde ocorre a experiência, dada sua centralidade na formação da consciência. Para Husserl, esse lugar é o *mundo da vida*, ou *Lebenswelt*. Trata-se da vida cotidiana, do modo como percebemos, interpretamos e agimos no mundo em que nos encontramos. É aquilo que está dado e sobre o qual a dúvida está suspensa; o entendimento comum e adequado daquilo que nos cerca (CORREIA, 2005, p. 34).

A análise da *atitude natural* e do *mundo da vida* diz respeito à socialidade, ao mundo dos homens que atribuem significado aos objetos e às ações que praticam. No plano científico, essa visão fundamenta uma Ciência Social compreensiva, que tenta superar a relação sujeito-objeto que ocupa a história do pensamento desde Descartes e do mundo quantificado da ciência moderna.

Como já comentamos, Schutz parte de onde parou Husserl: da análise do plano mundano, debruçando-se em especial sobre a comunicação, a intersubjetividade e a sociabilidade. O fio condutor de seu pensamento é a relação entre a consciência e o mundo; e a forma que vivemos o mundo é através da *atitude natural*:

O mundo da vida cotidiana significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele se dá agora à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo

se baseia num estoque de experiências anteriores dele, as nossas próprias experiências e aquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de *conhecimento à mão* funcionam como um código de referência (SCHUTZ, 1979, p. 72).

Esse *conhecimento à mão* constitui um repertório e, assim como redução fenomenológica, mas operando no sentido oposto, a *atitude natural* consiste em um processo de *redução*. Trata-se da suspensão da dúvida sobre uma realidade que é preponderante sobre todas as outras:

A certeza de que o mundo existe antes de mim e que vai continuar depois de eu sair sustenta a história dos meus predecessores, a interação com meus contemporâneos e consociados e os projetos que os afetarão e aos meus sucessores. A atitude natural trabalha com a *certeza* dos agentes quanto a uma realidade exterior a todas as subjetividades, tomando como dado o mundo existente e suas leis. Só assim os agentes podem reproduzir, rotineiramente, as condições dessa realidade, que é apreendida a partir do conhecimento de *receitas* e comportamentos, entendidos de um modo que permite assegurar a continuidade da ordem social (CORREIA, 2005, p. 38).

A *epoché da atitude natural* ocorre no *mundo da vida*, no cotidiano, onde os interesses são predominantemente do campo da ação, da pragmática. Ou seja: não passamos o tempo todo questionando as nossas ações; grande parte delas está no terreno do evidente, do espontâneo, de forma eminentemente prática. Schutz divide o mundo social em quatro submundos de acordo com a experiência partilhada de tempo e espaço:

1. mundo dos consociados (*Umwelt*): é o mundo em que compartilhamos tempo e espaço com os outros, com a proximidade do face a face, criando, entre pessoas que se reconhecem como semelhantes, um *relacionamento de Nós*, com *orientação-para-o-tu*;

2. mundo dos contemporâneos (*Mitwelt*): Trata-se da *orientação-para-eles*, onde não há uma experimentação direta ou imediata de nossos contemporâneos. Esse mundo usa recursos de tipificação e é caracterizado pelo anonimato;

3. mundo dos predecessores (*Vorwelt*): é o passado, acabado e feito, fixo e determinado;

4. mundo dos sucessores (*Folgewelt*): é futuro, totalmente indeterminável.

Conforme vamos nos distanciando do *Umwelt*, as relações tornam-se cada vez mais distantes, anônimas e inacessíveis à experiência. Por isso, criamos processos de tipificação (*grosso modo*, generalizações) para caracterizar nossos semelhantes. Em nossa consciência, sintetizamos nossas interpretações das experiências pessoais e alheias para estabelecer relações de familiaridade ou estranheza com o mundo:

[...] à medida em que os objetos se afastam de nós, apenas se tornam recuperáveis através da memória, através de modalidades tipificadas mergulhadas em contextos de significação socialmente objetivados através da linguagem (CORREIA, 2005, p. 42).<sup>21</sup>

O mundo dos predecessores é o mais dado aos efeitos de mito e serve como fundamentação para as tradições. O passado é irrecuperável e intangível em sua totalidade como experiência, cedendo, assim, espaço para as tipificações (mitos e tradições) e, no terreno científico, para as releituras da história. Nosso objeto de estudo, o jornal O Povo, sintetiza muito bem essa questão: trata-se de uma fonte documental, que nos transporta para um tipo de experiência do tempo histórico da Revolução Farroupilha; ao mesmo tempo, seu discurso constitui um ponto de vista e uma interpretação daqueles fatos, que também servem de base para todo um comportamento tido como *tradicional* em nosso estado na contemporaneidade, tal como apresentado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). É inegável, em nossa cultura, que a Revolução Farroupilha é vista como um mito fundador, que alimenta, sob uma nuvem mítica, diversas *tipificações* sobre o habitante do extremo sul brasileiro: arredo, separatista, injustiçado. Desde já entendemos que a tentativa de cruzar e compreender esses diferentes discursos revela questões importantes do passado, mas, também, do presente, desde o local da escrita do pesquisador. A respeito do labor científico, a historiadora Sandra Pesavento afirma:

---

<sup>21</sup> Como Correia evoca aqui a *memória*, cabe destacar a perspectiva de Walbwachs (2006), para quem a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, que funciona como um quadro de referências.

As versões do passado são, pois, temporárias em sua validade, mesmo que sejam todas realizadas mediante laborioso trabalho de arquivo. O que muda não é o acontecimento em si, mas sua forma de interpretá-lo, fazendo da história um contínuo retercer de tramas e respostas (2008, p. 184).

Assim, passado, presente e futuro se misturam no *mundo da vida*. Para Schutz, o corpo é como um *marco zero* de coordenadas que permitem a orientação dos indivíduos no mundo e que definem os conhecimentos que estão ao seu alcance ou potencialmente ao seu alcance. A estrutura espacial relaciona-se com a dimensão temporal da consciência: “o mundo ao meu alcance – a face presente da corrente da consciência; o mundo que pode ser recuperado de modo a estar de novo ao meu alcance – a memória; o mundo que pode efetivamente vir a estar ao meu alcance – a expectativa” (CORREIA, 2005, p. 60).

A *atitude natural* é, portanto, baseada num conhecimento disponível (*knowledge at hand*) no *mundo da vida*, organizado pelas experiências partilhadas com nossos contemporâneos e também com nossos predecessores e na projeção de nossos sucessores. Ao mesmo tempo, adiciona Schutz, a realidade cotidiana é atravessada por outras realidades, outras províncias de significado, e isso ocorre através da troca de experiências e da transcendência dos limites daquilo que julgamos real. Para além daquilo que está prontamente ao nosso alcance, estão os espaços potenciais, possíveis de serem alcançados. As múltiplas realidades relacionam-se com a possibilidade de “transcender a quotidianidade através de símbolos” (SCHUTZ e LUCKMANN apud CORREIA, 2005, p. 46).

Assim, as províncias de significado não são estanques. Da mesma forma que os sujeitos dividem o que lhes parece semelhante, os elementos estrangeiros, marginais, atuam nessas províncias como um *questionamento eminente* de forma que “[...] cada província de significado outra coisa não é senão um domínio de crenças válidas enquanto os sujeitos as partilharem” (CORREIA, 2005, p. 48). É também no terreno da sociabilidade e da comunicação que ocorre a transformação da vida cotidiana, do que é dado como certo, rotineiro:

Na teoria das realidades múltiplas, a idéia tantas vezes repetida de construção social da realidade torna-se particularmente evidente: contra as tendências objetivistas e comportamentais da sociologia, a realidade social é produto da atividade desempenhada pelos agentes sociais na realidade Suprema chamada vida quotidiana e noutras formas de realidade que podem modificar a província de significado do mundo da vida. A dimensão significativa destas realidades, e sua componente simbólica expressamente referida por Schutz, são elementos interessantes que constituem o cerne deste pensamento como uma Teoria da Comunicação (CORREIA, 2005, p. 46-47).

Entendemos, então que, na Fenomenologia Social o contato intersubjetivo, ou a comunicação, “é pré-requisito para toda a experiência humana imediata no mundo da vida” (p. 50), o que faz com que o entendimento do próprio “eu” dependa da relação com os outros indivíduos.

No caso do discurso, do uso de palavras, a observação genuína do outro só se dá quando é possível relacionar o discurso com uma indicação sobre as experiências subjetivas de quem fala, ou seja, com o que o outro *quer dizer*. Assim, Schutz, ao complementar a teoria husserliana de intersubjetividade, afirma que só podemos entender as intenções do outro através de dados do cotidiano, e não do que isso representa para essa pessoa subjetivamente em uma esfera transcendental.

O autor entende que o *relacionamento de nós* pressupõe uma situação de partilha de consciência, que se dá apenas no contato presencial, em que os interlocutores percebem mutuamente seus gestos e palavras, seus atos expressivos e interpretativos. Mesmo assim, a compreensão total da experiência do outro ainda é muito difícil, dadas as diferenças subjetivas. Baseado nessa constatação, da dificuldade da completude da comunicação, Schutz quer saber como se estabelece um paradigma de senso comum que torna possível a sociabilidade (CORREIA, 2005, p. 59). A essa questão, o autor responde com duas teses básicas:

1) a idéia de que as pessoas são capazes de trocar de lugar com o outro, assumindo as suas tipificações;

2) a congruência dos sistemas de relevâncias, onde *nós* assumimos que escolhemos e interpretamos objetos comuns e seus atributos de forma idêntica, numa forma de conhecimento anônima e independente das circunstâncias biográficas de entendimento.

Ao adentrar nas formas mais remotas e anônimas de interação subjetiva, Schutz aproxima a sua Sociologia Fenomenológica da Comunicação Social. Nesse sentido, os conceitos de *relevância* e *tipificação* são essenciais ao entendimento do *conhecimento comum* que está presente no discurso midiático.

### 3.1.5 *Relevância e Tipificação*: Conceitos-chave na obra de Schutz

De forma simplificada, as *tipificações* constituem as generalizações usadas na vida cotidiana como facilitadoras e simplificadoras do pensamento e das ações. São um acervo de conhecimento sedimentado cotidianamente através das experiências e do convívio social e que serve para viver e interpretar esse mundo. Correia (2005) explica:

Na tipificação, os objetos do mundo social estão constituídos dentro de um marco de familiaridade e de reconhecimento proporcionados por um repertório de conhecimentos disponíveis cuja origem é sobretudo social. É o que habitualmente Schutz designou de acervo de conhecimentos disponíveis (p. 92).

As tipificações partem do pressuposto de que há uma ordem garantida, ou seja, que o mundo existe e faz sentido, podendo ser explicado por esse conjunto de conhecimentos disponíveis. Ao lado da *atitude natural*, as *tipificações* consagram a ordem social, numa esfera eminentemente relacionada à prática e às rotinas. A crença nessa espécie de permanência, o *sempre foi assim*, é também o que orienta o modo como lidamos com o extraordinário, o inesperado.

Schutz questiona, então, como é possível fazer ciência com base nas construções do senso comum. E é nesse ponto que o autor defende a fundação da tipificação científica, a noção de *tipo ideal*, com base na vida cotidiana. Os tipos ideais constituem uma síntese científica, uma padronização, uma cristalização que ordena o estudo dos fenômenos sociais, como vimos no tópico 2.1.3. Apoiado em Weber, Schutz situa esse esforço no sentido de um

tratamento objetivo de realidades dotadas de significados subjetivos, onde o cientista assume o papel de observador desinteressado, comparável ao processo de aprendizado do estrangeiro, quando chega a uma cidade desconhecida, ou com o veterano de guerra que regressa para casa:

O estranho... torna-se em essência o homem que tem de colocar em questão praticamente tudo aquilo que parece inquestionável para os membros do grupo do qual se aproximou.

Para ele, o padrão cultural do novo grupo não tem a autoridade de um sistema comprovado de receitas, e isso, se por nenhum outro motivo, porque ele não participa da tradição histórica “vívida” através da qual o grupo se formou (SCHUTZ, 1979, p. 87).

Assim, a figura do *estranho* ou do *estrangeiro* aparece na obra de Schutz como uma metáfora do comportamento do pesquisador, no momento em que atribui sentido a processos de atribuição de sentido. O autor faz um paralelo entre o fazer científico do sociólogo com a atividade de um cartógrafo que, no lugar de dados matemáticos, usa os relatos dos moradores da cidade para desenhar seu mapa (CORREIA, 2005, p. 95-97). O olhar do *observador desinteressado* torna-se possível através dos tipos ideais, para os quais Schutz define quatro princípios aplicáveis:

1) Relevância: diz que o problema selecionado pelo pesquisador cria, ele mesmo, um esquema de conceitos e tipos a serem utilizados. Ou seja: o problema de pesquisa *pede* determinada organização teórica;

2) Consistência lógica: refere-se à validade objetiva do objeto de estudo, que deve ser claro e nítido como a lógica formal;

3) Interpretação subjetiva: é o momento hermenêutico, onde o cientista deverá imaginar como construir um modelo de pensamento individual que lhe permita “construir um conhecimento objetivo e verificável de uma estrutura de significado subjetivo” (CORREIA, 2005, p. 98). Aqui, há a indicação de que o pesquisador deverá realizar o exercício de despir-se de sua situação biográfica ou, reconhecendo a impossibilidade de tal tarefa, aplicar o questionamento das tipificações como regra: “o que é tido como sendo da maior relevância num nível passa a ser relativamente irrelevante noutra nível” (p. 98);

4) Adequação: este postulado pretende a aproximação entre as construções científicas feitas sobre o objeto de pesquisa e as construções do agir cotidiano. É preciso que o cientista se faça entender pelos seus contemporâneos, ou seja: mesmo que se refira a algo distante no sentido histórico, social, moral ou econômico, deve buscar a compreensão, tematização e explicitação dos contextos da experiência dos atores (CORREIA, 2005, p. 99).

Assim, os *tipos ideais* desenvolvidos na prática científica, resolvem, para Schutz, a questão da necessidade de se dotar de objetividade as ações de significado subjetivo.

É importante entender que as tipificações estão submetidas socialmente à sua *relevância*, ou seja, à orientação dos interesses e da atenção dos sujeitos a um determinado assunto. “A relevância diz respeito à atenção seletiva pela qual estabelecemos os problemas a serem solucionados pelo nosso pensamento e os objetivos a serem atingidos pelas nossas ações” (SCHUTZ apud CORREIA, 2005, p. 100). A orientação do olhar dos agentes sociais está relacionada com as tradições, com os costumes e, desta forma, a *relevância* desempenha diferentes e importantes funções, como: determinar os fatos que devem ser tratados como semelhantes; funcionar como orientação e ajudar a construir um universo discursivo comum; favorecer e facilitar as interações humanas. Mesmo derivando das relações intersubjetivas, a *relevância* nem sempre é espontânea, podendo também ser imposta ou motivada:

A relevância imposta verifica-se, normalmente, quando há uma modificação do sistema de tipificação habitual, independente da vontade do agente, que torna inválido o procedimento de aplicação reiterado dos esquemas provenientes da experiência (CORREIA, 2005, p. 102).

A variabilidade do sistema de *relevâncias* tem importantes efeitos para a teoria da comunicação, dado que o mundo da vida, como vimos, é um mundo de significados intersubjetivamente partilhados, onde a linguagem atua como sistema de *tipificação*. Nesse sentido, Schutz coloca como problema a



existência (ou não) de relação hierárquica entre os símbolos e a sociedade: de onde parte o sentido? Ao que responde, indicando uma interdependência entre esses elementos.

A comunicação entre os sujeitos se dá no mundo da vida cotidiana e o processo de criação de significados baseia-se na memória das experiências. No cruzamento ou na comunicação entre essas memórias é possível transcender o mundo mais próximo de mim e visitar outras províncias de significado. Mas isso não se dá de forma fácil, clara ou direta. Apesar de constituir um elemento essencial da sociabilidade, “Schutz não deixou nunca de ter em conta que a comunicação plenamente bem sucedida é impossível e que há sempre uma margem da vida privada do outro que me é inacessível e transcende as minhas experiências possíveis” (CORREIA, 2005, p. 106).

Entendemos que os processos intersubjetivos, incluindo aí a Comunicação, para Schutz, desempenham um duplo papel, ou seja: promovem a coesão social, ao dar sentido ao mundo da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, proporcionam a transcendência das experiências, mesmo em face de sua imponderabilidade, falência, ou incompletude. A transcendência pode se dar de formas mais simples, como na transposição de fronteiras espaciais (uma viagem, por exemplo), ou mais complexas, como o sonho, o êxtase, a experiência religiosa ou a proximidade da morte. É importante ressaltar a diferença conceitual que Schutz consolida entre a *intersubjetividade* e a *comunicação*: “[...] a intersubjetividade é prioritária em relação à comunicação” (CORREIA, 2005, p. 110). De modo que nem toda ação dotada de significado é comunicativa, pois a comunicação é marcada pela intencionalidade. A ação comunicativa espera, mais do que ser compreendida, produzir um determinado efeito no receptor.

Assim, a palavra tem uma face fantasmagórica, pois refere e torna possível o intercâmbio das experiências interiores, mas as capta em si, de forma pura. No terreno da comunicação, essa característica da linguagem está relacionada com a dificuldade de que o receptor entenda exatamente aquilo que o emissor quis dizer, pois:

O que se comparte é um significado lingüístico e não uma experiência, de tal modo que se origina uma possível discrepância entre o sentido que lhe dá o que a pronuncia e o sentido alcançado por aquele que interpreta. A linguagem surge deste modo como um conjunto de tipificações socialmente aceites, de acordo com um sistema de relevância (CORREIA, 2005, p. 114-115).

De forma que as próprias palavras constituem uma pré-interpretação do mundo que pretendem referir: “A linguagem constrói o mundo na sua tipicidade sendo por isso o meio tipificador por excelência através do qual se transmite o conhecimento socialmente relevante” (p. 115). Antecipando algumas discussões que se dariam mais tarde nos estudos de Semiótica, Schutz entende que os *signos* sempre se encontram no lugar de algo, e, além disso, refletem uma escolha da parte de seu utilizador, revelando as circunstâncias de seu uso.

Já os *símbolos* têm como característica a capacidade de transcender a realidade cotidiana, como, por exemplo, a cruz para a cristandade, a bandeira para uma nação, ou um clássico literário para a natureza humana. Correia (2005) afirma que “Schutz considera a simbolização como o processo de auto-interpretação da sociedade pelos seus membros” (p. 122), num processo onde o singular representa o universal. Aprofundaremos o papel da linguagem nos processos de tipificação adiante, quando tratarmos da Análise do Discurso.

Os sistemas de *relevâncias* e *tipificações*, num dado momento histórico, são uma herança social que desempenha funções importantes, como: determinar os fatos e as situações que devem ser tratados como homogêneos; transformar as ações individuais em papéis sociais típicos (é aquilo que se espera de um homem de negócios ou de um monge); funcionar como um código de interpretação e orientação dos indivíduos em um determinado grupo, assim como um universo de discurso comum, para fins de *compreensão mútua*; garantir a própria perpetuação do sistema, através dos diversos meios de controle social; e, finalmente, dar origem aos sistemas de tipificações e relevâncias individuais, colocando os problemas particulares no contexto dos problemas do grupo (SCHUTZ, 1979, p. 119-120).

Fica clara, portanto, a importância dos sistemas de *relevância* e *tipificação* nos postulados teóricos de Alfred Schutz. É através do contato intersubjetivo que se dá a ligação dos indivíduos com a realidade já construída e, portanto, linguagem e comunicação estão no cerne da sociabilidade. E é verdade que a atividade dos meios de comunicação é um dos elementos de ligação entre os indivíduos e suas experiências, onde se manifestam e/ou criam-se as tipificações e as relevâncias, já que eles influem decisivamente nos “processos pelos quais *qualquer* corpo de *conhecimento* chega a ser socialmente estabelecido *como realidade*” (BERGER e LUCKMANN, 1991, p. 13-14, grifos dos autores).

### 3.1.6 A Fenomenologia Social e a Teoria da Comunicação

Vimos que a *relevância* atua como um “dispositivo pelo qual se elege o que é importante para um grupo ou sistema social” (CORREIA, 2005, p. 126-127) e que a partilha de significados entre indivíduos é determinante nas suas ações. A atuação dos meios de comunicação é importante em ambos os aspectos, ou seja, na definição dos assuntos relevantes para a agenda pública e também para a consolidação ou para o questionamento dos significados partilhados.

Nesse sentido, cabe perguntar o que transforma fatos em notícias relevantes, ou de onde surge o sistema de relevâncias dado nos meios de comunicação. Correia (2005) levanta diversos valores que influenciam na construção das notícias, em uma perspectiva de empresa midiática, realidade só concretizada no Brasil, segundo Sodré (1999), a partir dos anos 1930. Como nosso objeto de estudo situa-se em um momento histórico diferente, anterior à consolidação das empresas de comunicação, como vimos no primeiro capítulo, trataremos, em nossa análise, de adaptar os conceitos à realidade de produção do jornal O Povo.

Correia apóia-se no conceito de *valor-notícia*<sup>22</sup> para afirmar que os elementos que tornam um fato ou uma informação dignos de ocuparem o

---

<sup>22</sup> Conceito oriundo das teorias de *news making*, centradas na questão da produção das notícias e trabalhadas por diversos autores. Correia cita Nelson Traquina como referência.

espaço midiático “[...] refletem a intersecção entre o sistema de relevâncias vigente na redação, no grupo profissional e no mundo da vida em que estão inseridos” (2005, p. 128), além das limitações impostas pela organização do trabalho jornalístico, as restrições orçamentárias e a interação com a audiência. Assim, entendemos que a relação entre a mídia e a *relevância* não se dá simplesmente na escolha das notícias, mas na forma como sua redação ajuda a determinar ou reforçar o que é importante.

Nesse processo, a mídia age no terreno das *tipificações*, reforçando ou questionando as generalizações construídas através da experiência e que definem a apreciação que fazemos de determinadas partes do mundo da vida. A informação midiaticizada amplia a potencialidade daquilo que nos é possível experimentar, mas, em um primeiro momento, todas essas informações são submetidas ao que *já se sabe*, ou seja, a um conhecimento prévio que já nos é familiar:

As tipificações são a forma que a atitude natural do mundo da vida tem de lidar com a erupção generalizada da novidade. São o modo de estabelecer regularidades num mundo ameaçado pela contingência. São a forma de assegurar que é possível lidar com o mundo como até aí. Obviamente que o ator, no mundo social, parece menosprezar tal contingência, tal novidade, tal estranheza. Age [...] como se o mundo lhe surgisse como uma evidência tida por adquirida. Na realidade, o mundo da vida é paradoxal. Como Schutz adivinha, um mundo pode ser instável, marcado pela aceleração das diferenças, pela erupção de acontecimentos permanentes. Porém, aos olhos dos agentes que o integram, as tipificações permitem lidar com essas mudanças de um modo que lhes parece evidente. Nesse sentido, até acontecimentos como a morte são tipificados de um modo que lhes permite serem absorvidos pela visão relativamente natural do mundo que faz parte da vida cotidiana (CORREIA, 2005, p. 131).

Esse processo revela um aspecto bastante interessante da produção de notícias, já que, de forma geral, como verificou Bourdieu (1997), a mídia trata *cotidianamente* do *extra-cotidiano* e, para que isso aconteça, há uma parcela de construção, de produção de sentido, que relaciona o que é considerado extraordinário com a ordem natural do mundo da vida, tal como considerada nas diferentes condições de produção jornalística. Assim, a noção de objetividade fica abalada, pois a realidade não pode ser separada da forma

como é interpretada pelo *campo* jornalístico, tomando emprestada a concepção bourdiana.

As tipificações envolvem também questões práticas de ordem espaço-temporal, como a periodicidade do veículo e os limites de espaço (toques, minutos), de forma que a informação midiaticizada está sujeita a todo um quadro de *tipos* e *relevâncias* tidos como aceitáveis socialmente, seja na experiência individual dos jornalistas, seja nos diversos fatores que influenciam o processo de produção. É produzida uma orientação discursiva que cerceia a descrição da realidade, adequando-a ao veículo e à comunidade onde ele está inserido. Explica Correia (2005):

Os jornalistas são elementos essenciais na construção de imagens que só tem sentido insertas numa história exemplar em que colaboram todas as formas institucionais de narradores e o próprio público. A estrutura subjacente acaba por percorrer formas diversas de relato de modo a proporcionar a adesão ou a repulsa. As imagens funcionam como os arquétipos que se usam para criar esse relato, inserindo-o de modo articulado no conjunto de narrativas dominantes numa dada cultura. De acordo com esta estratégia, a sociedade cria imagens negativas e positivas mas inscreve-as na concepção relativamente natural da comunidade. O risco é o de que, deste modo, se desencadeie uma operação coletiva de naturalização do que é cultural que acentue a vocação alegadamente universal dos valores e visões transmitidos, omitindo os elementos conflituais e contraditórios (CORREIA, 2005, p. 134).

Desta forma, os jornais e jornalistas reforçam as *relevâncias* e *tipificações* tidas como dominantes; ocorre uma correspondência entre as rotinas profissionais e a *atitude natural*. Porém, muito do que é dado como *priori* na mídia pode ser questionado, tensionado, posto em dúvida. Chegamos, novamente e enfim, a um dos pontos mais interessantes da atividade jornalística: a objetividade.

Como o pesquisador, o jornalista faz parte do mundo que observa e interpreta. Os próprios eventos que ele noticia já são, eles mesmos, construções da realidade. O desafio é evitar que a proximidade com o senso comum se transforme em conformismo. A esta dificuldade metodológica, a abordagem fenomenológica schutziana responde com a afirmação do ponto de vista subjetivo, ou seja, com a incorporação do jornalista como *observador*,

mas também *agente* do processo social. Esta situação propicia ao profissional a possibilidade de conhecer outros âmbitos de significado:

Ao ganhar consciência do seu estatuto de observador e participante, o resultado poderá ser a possibilidade de o jornalista se tornar ainda mais observador, desenvolvendo a confiança e a suspeita (num sentido positivo), mais atento à situação complicada que resulta da sua posição peculiar (CORREIA, 2005, p. 139).

A interação entre províncias de significado não se dá sem conflitos, desentendimentos ou falhas de comunicação, tanto no plano individual quanto no coletivo. As contradições de uma província de significado só se tornam aparentes no contato com o estrangeiro, onde a posição natural perante o mundo é questionada e provocada à reflexão. As relações políticas, por exemplo, pressupõem o eminente contato entre diferentes, de forma que o dissenso e o desentendimento sempre estarão presentes. Nesse caso, a forma como um grupo se vê (suas auto-tipificações) entram em choque com as heterotipificações de outrem, de forma a surgir antagonismo ou confronto. Isso porque a *atitude natural* de um grupo é tida como óbvia, auto-explicável, compreensível para qualquer um. Por outro lado, esse encontro pode gerar reflexão, relativização e entendimento. O encontro dessas realidades múltiplas manifesta-se também no espaço midiático: “as situações comunicativas da vida cotidiana não são idênticas às do espaço público e a interação entre elas é um elemento essencial de sobressalto e contingência, de introdução da estranheza e de questionamento da identidade” (CORREIA, 2005, p. 147).

Acreditamos ser possível entender o confronto de idéias travado através dos periódicos, durante a Revolução Farroupilha, especialmente nas relações de choque entre província e Império, brasileiros e sul-riograndenses, república e monarquia, como um fenômeno que revela o confronto entre universos de sentidos diferentes.

Os significados serão buscados, no nosso trabalho, através da linguagem, já que o discurso presente nas páginas do jornal, e os relatos históricos são nossa porta de acesso ao universo de *tipificações* que revelam a *realidade* da vida cotidiana na República Rio-Grandense. Sabemos que a

relação da linguagem com a vida cotidiana não se dá de forma transparente, mas sim opaca, distorcida. Por isso, escolhemos como técnica a Análise do Discurso, tal como apresentada por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, que toma a situação de comunicação como *encenação*, conforme veremos a seguir.

Voltando à nossa epígrafe, e confrontando-nos com a impossibilidade de reconstituir a experiência através da reflexão, como assinalou Schutz, cabe-nos buscar desenhar o melhor mapa possível para o território de nosso objeto, com as ferramentas metodológicas escolhidas. Aceitamos que os significados atribuídos às ações humanas são construídos socialmente, mas questionamo-nos, aqui, sobre a forma como o homem constrói esses significados e, sobretudo, qual o papel do jornalismo nesse processo, durante a Revolução Farroupilha, através da amostra escolhida – o jornal O Povo. De forma que a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz é encarada como uma tentativa radical de ir além das mais simples pressuposições básicas, questionando a própria idéia de conhecimento, dirigindo-se às próprias coisas, aos fenômenos e às formas como eles nos aparecem (CORREIA, 2005):

A concepção fenomenológica implica, assim, a existência de um determinado método que se traduz na adoção de uma certa atitude. Pretende-se que o fenomenólogo enfrente o seu objeto de estudo com uma particular disposição da consciência, com uma atitude característica e com um modo particular de questionar sua relação com o objeto (p. 43).

Ao que complementa Michel Maffesoli (2007), teórico da Sociologia Compreensiva, que bebe da fenomenologia schutziana, citando a função da noção de *tipicalidade* na pesquisa social:

[...] Somos parte integrante (e interessada) daquilo que desejamos falar. É o que, aliás, faz com que a perspectiva crítica dê lugar à afirmação. Não tendo de decidir entre bem e mal, contentamo-nos em dizer o que é, sabendo que, de diversas maneiras e por distintas modulações, somos elemento deste real (p. 49).

Mesmo situando-nos como elemento deste real e utilizando a *salvaguarda do ponto de vista subjetivo* que nossa metodologia permite, afirmamos que este trabalho não está entrincheirado no individualismo ou no conformismo; ao contrário, pretende valorizar o conhecimento cotidiano expresso nas páginas d'O Povo como uma rica manifestação da construção de sentido em sua mais profunda polissemia, na fortuna dos estranhamentos e da impossibilidade que faz do fenômeno comunicativo um dos mais ricos para a pesquisa social.

### 3.2 A ANÁLISE DO DISCURSO COMO TÉCNICA

Descrever a Análise do Discurso como técnica é um desafio, por sua configuração tautológica: estudar as palavras através delas mesmas. Antes de explicitar os procedimentos que guiarão nossa análise, acreditamos que seja necessário justificar essa escolha como uma das lentes para este trabalho.

O jornal O Povo está situado na antiguidade da história da comunicação, se levarmos em conta uma linha do tempo que, no Brasil, começa com a chegada da Família Real ao país, em 1808. De sua materialidade, restam as raras cópias originais que sobreviveram ao tempo (mais escassas ainda em coleção completa); de seu contexto, multiplicam-se os discursos históricos, com diferentes enfoques, como vimos no capítulo 2; de seu redator, Luiz Rossetti, não chegou a nós nem um bico de pena (BONES, 2003). Parece que, para o pesquisador na atualidade, o que resta é o confronto com o que está posto no objeto: seu discurso, acessível através da linguagem, ou seja, dos significados que esse texto dá a ler na contemporaneidade, mas através de um contexto de época.

Para tanto, é preciso escolher um entre tantos instrumentos de análise. No nosso caso, optamos pela abordagem de Patrick Charaudeau, um teórico preocupado com a noção de *ato de linguagem*, que toma o discurso como “uma atividade humana que se desdobra no teatro da vida social e cuja



encenação resulta de vários componentes, cada um exigindo um *savoir-faire*, o que é chamado de *competência*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 7 – grifos do autor). O autor define essas diferentes competências da seguinte forma: uma competência *situacional*, ou seja, a definição da finalidade da situação de comunicação e da identidade dos interlocutores; uma competência *semiolingüística*, que diz respeito à organização da encenação do ato de linguagem de acordo com determinadas características (enunciação, descrição, narração, argumentação); e, por fim, uma competência *semântica*, que diz respeito ao que mais nos interessa como pesquisadores da comunicação, ou seja, a forma como se dá a construção dos sentidos. Essa análise conta com a ajuda dos indicativos das

formas verbais (gramaticais ou lexicais), recorrendo aos saberes de conhecimento e de crença que circulam na sociedade, levando em conta os dados da situação de comunicação e os mecanismos de encenação do discurso (2008, p. 7).

Fica claro que, para Charaudeau, a noção de *discurso* é diferente das categorias *língua*, *linguagem*, *frase*, *texto*, *enunciado*, etc., mesmo que muitas vezes utilizemos essas palavras como sinônimos. Em sua origem filosófica, o termo “conhecimento discursivo” opunha-se ao “conhecimento intuitivo”, filiando-se ao encadeamento de razões e aproximando-se na noção grega de *logos* (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 168). Para afirmar o discurso como uma categoria distinta, os autores relacionam uma série de “idéias-força”, resultado da influência de diferentes correntes pragmáticas dedicadas ao assunto (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2006, p. 170 e ss.):

- *O discurso supõe uma organização transfrástica*. Apesar de poder ser constituído por uma ou várias frases, o discurso mobiliza estruturas de outra ordem, que não apenas a gramatical;
- *O discurso é orientado*. Ele é concebido em função do propósito do locutor e também se desenvolve no tempo. Considera-se que ele chegará a alguma parte;

- *O discurso é uma forma de ação.* Toda a enunciação constitui um ato visando a modificar uma situação;
- *O discurso é interativo.* Mesmo que não se trate de uma situação face a face, todo o discurso pressupõe um interlocutor; ele é uma troca, “supõe sempre a presença de uma instância de enunciação à qual o locutor se dirige e em relação à qual ele constrói seu próprio discurso” (p. 171);
- *O discurso é contextualizado.* Não é possível atribuir qualquer sentido a um discurso fora de contexto. “Além disso, o discurso contribui para definir seu contexto e pode *modificá-lo* durante a enunciação” (p. 171, grifo do autor);
- *O discurso é assumido.* Ele deve estar relacionado a uma instância que se põe como fonte dos pontos de referência pessoal, temporal e espacial, indicando qual atitude o sujeito adota em relação àquilo que diz;
- *O discurso é regido por normas.* Como todo comportamento social, ele é submetido a normas sociais gerais ou específicas;
- *O discurso é assumido em um interdiscurso.* Ele só adquire sentido se colocado em um universo de outros discursos.

Em uma frase, o autor define o discurso como a “totalidade de um ato de linguagem particular” (2008, p. 33). Mesmo firmando seu objeto, Charaudeau (2008) também traz à luz a problemática da linguagem, como já referimos neste capítulo, em relação ao acúmulo de conhecimentos e parâmetros para guiar as análises, em especial na comparação com as “ciências exatas”. O autor reconhece que não há como tornar a linguagem um objeto autônomo. Em outras palavras, não parece haver um itinerário único e obrigatório a seguir nesse tipo de estudo; assim, as tentativas de empreender um percurso histórico para esse tipo de estudo seria “resultado de uma decisão e não de uma constatação” (p. 15). Esse aspecto coloca em harmonia, mais uma vez, a Análise do Discurso proposta por Charaudeau com a Sociologia Fenomenológica de Schutz, onde já vimos que a salvaguarda do ponto de vista subjetivo é um imperativo, mas que não exclui a herança do pensamento:

Toda teoria, assim como toda fala, define-se em relação a outras teorias, a outras falas. No entanto, essa herança *passa pelo sujeito que produz a teoria ou a fala*; o que significa reafirmar que há tantos percursos históricos quantos forem os sujeitos que teorizem (CHARAUDEAU, 2008, p. 15 – grifos do autor).

Evidentemente, existem cruzamentos entre os diferentes percursos teóricos, de forma que muitas vezes torna-se difícil atribuir paternidade às idéias, ainda mais em um campo tão vasto quanto o da linguagem. Assim, restringimo-nos, neste estudo, a dialogar com os sentidos da linguagem e do discurso segundo as abordagens de Schutz e de Charaudeau, certos de que podemos, a qualquer momento, confrontar, afirmar ou referir outros autores.

Para Schutz (1979), o papel da linguagem é central nos esquemas tipificadores: “O meio tipificador *par excellence*, através do qual o conhecimento social é transmitido, é o vocabulário e a sintaxe da linguagem cotidiana” (p. 96 – grifo do autor). Qualquer nomeação faz parte de um sistema de tipificação e relevância.

Schutz distingue, na categoria *linguagem*, uma série de características que podem ser colocadas lado a lado com as *idéias-força* levantadas por Charaudeau em relação ao discurso:

Toda palavra e toda sentença é, usando... um termo de William James, cercada de “orlas” que as ligam, de um lado, com elementos passados e futuros do universo de discurso a que pertencem e, de outro, com um halo de valores emocionais e implicações irracionais, eles próprios inefáveis. As orlas são a substância de que é feita a poesia; podem ser transpostas para a música, mas são intraduzíveis (SCHUTZ, 1979, p. 97).

Além dessas *orlas* e outras implicações inefáveis, Schutz também aponta para a enorme variedade de conotações presentes na linguagem, os termos técnicos, jargões e dialetos específicos, chegando ao indivíduo e seu próprio código privado.

Está visto que a linguagem desempenha um papel essencial na Sociologia Fenomenológica schutziana. Cabe, agora, explicitar como vamos abordá-la, ou seja, nossa técnica de análise.

### 3.2.1 A Análise do Discurso segundo Patrick Charaudeau

A fim de sedimentar sua proposta teórica de análise do discurso, Patrick Charaudeau (2008) traça um panorama de duas diferentes vertentes do pensamento lingüístico. O autor evidencia grandes tendências em relação ao Objeto, ao Método e ao Conhecimento, chegando aos seguintes tipos de abordagem da linguagem:

- uma que se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-transparente*, por seu método de *atividade de abstração*, e se interessa por *do que* nos fala a linguagem;
- outra se caracteriza por sua concepção de *linguagem-objeto-não-transparente*, por seu método de *atividade de elucidação*, e se interessa por *como* nos fala a linguagem (CHARAUDEAU, 2008, p. 20).

Por um lado, temos a linguagem em uma situação de comunicação neutra, com emissor e receptor ideais, esgotando sua significação em si mesma. O método de análise dos textos é a *abstração*, através de comparações e analogias, chegando a uma explicação última da *estrutura languageira* ou, em outras interpretações, à *verdade*. Assim, essas teorias buscam *do que* fala a linguagem, ou seja, *qual é o mundo já organizado que se encontra por trás dela*.

Por outro lado, distintas abordagens entendem que o ato de linguagem não se esgota no seu significado, ligando-se ao seu contexto sócio-histórico e constituindo um jogo entre *implícitos* e *explícitos*. Os seres da fala (emissor e receptor) são definidos em suas *diferenças*. Aqui, o método de análise baseia-se na atividade de *elucidação*, que joga com a manifestação languageira e o contexto, entre o sujeito coletivo e o individual, interessando-se em *como* fala a linguagem, ou seja, *como a significação é significada*.

O que o autor pretende, ao expor essas tendências, é alertar-nos para a importância de integrá-las em uma mesma problemática, pois a linguagem é marcada pelo selo da *discordância* e da *concordância* (2008, p. 20):

O mundo não é dado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. O Método seguido deverá então ser duplo: elucidante do ponto de vista do *como* e abstratizante do ponto de vista do *do quê* (2008, p. 21).

Assim, Charaudeau chama a atenção para um duplo valor e uma dupla dimensão presentes no *ato de linguagem*: o Explícito e o Implícito. A produção de sentido depende do jogo entre esses elementos. O Explícito aparece como uma superfície repleta de lacunas que, quando combinado (ou preenchido) pelo Implícito, tratando das condições de produção e interpretação da linguagem, determina a significação deste ato de linguagem. Dessa forma, “o ato de linguagem é resultado de uma dupla atividade: estrutural (a Simbolização referencial) e serial (a Significação)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 37).

A significação também está sujeita a um *conjunto de possíveis interpretativos*, que são sugeridos pelo contexto. Isso ressalta dois aspectos das condições de Produção/Interpretação do ato de linguagem: a partilha de saberes entre seus protagonistas, o que remete à condição de partilha intersubjetiva de significados, como apontada por Schutz; e o saber que esses sujeitos comunicantes supõem existir entre eles, ou seja, os *filtros construtores de sentido*.

A interpretação é assim definida por Charaudeau (2008) como um *processo de criação de hipóteses*. Os sujeitos interpretantes e enunciadores estão a todo tempo criando suposições sobre seus pontos de vista em relação aos enunciados. Isso evidencia a falta de transparência dos processos comunicativos, ou seja: as *circunstâncias de discurso* são definidas por aspectos como, por exemplo, a *Situação extralingüística*, o “ambiente material pertinente para a codificação ou a decodificação” (p. 31). O autor apresenta um exemplo divertido:

Se uma pessoa sentada em um bar pede “uma caipirinha” e se o garçom do bar lhe traz uma bebida (e não uma pessoa do sexo feminino, vinda da roça, o que seria inverossímil, é claro) não é porque o ambiente material se impõe a esses dois interlocutores, mas porque o *contrato de comunicação* que os liga faz com que partilhem um mesmo ponto de vista. Portanto, são as *Circunstâncias de discurso* (vistas como um conjunto de

saberes partilhados) que comandam o ambiente material e não o inverso (CHARAUDEAU, 2008, p. 32 – grifos do autor).

Dado que a significação não é autônoma (depende das *circunstâncias de discurso*), Charaudeau (2008) problematiza a questão do signo e sugere que, nessa linha de raciocínio, o signo, como forma autônoma de sentido, não existe na *língua*, somente no *discurso*. Mas como não é possível negar que as palavras, mesmo fora do discurso, têm significado (os dicionários estão aí para comprovar), o autor propõe o exame da questão do duplo valor do signo: as faces da *qualificação referencial* e da *funcionalidade*.

Esses elementos contribuem para algumas constantes de sentido que se constroem em razão do emprego das palavras em contextos semelhantes e em contextos diferentes, o que vai sedimentando um certo saber metacultural sobre os signos. A essas *constantes* se somam as *circunstâncias* de produção e interpretação já referidas, ao que Charaudeau conclui: “a significação é uma manifestação languageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende de *Circunstâncias de discurso* particulares” (p. 35 – grifo do autor). A complexidade da discussão sobre o signo justifica a rejeição do autor à clássica oposição entre denotação, como um sentido primeiro, básico e neutro, e conotação, como um valor segundo, uma simples sobre-significação. Onde, também, o autor não utiliza o termo *significado*, preferindo a expressão *marca lingüística*.

Assim, o ato de linguagem, tal como proposto por Charaudeau, surge da combinação (e não simples adição) dos elementos estruturais e seriais, levando em consideração aspectos que o aproximam das noções de *intersubjetividade*, *experiência* e *províncias de significado* que vimos na teoria schuztiana:

Na verdade, todo ato de linguagem veicula, através de sua expectativa discursiva, um saber sobre as representações lingüísticas das práticas sociais dos protagonistas da linguagem. É normal que o aspecto perceptivo-sensorial da experiência se encontre integrado nesse saber e seja, como o resto, memorizado na competência discursiva dos protagonistas (CHARAUDEAU, 2008, p. 37).

Baseado em sua dupla dimensão hipotética (as hipóteses e apostas feitas pelos sujeitos enunciador e interpretante), Charaudeau define o *ato de linguagem* como uma *encenação*. Trata-se de um ato *inter-enunciativo* entre quatro sujeitos, “lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos” (2008, p. 45). Designa o *EU* como o sujeito *produtor* do ato de linguagem e o *TU* como sujeito *interlocutor* desse ato de linguagem, da seguinte forma:

**EUC = sujeito comunicante.** É um sujeito agente que se institui como *locutor e articulador da fala*, organizando o ato de linguagem. É testemunha de um determinado *real* ligado ao seu universo de discurso.

**EUE = sujeito enunciador.** É uma imagem de enunciador construída pelo sujeito *produtor da fala* e representa seu traço de intencionalidade (não no sentido maniqueísta, mas num contexto de *projeto de fala*) no ato de produção. É responsável pela produção de um certo *efeito de discurso* no *sujeito interpretante* (TUi), mas, ao mesmo tempo, depende da imagem de fala construída por este para existir.

Assim, entendemos que o EUE é uma espécie de “máscara” de discurso utilizada pelo EUC. Assim, EUC pode utilizar, de acordo com sua estratégia, uma relação de maior transparência ou maior ocultação com EUE.

Charaudeau ilustra essa relação com um exemplo bastante contundente:

Vamos relatar agora uma pequena experiência: mostramos esta frase a um grupo de pessoas: “Não se mendiga seu direito. O direito é obtido através de uma luta digna”. Em seguida, pedimos às pessoas que imaginassem – pois, no processo de interpretação a imaginação tem lugar de destaque – qual seria a posição político-ideológica do autor da supracitada frase. Repetimos a experiência com públicos diferentes e obtivemos as seguintes respostas:

“É uma pessoa que pertence a um grupo oprimido.”

“É um militante sindicalista.”

“É um homem de esquerda.”

“É um revolucionário.”

“É um partidário da luta armada pelos direitos do trabalhador.”

Em seguida, revelamos que a frase é uma adaptação de um aforismo de... Hitler (CHARAUDEAU, 2008, p. 49-50).

A experiência demonstra que “um texto interpretado fora de suas circunstâncias de produção induz à construção de uma imagem do EU que responde às referências sócio-linguageiras de cada indivíduo” (p. 50). Assim, o sujeito interlocutor pode criar suas hipóteses baseado apenas na máscara, no *efeito de discurso* produzido por EUe. Essa constatação coloca em xeque a noção de autoria de um discurso, já que o autor, na perspectiva de Charaudeau, encobre esse duplo sujeito, comunicador e enunciador. Da mesma forma, o EUc, o produtor da fala, também deve sua existência ao conhecimento que o interlocutor tem dele: “Assim, uma mesma fala poderá ser interpretada como ‘provocadora’, ‘demagógica’, ‘denunciadora’ e/ou ‘irônica’ (...)” (p. 51).

**TUd = sujeito destinatário.** É o interlocutor fabricado pelo EU como *destinatário ideal*, adequado a seu ato de enunciação, de acordo com as circunstâncias de discurso e com o contrato de comunicação. Encontra-se em uma relação de *transparência* com a intencionalidade do EU.

**TUi = sujeito interpretante.** É responsável pelo processo de interpretação que *escapa do domínio do EU*. Encontra-se em uma relação de *opacidade* com a intencionalidade do EU.

Esquemáticamente, o autor representa sua teoria no quadro:

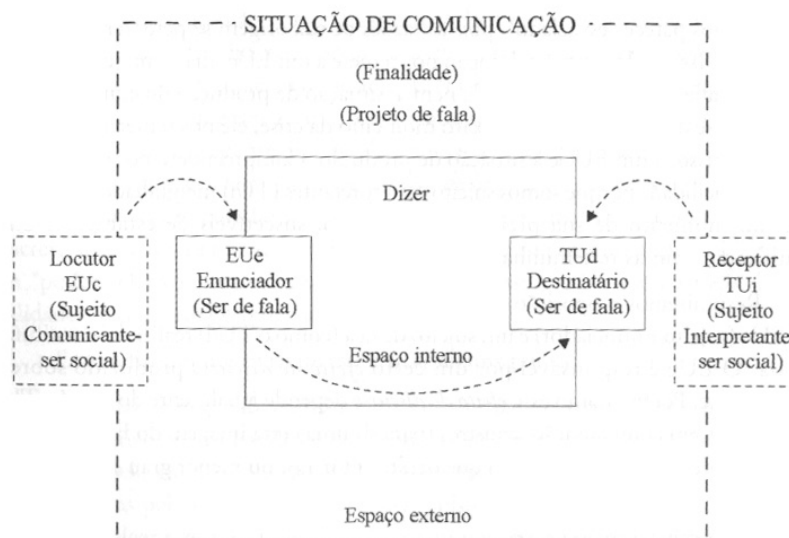


Figura 1: **Situação de Comunicação** (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

No espaço externo do quadro está o contexto “real”. O ambiente interno abriga os imaginários, os ideais de comunicação. O sucesso



na empreitada de comunicar depende da maior ou menor coincidência entre TUi e TUD. Para ser bem-sucedido na empreitada comunicacional, o sujeito comunicador utiliza *contratos* e *estratégias*.

A noção de *contrato* pressupõe que os sujeitos pertencem a um mesmo corpo de práticas sociais e estão de acordo com as representações linguageiras das mesmas. Já o contrato de comunicação determina os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de agentes e sujeitos da fala. O contrato pode deixar transparecer as estratégias de poder existentes na sociedade, num jogo de ser e de parecer do estatuto social dos sujeitos da ação linguageira (CHARAUDEAU, 2008).

As *estratégias* aparecem na concepção, organização e encenação empreendidas pelo sujeito comunicante (EUc) no intuito de produzir determinados efeitos nos sujeitos interlocutores. Nesse sentido, as estratégias podem variar entre dois extremos: a fabricação de *uma imagem de real* como um lugar da verdade, com força de lei; e a fabricação de uma *imagem de ficção*, como um lugar de identificação e que apela para o imaginário dos sujeitos.

Mesmo lançando mão dos *contratos* e *estratégias*, a produção linguageira está sempre submetida à revisão do interlocutor. Isso, somado a fatores subconscientes que podem deixar transparecer elementos impensados ou indesejados na fala do sujeito produtor, traz à tona a dimensão do imprevisível no ato de linguagem.

Nessa dimensão múltipla, fica claro que “todo ato de linguagem depende de um Contrato de comunicação que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala (fenômeno de legitimação)” (CHARAUDEAU, 2008, p. 61). Através desta abordagem, o autor acredita ser possível abordar a questão linguageira tanto em seus aspectos sociológicos quanto psicológicos:

Em nossa concepção, as estratégias de poder exercidas em uma sociedade são o resultado de *um jogo de ser e de parecer* entre o estatuto social dos sujeitos do circuito comunicativo (EUc/TUi) e o estatuto linguageiro dos sujeitos que a manifestação linguageira constrói (EUe/TUD) (CHARAUDEAU, 2008, p. 62 – grifos do autor).

Aos analistas e pesquisadores, Charaudeau explica que quem se propõe a estudar um ato de linguagem não pode querer dar conta da totalidade das intenções do sujeito comunicante. Mas será que a pesquisa se restringe a uma questão de hermenêutica, de interpretação? Para o autor, esse dilema não existe, pois a análise de um ato de linguagem deve dar conta não apenas de EU ou TU, mas sim dos diferentes “*possíveis interpretativos* que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação” (2008, p. 63). Em síntese, a proposta teórica do autor instiga o pesquisador a responder à pergunta: *Quem o texto faz falar?*, ou *Quais sujeitos o texto faz falar?*

Os *possíveis interpretativos* são “testemunhas das práticas sociais que caracterizam um grupo ou uma comunidade humana” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63). Cabe ao sujeito analisante coletar as variadas possibilidades de interpretação e, através da comparação, entender as constantes e as variáveis do objeto para torná-las instrumento de análise.

### 3.2.3 O discurso nos textos midiáticos

Na obra **Discurso das mídias**, Charaudeau (2006) concentra-se na dimensão midiática dos discursos, partindo da constatação de uma particularidade: esse tipo de discurso não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas sim um universo construído. Alguns princípios conduzem seu raciocínio (p. 12-13):

- 1- O discurso de informação permite o estabelecimento de um vínculo social;
- 2- As mídias se interessam de modo *organizado* pelo estabelecimento desse vínculo, propondo um *contrato comunicacional*;
- 3- As empresas de fabricar informação concorrem entre si;
- 4- A partir dessa concorrência, as mídias são levadas a uma tomada de posição sobre a maneira de tratar a informação.

Corroborando a perspectiva afirmada por Navarro (2003), no começo deste capítulo, Charaudeau (2006) interessa-se, sobretudo, pela lógica simbólica fixada nas mídias, ou seja, a *produção de sentido*:

Trata-se da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações dos valores que subjazem as suas práticas, criando e manipulando signos e, por conseguinte, produzindo sentido (p. 16).

Para este autor, a dificuldade em abordar os textos midiáticos se dá porque esse discurso tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação, diferente, por exemplo, do discurso político. Dado o papel do pesquisador em ciências humanas e sociais de “descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam visível” (2006, p. 17), é preciso superar as aparências e procurar entender os mecanismos que levam os discursos a mascarar, revelar ou perverter seu valor simbólico:

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel (CHARAUDEAU, 2006, p. 20).

Charaudeau (2006) propõe a análise dos discursos midiáticos numa perspectiva interdisciplinar, apontando para a importância da distinção dos lugares de construção de sentido nesse tipo de texto, como mostra o esquema a seguir:

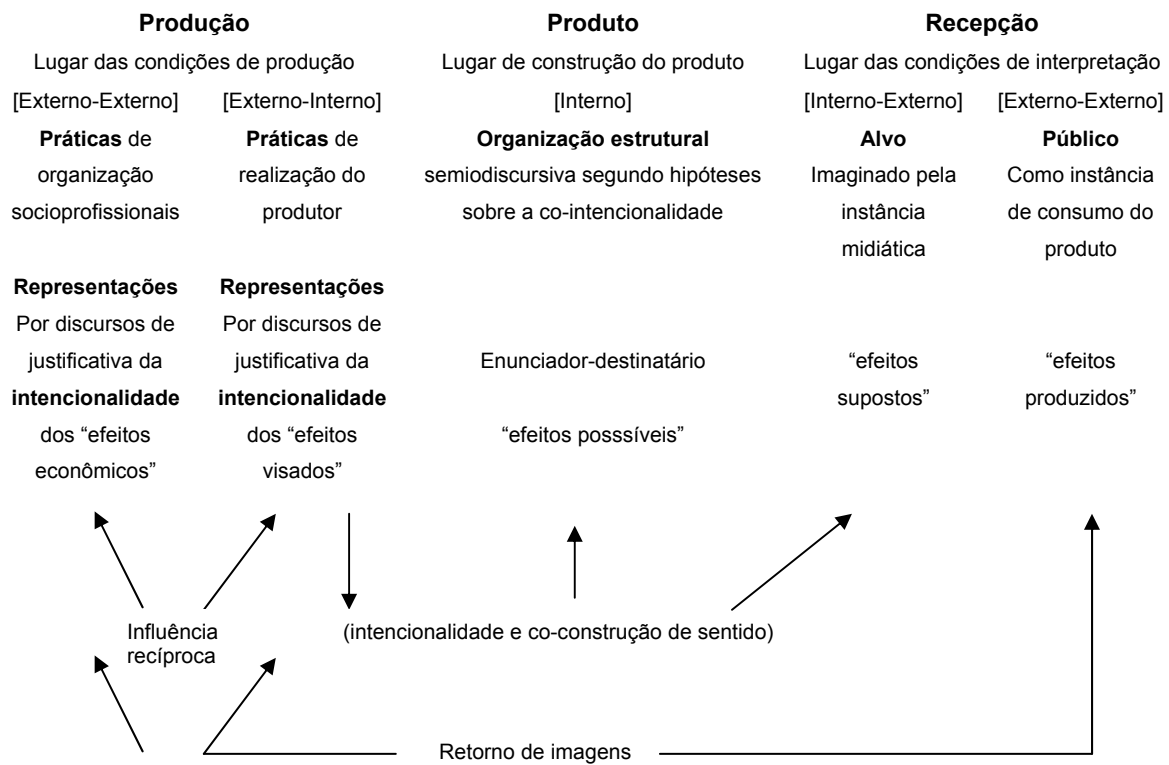


Figura 2: Os três lugares da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2006, p. 26).

Na medida em que o ato de comunicação consiste na troca entre as instâncias de produção e recepção, o sentido resultante desse ato depende da relação de intencionalidade entre essas duas instâncias:

Isso determina três lugares de pertinência: o da instância de produção, submetida a certas condições de produção; o da instância de recepção, submetida a condições de interpretação; o do texto como produto, que se acha, enquanto tal, submetido a certas condições de construção (CHARAUDEAU, 2006, p. 24).

Nas condições de *produção* há o espaço *externo-externo*, que compreende as condições socioeconômicas da máquina midiática, regulada por determinadas práticas profissionais. No espaço *externo-interno*, estão as condições semiológicas da produção, que se traduzem na intencionalidade dos jornalistas, editores e demais profissionais da comunicação, através de

representações consideradas adequadas ao suposto público do veículo. Esta instância se relaciona com o espaço *interno-externo* do lugar das condições de *recepção*, que representa esse mesmo destinatário ideal, o “alvo” imaginado pelos produtores (na atualidade, é bastante comum o uso de sondagens como instrumento de definição desse alvo). No espaço *externo-externo* das condições de recepção está o público real, que interpreta as mensagens de acordo com suas próprias condições psicossociais.

Há, ainda, o lugar das restrições de construção do produto, que é onde o discurso se configura como texto, “segundo uma certa organização semi-discursiva feita de combinação de formas, umas pertencentes ao sistema verbal, outras a diferentes sistemas semiológicos: icônico, gráfico, gestual” (CHARAUDEAU, 2006, p. 27). A construção do sentido depende da estruturação dessas formas, decodificáveis pelo receptor, e realiza-se como resultado de uma co-intencionalidade, ou seja: as expectativas interpretativas de produtores e receptores. Assim, Charaudeau (2006) afirma que “com isso, toda análise de texto nada mais é que a análise dos *possíveis interpretativos*” (p. 28).

Assim, analisar um discurso midiático pressupõe o exame dos sentidos que provêm da estruturação do texto e dos lugares de produção e recepção. De modo que a informação não corresponde apenas à intenção do produtor ou do receptor, mas a um conjunto de efeitos possíveis, orientados na relação de jogo de espelhos entre os *lugares* caracterizados pelo autor.

Por sua dimensão relacional, de co-intencionalidade, entendemos que a proposta de Análise do Discurso de Charaudeau está em harmonia com as perspectivas metodológicas de Schutz, que ressaltam a intersubjetividade:

Ele [o homem] fala, em princípio, para se colocar em relação com o outro, porque disso depende a própria existência, visto que a consciência de si passa pela tomada de consciência do outro, pela assimilação do outro e ao mesmo tempo pela diferenciação com relação ao outro. *A linguagem nasce, vive e morre na intersubjetividade* (CHARAUDEAU, 2006, p. 42 – grifo nosso).

Assim, a relação entre mundo da vida e mundo do conhecimento (o “real” e o “discursivo”) se dá de forma eminente no ato de comunicação, onde a própria noção de *acontecimento* é relativizada, tornando-se essencial para o entendimento do discurso midiático. Para Charaudeau (2006), o acontecimento está intimamente ligado com a produção de sentido, uma vez que a relação entre “o que aconteceu” e seu relato não pode ser outra além da de reconstituição.

Perceber que algo *aconteceu* pressupõe captar uma modificação na ordem das coisas, uma ruptura ou desequilíbrio nos sistemas que fundam aquilo que é entendido como ordem. Para que um acontecimento seja percebido enquanto tal, é preciso que um sujeito entenda o que nele provoca um “efeito de *saliência* na uniformidade do mundo” (p. 100). Após essa percepção inicial, essa saliência passa pelo processo de significação, ou seja, por um lado é problematizada em relação àquilo que está dado e, por outro, é integrada numa recategorização semântica, produzindo um efeito que é chamado pelo autor de *pregnância*.

Se a informação midiática tem como finalidade informar o que ocorre no espaço público, a definição de *acontecimento* passa pelas noções de *atualidade*, *socialidade* e *imprevisibilidade*. A questão de atualidade tem a ver com o marco zero temporal e espacial do corpo, como já referimos na teoria de Schutz. Trata-se do tempo e do espaço que separam o acontecimento de sua informação que, dependendo da tecnologia empregada, pode chegar ao imediatismo do ao vivo.

O potencial da *socialidade* é avaliado segundo aquilo que pode ser considerado de interesse coletivo, configurado em editoriais como política, economia, cultura, esportes etc. A dimensão de *imprevisibilidade* (novamente, uma categoria que já foi apontada por Schutz) traz aqueles elementos que abalam a tranquilidade da ordem ou das expectativas do receptor sobre ela, fazendo com ele seja obrigado a adaptar e reorganizar seu sistema de inteligibilidade (CHARAUDEAU, 2006).

É assim que o contrato midiático acaba por construir um *espaço público* e uma *opinião pública*, pois coloca em permanente tensão as representações de uma comunidade lingüística, jogando com a organização coletiva dos sistemas de valores, com a exibição dos lugares-comuns da

coletividade e encarnando os valores dominantes (CHARAUDEAU, 2006, p.115-117). O reconhecimento entre os membros de uma comunidade se dá através do que o autor chama de *discurso circulante*, uma soma de enunciados que promove certa coesão social. Esse discurso cumpre, pelo menos, três funções:

1- Instituição do poder/contra-poder: Esta instância nos interessa bastante, pois diz respeito às palavras que se impõem como autoridade, que “confere sentido à ação social, a orienta, lhe serve de guia e fundamenta sua potência”. É o discurso do poder político, do Estado. Frente a ele, podem surgir discursos de reivindicação, ou de contestação, que desestabilizam os valores apresentados até então.

2- Regulação do cotidiano social: Comporta os discursos do cotidiano, que configuram os comportamentos básicos do corpo social;

3- Dramatização: São os discursos do imaginário, da ficção, dos mitos.

Assim, Charaudeau (2006) conclui que o *espaço público* não é único, nem estanque, nem um fato (p. 120). Entende que a relação das mídias com a construção de uma *opinião pública* não deve ser encarada de forma simplista, verticalizada. Para que isso acontecesse, as mídias deveriam ter atribuído à sua palavra um valor de sanção (no sentido jurídico) ou de consagração (no sentido religioso). Em relação ao jornal O Povo, um órgão oficial de um determinado governo, será que esse tipo de poder se configura?

Passando à problemática das estratégias de encenação da informação, Charaudeau aponta como uma particularidade do discurso midiático a influência do dispositivo na formatação das mensagens. Para ele, não há como dissociar o conteúdo de seu suporte.

O dispositivo é um componente do contrato de comunicação sem o qual não há interpretação possível das mensagens, da mesma forma que uma peça de teatro não faria muito sentido sem seu dispositivo cênico (CHARAUDEAU, 2006, p. 105).

Para o caso que nos interessa aqui, o da imprensa, o autor ressalta como uma característica a distância entre aquele que escreve e o que lê, mas ao mesmo tempo, a face do suporte impresso como “um traço para o qual sempre se pode retornar” (p. 113), seja para corrigir o texto (no caso do produtor), seja para reler (no caso do interlocutor). Além disso, a imprensa se caracteriza por demandar tempo entre os lugares da construção de sentido, ou seja: não pode fazer coincidir o tempo do acontecimento, o tempo da escritura e o tempo da leitura, o que ocasiona uma atividade de conceitualização mais analítica e hierarquizada.

É importante observar que os textos midiáticos são sempre frutos de escolhas, majoritariamente relativas ao tempo, ao espaço e à hierarquia dos acontecimentos. Nesse sentido, a noção de *atualidade* é imperativa, atribuindo a esse tipo de discurso os caracteres de efemeridade e de a-historicidade. “As mídias nunca podem garantir que o que é relatado traga alguma marca de perenidade” (CHARAUDEAU, 2006, p. 134).

Em relação ao espaço, o discurso midiático tem como marca um certo dom de ubiqüidade. Reveste-se da capacidade de narrar a aldeia e o planeta: o que mais interessa ao cidadão varia entre o que está próximo e o que está longe, numa gangorra entre egocentrismo e ubiqüidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 137).

Hierarquicamente, a escolha dos acontecimentos que ocupam espaço na mídia é feita com base em critérios *externos* e *internos*. Os externos são de três tipos: 1) o *inesperado*, acidental; 2) o *programado*, que faz parte do agendamento da vida social (eventos culturais, esportivos etc.); 3) o *suscitado*, provocado de forma intencional para chamar a atenção. Os critérios *internos* relacionam-se com as representações particulares dos veículos, o perfil da publicação, a abordagem e os temas que lhe identificam, seus interesses. De qualquer maneira, e essa também é uma característica importante, os eventos relatados midiaticamente sempre devem creditar a informação ou citar suas fontes para dar legitimidade aos eventos.

É evidente que todas essas marcas devem ser relativizadas, quando aplicadas a um jornal como O Povo, que não está inserido em uma perspectiva de empresa jornalística, pois se encontra vinculado a um governo (aspecto fundamental para o entendimento das mídias na atualidade). O que nos parece



é que, mesmo na ausência dessas características, é possível encontrar, nos periódicos do século XIX, alguns fios condutores que se relacionam com as práticas jornalísticas levantadas aqui e que sua explicitação e entendimento iluminam o que entendemos hoje por discurso midiático. Assim, como quer a proposta teórica de Charaudeau, tanto os aspectos formais quanto o conteúdo do jornal contribuem na busca dos *possíveis interpretativos*.

## 4 NAS VEREDAS DA OPINIÃO, O JORNALISMO

“Amicus Plato, sed magis amica veritas”<sup>23</sup>

### 4.1 O POVO E SEU DISPOSITIVO

No capítulo 1, aprofundamos as relações entre jornalismo e história e o papel dos periódicos no período regencial brasileiro. No capítulo 2, recuperamos alguns dos principais acontecimentos da Revolução Farroupilha, procurando entender algumas de suas causas, as diferentes abordagens para as quais se prestou na historiografia e alguns elementos do cotidiano dos sul-rio-grandenses naquele período. No capítulo 3, descrevemos e tensionamos os referenciais teóricos que nos guiarão nesta análise, que pretende, através dos vestígios discursivos, fazer aparecer os *possíveis interpretativos* dos textos presentes no jornal O Povo, chegando assim aos esquemas de *relevâncias* e *tipificações* que aparecem nas versões dos fatos que os farrapos apresentaram como oficiais.

Iniciamos nossa análise pela descrição do *dispositivo* do jornal O Povo, utilizando a categoria de Maurice Mouillaud (2002). O autor atribui um papel essencial às formas que enquadram o discurso jornalístico. O *dispositivo* contribui para a formação de sentidos, pois serve para “pôr um pouco de ordem no caos do mundo [...] e permite ao leitor reconhecer o mesmo jornal, de um

---

<sup>23</sup> “Platão é amigo, mas a maior amiga é a verdade” (O Povo, n. 23, p. 91). Todas as referências ao jornal têm como base a edição em fac-símile publicada pelo Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1930. Optamos, também, por atualizar a grafia das palavras.

número a outro” (MOUILLAUD, 2002, p. 23). Assim, recusa a dicotomia forma *versus* conteúdo.

Para o autor, essa noção alcança mais que a simples descrição do suporte do jornal, configurando-a como um elemento de *preparação para o sentido*, uma espécie de peneira, como o corredor escuro que antecede a sala de cinema e faz a transição entre a luz do mundo e o mundo da tela (p. 31). Mouillaud (2002) vê uma relação dinâmica entre o texto e o *dispositivo*: ao mesmo tempo, eles se geram e determinam, de forma que o *dispositivo* configura uma “*matriz que impõe suas formas ao texto*” (p. 35, grifo do autor).

Nesse contexto, as mídias são a ponta de um longo processo de transformação das informações, que passam de um estado difuso a unidades homogêneas:

O jornal – e a mídia em seu conjunto – não está, entretanto, face a face ao caos do mundo. Está situado no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam [...] um real já domesticado. O jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo, aparentemente, apenas o último: porque o sentido que leva aos leitores, este, por sua vez, remanejam-no a partir de seu próprio campo mental e recolocam-no em circulação no ambiente cultural. [...] A informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações (MOUILLAUD, 2002, p. 51).

Assim, a cadeia de produção em que se funda a informação midiática faz com que a *experiência* e a *informação* que se tem sobre ela não sejam um reflexo perfeito uma da outra. Mouillaud (2002) cita Gaye Tuchman, que afirma a *realidade* “como o produto de um consenso sustentado pelo jogo das interações e das negociações entre parceiros sociais” (p. 54), seguindo a mesma linha de pensamento de Alfred Schutz, nossa matriz teórica, sobre a relação entre *consciência* e *realidade*. O discurso das mídias também faz parte desse jogo de interações e negociações, enquadrando fragmentos segundo seus modelos de falas, citações, títulos, imagens e outros elementos da deontologia jornalística, a qual, vale destacar, não foi sempre a mesma através dos tempos.

Para serem impressas nas páginas de um jornal, as experiências são retiradas da sua totalidade, passando por um *enquadramento*. Para

Mouillaud (2002), “a experiência não é reprodutível. Ela está ligada a um local, a um ponto do espaço e a um momento do tempo” (p. 61). Isso nos remete à noção de *marco zero*, de Schutz, onde o corpo representa coordenadas que permitem a orientação dos indivíduos no mundo e que definem os conhecimentos que estão ao seu alcance ou potencialmente ao seu alcance, além do contato com o legado do passado e as perspectivas de futuro. Não há como todos esses fatores serem reproduzidos, tal como na experiência, no discurso midiático. Assim, na página do jornal, o acontecimento é fragmentado em facetas múltiplas, que correspondem, cada uma, à captura de uma de suas dimensões: “A disposição sobre a área da página é o local-suporte de uma retórica do discurso” (MOUILLAUD, 2002, p. 62-63).

O autor centra-se na produção das mídias em um contexto contemporâneo, e coloca a questão da transformação da informação através dos acordos implícitos e explícitos entre as redes (*networks*). No caso d'O Povo, um periódico que data da primeira metade do século XIX, a estrutura que fomentava a transformação das informações não é a mesma da contemporânea lógica das redes, mas, para efeitos de geração e determinação dos dispositivos, é possível estabelecer parâmetros análogos aos de Mouillaud, que dêem conta da realidade d'O Povo.

A respeito do nome do jornal, o autor afirma que ele faz parte do *pacto* implícito que o veículo faz com o leitor, configurando a sua leitura pública, em oposição à leitura privada, que acontece a cada número. Dada a referência contemporânea de Mouillaud à leitura dos jornais, o autor considera que cada número é uma unidade autônoma. No caso d'O Povo, isso não acontece. Foi uma prática recorrente o uso da expressão “Continuar-se-há” ao final dos textos, indicando sua continuidade no número seguinte. Fez parte dos modos de fazer desse jornal a possibilidade de um mesmo texto estender-se por 2, 3 ou mesmo 4 edições, como, por exemplo, no caso do famoso Manifesto de 1838 (publicado em três partes) e na transcrição do julgamento do réu Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, pela participação na Sabinada, na Bahia, que se estendeu pelas edições 9, 11, 12 e 13 (neste último, os comentários do jornal sobre o caso). A linearidade e a contigüidade entre as edições refletem mais do que a simples organização dos conteúdos,

abrangendo uma noção de consciência histórica. No número 67, isso fica claro na seguinte afirmação:

De hoje em diante os Boletins das operações de Campanha serão dados neste Jornal e só serão avulsos quando a matéria ou circunstâncias assim o exigirem; não só pela economia de papel e serviços, como ainda *para conhecimento de nossa História Militar, visto ser mais fácil a conservação de coleções do jornal que a de avulsos destacados*. Daremos, pois, ao público os referidos Boletins, principiando pelo 1º Boletim em Piratini (O Povo, n. 67, p. 286, grifo nosso).

Assim, além da já pressuposta linearidade na leitura, o jornal pretendia também a perenidade histórica, mostrando-se consciente de seu papel documental no momento de conflito e interessado em oferecer condições para que a coleção fosse preservada. A coleção, sob o nome O Povo, estabelece uma referência que faz parte do jogo de hipóteses entre os sujeitos da fala, como nos aponta Charaudeau (2008). A publicação do nome, sempre acompanhada do subtítulo “Jornal Político, Literário e Ministerial da República Rio-Grandense” completa a leitura de todas as afirmações presentes em seu discurso, revelando a identidade liberal que O Povo deu a conhecer aos seus contemporâneos e a seus sucessores, como os inúmeros pesquisadores que voltam às suas páginas para tentar entender melhor as bases ideológicas do movimento republicano rio-grandense:

Institui-se então uma dupla relação que remete ao duplo sentido do jornal: o nome do jornal é um título que designa todos os seus enunciados e os identifica à maneira de uma pressuposição. Por seu lado, os enunciados preenchem um nome que, sem eles, seria uma referência vazia (MOUILLAUD, 2002, p. 92).

Ao mesmo tempo em que o título do jornal restringe alguns significados e orienta a leitura por um determinado tipo de *contrato* (CHARAUDEAU, 2008), o nome O Povo provocou problemas de interpretação, pela dificuldade em definir quem fazia parte do “povo” sobre o qual e para o qual os republicanos rio-grandenses falavam. Tanto na ocasião da publicação

do jornal, quanto na interpretação dos historiadores, a questão gerou polêmica. A participação de Luiz Rosseti como redator foi responsável pela inserção de algumas idéias da *Jovem Itália*, consideradas avançadas demais para os liberais farroupilhas, e que foram logo colocadas de lado. O *Prospecto*, texto de abertura do jornal, afirma que um dos objetivos centrais da publicação era o de “propagar entre o Povo doutrinas essencialmente *democráticas*” (*O Povo*, n. 1 p. 1, grifo nosso). No entendimento da *Jovem Itália*, na noção de *povo* estavam incluídas as classes inferiores. Na concepção liberal do governo republicano, “só uma elite bem dotada estava capacitada a mandar” (FLORES, 1978, p. 59). Ao mesmo tempo, a República precisava se defender das acusações de falta de democracia em seu governo. Afinal, a excessiva centralização era uma das principais críticas dos rio-grandenses em relação ao Império. O verniz democrático da *Jovem Itália* pareceu uma boa saída para atenuar, ao menos discursivamente, e num primeiro momento, a concentração das decisões dos revolucionários: “Para chegar da Tirania à Liberdade, é mister valer-se de medidas incompatíveis com a Liberdade regular e permanente” afirma um trecho traduzido diretamente da publicação *Jovem Itália*. Mais adiante, no *Prospecto*, afirmam: “todas essas exigências [da Revolução] não se pode de outro modo satisfazer senão concentrando a vontade de todos em mui poucas, ou numa só” (*O Povo*, n. 1 p. 1). Em correspondência ao amigo Giovanni Batista Cunneo, onde comenta os bastidores da publicação do primeiro número d’*O Povo*, Rosseti afirma: “Não querem nem que se mencione a idéia de uma ditadura, já que necessitam sustentar-se dos decretos ditatoriais” (BONES, 1996, p. 104).

Foi justamente a questão da importância dada ao *povo* que provocou a saída de Rossetti da redação. A gota d’água foi uma briga com o revisor, que alterou a frase “o povo é invencível, eterno e onipotente como Deus”, considerando-a herética, para “O povo é invencível e um dia que não está longe vos pedirá a conta de vossos delitos” (BONES, 1996, p. 108). Na correspondência em que justifica seu pedido de demissão a Domingos José de Almeida, o italiano argumenta que a ignorância e o pedantismo do cadete responsável pela revisão foram responsáveis por uma interpretação religiosa de sua “fraseologia poética e política usada por todos os escritores do mundo e em nada religiosa” (ROSSETI apud BONES, 1996, p. 109).

Enfim, o entendimento de *povo*, na visão de Rosseti, não era o mesmo da cúpula republicana rio-grandense, como afirma Flores:

Embora o jornal O Povo transcrevesse artigos da Jovem Itália, isso não significa, como foi erroneamente interpretado por muitos escritores, que a República Rio-Grandense adotou em parte ou em todo as doutrinas democráticas de Mazzini, por duas razões fundamentais: os liberais desejavam o sistema federativo e não queriam a participação do povo no governo (FLORES, 1978, p. 63).

A partir desse exemplo, entendemos que o título, no caso d'O Povo, estabelece relação de construção de sentido com os demais textos do jornal; porém, é necessário que esse elemento seja relacionado com o contexto da época para ser bem compreendido. Através da Sociologia Fenomenológica, podemos afirmar que o *conhecimento* partilhado socialmente entre os farrapos a respeito da *tipificação* de *povo* era diferente daquela partilhada por Rossetti e pelo movimento Jovem Itália. No jornal, muitas outras *tipificações* foram relativizadas ou confrontadas, como veremos com mais detalhes adiante.

De acordo com Mouillaud (2002), o tipo de digressão a respeito do significado do nome do jornal, como aconteceu com O Povo, só tem sentido nesse tipo de contexto, quando “o nome fazia transição entre um sentido, que ele representava, e enunciados, que ele designava” (MOUILLAUD, 2002, p. 94). Fora desse contexto, o título vira um nome próprio e vai além, passa a designar “um conjunto de conotações que se condensaram sob um nome ao longo de sua história” (p. 94). No caso d'O Povo, como em muitos outros jornais de sua época, a publicação não sobreviveu tempo suficiente para alavancar essa transformação semântica.

Além do título, outros elementos fixos do cabeçalho acompanharam o jornal em toda a sua coleção, com pequenas, mas significativas, variações. Abaixo do nome, a linha de apoio “Jornal Político, Literário e Ministerial da República Rio-Grandense” traz outros elementos para o *contrato* firmado com o leitor: trata-se de uma publicação oficial, de cunho político e que traria em suas páginas conteúdos de outras obras e autores. A característica *literária* do periódico parece-nos não dizer respeito apenas às eventuais publicações de

poemas em homenagem à nascente pátria, mas, também, ao objetivo doutrinário que ficou expresso desde o primeiro número, e que aparece claramente nas cartas de Rosseti a Cuneo, onde o redator demonstra insatisfação por achar que “o jornal afastou-se do rumo que se havia proposto, de ser mais doutrinário e menos ocupado com as coisas locais” (BONES, 1996, p. 107). No *Prospecto*, a propagação de doutrinas aparece como um dos objetivos principais, como já referimos. Além disso, afirma que o papel do jornalista, “para não ser inferior nem a sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente *Educador*” (*O Povo*, n.1, p. 2), o que reforça a perspectiva doutrinária e a crença, pelo menos da parte de Rosseti, que o povo precisaria ser educado para que a revolução prosperasse. A convicção nas “luzes do século” é expressa repetidas vezes no jornal, sendo possível observar a contraposição entre *luzes/ilustração* e *escuridão/ignorância* como uma das *relevâncias* mais destacadas no periódico.

Outros elementos fixos na capa do jornal são duas inscrições, lado a lado, uma de ordem prática e outra de ordem ideológica, numa disposição característica dos jornais da época. À esquerda, a informação: “Este periódico é de propriedade do Governo. Se publica na 4ª feira e Sábado de cada semana. Vende-se em Piratini na Casa do Redator, onde também se recebem assinaturas a 4\$000 rs. em prata cada semestre, pagos adiantados. Folhas avulsas 80 rs”. A primeira frase explicita a origem do conteúdo Ministerial da folha e *contrata* de forma ainda mais evidente com o leitor que todo o conjunto da publicação está subordinado ao Governo da República Rio-Grandense. Além disso, torna clara a periodicidade, o preço e as formas de adquirir o jornal, informações importantes, dadas as dificuldades de distribuição dos impressos naquele período (o próprio *O Povo* publicou ofícios e decretos que relatam tentativas de organizar os paradeiros e o começo da articulação dos correios na República).

Do lado direito, um dístico destacado e traduzido do *Jovem Itália*: “O poder que dirige a revolução tem que preparar os ânimos dos Cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor à Pátria”. Mais uma vez, revelam-se as relações do periódico com as influências ideológicas de Rosseti e também a função do jornal como um instrumento de comunicação do Governo para orientar “os ânimos dos



cidadãos”. O trecho dá a ler alguma influência da Revolução Francesa no movimento revolucionário, ao evocar as palavras “igualdade” e “fraternidade”, além de evidenciar a *relevância* da Pátria no discurso do jornal, tema de discussão recorrente e que revela uma ambivalência, pela dificuldade dos republicanos rio-grandenses em definir se os brasileiros são amigos ou inimigos. Abaixo das inscrições, informa-se o local, a tipografia e o ano (“Piratini, Tipografia Republicana Rio-Grandense; Ano de 1838”). Número, local, data completa e volume ocupam o topo da página, acima do nome.

O cabeçalho sofreu algumas alterações ao longo do tempo. Com a mudança da capital para Caçapava, no número 46, de 6 de março de 1839, o lema “Liberdade, Igualdade, Humanidade”, que até hoje faz parte do brasão do Estado, passou a integrar os elementos fixos da capa. Além disso, na inscrição da coluna da esquerda, a afirmação “Este periódico é de propriedade do Governo” mudou para “Este periódico é de propriedade da Tipografia Republicana”. Na bibliografia consultada, não encontramos informações a respeito dessa alteração e nem no próprio jornal há alguma explicação para o fato. A mudança da capital, além de suspender a publicação da folha por cerca de um mês, parece ter afetado as condições de produção, porque é notável a disparada no número de transcrições de outros jornais, além do aumento no tom das críticas ao Império. Foi também logo após a mudança para Caçapava que Rosseti decide retirar-se da direção do periódico. Em abril de 1839, ele já havia mudado para Camaquã e voltado à Marinha (MACEDO, 1990).

A mudança mais radical ocorreu no cabeçalho do jornal, a poucas edições de seu fim, na edição n. 155 (a coleção completa soma 160). No novo formato, o subtítulo passou a ser apenas “Jornal Ministerial” e as informações da coluna da esquerda (propriedade, valor da assinatura, etc) foram retiradas. A alteração parece ter sido feita às pressas, deixando um *buraco* em branco, no local da informação, sem reorganização dos elementos para compor um cabeçalho mais harmônico.

Mouillaud dedica-se também às manchetes. Nos jornais brasileiros da primeira metade do século XIX, esse elemento aparece na forma do que o autor chama de *título-assunto*, o topo de uma estrutura hierárquica:

Os títulos-assuntos são nomes sem determinante, desprovidos de predicado. Encarados de um ponto de vista lingüístico, não são nem frases nem o produto da transformação de uma frase subjacente. Seu status é comparável àquele dos objetos de um catálogo ou às unidades de um repertório (MOUILLAUD, 2002, p. 103).

Era comum nos jornais da primeira metade do século XIX que essa hierarquia não sofresse desdobramentos. Os títulos indicavam, normalmente, apenas a localização, a data ou o tipo de texto que viria a seguir. São exemplos: *Ofício*, *Correspondência*, *Anúncio*, *Decreto*, *Interior*, *Exterior*. Estes dois últimos, cabe ressaltar, eram utilizados n'O Povo como uma *estratégia* para afirmar a soberania e independência da Nação recém-criada. Abaixo do título *Exterior* eram dispostas as informações sobre acontecimentos no Rio de Janeiro, Bahia, Pará e também das vilas da Província de São Pedro que permaneceram fiéis ao Império, como Porto Alegre, São José do Norte e Rio Grande. Na situação em que se encontrava a República, era preciso marcar forte o seu território, mesmo que apenas no terreno simbólico.

Mouillaud (2002) afirma que, do ponto de vista informacional, os *títulos-assuntos* são vazios. Eles remetem a um referente que é considerado, previamente, conhecido do leitor. Na figura que esquematiza a situação de comunicação proposta por Charaudeau (2008), os *títulos-assuntos* fazem parte do *espaço interno*, do horizonte de expectativas construídos pelos sujeitos da fala. Entendendo a linguagem como um meio *tipificador* por excelência, podemos dizer que esses títulos fazem parte dos significados partilhados pelos sujeitos. Os *títulos-assuntos* orientam o leitor no sentido da categoria à qual os enunciados que vêm a seguir pertencem, mas não trazem informações que possam orientar a leitura<sup>24</sup>. Assim, tanto para o leitor da época, quanto para o pesquisador que lê O Povo, mais de 170 anos após a sua escritura, não é possível ter acesso a informações básicas sem avançar no texto. Além disso, ao realizar a leitura, é importante buscar vestígios da voz que comanda a palavra, pois, contrariando as generalizações sobre a imprensa oitocentista, a clara inclinação política desses jornais não impedia a inserção de vozes dissidentes, não-oficiais, em suas páginas.

Sobre o sistema das citações, Mouillaud (2002) afirma que

---

<sup>24</sup> O que corresponde hoje, em largo, às *editorias*.

a relação entre a fala do jornal e as outras falas modificou-se com a mudança do lugar e da função da imprensa. Até o final do século XIX, o jornal de tribuna era, para Clémenceau ou Jaurès, para Rochefort ou Vallès, um porta-voz. Permitia aos políticos que fossem veiculados seus discursos (no sentido comum da palavra) para além das tribunas parlamentares. [...] O jornal imitava uma voz antropomórfica (MOUILLAUD, 2002, p. 117).

Aqui, o autor corrobora a expressão *tribunas ampliadas*, aplicada aos jornais da primeira metade do século XIX por Benjamin Constant (BAHIA, 1990, p. 36). Ele afirma que, com o desenvolvimento da imprensa-reflexo (de acontecimentos) e a *imprensa-eco* (de vozes, que não a sua), as citações se multiplicaram e, em muitos casos, distanciaram-se da fonte dos enunciados, constituindo um amálgama entre os despachos de agência, as fontes especializadas, e as matérias assinadas por colunistas. A maneira como essas vozes são utilizadas faz parte da *estratégia* da publicação e as fronteiras entre elas muitas vezes não são claras: “O jornal [...] é senhor do efeito que confere às vozes que reproduz” (MOUILLAUD, 2002, p. 121). Nesse sentido, “a citação coloca face a face universos de discursos diferentes, que devem ser articulados no interior de uma enunciação única, aquela do locutor que reproduz o enunciado de outro locutor” (p. 122).

Em um esquema de diálogo, por exemplo, a separação entre os sujeitos fica evidente. Mas quando o jornal assume citações de diversas fontes e as incorpora em um mesmo discurso, ocorre uma maior transformação do *status* formal dos enunciados. N’O Povo, a tendência é evidenciar a separação dos enunciados. A publicação de cartas, ordens do dia, boletins e trechos de outros jornais é marcada por diversos elementos que se alternam. Ocorre o uso de aspas, de frases introdutórias, de assinaturas, de parênteses com o nome do jornal que serviu de fonte. Mesmo as cartas privadas interceptadas pela Polícia ou pelo Exército (o roubo de correspondências era prática comum), indicam a fonte ilícita. Os comentários dos redatores d’O Povo são separados por um novo parágrafo, ou por um fio, e raramente são assinados. Nesse sentido, é interessante observar o uso de notas do rodapé, indicadas por asteriscos (\*) ou por seqüências alfabéticas (a, b, c, d). A publicação de uma carta de Antonio Elizeario de Miranda e Brito ilustra esses procedimentos:

*Cartas do Herói do Barro Vermelho<sup>25</sup> interceptadas pela polícia Rio-Grandense*

Sr. Luiz Pereira Leal. Recebi a sua carta de novembro a poucos dias, e agradecendo a V. M a seus bons ofícios como homem honrado (a) e Legalista prestante, tenho a dizer-lhe que faça com que o Snr. Pedro Moreira aceite a comissão para por sua vez nós sabermos alguma coisa interessante. Não pude falar com a Snra. D. Adelaide Javita da Penha por ter seguido eu para Porto Alegre quando ela chegou ao Rio Grande; deixe voltar esta Sra. com o que careça levar para a sua casa, pois que muito respeito e prezo o Sr. Dr. Nicolau Penha.

Não deixe V. Mc. de dar-me notícias suas, pois muito as prezo e estimo por ser de V. Mc. Atento Venerador e Obrigado Criado. Antonio Elizário de Miranda e Brito. Porto Alegre, 13 de Fevereiro de 1839 (*O Povo*, n. 62, p. 262).

Logo abaixo, a nota de rodapé guarda os comentários dos republicanos rio-grandenses sobre a correspondência:

(a) Nem todos os nossos Leitores saberão que o célebre Luiz Pereira Leal e o Sevandija conhecido vulgarmente por Luiz Carolina são uma mesma pessoa. Com efeito, compreendemos muito bem como um General, ainda mesmo o do Barro Vermelho, possa sem degradar-se empregar como Espião ao primeiro patife que lhe cai debaixo da mão e que lhe pareça mais apto ao desempenho de tão infame ofício. Mas não acabamos de entender como um que se diz Presidente Imperial, um general do Império, ou qualquer homem de bem e que tem consciência de sua dignidade e algum estímulo de honra possa aviltar-se até o extremo de escrever, e tratar familiar, e amigavelmente, a um Carolina Ladrão, notoriamente por tal havido e reconhecido; e que tantas gentilizas e destrezas tem mostrado furtando firmas e falsificando Moeda de Papel, no que é destríssimo. É preciso confessar que a canalha Legal não deixa de ser coerente em seus princípios, porque vivendo da extorsão, do roubo, e da depredação dos Dinheiros Públicos, sacrificando todas as considerações a este vil interesse, tem necessariamente de ligar-se e associar-se com os mais insignes Ladrões e Cavalheiros de indústria, para melhor chegar aos seus fins; tão longe está ela de achar repugnante a liga que faz hoje com toda a casta de bandalhos e sevandijas (*O Povo*, n. 62, p. 262).

Neste caso, ocorre um fenômeno interessante a ser observado. A fala da fonte (aqui, a carta de Elizeario de Miranda e Brito) assume contornos mais transparentes do que o texto do próprio jornal. Notamos que a correspondência de Elizeario, isolada, não faz menção direta a espionagem, operações secretas ou falsificações. A interpretação que o jornal faz da carta não expõe as citações que poderiam atestar as graves acusações que

<sup>25</sup> *Herói do barro vermelho* é o apelido pelo qual os republicanos chamavam o Presidente da Província do Rio Grande do Sul, fazendo referência à importante derrota sofrida pelas tropas imperiais em Rio Pardo.

imputam. Aderir ou não a essa versão parece ser uma questão de orientação política, ou de opção do leitor: “O lembrete do status do locutor deixa aberta a legitimidade do seu discurso”, afirma Mouillaud (2002, p. 132). Assim, o discurso do jornal não assume um caráter neutro, ele é fruto da assimilação de referências outras, que não estão explícitas no jornal, mas que podem ser de alguma forma esboçadas pela atuação dos sujeitos na *situação de comunicação* (CHARAUDEAU, 2008), tarefa à qual nos dedicaremos a seguir.

#### 4.2 O POVO E A SITUAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Vimos que, para Charaudeau (2008), a significação não é autônoma: ela depende de *circunstâncias de discurso* particulares, que configuram, em determinados contextos, *constantes de sentido*. Para entendermos melhor a significação do discurso presente no jornal O Povo, tratamos de definir os elementos que compõem a sua *situação de comunicação*.

Como vimos no capítulo 3, a *situação de comunicação* nasce de circunstâncias de discurso específicas, de um jogo de implícitos e explícitos numa encenação entre EU (sujeito produtor do ato de linguagem) e TU (sujeito interlocutor do ato de linguagem), esquematizada no seguinte quadro:

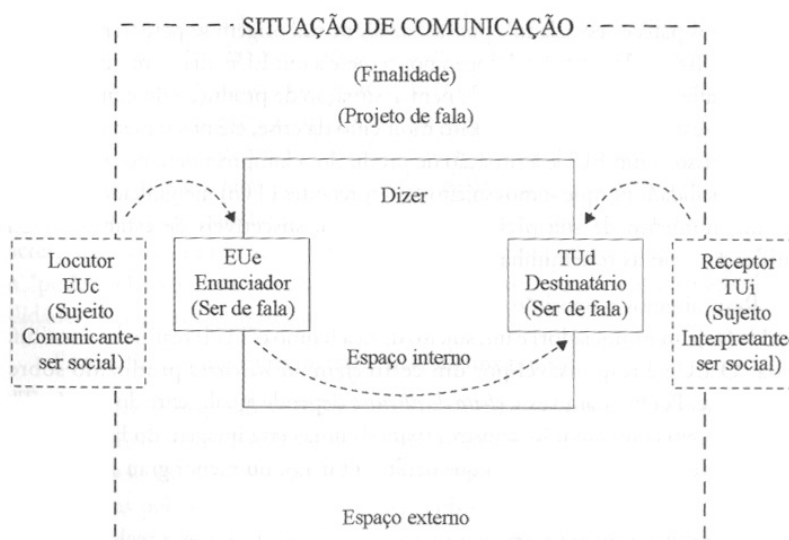


Figura 1: **Situação de Comunicação** (CHARAUDEAU, 2008, p. 52).

O EUc, ou sujeito comunicante, é o agente que se institui como *locutor e articulador da fala*, organizando o ato de linguagem. É testemunha de um determinado *real*, ligado ao seu universo de discurso. Já o EUe, ou sujeito enunciador, configura a imagem de enunciador construída pelo sujeito *produtor da fala* e representa seu traço de intencionalidade no ato de produção. É responsável pela produção de um certo *efeito de discurso* no *sujeito interpretante* (TUi), mas, ao mesmo tempo, depende da imagem de fala construída por este para existir. No caso específico d'O Povo, ocorre uma mistura entre esses dois sujeitos que se configura, lingüisticamente, pelo freqüente uso da primeira pessoa do plural, o *nós*, nos textos.

Esquemáticamente, com base nas informações históricas disponíveis sobre a organização da redação em seus momentos iniciais, poderíamos simplesmente afirmar que o EUc era Luiz Rossetti, redator do jornal, e EUe, a máscara discursiva, o Governo da República Rio Grandense (não esqueçamos que o cabeçalho trazia, na primeira página, a informação: “Este periódico é de propriedade do Governo”, ou mais tarde, “da Tipografia Republicana”). Em correspondência, Domingos José de Almeida pedia que “se dirigissem a Luiz Rossetti, o redator do jornal” (BONES, 1996, p. 77). Porém, o comportamento *elocutivo* da publicação, pretendendo sempre “revelar o ponto de vista do autor” (CHARAUDEAU, 2008, p. 82), acaba por tornar aparente um relacionamento mais estreito entre os sujeitos produtores da fala.

Assim, entendemos que o redator do jornal estava comprometido com os mesmos ideais do Governo Republicano, idealizador e patrocinador da publicação. Almeida, também em correspondência, afirmou: “O jornal é do governo e precisa parecer que tudo sai de seu laboratório” (BONES, 1996, p. 77), afirmação que torna claro que havia uma preocupação com a coesão ideológica dos textos publicados. Para aprofundar ainda mais o entendimento sobre os sujeitos produtores da fala, cabe distinguirmos três diferentes situações de produção que aparecem no jornal O Povo: os textos de despacho, os textos do próprio jornal e as transcrições de publicações contemporâneas.

Em grande parte, O Povo constituiu-se da reprodução de textos de despacho burocrático, como ofícios, ordens do dia, comunicados e editais. Esses textos, assinados por funcionários do Governo ou oficiais do Exército, informavam decisões e ações administrativas ou militares, e, evidentemente,

também estavam engajados no projeto Republicano. É importante ressaltar que, nesse caso, fica aparente a função do jornal como instrumento de coesão administrativa, em sua face ministerial, já que a publicação pretendia informar as ações do Governo aos diferentes municípios que se alinharam com a República, como: organização de coletorias, definição do valor de impostos, recolhimento da moeda de cobre, compra de insumos ao Exército, enfim, assuntos diversos da administração da República. De ordem eminentemente prática, esse tipo de texto apresenta comportamento *Alocutivo* (CHARAUDEAU, 2008), ou seja, há influência do locutor sobre o interlocutor. Assim, os diferentes responsáveis pelas ordens, destacando-se Ministros como Domingos José de Almeida, Serafim Joaquim de Alencastre e José da Silva Brandão, além do Vice-Presidente José Mariano de Mattos e do próprio Presidente Bento Gonçalves da Silva, desempenham o papel de EUc, o elemento ligado à realidade dos fatos e assumem, ao mesmo tempo, a legitimidade pela máscara enunciativa do jornal, EUe, que explicita que aquela é uma fala do governo.

Em uma segunda situação, O Povo manifesta-se como redação, através de textos não assinados, mas formulados na primeira pessoa do plural. Nesse sentido, o leitor não conhece o EUc, tendo acesso apenas a sua máscara enunciativa, ou seja, a República Rio-Grandense. Na atualidade, esses textos corresponderiam aos Editoriais, o espaço onde a fala é, explicitamente, da empresa jornalística que *banca* a publicação:

O editorial é uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada, porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia exclusiva, porque emite uma opinião própria. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorpora autoridade, consistência e hierarquia ao seu conteúdo (BAHIA, 1990, v.2, p. 99).

N'O Povo, como já referimos, houve, no princípio, a influência do EUc, Luiz Rossetti, na produção de alguns desses textos, o que gerou descontentamento no EUe, o Governo, que não se sentiu adequadamente representado no seu espaço de fala, ou seja: o discurso, mesmo que oficioso,

acaba por incluir *falhas*, dissidências, paradoxos e, principalmente, omissões, que, percebidas pelo leitor ou pelo pesquisador, dão espaço a interpretações diferentes daquelas sugeridas pelo texto<sup>26</sup>.

Em um terceiro momento, O Povo incorpora a fala de outros periódicos, inclusive legalistas, transcrevendo textos de jornais de locais e de posicionamentos políticos diversos, como Aurora Fluminense, O Parlamentar, O Despertador, O Carapuceiro, Jornal do Comércio, Sete de Abril, O Filho do Sete de Abril, O Cidadão, O Imperialista e O Nacional (Montevidéu). Nesses momentos, ocorre uma duplicação da situação de comunicação, ou seja: O Povo assume em suas páginas textos que foram concebidos originalmente por outros sujeitos produtores de fala, em outros contextos. No caso de textos de doutrina contrária à republicana, o que costuma ocorrer é a adição de comentários críticos, irônicos e mesmo jocosos da redação, através de notas de rodapé ou em parágrafos separados. Nesse sentido, ocorre, ainda, a publicação de cartas privadas, interceptadas antes de chegarem aos seus destinos, e também a reprodução de trechos de textos importantes da época, como as **Cartas de Americus** e a obra **Scienza della Legislazione**, de Gaetano Filangieri.

Na edição 139, o jornal publica três ofícios assinados pelo então presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Saturnino de Souza e Oliveira, em que critica as taxas de comercialização do gado pelo “Governo rebelde”. Sob o título “Exterior”, um parágrafo introdutório d’O Povo cita a fonte das peças, o jornal O Imperialista, de Porto Alegre, n. 45, e procura orientar a interpretação dos leitores, afirmando que “por elas conhecerão os nossos leitores qual o espírito de civilização que domina o humano legalista” (O Povo, n. 139, p. 585). Aqui há um caso exemplar da multiplicidade de sujeitos enunciativos que aparecem no jornal. No parágrafo introdutório, fala o redator d’O Povo, revestido com sua máscara legitimadora, o Governo da República Rio-Grandense. Nos ofícios reproduzidos, a fala é do inimigo: o EUC é o Presidente da Província, representante da intencionalidade do Império Brasileiro (EUE). No caso apresentado, configura-se uma situação peculiar: mesmo que o parágrafo introdutório tente orientar a leitura dos ofícios para

---

<sup>26</sup> Não encontramos na bibliografia disponível informação que indicasse a identidade do redator (ou redatores) que assumiu o lugar de Rossetti.



uma interpretação pró-Republicana, que condena os atos do Império, a leitura das peças permite que o leitor tenha acesso aos argumentos do inimigo e, eventualmente, venha a concluir que, realmente, os farrapos não tinham o direito de recolher impostos, por constituírem, nas palavras de Saturnino, um “Governo rebelde”, que atua através de um “intitulado decreto” e que impõe o “clamor e vexame que sofrem os habitantes da campanha pelos prejuízos que tem tido por não poderem dar extração a seus gados” (p. 585).

Desta forma, queremos mostrar que há, n’O Povo, uma diversidade de fontes ligadas ao *contexto real*, mas por sua configuração política, a máscara do enunciador, a ideologia liberal e republicana, é sempre forte, configurando a *intencionalidade* da publicação. Assim, é importante que o interlocutor que pesquisa o periódico atente para as informações que indicam a procedência dos textos, a fim de que não crie hipóteses baseado apenas na máscara, no *efeito de discurso* produzido por EUE.

Chegamos, então, à esfera interpretativa, onde os outros dois sujeitos completam a situação de comunicação proposta por Charaudeau (2008). São eles: TUd, sujeito destinatário, e TUi, sujeito interpretante. Como vimos, o TUd é o interlocutor fabricado pelo EU como *destinatário ideal*, adequado a seu ato de enunciação, de acordo com as circunstâncias de discurso e com o *contrato* de comunicação. Já o TUi é responsável pelo processo de interpretação que *escapa do domínio do EU* (CHARAUDEAU, 2008).

São escassos os dados sobre a tiragem, distribuição e número de leitores d’O Povo. Como já referimos, Rüdiger (1998) informa que, naquela época, a tiragem média dos periódicos era de 400 exemplares. Sabemos, pelo panorama traçado por Flores (2002), que a educação pública era precária, quando inexistente, na República Rio-Grandense, e que somente uma pequena parte da população era alfabetizada. Além disso, as cidades com maior potencial de leitores, por serem centros comerciais com um número maior de habitantes de classe média, como Porto Alegre, São José do Norte e Rio Grande, mantiveram-se fiéis ao Império. Hartmann (2002) afirma que “os chefes farrapos concluíram pela necessidade de ter um órgão de imprensa, capaz de levar às várias outras cidades dominadas por suas tropas e aos oficiais que elas comandavam, as principais notícias do que ocorria na

República” (p. 45). Nesta interpretação, sobressai a função ministerial do periódico, que contribuiu para a coesão das ações administrativas do governo republicano.

A leitura do próprio jornal oferece mais detalhes sobre os sujeitos interlocutores, tanto aqueles imaginados pelos responsáveis pela publicação (TUd), quanto as reações adversas, que escapam do domínio do enunciador (TUi). O Povo pretendia que seus leitores fossem *educados*, doutrinados com as *mais luminosas verdades*, como afirma já no primeiro número, no texto *Prospecto*, que revela mais informações sobre o contrato que o periódico pretendeu estabelecer com seu leitor:

Do que temos até aqui expendido aparece rigorosa uma conseqüência da qual nós não podemos de nenhuma maneira subtrairmos: esta é a de excluir de nossas colunas qualquer correspondência ou comunicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas.

Aquele que se propõe a escrever para um Povo, e mais particularmente para um Povo que está para surgir à nova vida, tem que assumir o caráter do sacerdócio; e para que a voz dele soe venerada e clara entre as multidões, deve, como a do intérprete de Deus, ser forte, pura e solene. O jornalista, enfim, para não ser inferior nem a sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente *Educador* (O Povo, n.1, p. 1 e 2, grifo no original).

Assim, entendemos que o leitor ideal imaginado pelos editores era aquele que congraçava os ideais liberais e republicanos e que era simpático à doutrina dos comandantes da Revolução. Ao mesmo tempo, em outros momentos, o jornal parece ceder maior espaço à interpretação do leitor. Na edição de número dois, são transcritas duas cartas, uma do Coronel Imperial Felipe Nery de Oliveira e outra, contestando a primeira, do General uruguaio Frutuoso Rivera. Após as transcrições, a redação comenta:

Rendendo-nos garantias pela autenticidade desta singular correspondência, nos seria permitido [desumir] dela importantes conseqüências; mas (e o diremos com toda a sinceridade de que nos sentimos capazes) são *tantas e tão confusas as idéias em nós produzidas pela sua leitura que achamos melhor deixar que nossos judiciosos leitores, reflexionando no conteúdo das duas cartas precedentes, atinem com todas as verdades que delas se depreendem* (O Povo, n. 2, p. 8, grifo nosso).

O texto intitulado “O Povo! O Povo!”, transcrito do Jovem Itália, aponta a ignorância do povo como um fator importante da inexistência de uma maior liberdade e da sua subjugação aos desmandos das “castas privilegiadas” (n. 5, p. 20). No final dessa primeira parte do texto (publicado em duas etapas, nos números 5 e 6), o sujeito produtor da fala afirma: “Estamos convencidos que não todos os nossos leitores serão desconformes de nossa opinião” (p. 20). No número 8, em um Comunicado que exalta a conquista de 20 de Setembro e compara as atitudes dos Republicanos e do Império em relação ao importante tema da Justiça, chamam mais uma vez a interpretação do leitor: “Deixamos aos nossos leitores as reflexões e considerações sobre um tal julgamento” (O Povo, n. 8, p. 34). No texto “Reflexões do Redator” (O Povo, n. 56, p. 233-234), comenta-se trechos retirados de publicações legalistas e critica-se a administração do Império. Após expressar sua opinião, o texto considera a autonomia do leitor: “Sobrados Dados terão os nossos Leitores ainda os menos refletidos para formarem a sua Opinião sobre as circunstâncias Políticas, e estado atual do moribundo Império do Brasil” (p. 234).

Ao lado do leitor ideal, que corrobora o pensamento republicano, os responsáveis pela publicação d’O Povo também tinham consciência de que o inimigo tinha acesso ao material e que, assim como sua propaganda pudesse arrematar alguma simpatia, também poderia depor contra seus próprios intentos. A 15 de outubro de 1838, em ofício publicado pelo Campeão da Legalidade e transcrito n’O Povo, a Província de São Pedro solicita que sejam monitorados e punidos os cidadãos que apareçam com exemplares do periódico dos revolucionários:

Tendo aparecido nesta Capital vários números de um Periódico intitulado – O Povo –, escrito e publicado pelos rebeldes em Piratini, e sendo sua introdução não só prejudicial à magna causa da legalidade, como também contrária às terminantes ordens de S. Ex. o Sr. Presidente da Província, transmitidas a V. S. em Ofício de 30 de junho do corrente ano, cumpre portanto de ordem do mesmo Exm. Sr. Que V. S, pesquisando com o maior escrupulo quais as pessoas que apareceram com semelhantes papéis, saiba delas de quem os houveram, para que a estas sejam aplicáveis as penas recomendadas no sobredito Ofício (O Povo, n. 48, p. 197).

O redator d'O Povo, ao comentar o ofício, afirma em tom jocoso “O nosso Jornal teve a honra do Anátema” (p. 197), e aproveita para criticar as restrições impostas pelo Império, utilizando uma dicotomia que aparece diversas vezes em seu discurso: a *ilustração e luzes* da República *versus* a *escuridão e ignorância* do Império. Ao mesmo tempo, relativiza o poder da imprensa na revolução: “fazeis calar a imprensa e apressais a vossa queda. Além disso, acreditais vós que a grande revolução que lavra vosso poder, que vos acomete de todos os lados, depende da débil voz de um jornalista? Não somos nós, não é a nossa mal cortada pena que abala o único trono da América” (p. 198).

Mais que estimular a censura à propaganda política republicana, os responsáveis pel'O Povo tinham a noção de que a publicação ministerial também poderia prejudicar os movimentos da guerra. Em sua última edição (160), o jornal comenta a dificuldade em conciliar a missão de informar o público com o risco de vazarem informações que comprometessem as movimentações do exército farroupilha em Taquari, divulgando informações que servissem ao inimigo, revelando um tipo de *estratégia* de comunicação:

O Governo era regularmente informado dos movimentos do inimigo e das manobras do nosso exército. O bom êxito da empresa deste dependia, em grande parte, de não deixar transpirar o mais mínimo indício de quanto o General da República participava sobre este objeto ao governo. Ora, colocados na difícil posição, entre a possibilidade de comprometer com alguma palavra imprudente a vitória que deve dar-nos em resultado a terminação da guerra, e o deixar ignorar tudo à Nação sobre uma questão em que se trata da sua existência, preferimos expormo-nos a merecer a tacha de *proseadores*, mas satisfazer em parte à pública expectativa, confortando-a a esperar, antes que deixá-la em uma muda obscuridade e na dúvida absoluta, para fazer jus depois ao fácil e estéril mérito de *prudentes* (O Povo, n. 160, p. 674).

Assim, fica nítida a consciência que os responsáveis pela publicação tinham em não apenas criticar e se contrapor aos legalistas, ao público que apoiava a revolução, mas se preocupavam com a audiência em geral, o público, no sentido de controlar as informações que os pudessem desfavorecer na guerra.

A participação direta dos leitores também revela algumas facetas dos interlocutores d'O Povo. Em sua maioria, as correspondências corroboram as teses do jornal e muitas vezes contribuem com informações sobre eventos ocorridos nas Vilas distantes da Capital. Estas são, na maior parte, assinadas com iniciais ou com pseudônimos, como “um leitor”, “amigo angustiado”, “republicano de coração”, “um seu assinante”, “um seu patrício”, etc. Os mais atentos também corrigem o redator, como no caso do Sr. José Tieté Jardim, que escreve para alertar sobre a data de morte publicada na biografia de José Manoel de Lima e Silva, afirmando que o correto é dia 18 de agosto de 1837, e não a 29 de agosto (O Povo, n. 123 p. 520).

Na edição 137 e na seguinte, a troca de correspondências se dá em um tom mais acirrado, por causa da repercussão das decisões tomadas na reunião do Conselho de Procuradores, ocorrida em Caçapava, em dezembro de 1838. Tudo começa com a carta do Procurador Geral José Carvalho Bernardes, que corrige a informação publicada n'O Povo de que a votação teria sido unânime na aprovação da medida que determinou o arremate e venda dos bens dos dissidentes, pois ele mesmo votou contra. A correspondência gera indignação de um outro leitor (n. 138, p. 584), que assina apenas “seu assinante”, e afirma que o referido Procurador deveria “remeter ao esquecimento” o seu voto. Ele esclarece que o Sr. José Carvalho Bernardes mostrou-se contrário à venda dos bens e a favor da criação de novos tributos e da tomada de empréstimos como meios de financiar a guerra, sangrando o bolso dos patriotas, além de demonstrar o desdém dos burocratas em relação aos combatentes, ao tecer o seguinte comentário: “Mas grande coisa é um documento e ter por amigos a quem nos faz a guerra, porque enfim eles cavalgarão, e...” (O Povo, n. 138, p. 584).

A análise dos dados apresentados até aqui dá a entender a multiplicidade das *condições de interpretação* do jornal. Os *efeitos supostos*, marcados pela *intencionalidade* da fala dos produtores do discurso foram, em parte, confirmados na instância do *alvo* do jornal, no intuito de divulgar os atos administrativos do governo e propagar doutrina republicana. Por outro lado, sua circulação provocou não apenas os *efeitos supostos*, e atingiu o público em geral, produzindo efeitos interpretativos fora da sua *intenção*, como no caso da censura em Porto Alegre. Assim, encontramos, através do texto do jornal,

alguns dos *possíveis interpretativos*, as vozes consonantes ou dissidentes das “testemunhas das práticas sociais que caracterizam um grupo ou uma comunidade humana” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63).

Da análise da situação de comunicação, percebemos que os textos presentes n’O Povo fazem falar diversas vozes, e não apenas a oficial, apesar das *estratégias* utilizadas pela publicação para fazer sobressair a máscara do sujeito enunciator, o Governo da República Rio-Grandense, principalmente nos textos do seu *laboratório*, como pretendia Domingos José de Almeida. Ao transcrever trechos de publicações contemporâneas e publicar anúncios, correspondências e variedades, O Povo deu espaço aos discursos de outras testemunhas da realidade social, quadro que possibilitou o aparecimento de *tipificações* diferentes daquelas consideradas ideais pelos comandantes farrapos. Com base nessa constatação, passamos, a seguir, à análise das *relevâncias* e das *tipificações* que a publicação dá a ler em suas páginas.

#### 4.3 MUNDO DA VIDA, RELEVÂNCIAS E TIPIFICAÇÕES NO COTIDIANO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE ATRAVÉS D’O POVO

Compreender os sujeitos da fala, presentes no jornal O Povo, ajuda-nos a enquadrá-lo como um elemento no âmbito da *sociabilidade*, ou seja, no “conjunto de relações interpessoais e atitudes pessoais que, ainda que dependam de padrões adquiridos, são pragmaticamente reproduzidas ou modificadas na vida cotidiana” (CORREIA, 2005, p. 12). O periódico atuou como mediador das *intersubjetividades* no seu momento histórico, desempenhando um relevante papel na manifestação e na *construção de novos sentidos* em uma sociedade em crise, onde os valores conhecidos eram questionados e, ao mesmo tempo, um novo governo tentava articular o *conhecimento* republicano e liberal em uma *realidade* que, até então, estivera a cargo do Império Brasileiro. A visão de mundo apresentada pelos revolucionários, através d’O Povo, tensionou muitas das *tipificações* presentes na vida cotidiana dos rio-grandenses, ou seja, o *conhecimento* que se tinha até

então e que auxiliava o entendimento do mundo e justificava as ações foi questionado, pelo menos no plano discursivo. Assim, em meio à revolução, a sociedade rio-grandense foi atravessada por outros significados, sendo que muitos deles podem ser reconhecidos pela imprensa, através dos temas que o nosso objeto de estudo, o jornal O Povo, destacou como relevantes.

O movimento revolucionário, como vimos, nasceu de um contexto de insatisfação de algumas províncias em relação à administração do período regencial brasileiro. No caso da Revolução Farroupilha, através da análise do discurso do jornal O Povo, um dos textos mais marcantes na justificativa do rompimento com o Império é o Manifesto assinado por Bento Gonçalves<sup>27</sup>, publicado em três partes nas edições 2, 3 e 4 do periódico. Neste documento, a cúpula do movimento revolucionário condena uma série de atitudes do governo Imperial e, com base nas suas insatisfações, e apoiados no pensamento liberal da época, justifica a ação separatista. O texto exemplifica o que Schutz entende como *teoria da motivação*: as relações existentes entre o entendimento das coisas e as ações no mundo da vida. Como vimos, de acordo com esse autor, existem dois tipos de motivações: o *motivo-a-fim-de*, que se relaciona com o que o indivíduo tem de livre, com as pretensões e as apostas que faz em suas ações; e o *motivo-porque*, que está ligado às influências do passado nessas decisões, revelando as explicações culturais, históricas ou sócio-econômicas que as determinam em parte (CORREIA, 2005).

Assim, a influência do o passado e também as perspectivas de futuro são determinantes naquelas ações. Os farroupilhas, através dos textos do jornal O Povo, objetivaram alguns dos motivos que os levaram a pegar em armas contra o Império, e o referido Manifesto é um dos textos emblemáticos da visão que os próprios revoltosos expuseram das suas insatisfações. Basicamente, as contrariedades concerniam problemas de ordem financeira, administrativa, judiciária e, muito importantes, as injúrias cometidas contra a honra. O texto expõe características que identificam o Rio Grande, como bom senso, amor da ordem, moderação, justiça, prudência e razão em

---

<sup>27</sup> Flores (2002, p. 373) esclarece que, apesar de assinado pelo então Presidente da República Rio-Grandense, Bento Gonçalves, o Manifesto de 1838 não é de sua autoria. Ele foi elaborado por uma comissão encarregada pela Sociedade Vigilância da Pátria, coordenada por Afonso José da Corte Real. Domingos José de Almeida ficou encarregado de examinar as emendas tipográficas.

contraposição às ações do governo do Império do Brasil, que incluem facções, intrigas, aspirações exaltadas, choque de interesses mal combinados, covardia, falta de diplomacia, política falsária e indecorosa. Denuncia-se principalmente o mau uso ou desvio de recursos e o descumprimento das leis, além de descaso com a Província. Fica claro que, entre todas as fortes denúncias que realizam contra o Império, a ofensa à honra pessoal é um dos itens mais graves entre as insatisfações dos farroupilhas, fomentando os *motivos-a-fim-de* que levaram a elite a se insurgir:

Estes males, além de outros muitos, nós os temos suportado em comum com as outras Províncias da União Brasileira; amargamente os deplorávamos em silêncio, sem contudo sentirmos abalada a nossa constância, o nosso espírito de moderação e de ordem. Para que lançássemos mão das armas foi preciso a concorrência de outras causas, outros males que nos dizem respeito particularmente a nós, e que nos trouxeram a íntima convicção da impossibilidade de avançarmos na carreira da civilização e prosperidade, sujeitos a um governo que há formado o projeto iníquo de nos submeter à mais abjeta escravidão, ao despotismo mais abominável.

Há muito desenvolvia o Governo Imperial uma parcialidade imérita, um desprezo insolente e revoltante respeito à nossa Província. O sangue que derramamos na guerra com as Repúblicas Argentinas, o sacrifício das vidas de nossos irmãos, a destruição de nossos campos, a ruína das nossas fortunas, as prodigiosas somas que nos extorqui a nós, os mais sobrecarregados e cotizados durante aquela luta desastrosa, não nos valeram a menor deferência da parte daquele Governo injusto e tirânico (O Povo, n. 2, p. 6).

O texto demonstra que as perdas materiais e morais, com a derrota do Brasil na disputa pelo território cisplatino, contribuíram para a gota d'água que transbordou o balde de insatisfações relacionados ao Império. O próprio texto afirma, de forma clara e simples que, para o contentamento da classe revoltosa, bastaria uma “Administração sábia e paternal”, que os tivesse “indenizado de sacrifícios tais e de tão pesadas cargas pela abolição de alguns impostos e direitos” (O Povo, n. 2, p. 6).

Assim, fica claro que as motivações pessoais do levante, corroborando as afirmações dos historiadores que utilizamos como base para a contextualização histórica, disseram respeito a uma classe muito específica na sociedade rio-grandense: a elite estancieira. O próprio governo da República Rio-Grandense, através de seu órgão oficial, fez questão de ressaltar esse



aspecto. Ao comentar uma notícia publicada na edição 42, que dava conta da existência de uma seita no interior de Pernambuco, compara-se o “estado de progresso social” dos rio-grandenses com o de outras províncias, e se afirma: “Deveis já estar persuadidos que nós não somos uns simples índios de charqueadas [...] não somos uns desgraçados parasitas, que quem vos tem feito a guerra são Estancieiros ricos e a fina flor da mocidade Rio-Grandense” (O Povo, n. 11, p. 43). O 9º Boletim em Caçapava, marcado pelo ânimo exaltado pela conquista em Laguna, rebate críticas do Império e esclarece a natureza dos combatentes:

Quatro anos se hão transcorrido já sem que o Brasil uma só vantagem tenha sobre nós obtido; e lugar com isso há dado para conhecer-se que não os negros das charqueadas, os peões e mulatos promoveram a anarquia para roubarem, assassinare e tudo devastarem, como impudicamente nos achacavam nossos antagonistas, mas que conspícuos varões e heróis distintos coligados e superiores às vicissitudes de mais de um gênero, representando o núcleo da liberdade Americana em todo o Brasil ameaçada, se tem constituído e levado suas armas vitoriosas ao coração desse improvisado império (O Povo, n. 96, p. 401).

Os *motivos-porque* dos rebeldes estão ligados à conjuntura política nacional e também à influência de um quadro mais amplo, de contexto internacional, que justificou, embasou e impulsionou o movimento republicano. São muitas as referências que os textos publicados n’O Povo fazem ao que foi chamado de “espírito do século XIX”, ou “as luzes do século” e que têm a ver com a influência das teorias liberais e da independência Americana.

Sob a ótica da Sociologia Fenomenológica, podemos dizer que essas *motivações* fizeram com que esse grupo passasse a questionar *o mundo que sempre foi assim*, e as práticas abusivas do Império, que eram consideradas comuns, ou, no mínimo, toleráveis a esse grupo, abarcassem novos significados. Dados objetivos e racionais, como as questões financeiras e o desrespeito às Leis, combinados com fatores menos mensuráveis, como a ofensa da honra e a influência de um “espírito do tempo”, fomentaram a Revolução Farroupilha como uma *ação razoável* dos estancieiros do Sul.

#### 4.3.1 Os Brasileiros Americanos

A relação com os demais países da América é usada para caracterizar o movimento republicano como inevitável, já que o Brasil, naquele momento, é o único Trono do continente. Além disso, embasa os sentimentos anti-lusitanos que apareceram repetidamente no jornal, evidenciando uma separação entre o Brasileiro-Português-Europeu, que não consegue deixar de ser colonizador, e os Brasileiros-Americanos, os únicos dignos de administrar o país e atingir a verdadeira felicidade da nação. Em texto intitulado “Legalismo no Pará, Bahia e Rio-Grande”, O Povo sustenta:

E quem hoje procura o Brasil exterminar com mais afinco do que o mesmo Rio Grande?! E substituí-lo por quem...? Oh, horror! Oh, perversidade inaudita! O sangue nos gela nas veias! Por Portugueses que fizeram vermelhar em 1822 todo o Brasil de sangue Brasileiro...! [...] Somos Americanos. Nossa causa é Americana (O Povo, n. 13, p. 51-52).

Joaquim Teixeira Nunes, comandante da Vanguarda que lutou em Laguna, também numa Proclamação, afirma: “sacudamos o jugo da Europa, sejamos Americanos” (O Povo, n. 94, p. 396). Em circular aos cidadãos catarinenses, afirma que os Brasileiros “sacudiram o jugo Europeu, mas não quiseram ser Americanos”, são vítimas de um governo que “tornou as Províncias em verdadeiras colônias da Capital do Império” (O Povo, n. 97, p. 405). Flores (2002) identifica e explica o significado atribuído aos portugueses: “o termo português era empregado como sinônimo de autocracia, pelos desmandos da metrópole e dos funcionários reinóis no período colonial. Ser nacionalista era ser anti-português” (FLORES, 2002, p. 386).

A rixa entre Americanos e Europeus serve como modelo para outra diferenciação, desta vez entre Rio-Grandenses e Brasileiros:

Desconhece [o governo do Rio de Janeiro] que a guerra sacrílega que nos faz servir apenas para extinguir totalmente no ânimo dos Rio-Grandenses algumas relíquias do Brasileirismo de que outrora fomos tão possuídos. [...] Ninguém duvida hoje entre nós que a República Rio-Grandense tanto difere da Província de S. Pedro quanto o homem

espírituoso é dessemelhante do corpo pútrido que serve de pasto aos insetos, aos quadrúpedes e às aves de rapina (O Povo, n. 72, p. 307-308).

Nesse sentido, O Povo procurou destacar traços marcantes dos rio-grandenses que os diferenciavam dos Brasileiros, argumentando, por exemplo, que o peso das guerras moldou o espírito dos Rio-Grandenses de forma diferente do resto do Brasil: “A população Rio-Grandense, convém dizê-lo, não é como sucede a respeito de quase todo o Brasil, o simples resultado do espírito agrícola e comercial dos antigos Portugueses” (O Povo, n. 74, p. 314) ou “O coração do Rio-Grandense acostumou-se assim a palpitar violento pela causa pública” (O Povo, n. 74, p. 314) e ainda “O patriotismo não é para ele, como talvez o seja para os camponeses do Brasil, uma teoria vã e incompreensível” (O Povo, n. 74, p. 314).

O “espírito americano” serve de sustentação a outras argumentações. A apatia, a falta de compromisso e a inércia eram características execradas pelos republicanos rio-grandenses. O levante de outras nações americanas é exemplo de ação, de atitude:

Cada uma das Províncias Brasileiras tem direitos iguais àqueles pelos quais pugnamos; se não fazem o mesmo que fazemos, se nos alargam à iniciativa no abandono de um estado de coisas tão aproximado da infâmia, é porque se dão bem sob o manto da realeza ou de outra forma porque se hão deixado dominar por uma frouxidão repreensível, indigna de Americanos (O Povo, n. 74, p. 314).

A comparação com os americanos é elogiosa, como ocorre na “Proclamação aos Rio-Grandenses” que exalta a tomada de Laguna. Domingos José de Almeida, que assina o texto, homenageia a Divisão Libertadora, a mando do “digno Coronel Canabarro, desse Americano, distinta vergôntea dos Washingtons do Sul” (O Povo, n. 94, p. 393).

O movimento norte-americano serve de modelo e “prepara o terreno” para medidas duras e amargas, mas necessárias em tempos de guerra. Um extrato do “Resumo Estatístico-histórico dos Estados Unidos da América

Setentrional” narra dois expedientes utilizados na Guerra de Independência Americana: a declaração de indigno de servir ao país aos soldados que cometessem faltas graves e a declaração de traidor a qualquer cidadão que não aceitasse papel moeda (O Povo, n. 24, p. 95). Sabemos que os exemplos americanos citados no jornal encontram eco nos acontecimentos da República Rio-Grandense, onde o recrutamento e a indisciplina eram dificuldades cotidianas e o procedimento do troco da moeda de cobre também exigiu grandes esforços na tentativa de eliminar esse meio de troca.

Na comparação com os Americanos, muitas vezes os Portugueses eram retratados no papel dos Ingleses, mas, em um caso específico, a comparação foi feita no sentido de criticar a inércia do governo brasileiro na questão da ocupação francesa do território do Oiapoque, no Pará, em oposição à matreira atuação dos ingleses no caso das Ilhas Falkland. Nessa ocasião, O Povo reproduziu um artigo do jornal francês Le Siècle (em segunda mão, publicado originalmente n’O Cronista), para que “nossos leitores conheçam à justa quais são as idéias da França a respeito do Pará” (O Povo, n. 76, p. 323). O artigo afirma que os ingleses se aproveitaram da discussão entre espanhóis e norte-americanos sobre o território das Maldivas para ocupar o local, e comparam esse comportamento ao do personagem do Juiz, da fábula “Os Pescadores e a Ostra”<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> A fábula de La Fontaine, foi traduzida como por Franciso Manoel do Nascimento sob o título “A Ostra e os Pleiteantes”:

“Dois Peregrinos,  
Um dia encontram  
Na praia, uma Ostra,  
Que o mar lançara,  
Já c’os olhos a sorvem, já c’o dedo  
A apontam um ao outro  
Pôr-lhe dente? – isso é ponto contestado.

Um se debruça  
A colher prêa  
E o outro o arreda  
E diz: “Saibamos a quem compete  
Ter d’ella o gozo.  
O que a avistou primeiro, a trinque; e outro  
Veja-a com o olho  
Coma-a co’a testa?”

Se o negócio (diz o outro) assim se julga,  
Tenho (graças a Deus) esperto luzio.  
Nem os meus são tão ruins (disse o Primeiro);  
Que antes que tu, a vi; por vida o juro.  
Se a viste, a mim cheirou-me.  
N’este comenos,  
Chega ao pé d’elles

Usando a metáfora para o caso brasileiro, os farroupilhas criticam o Império por permitir uma invasão estrangeira em seu território enquanto concentra sua força militar contra os próprios patrícios brasileiros. A França, aproveitando-se da distração, ia ocupando espaço, supostamente autorizada por um artigo do Tratado de Vestfália, de 1648. O episódio serve para ilustrar a conexão e o posicionamento do jornal frente a acontecimentos do mundo, mesmo com todas as dificuldades tecnológicas e logísticas da época. Através da leitura dos periódicos contemporâneos, foi possível acompanhar os fatos que diziam respeito à causa Republicana, fazendo cruzar diferentes *províncias de significados* pelo longínquo território sul-rio-grandense.

Mesmo com tantas referências, e apesar de algumas tentativas entre os governantes de desenvolver o comércio e a agricultura, os farroupilhas não conseguiram mudar a realidade econômica, política e social da República ao ponto de aproximá-la do modelo norte-americano de desenvolvimento. As máximas de pensamento transcritas nos jornais da época, “numa sociedade pastoril escravocrata teriam o mesmo sentido que malhar em ferro frio”, afirma Flores (1978).

#### 4.3.2 A “Galegalidade” versus “a República de Pilha-tinim”

Um dos temas *relevantes* do jornal é o afrontamento com a Europa, fruto do sentimento de revolta com o passado colonial, que emerge, como já mencionamos, como um acirrado anti-lusitanismo. Um dos termos mais utilizados no discurso presente no jornal O Povo, para referir pejorativamente os portugueses, é *galego*, que designa os indivíduos luzitanos de mais baixo nível cultural, sinônimo de rude, grosseiro. A palavra se presta às mais diversas

---

Juiz da Casinha

N'elle se louvam.

Mui grave o Juiz recebe a Ostra e – papa-a,

E os dois a olhar. – Refeição feita,

‘Tomae (lhes diz, em tom de Presidente)

Cada um sua casca,

Salva de custas,

E vão-se andando.’

Conta quanto hoje custa uma Demanda,

E o qu’a muitas famílias depois fica;

E vereis que o Juiz vos leva o bolo,

E vós ficaes c'o sacco, e c'os trebelhos.”

(LA FONTAINE, Jean de. Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine. Paris : Aillaud Guillard, 1874).

situações: *Galegada*, *Imprensa Galegal* e até mesmo um neologismo, *galegalidade*, junção de *galego* com *legalidade*, a bandeira dos favoráveis ao Império, palavra bastante utilizada para ironizar os atos do adversário. Na edição 16, em “Notícias Diversas”, *O Povo* escreve: “Neste momento somos informados por pessoa fidedigna que houveram [sic] na Galegalidade do Rio-Grande as mudanças seguintes [...]” (p. 66).

A criatividade para elencar adjetivos que denegrissem o Império e seus representantes era inversamente proporcional à escassez dos recursos para a guerra propriamente dita. Além de *galego*, encontramos nas páginas do periódico: *tirano* (um dos mais repetidos), *monstro que engole vidas*, *déspota*, *canalha*, *opressor*, *sevo*, *inexorável*, *ingrato*, *desumano*, *fratricida*, *ignorante*, *satélite*, *imbecil*, *gente depravada*, *ladrão*, *sáfaro*, *degenerado*, *caduco*, *sanguessuga*, *hidrofóbico*, *infame*, *faccioso*, *sem-vergonha*, *patife*, *vil*, *mentiroso*, *larápio*, *sevandija*, *fantasma*, *capadócio*, *pedante*, *canibal*, *injusto*, *caudilho*, *mesquinho*, *saqueador*, *mercenário*. Também podem ser referidos, em termos mais amenos, como *bigodes* ou *realistas*.

Um dos maiores adversários dos farrapos foi o presidente da Província de São Pedro, Antonio Elizeario de Miranda e Brito e este, por seu destaque, teve direito a um apelido particular, sendo repetidas vezes referido como o “Herói do Barro Vermelho”, em *homenagem* à importante derrota sofrida pelas tropas Imperiais, por ele comandadas em Rio Pardo, em 1836.

As ofensas aos ministros Bernardo Pereira de Vasconcellos, da Justiça, e Miguel Calmon du Pin, da Fazenda, também eram corriqueiras. Por ocasião da vinda do Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros, a Rio-Grande, publica-se a *homenagem* de um leitor, em forma de soneto, ironizando suas qualificações ao posto ocupado no Ministério das Capacidades:

Cabo de paz, desonra da milícia  
Bestão de nome, de apelido Rego  
Vais te entregar sem bóia ao fundo do pego,  
E aos certames de Marte sem perícia?

O ofício de matar requer malícia,  
Muito estudo requer anos de emprego  
Tu que és num e noutro inerte e cego,  
Vais dar prova de orgulho e de estultícia

Filhos, netos de heróis às armas dados,  
São esses bravos que o rancor separa  
E tu, bisonho, entre tais soldados!!!

Ó da Pátria infeliz desgraça amara!  
Que seus destinos sejam confiados  
A um pobre Capitão de meia cara!...  
(O Povo, n. 71, p. 303)

O discurso dos legalistas também tratou de desqualificar seus adversários, especialmente pelo descrédito às ações e autoridades oficiais da República, que era sempre tratadas como “Governo rebelde”. Em troca de cartas entre Saturnino de Souza e Oliveira, presidente da Província que substituiu Elizeario, e José Fernandes Barbosa, Chefe de Polícia de Pelotas, em novembro de 1839, o primeiro afirma que o segundo “está revestido de uma autoridade ilegal, servindo por nomeação de um governo rebelde” (O Povo, n. 123, p. 519). Os adjetivos também eram fartos, sendo os mais comuns *farrapos*, *rebeldes*, *revoltosos*, *sediciosos*, *anarquistas*, *caudilhos*.

Cabe ressaltar que o termo *farrapos*, quando citado no discurso do jornal analisado, não remete à mítica consagrada dos uniformes rasgados. As menções a esse adjetivo sugerem um tipo específico de posicionamento político naquele momento histórico, com conotação pejorativa. A única referência a essa expressão que poderia sugerir a mudança semântica do termo está em um artigo que louva o 20 de setembro e lembra das dificuldades naquele momento da luta: “Estávamos nus, descalços, verdadeiramente *esfarrapados*” (O Povo, n. 6, p. 23, grifo nosso). Porém, logo em seguida, afirma que essa situação não era boa ou honrosa: “Quem tivesse julgado de nós pelo estado de nudez em que nos achávamos, facilmente acreditaria que nosso Exército não tardaria a desamparar a bandeira da República” (O Povo, n. 6, p. 23). Flores (2002) destaca esse mesmo trecho do jornal e afirma que ele gerou “confusão entre historiadores apressados”:

Os revolucionários do 20 de setembro não queriam ser confundidos com proletários e esfarrapados, pois diziam-se proprietários. Ora, o articulista referiu-se à situação em que se encontravam após a derrota do Fanfa, em 4-10-1836, até receberem a adesão de Francisco Manoel Ribeiro, e não a um estado anterior ao 20 de setembro (FLORES, 2002, p. 380).

Cabe destacar, também, que a expressão *farrapos*, sempre que aparece no jornal O Povo, está ligada à fala de um legalista em relação a um republicano rio-grandense, como, por exemplo, na seguinte anedota:

Balandronada

Aonde estão *estes ladrões destes Farrapos*? Porque não aparecem agora? Para que fogem covardes? Ah, cães, guardai-vos que vos parto. Assim gritava em altas vozes na Praça da Matriz de Rio Pardo no dia que ali entrou o Moringue da asa quebrada, quando veio roubar a banda de música, e as fazendas do Sarracin, um proseador legalista, de bigode avulo (sic) e retorcido, montado no seu Pangaré, e de lança enristada, qual outro D. Quixote investido aos Moinhos de Vento.

Uma Senhora Republicana que casualmente se achava na janela, ouvindo e vendo tais despropósitos e balandronadas, aventurou-se a dizer-lhe, com muita presença de espírito: “– O Senhor está enganado, aqui não se acha a quem procura; se queria brigar com os *Farrapos*, como diz, escusava vir tão longe procurá-los, havendo tantos bem perto da Capital” [...] (O Povo, n. 136, p. 576, grifos nossos).

Flores corrobora a determinação das palavras *farrapo* ou *farroupilha* como apelido político dos liberais exaltados, significando *revolucionários que pretendiam a federação*:

Este apelido político já era antigo, pois em 1831 circulavam no Rio de Janeiro os jornais intitulados Jurujuba dos Farroupilhas e Matraca dos Farroupilhas. Antes da Revolução, o deputado Domingos José de Almeida, em carta de 30/5/1835, à sua esposa, referiu que não podia sair de casa para fazer visitas porque, à noite, a sua casa, em Porto Alegre, se enchia de farrapos. O jornal A Sentinela da Liberdade, de 14/10/1834, criticou a existência do partidos dos farrapos em Porto Alegre. Portanto o nome farrapo não foi usado porque os combatentes andavam esfarrapados, pois é anterior à revolução e também porque todos os seus líderes e comandantes eram abonados estancieiros e oficiais do Exército ou da Guarda Nacional (FLORES, 2004, p. 27, grifos no original).

A leitura do jornal O Povo dá a entender que os comandantes da revolução não gostariam de ser conhecidos por *farrapos* pelo motivo de andarem esfarrapados, dada a necessidade de manter a moral e a disciplina nas tropas, e a honra da nova Nação que surgia. Os sacrifícios em nome da guerra eram louvados, é claro, mas era preciso manter o bom nome do Exército rio-grandense, até mesmo pela questão do recrutamento. Muitos são



os textos burocráticos que encaminham pedidos de compra de insumos para as linhas de combate e a aquisição de fazendas se faz presente em diversas ocasiões. Além disso, da leitura do jornal é possível perceber que as denominações mais agradáveis eram: *republicano rio-grandense*, *patrício*, *cidadão*, *continentino*. Ressaltamos que o termo *gaúcho*, naquela época, tinha sentido pejorativo, sinônimo de *caudilho*, vagabundo dos campos: “derrubados os Vice-Reis, ficavam os caudilhos, os ambiciosos, os gaúchos, homens todos que tinham pelejado por prazer” (O Povo, n. 29, p. 16).

O tom jocoso também acompanhava as digressões dos legalistas. Em transcrição de trecho do Sete de Abril, que defendia a unidade do Império, o texto inicia usando a palavra *caudilho* para referir um rio-grandense. Em nota de rodapé, O Povo comenta: “Notaremos de passagem que a palavra Caudilho não se acha no Dicionário da Língua que falamos” (n. 51, p. 208). Mais adiante, desqualifica a República Rio-Grandense, utilizando o jocoso apelido *Republiqueta de Pilha-tinim*. No comentário, após a transcrição do trecho do Sete, a redação republicana comenta: “Que quer dizer Pilha-tinim na vossa fraseologia gaiata? Ladroeira; não é isto!” (O Povo, n. 51, p. 209).

O discurso que analisamos é exemplar no que diz respeito à relatividade social do *real*. Schutz explicou essa relatividade através do exemplo do homem de negócios e do monge tibetano. Em nosso caso, a realidade cotidiana, vivida pelos republicanos rio-grandenses e pelos legalistas, não configura universos tão diferentes, mas, mesmo assim, os dois grupos atribuem sentidos completamente diversos aos mesmos fatos. Como vimos na teoria schutziana, a interação entre *províncias de significado* não se dá sem conflitos, desentendimentos ou falhas de comunicação, tanto no plano individual quanto no coletivo. Isso acontece no contato com o estrangeiro, onde a posição natural perante o mundo é questionada e provocada à reflexão, como acontece no caso do nosso objeto, que apresenta um acirrado confronto político. Esse tipo de encontro pressupõe o eminente contato entre diferentes, de forma que o dissenso e o desentendimento sempre estão presentes. Nesse caso, a forma como um grupo se vê (suas *auto-tipificações*) entram em choque com as *heterotipificações* de outrem. Isso porque a *atitude natural* de um grupo é tida como óbvia, auto-explicável e compreensível para qualquer um. Outros

exemplos do confronto de heterotipificações podem ser encontrados n'O Povo, e um dos mais eminentes é que a questão da *legalidade*.

#### 4.3.3 O que pode e o que não pode: eis a questão da legalidade

Uma das mais importantes insatisfações dos republicanos rio-grandenses em relação à administração do Império foi a questão do cumprimento das leis. Esse importante valor era freqüentemente associado a outros, bem característicos do pensamento liberal que embasou o movimento republicano, como *bom senso*, *amor da ordem*, *moderação* e *razão*. Opunham-se ao *faccionismo*, à *falta de diplomacia*, à *anarquia*, às *aspirações exaltadas* e, evidentemente, à *injustiça*. Baseados na teoria contratualista do filósofo inglês John Locke, uma das mais fortes influências do ideário farroupilha, como apontado por Flores (1978), os republicanos rio-grandenses consideravam-se no direito de retomar sua liberdade natural e destituir o governante, caso sua administração configurasse um sistema tirânico: “O homem é livre e responsável” (O Povo, n. 7, p. 28), afirmam. A *tiranía* é, de longe, o adjetivo mais utilizado para qualificar as ações do Império, e a *legalidade*, bandeira sob a qual os defensores da unidade do trono lutavam, freqüentemente ironizada. Já na primeira linha do primeiro texto publicado n'O Povo, está essa noção, o desejo de “chegar da tirania à Liberdade” (n.1, p.1).

Na edição 7 é publicado um texto intitulado “A Legalidade”, onde ela é questionada na forma em que é apresentada pelo Império. Usando exemplos de atitudes dos representantes do trono, o conceito é tensionado, sendo sempre grafado em itálico. A afirmação principal é a de que a Legalidade é utilizada como pretexto para saciar “desejos ambiciosos” (O Povo, n. 7, p. 28). Mais uma vez, o tom do discurso é liberal e denuncia a incompetência da monarquia em oferecer prosperidade, justiça e felicidade ao povo, o que justifica a *quebra do contrato*:

E agora como vós fostes ineptos ao sublime ministério do qual vos havíamos encarregado, como vocês não têm sabido nos dar nem Leis, nem felicidades, nem a grandeza que herdamos em direito de exigir de vós,

nós nos retomamos a parte de nossa Liberdade, que vos havíamos cedido, nós vos retiramos a nossa fé, e *declaramos de ora em diante dissolvido qualquer vínculo que nos unia a vós*, para prover nós mesmos a nossa prosperidade, a nossa civilização, a nossa glória. E agora que ousareis nos opor? *Em que se funda a vossa pretendida legalidade?* (O Povo, n.7 p. 29, grifos no original).

O Manifesto do Presidente da República Rio-Grandense enumera, de forma mais específica, algumas das reclamações a respeito da gestão das Leis no Império, como: fazer leis sem utilidade e deixar de fazer outras de vital interesse ao povo; permitir contrabandos vergonhosos e prejudiciais; conservar cidadãos por longo tempo presos, sem processo em que conste seus crimes; invalidar pedidos de *habeas corpus*; ignorar a necessidade de um tribunal na Província, fazendo com que as longas distâncias prejudiquem a procura de recursos judiciais (O Povo, n. 2, p. 6), entre outros.

Com o estado de guerra consolidado entre o Império e a República Rio-Grandense, as divergências mudam de caráter e passam a versar sobre questões como o tratamento dos prisioneiros, os crimes de guerra, e o recrutamento.

O tratamento dispensado aos prisioneiros é um assunto que apresenta grande *relevância* no jornal O Povo. É recorrente a comparação entre as ações da República, exaltadas como exemplos de generosidade, humanidade, filantropia, e as atrocidades cometidas pelo Império. Em comemoração à entrada do terceiro ano da Independência e da República, Bento Gonçalves assina e publica o seguinte decreto:

Quando os bárbaros e iníquos sequazes da feroz legalidade Brasileira devoram o desditoso Pará; quando devastam a infeliz Bahia; quando o Presidente do Júri ali instalado recomenda impudicamente que se façam horrorosos julgamentos, e é obedecido; quando massacram, assassinam e deportam a parte mais preciosa dos filhos de Santa Cruz e enchem de luto e de pranto o resto de seus habitantes natos [...] o Presidente do Estado Rio-Grandense em desafronta desses insultos à humanidade oprimida, à filantropia e às Luzes do Século [...] há por bem, que além da soltura de todos os prisioneiros de guerra que se há efetuado, se ponha em plena Liberdade os presos de Justiça que nesta Capital se acharem processados no Juízo de Paz, e não tiverem parte que os acusem (O Povo, n. 8, p. 31).

Esse tipo de ato de generosidade era contrastado com relatos dos piores tipos de perversidade praticados pelo Império, como a repressão utilizada para debelar os movimento da Sabinada, na Bahia. As notícias davam conta de um estado de terror, onde “cabeças das vítimas ornavam as sacadas das grades de ferro dos sobrados em lugar das maçanetas!” (O Povo, n. 3, p. 12); os julgamentos eram parciais e sumários e as prisões amontoavam multidões em péssimas condições. Assim, O Povo pintava o quadro da generosidade Republicana em oposição à crueldade do Império.

A bondade era tanta, que até mesmo correspondências de leitores mostravam descontentamento e cobravam mais rigor na punição dos inimigos, como a carta seguinte, assinada por “Uns Republicanos”:

A moderação sem exemplo nos anais das revoluções seguida por nosso governo tem consentido que entre nós existam espias do sanguinário monstro Silva Tavares. [...] Quando enfim nossas autoridades, já cansadas de tanta bonomia, tomam a iniciativa e querem vingar os manes de nossos caros patrícios e amigos, essas raposas levantam um grito contra a falta de cumprimento de lei e formalidades, como se na crise por que passamos, pudessem respeitar o que só é permitido no remanso da paz (O Povo, n. 112, p. 472).

Na ocasião em que noticiou a morte do republicano Justo José Vieira, a própria redação d’O Povo cobra mais energia do governo: “Ao traçar estas linhas em obséquo à memória do Patriota que perdemos, rogamos ao Governo que despregue mais alguma energia acerca das pessoas que nos rodeiam” [...] e “marche de forma que não se arrependa da criminosa moderação” (O Povo, n. 115, p. 483). O sumiço dos companheiros embasa as críticas à letargia do Governo na punição dos inimigos:

Estes precedentes pois nos autorizam a humildemente dirigir nossa fraca voz aos respeitáveis membros da Administração do Estado, em quem aliás reconhecemos os melhores desejos e o mais acrisolado civismo, e dizer-lhes que *se apartem por momento dos princípios de moderação e tolerância que tem adotado, e que sem se lançarem no extremo oposto, trilhem o justo meio termo que convém nas atuais circunstâncias* (O Povo, n.44, p. 177, grifo nosso).

Contudo, o endurecimento das ameaças do trono em relação aos rebeldes rio-grandenses provocou reação na mesma medida na República. A promessa de execução de rebeldes faz o comando do Estado Rio-Grandense baixar um decreto considerando reféns todos os prisioneiros de guerra Imperiais; prometendo “sacrificar tantos prisioneiros inimigos quanto tiverem sido os republicanos assassinados por ordem das Autoridades do Império, um por um, cabeça por cabeça” (O Povo, n. 47, p. 193). Precede as determinações do decreto propriamente dito, todo um elenco comparações entre o Império e tiranos históricos, como Nero, Calígula e a ação dos *sans-culotte* da Revolução Francesa. Determina, ainda, a execução sumária de quaisquer participantes de bandos de saqueadores, temidos grupos que, aproveitando-se do estado de guerra, promoviam terror entre os habitantes, roubando, assassinando, destruindo e estuprando, tanto no território republicano quanto na província, donde os dois governos trocavam acusações de financiamento dessas quadrilhas. A ação dos salteadores motivava troca de acusações sobre o descumprimento das leis; os imperiais aproveitavam o ambiente de medo para afirmar que os republicanos não tinham capacidade de proteger seus cidadãos.

A questão do recrutamento também era motivo de discórdia, já que o Império e a República disputavam ferozmente os *voluntários*. Em correspondência à Aurora Fluminense, reproduzida n' O Povo, um leitor, que assina “Um militar”, descreve horrores no recrutamento feito pelo Império, denunciando a chegada à capital de recrutas com gargalheiras ao pescoço, e que o Ministro Rego Barros tinha conhecimento do fato (O Povo, n. 71, p. 304). Entre os republicanos, os rumores de que a organização de turmas de primeiras letras servia para recrutamento de jovens fez o governo baixar uma circular, determinando que os alunos matriculados e freqüentes das Aulas Nacionais do Estado eram isentos do recrutamento para a primeira Linha, Guarda Nacional e polícia (O Povo, n. 87, p. 368).

Através de seu jornal oficial, a República promovia uma imagem de tropas bem tratadas, coesas, disciplinadas, valentes e uniformes. Procurava amenizar a situação afirmando que o serviço militar era prática comum e obrigatória em Estados civilizados, além de recorrer ao “espírito do século”, que responsabilizava o cidadão pelas suas ações e pela busca da felicidade individual e coletiva, e apelava para a consciência do papel social de cada um.

A apatia e a inércia eram qualidades vergonhosas, indignas ao verdadeiro republicano, pois “o escravo é mais desprezível que o tirano” (O Povo, n. 97, p. 405). Mesmo assim, os despachos indicam muita dificuldade no recrutamento, o que deu origem a práticas bastante incisivas, mas nada que lembre as imagens dos grilhões do Império. Em decreto publicado na edição 136, o ministro da Guerra Joaquim Serafim d’Alencastre determina que passam a ser considerados da Guarda Nacional todos os oficiais do Exército que obtenham demissão, sempre que esta não seja motivada por incapacidade física ou moral. Outro Decreto, publicado na edição 141, ordena aos cidadãos que não possuam propriedade em terras estrangeiras, mas se retiraram para fugir do serviço militar, apresentem-se diante das autoridades republicanas, sob pena de perda de direitos, como bens e heranças, e até mesmo prisão perpétua. Além de fechar o cerco àqueles que tentam escapar do recrutamento, o decreto demonstra uma diferença no tratamento entre o cidadão que tem e o que não tem propriedade em terras estrangeiras, pois estes últimos foram compelidos apenas ao pagamento de impostos e multas.

O recrutamento de escravos é um capítulo à parte da troca de acusações entre republicanos e imperiais, que trataremos com maior profundidade no tópico 4.3.6.

Em linhas gerais, a problemática da Legalidade é apresentada de duas formas no jornal O Povo: a primeira diz respeito às reivindicações da Província em relação ao Império, que ficam claras no texto do Manifesto, quando os republicanos se referiram a um tempo em que apenas um comportamento mais sensível e paternal por parte do Império seria capaz de sanar as insatisfações; a segunda é a legalidade no contexto de guerra entre duas Nações (como queriam que os imperiais reconhecessem a luta com a República). Nesta última, os abusos do Império tomam a configuração de quebra do contrato social e decreta-se, moral e efetivamente, a incapacidade do Império em administrar a justiça, as finanças, as relações exteriores e, em última análise, a felicidade dos cidadãos. Assim, quando os imperiais chamam os rio-grandenses à legalidade, este valor é desmoralizado pelo discurso do jornal O Povo, representante oficial das opiniões dos republicanos. Ao mesmo tempo, a condição de rebeldes, revoltosos e sediciosos, atribuída pelo Império aos rio-grandenses, além da configuração, aos olhos do Império, ilegítima da

República, faz com que as duas partes troquem acusações e façam promessas muito semelhantes. Ilegítimo, o Estado proclamado pelos farrapos não é capaz de baixar decretos, promulgar leis, julgar, prender, punir. Vejamos como o discurso dos legalistas apresenta valores muito parecidos com o dos farrapos, na transcrição de uma proclamação legalista, dirigida aos serranos:

O momento é chegado em que deveis atender a voz soberana da Lei, da Justiça e da Humanidade. Desapareça de entre voz para sempre a anarquia e o seu horroroso contágio. O reinado do crime, desta mostra gerado nos delírios da sedição, e que não tem produzido senão furores e misérias, que tem destruído a liberdade e estabelecido por toda a parte a mais execrável tirania, pereça de uma vez (O Povo, n. 138, p. 581).

No texto legalista, a luta também é em nome da *Lei*, da *Justiça* e da *Humanidade*, e pelo fim da *miséria*, do *crime* e da *tiranía*. Em outras palavras, imperiais e republicanos entram em contato com suas *heterotipificações* com base nos mesmos termos, *construindo significados* diversos, porém, para as mesmas situações. Na esfera discursiva, à qual restringimos nosso estudo, apresentam-se movidos por diferentes *motivações*, usam *repertórios* diferentes e projetam desfechos distintos.

#### 4.3.4 Símbolos da Revolução

Pela leitura d'O Povo, fica evidente a tentativa do governo da República Rio-Grandense de firmar-se não apenas pela guerra, pelas leis e pelas estruturas administrativas, mas, também, através da via simbólica, procurando envolver os cidadãos em um espírito republicano e patriótico. Nesse sentido, destacam-se, no jornal, as descrições das comemorações cívicas, em especial as homenagens aos dias 11 e 20 de setembro (proclamação da República, em 1836; e início da Revolução, em 1835, respectivamente) e ao 30 de abril (vitória em Rio Pardo, em 1838) e a definição de símbolos nacionais, como a bandeira e o tope.

Como vimos na teoria schutziana, os *símbolos* têm como característica a capacidade de transcender a realidade cotidiana, em um processo onde o singular representa o universal. Correia (2005) afirma que “Schutz considera a simbolização como o processo de auto-interpretação da sociedade pelos seus membros” (p. 122).

A definição do uso obrigatório do Laço da Nação ocorreu por Decreto de 20 de fevereiro de 1839, publicado na edição 49 d’O Povo, de 16 de março de 1839. O documento determinou o uso do Laço por todos os cidadãos da República, com exceção dos escravos, prevendo pena ao descumprimento da ordem, especialmente duras àqueles nascidos em Portugal: “O Cidadão ou Súdito Rio-Grandense nascido em Portugal, que tiver reincidido pela segunda vez, será reputado ter renunciado ao nosso Pacto Social, e conseqüentemente desde logo preso, obrigado a assinar um termo de despejo para sempre do Território Republicano” (O Povo, n. 49, p. 201). Flores (2002) explica que a justificativa do decreto para essa obrigatoriedade era a identificação dos bombeiros (espões) ou criminosos infiltrados da República Rio-Grandense. O autor discorda da versão oficial, e entende que o uso do Laço era importante pelo seu valor simbólico:

Tal medida era inócua, pois bastaria o espião usar o tope nacional para não ser importunado. As povoações eram pequenas, e quase todos os moradores se conheciam. Qualquer estranho que atravessasse os campos logo seria notado. Portanto, é improcedente essa justificativa. Na realidade, o uso do laço nacional servia para que a população começasse a mentalizar a existência de uma nova nação republicana: a República Rio-Grandense (FLORES, 2002, p. 392).

Da interpretação de Flores, entendemos que fica clara a importância dimensão da *representação universal* do Laço Nacional como *símbolo* na nação emergente. Pelas páginas d’O Povo, é possível acompanhar a criação do Tope Nacional do Estado. A edição 51, de 28 de março de 1839, traz a descrição desse símbolo patriótico, na reprodução do decreto de 12 de novembro de 1836:



O Tope Nacional do Estado Rio-Grandense será de forma circular, contendo as três cores nacionais, dispostas como segue: uma orla verde de largura de quatro linhas contadas da circunferência para o centro, outra escarlate com igual dimensão, formando a outra um botão de ouro, sem algum valor [sic] (O Povo, n. 51, p. 207).

Reparamos um fato interessante, que beirou o cômico, na caracterização do tope: “o botão de ouro, sem algum valor”. Na edição seguinte, uma errata corrige a palavra “valor”, informando que o correto era “lavor”. Realmente, foi um erro importante e que valia ser corrigido, uma vez que o símbolo pátrio não poderia ser caracterizado como “sem algum valor”.

O tope era formado pelas cores da bandeira da República Rio-Grandense, que ainda hoje representam o Estado do Rio Grande do Sul: verde, amarelo e vermelho. Flores (1978) explica que a escolha das cores tem a ver com a maçonaria, responsável, junto com a imprensa, pela difusão do liberalismo no país, e com a origem brasileira da República Rio-Grandense, “assim como acontece a várias nações, que como os Estados Unidos da América mantiveram o azul e o vermelho da bandeira inglesa, ou países da América Latina usam cores da Espanha” (FLORES, 1978, p. 40).

Assim, o verde, que simbolizava o liberalismo, aparece unido ao amarelo, remetendo ao Brasil. Já o vermelho aparece como influência do grupo maçônico dos farroupilhas que proclamaram a República Rio-Grandense. De acordo com Flores (1978), a maçonaria se propôs a combater o absolutismo, em duas orientações: a maçonaria azul (ou inglesa), que defendia a monarquia parlamentar constitucional, e a vermelha (ou francesa), que sustentava um governo republicano constitucional (FLORES, 1978, p. 40).

A bandeira é um dos símbolos máximos da Nação emergente, e estava presente, junto com a Bíblia, nas cerimônias de juramento. O juramento de fidelidade à República Rio-Grandense também foi um elemento simbólico importante, e constituiu a marca inexorável do comprometimento com a causa republicana, servindo tanto aos militares quanto aos funcionários públicos e à população civil:

Juro manter a religião Católica Apostólica Romana, a Independência, a Integridade e a Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense; observar e fazer observar as leis da mesma

República; e provisoriamente a Constituição e Leis do Brasil em tudo quanto for compatível com as atuais circunstâncias da Nação e sua Independência; e de cumprir religiosamente com as ordens do Governo (O Povo, n. 66, p. 282).

O juramento era utilizado, por exemplo, no caso de pessoas consideradas dissidentes do movimento revolucionário. Para reaver seus bens e a cidadania rio-grandense, era preciso apresentar-se a uma das autoridades da República e prestar o juramento, como no caso dos seguintes cidadãos, em decreto de 23 de novembro de 1839:

Tendo-se apresentado a este Governo os Cidadãos João Antonio da Silva Cezimbra e Manoel Joaquim da Paixão com ânimo firme e deliberado de fazerem parte da associação Rio-Grandense, como provaram com a certidão que exibiram na Repartição da Fazenda de terem jurado manterem Religião Católica Apostólica Romana, a Independência, a Integridade e a Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense, observarem e fazerem observar as Leis em vigor e ordens do Governo como dispõe o Decreto de 28 de Dezembro próximo passado, o Presidente do Estado há por bem receber no grêmio da família Rio-Grandense os referidos Cidadãos, e determina que lhes devolvam todos os bens ainda não arrendados, e direitos que lhes competem na qualidade de membros da República, ficando a respeito sem vigor as mais partes do Decreto citado (O Povo, n. 104, p. 435-436).

É possível perceber algumas alterações no texto do juramento, nas versões publicadas no jornal, especialmente no trecho da observância das leis, dependendo da ocasião em que era efetuado. Na primeira versão apresentada, na ocasião do juramento da 5ª Brigada de Guardas Nacionais, fica clara a observância das leis do Império brasileiro. Flores (1978) informa que “a República Rio-Grandense adotou a Constituição e Leis do Império, desde que não colidissem com a forma republicana, até que sua Assembléia Constituinte fosse convocada e aprovasse a sua própria Carta Magna” (p. 100). A reunião da Assembléia só conseguiu ser efetivada em janeiro 1843, mas foi dissolvida antes de sua conclusão, em virtude da entrada do exército imperial em Alegrete. Sem que se discutissem os artigos, a Constituição da República Rio-Grandense não avançou além de um projeto.

No caso específico da devolução de bens aos cidadãos, o juramento garante a observância das “Leis em vigor e ordens do Governo como dispõe o Decreto de 28 de Dezembro próximo passado”. O Decreto citado, publicado n’O Povo de 2 de janeiro de 1839, edição 36, p. 144, determina algumas regras para manter a fidelidade dos dissidentes que se mostravam arrependidos, retomavam seus bens e voltavam a hostilizar o governo republicano.

O juramento aparece também em uma terceira versão, por ocasião do Conselho de Procuradores Gerais da República Rio-Grandense, e aborda diretamente o desempenho das funções dos Procuradores:

Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, a Independência, Integridade e Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense; observar e fazer observar as leis em vigor e ordens do Governo, como em tudo quanto por ele for consultado a bem dos interesses da Nação, dar livremente o parecer, que convier tendo diante dos olhos a Deus e os interesses da Pátria nascente (O Povo, n. 130, p. 550).

As primeiras providências tomadas logo após a entrada dos republicanos rio-grandenses em Santa Catarina também revelam a importância das orientações simbólicas no processo de independência de uma província, naquele momento histórico. A definição da bandeira e do tope nacional foi uma das primeiras ações na recém-proclamada República Catarinense, para “revelar a dignidade por tanto tempo abatida da Nação e fixar quais as cores a cujo brilho hão de reunirem-se os defensores da Pátria” (O Povo, n. 107, p. 449). Um decreto de 10 de setembro de 1839 determinou:

Art. 1º Até o dia em que a Assembléia Constituinte escolher outras, as cores da República Catarinense serão a verde, a branca e a amarela.

Art. 2º Serão colocadas no Pendão Nacional horizontalmente, e na seguinte ordem: a verde na extremidade superior, a branca no meio, e a amarela na extremidade inferior.

Art. 3º O tope análogo terá o verde na extremidade, o branco no círculo interior e o amarelo no centro.

Art. 4º Todos os empregados e Cidadãos do Estado se condecorarão com ele, colocando-o do meio para cima do lado esquerdo do chapéu, sob pena de incorrer na multa de seis mil réis (O Povo, n. 107, p. 449).

Além da determinação da bandeira e do tope, a Vila da Laguna de Santo Antonio dos Anjos foi elevada à categoria de cidade, passando a chamar-se, em referência ao mês da chegada dos republicanos em seu território, de Cidade Juliana da Laguna. Definida como capital, o brasão também foi fixado:

Art. 3º A Patriótica Câmara Municipal da mesma está autorizada a adornar o interior do seu brasão com uma Liberdade encostada sobre um escudo, em cujo campo brilhem as palavras – Vinte e dois de julho de 1839 – e a orla do mesmo com a divisa do Governo – Liberdade, Igualdade, Humanidade (O Povo, n. 107, p. 451).

O artigo seguinte determinava a solenização do dia 22 de julho, “o glorioso acontecimento que fixou seus destinos” (O Povo, n. 107, p. 451).

A realização de comemorações cívicas são descritas em diversas oportunidades n’O Povo e, de forma geral, incluem a realização de uma solenidade católica, normalmente, a entonação do hino litúrgico *Te Deum Laudamus*, seguido de jantar, baile e iluminação das casas e vias públicas durante a noite. Em carta, um leitor que assina “Um dos da Sociedade do Dia 20” relata festejos relativos ao 20 de setembro ocorridos na freguesia de São Leopoldo. A correspondência relata a instalação de uma Sociedade Patriótica, que promoveu a encenação de um drama, intitulado “Amor e vingança”. O Juiz de Paz da cidade solicitou a todos os compatriotas que “houvessem de por luminárias naqueles dois dias, o que assim se praticou, iluminando-se todas as casas desta freguesia” (O Povo, n. 26, p. 106). Houve, ainda, um jantar na casa do comandante de Polícia, vivas e leitura de sonetos, finalizando com um baile.

A edição n. 63, de 4 de maio de 1839, noticiou as comemorações de um ano da vitória republicana na Batalha do Rio Vermelho, em Rio Pardo. Na capital da República, Caçapava, os festejos incluíram uma solenidade religiosa, vivas, salvas de canhão, além do baile, que contou, em sua abertura, com a entonação do Hino Nacional que, naquela época, tinha a seguinte letra, também reproduzida no jornal:

Nobre Povo Rio-Grandense  
 Povo de Heróis Povo Bravo  
 Conquistastes a Independência  
 Nunca mais serás escravo

*Da gostosa Liberdade  
 Brilha entre nós o clarão  
 Da constância e da coragem  
 Eis aqui o galardão*

Avante, oh Povo brioso  
 Nunca mais retrogradar  
 Porque atrás fica o inferno  
 Que vos há de sepultar

*Da gostosa Liberdade, etc, etc.*

O majestoso progresso  
 É preceito divinal  
 Não tem melhor garantia  
 Nossa ordem social

*Da gostosa Liberdade, etc, etc.*

O mundo que nos contempla  
 Que pesa nossas ações  
 Bendirá nossos esforços  
 Cantará nossos brasões

*Da gostosa Liberdade  
 Brilha entre nós o clarão  
 Da constância e da coragem  
 Eis aqui o galardão  
 (O Povo, n. 63, p. 265)*

Percebemos que o hino reproduz os valores característicos do discurso oficial, contrapondo a liberdade com a escravidão e exaltando o progresso e a ordem social proporcionados pela Independência. Na descrição do baile, também são destacadas as vestimentas dos convidados e, em especial, a participação feminina na comemoração:

Brilhou naquela noite o belo sexo, elegante, mas modestamente trajado, como convém à simplicidade Republicana, como convém à amabilidade e à formosura que não precisam de postigos e estranhos atavios do luxo e da pompa para se fazerem recomendáveis. Levaram todas as Senhoras ao peito o Laço da Nação, e os homens um raminho de Erva-Mate atado com fitas das cores nacionais (O Povo, n. 63, p. 264).

A preocupação com a simplicidade, em contraponto ao luxo e esbanjamento do Império, é apontada por Flores (2002) entre as características da sociedade da República rio-Grandense, que “procurava os parâmetros da modéstia e da simplicidade no trajar e nas atitudes. O luxo, a hipocrisia e os divertimentos eram considerados como coisas de Satanás, verdadeiros flagelos dos pais e dos maridos” (FLORES, 2002, p. 206). Destacaremos com mais detalhes, no tópico seguinte, as referências ao papel das mulheres na sociedade rio-grandense, presente nas páginas d’O Povo.

Das notas que selecionamos até então, fica evidente, através da leitura do jornal, a importância da estruturação simbólica na constituição da nova pátria, ao ressaltar elementos como a bandeira, o tope nacional, o hino e as comemorações cívicas.

#### 4.3.5 Mulheres: o belo sexo entre os Farroupilhas

Vimos, no capítulo 2, através da análise de Flores (2002), que a Revolução Farroupilha teve reflexos em todos os segmentos das sociedade, inclusive no papel social das mulheres. “A experiência civilizada seguia por caminhos contraditórios em relação à mulher: defendia a domesticidade e pregava a liberdade” (FLORES, 2002, p. 207). O que se pode ver pelos textos do jornal O Povo é isso mesmo: havia uma preocupação em exaltar a participação feminina na sociedade, mas também em educá-las nos costumes civilizados para a convivência doméstica. Não devemos esquecer que as mulheres não eram consideradas cidadãs, não tinham direito a voto, e não há no periódico estudado nenhuma proposta nesse sentido.

Em carta anônima, na edição n. 36, de 2 de janeiro de 1839, um cidadão faz um alerta às “Patrícias” para que deixem as frivolidades de lado e entendam sua verdadeira vocação social:

Se as mulheres despidas finalmente das frivolidades que as ocupam entendessem sua verdadeira vocação social e esquecendo de uma vez todos os vícios de uma educação que só as degrada, compreendessem qual foi a missão que Deus lhes há confiado, quantos bens poderiam derramar sobre a humanidade! Mas ao contrário, por uma

fatalidade, cujas conseqüências são tão funestas a elas e a nós, submergidas todavia no erro, acreditam que o Criador somente as têm destinado a seduzir-nos (O Povo, n. 36, p. 146).

Pelo raciocínio do signatário, as mulheres usavam suas qualidades com a finalidade de “tiranizar” os homens, nas suas próprias palavras. Em sua opinião, deveriam dirigir esses mesmos atributos para outros fins: “que ela atine melhor com suas obrigações sociais, que aformoseie sua alma com todas as virtudes, cultive com afinco o próprio gênio, dê continuados exemplos de boas e honestas ações” (p. 146). Na prática, o que todo esse discurso queria dizer? O leitor, em suas últimas frases, explica: “Me limito a pedir às nossas belas que, como as Americanas do Norte, façam fios para os Hospitais da República e queiram cozer os fardamentos das tropas [...]” (p. 146). O pedido reflete a necessidade social de mudança na mentalidade lusitana da época, que, como já referimos no capítulo 2, considerava qualquer trabalho manual ou braçal indigno, destinado aos escravos, alimentando o ócio de homens e mulheres. Em termos fenomenológicos, a manifestação do leitor indica um estranhamento frente a *atitude natural*, ou seja: comportamentos, ou ações *razoáveis*, que antes eram vistos com familiaridade, passam a ser questionados em um momento de guerra, onde o ideário liberal republicano confrontava a mentalidade colonial e imperialista.

O governo republicano, sempre preocupado em manter uma imagem de generosidade, legalidade e ordem social, regulamentou, em decreto de 15 de dezembro de 1838, o direito à pensão das esposas e filhas dos cidadãos que viessem a morrer ou ficassem inválidos nos confrontos armados. O artigo que determinava a exclusão do benefício mostra as conseqüências da “má conduta” de uma mulher naquela sociedade:

Art. 4º São excluídas do benefício da referida pensão: § 1º As viúvas que ao tempo do falecimento de seus maridos se achavam deles divorciadas por sentença condenatória a que elas tivessem dado causa, ou por sua má conduta separadas. § 2º As órfãs que viviam apartadas de seus pais e por causa de seu mau procedimento não eram por eles alimentadas (O Povo, n. 39, p. 155).

Outra correspondência, assinada por um “Republicano Rio-Grandense”, apresenta um texto que busca estimular os cidadãos que empunham armas pela República, citando como exemplos de prosperidade o florescimento de sociedades como Roma, Veneza, Gênova<sup>29</sup>, Holanda, Suíça, América do Norte. Entre os argumentos, conclama o poder de sedução das Patrícias como fator de convencimento para os homens pegarem em armas, referindo, mais uma vez, a visão da mulher como uma “tirana” do homem: “E vós, ternas Patrícias, vossas palavras são encantadoras, tem mais força do que as minhas, e todo o poder no coração de vossos esposos, inspirai-lhes os mais nobres sentimentos na defesa da Pátria” (O Povo, n. 57, p. 240).

Este “poder feminino” levantou, inclusive, a suspeita sobre a atuação de uma espiã. Em uma carta de Antonio Elizeario de Miranda e Brito, interceptada pela polícia Rio-Grandense, o então presidente da Província afirma que “não teve o prazer de falar com sua Ilma. Sra., por ter vindo a Porto Alegre antes dela haver chegado ao Rio Grande”, referindo-se à esposa do Sr. Nicolau Penha, não citada nominalmente na carta. Em nota de rodapé, a direção d’O Povo acusa-a de espionagem, questiona sua beleza e sugere que a dita Senhora tinha um caso com Miranda e Brito:

A senhora Adelaida, que acaba de alistar-se no rol dos Espiões da Galegalidade, e que viaja em seu serviço, deve saber que em toda parte do Mundo o primeiro quesito, logo depois da destreza, que se requer de uma mulher espiã, é ter beleza; e o segundo é ser facilíma, condescendente desde o primeiro abordo etc, etc, etc. Bem o sabia o velhaco do Elisiário, que tanto sentiu não vê-la...! Fora Patifes, vão namorar lá pra sua terra! (O Povo, n. 62, p. 262).

Em outra carta interceptada, o Brigadeiro do Exército Imperial Felipe Nery de Oliveira especula o acontecimento de uma “coisa grande”, sugerindo uma ação mais agressiva por parte do Império, para o fim do mês. Em nota de rodapé, a redação d’O Povo, em tom jocoso, relaciona a afirmação do oficial com as tradicionais alterações do humor feminino em certo momento do mês:

---

<sup>29</sup> Ressaltamos que essas afirmações estão inseridas num contexto anterior à Unificação Italiana.



[...] é o não ser ele tão mulher no físico quando no moral, porque logo me faria lembrar certas indisposições que padecem as Senhoras lá para o fim do mês, e às vezes tão perigosas por diminutas, que lhes fazem subir o sangue ao miolo e dizer e falar muitas asneiras (O Povo, n. 63, p. 265)

Além dessas oscilações de temperamento, o jornal também identifica, através de transcrição d'O Carapuceiro<sup>30</sup>, em texto que traçou a carapuça das “meninas sonsas”, aquelas que, “sob aparência de simpleza e inocência, escondem boa porção de malícia” (O Povo, n. 132, p. 560). Cita como exemplo de tal comportamento a D. Mariquinha que, circunspecta e até calada (“coisa tão rara em seu sexo”), trata as escravas a bofetadas. D. Perpetulina “se põe à janela horas esquecidas” e outra menina, que se dizia talhada para ser freira, não teve outra solução senão casar-se com o primo “bestalhão”. Ao final, o carapuceiro conclui: “a hipocrisia é talvez mais custosa de vencer que a própria imoralidade: em tudo agrada a franqueza e a sinceridade” (p. 560).

O destempero, o gênio difícil e a ocupação com frivolidades parecem ser as principais características das mulheres a serem combatidas através da educação moral defendida nas páginas d'O Povo. A preocupação com o comportamento e os modos do “sexo amável” fica evidente em pequenas dicas espalhadas pelo jornal, sob o título de “Variedades”. A edição 134 traz algumas dessas dicas:

- A mulher para ser amada deve ter como primeira qualidade um gênio brando e dócil.
- Não há defeito maior no belo sexo do que a loquacidade e a garrulice, que são de ordinário filhas da imprudência.
- Uma Senhora de honesto e sisudo comportamento atrai a consideração e o respeito do homem o mais licencioso.
- Se uma grande parte dos nossos mancebos evita os laços conjugais é principalmente pelo excessivo luxo das mulheres.
- O luxo desregrado precipita as famílias na miséria e é causa da imorigeração do sexo amável.
- As meninas criadas no ócio e na dissipação não podem ser boas mães de família (O Povo, n. 134, p. 568).

---

<sup>30</sup> O Carapuceiro, “periódico sempre moral e só por acidente político”, publicado em Recife e redigido pelo Padre Lopes Gama, durante os anos 1830.

Na edição 137, as “Variedades” ocupam quase toda a última página do jornal e dedicam-se exclusivamente ao comportamento feminino. Afirmam que o casamento é uma questão séria, que deve ter por base “a igualdade de gênio, de condição, de fortuna, de sentimentos e até de idade” (O Povo, n. 137, p. 580). No geral, as dicas morais pregam a moderação no trato afetivo, social e financeiro, como as que destacamos a seguir:

- O asseio não consiste na riqueza dos vestidos e dos móveis, porque estes devem ser de módico preço, porém limpos.
- O amor da mãe para com seus filhos deve ser regulado pela prudência, a fim de que não prejudique a sua boa educação.
- O melhor dote de uma Senhora são a honestidade, a virtude, a docilidade, a economia e o amor ao trabalho.
- A mulher dissipada, que consome grande parte do tempo em divertimentos e visitas ociosas torna-se pesada e aborrecida para todos.
- O recolhimento, a ocupação e o manejo dos negócios domésticos deve ser o habitual emprego de uma Senhora virtuosa.
- Não há defeito maior em uma Senhora, que deve ser amável, atrativa e graciosa, do que a ferocidade de gênio, a rudeza de costumes e a grosseria de tratos.
- Se desde a tenra infância não procurarmos adquirir o hábito do trabalho empregando o tempo em coisas úteis, nunca possuiremos aquela importante virtude (O Povo, n. 137, p. 580).

Da leitura do jornal, percebemos que as mulheres, em alguns aspectos, não gozavam de boa fama, mas, ao mesmo tempo, transpareceu nas doutrinas e opiniões expressas no jornal um movimento no sentido de elevar e qualificar o papel das mulheres na sociedade nascente, mesmo não lhes reconhecendo o direito de participar ativamente das decisões políticas. O artigo “O Povo! O Povo”, que fala do exercício das virtudes do povo, expõe essa situação: “E a mulher, esta metade do gênero humano, a mãe de nossos filhos e de nós mesmos, a companheira incansável de nossas desventuras, e deleite de nossa vida, como foi tratada? Reduzida a vil escrava; à *mártir da Sociedade*” (O Povo, n. 6, p. 24, grifo no original).

#### 4.3.6 Os escravos do Império e os escravos de cor

Da leitura d'O Povo, fica claro que a palavra *escravidão*, e suas derivadas, são utilizadas em dois contextos diferentes: um deles, e mais comum, é a escravidão dos cidadãos sul-rio-grandenses em relação ao Império; no segundo caso, refere-se à escravidão propriamente dita, dos negros. Na *província de significados* (SCHUTZ, 1979 e CORREIA, 2005) dos republicanos rio-grandenses, a escravidão era apresentada como um valor pejorativo, mas isso não quis dizer que a prática escravista tenha sido questionada ou modificada, como veremos pelos trechos destacados.

São muitos os casos em que a “escravidão” mencionada é aquela que os rebeldes farroupilhas consideram fruto da tirania do Império brasileiro. Eles mesmos, estancieiros abastados e brancos, seriam escravos se não se insurgissem contra esses desmandos. Já no Manifesto, assinado por Bento Gonçalves e publicado nas edições 2, 3 e 4 do jornal, esse sentido aparece. Ao mostrar os motivos específicos que levaram os republicanos a pegar em armas contra o Império, está o “projeto iníquo de nos submeter à mais abjeta escravidão, ao despotismo mais abominável” (O Povo, n. 2, p. 6). Na parte final do Manifesto, afirma-se que os rio-grandenses, “tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas conseqüências” (O Povo, n. 4, p.14). Destacamos a palavra “ferros”, que comprova, junto com “escravidão”, uma real noção de era possível tratar com os mesmos termos a situação dos estancieiros e a dos negros.

A escravidão, nesse contexto, faz referência à situação do Brasil como colônia de Portugal, da Província em relação ao Império e da América em relação à Europa. No artigo “A Legalidade”, que tensiona e ironiza de forma veemente a maneira como as leis são tratadas pelo Império brasileiro, encontramos a seguinte afirmação:

Quando escravos de quem nos havia barbaramente dominado por três longos e afanosos séculos nós nos elevamos à ordem de Nação, de boa vontade nos unimos a quem como nós havia aturado a escravidão, porque a comunhão da desventura cria uniformidade de necessidades, de desejos, de votos; e as nossas necessidades, nossos desejos, nossos votos, eram ter uma Pátria, ter Liberdade, de marchar a uma prosperidade

nacional [mas] de colônia de uma corte estrangeira européia, tornamo-nos a escrava donzela de quem se tinha se assumido o alto encargo de representar-nos a face do mundo como uma nação de livres (O Povo, n. 7, p. 29).

A noção de escravidão está vinculada, na situação dos estancieiros rio-grandenses, com a noção liberal de liberdade, baseada no pensamento de John Locke, que afirma que, em uma situação de tirania, é legítimo que o povo rompa o contrato social, restaurando sua primitiva liberdade. Livres, os republicanos rio-grandenses passam a tratar as tropas do Império como “hordas de escravos” (2º Boletim em Caçapava, p. 253), assim como os Brasileiros que não se insurgem contra o Império, já que “a escravidão amortece no homem os sentimentos mais nobres da alma” (O Povo, n. 42, p. 171).

A leitura d’O Povo oferece, ao lado da noção de *escravidão* como sintoma da tirania imperial, diversos exemplos de prática escravista. Escravos eram arrolados como bens, recrutados para as armas e utilizados como mão-de-obra.

Como exemplo da consideração dos escravos como propriedade, temos o expediente da Secretaria da Fazenda de 3 de outubro de 1838, que “determina que dos bens do ausente Manoel Joaquim Caldeira se separe todo o gado, escravos e móveis para aparte que toca a seus filhos José e João como herdeiros [...]” (O Povo, n. 16, p. 64). A edição 17, de 27 de outubro de 1838, traz um aviso assinado por Domingos José de Almeida que reitera a determinação dos decretos de 11/11/1836 e 5/4/1837, sobre a criação de Comissões que realizem o arrolamento dos bens “abandonados pelo inimigo”. Entre as especificações que devem constar do levantamento, estão “quantos escravos, seus sexos, idades e ofícios” (O Povo, n. 17, p. 70).

O uso de escravos como mão-de-obra pela República Rio-Grandense é explicitado no expediente da Secretaria da Fazenda de 1º de outubro de 1838, publicado n’O Povo n. 14, que solicita:

Ofício ao Exm. General Bento Manoel Ribeiro, comunicando-lhe que para criar recursos a mais justa das guerras, deliberou o Governo estabelecer em Taquari uma fábrica de Erva-Mate sob administração do

Cidadão João Xavier de Azambuja, a quem para tal fim fará remeter todos os escravos que no Departamento de sua jurisdição estejam compreendidos nas disposições dos Decretos de 11 de Novembro de 1836 e 5 de abril de 1837 (O Povo, n. 14, p. 57).

O expediente de 15 de outubro ordena que o Sr. João Batista Meirelles, Juiz de Paz do 4º distrito de Piratini, “passe a pedir no seu distrito a cada um dos moradores dele um escravo para ser empregado na Fábrica do Salitre” (O Povo, n. 20, p. 82).

O caso do recrutamento é mais controverso, pela troca de acusações que produz entre a República e o Império. Na edição 65, O Povo reproduz um Aviso assinado pelo Ministro da Justiça do Brasil, Bernardo Pereira de Vasconcelos, determinando a pena de 200 a mil açoites aos escravos que fizessem parte das forças rebeldes, e também oferecendo alforria aos desertores em tal situação. Em represália, o governo republicano baixa um Decreto autorizando que seus oficiais, a partir do momento que tiverem notícia do açoite de um “homem de cor” a soldo da República, pelas autoridades do governo do Brasil, tirem a sorte de um prisioneiro do Império e o executem. A justificativa dos republicanos afirma a arbitrariedade da medida do Império, que dispensa qualquer tipo de formalidade judicial para a imposição da pena. Além disso, justifica o uso de cativos pelo seu governo da seguinte forma:

[...] em obediência às sagradas Leis da humanidade, às Luzes do presente século e aos verdadeiros interesses dos Cidadãos do Estado é que o Governo do mesmo passou a libertar os cativos aptos para as armas, oficinas e colonização *a fim de acelerar a pronta emancipação desta parte infeliz do gênero humano*, e isso com grave sacrifício da Fazenda Pública, pois que todos os proprietários que tem exigido a importância de tais cativos ou não são satisfeitos de pronto, ou não receberam documentos para o serem oportunamente (O Povo, n. 65, p. 274, grifo nosso).

Assim, nos argumentos da República, o serviço na guerra tem como objetivo a “emancipação desta parte infeliz do gênero humano”. A retaliação proposta pelo Presidente é exposta como uma reivindicação “aos Direitos inalienáveis da humanidade, não consentindo que o livre rio-grandense de *qualquer cor com que os acidentes da natureza o tenham distinguido*” (O Povo,

n. 65, p. 274, grifo nosso) sofra impune tão bárbaro tratamento. Concluimos, deste episódio, que, mesmo apelando à humanidade e às luzes do século, a visão da República diante do negro não é a de que ele seja um cidadão igual aos outros, pois mesmo os argumentos em sua defesa são carregados de preconceito: sua cor é um “acidente da natureza” e constitui uma “parte infeliz do gênero humano”. O argumento a respeito da arbitrariedade do Império na imposição da pena poderia ser considerado válido, se a retaliação por parte da República não viesse nos mesmos termos: execução aleatória e sumária.

Logo após este debate, na edição 67, um Decreto determina:

Todo homem de cor ao soldo da República e por ela livre que fugir para o inimigo, volverá à condição de escravo, sempre que cair prisioneiro das forças Republicanas; pois que tendo sido liberto da escravidão com a condição tácita de servi-la, justo é que fique rescindido aquele Trato condicional uma vez mantido, e que lhe seja aplicada a lei civil que manda volver o forro ao domínio do Senhor que o libertara sempre que este o possa convencer de ingratidão, depois de ter-lhe dispensado tão inapreciável benefício (O Povo, n. 67, p. 285).

Em outras palavras, liberdade, para os negros da República Rio-Grandense, significava outra situação compulsória, o serviço militar. A liberdade não era concedida por valores morais ou acordos legais (“condição *tácita*”, diz o decreto), ou pelo escândalo configurado por esse tipo de relação, mas imposta em uma troca entre desiguais em um arranjo que poderia ser desfeito a qualquer momento pela parte mais poderosa desse acordo, mas não pela mais fraca. Mesmo que discursivamente o governo tentasse demonstrar algum arrojo em relação ao escravismo, as práticas cotidianas da República Rio-Grandense não alteraram a subjugação do negro.

Na sessão de Anúncios, muitos deles referem a fuga de escravos e oferecem recompensas a quem oferecer informações ou capturá-los. São exemplos:

No dia 13 de outubro p.p. [próximo passado] fugiu desta capital um preto crioulo de Pernambuco, oficial de sapateiro, de nome Panerácio, escravo de Antonio José de Abreu, morador na mesma; e tem os sinais seguintes: de boa estatura, cheio do corpo e bastante feio de rosto, sadio,

bastante pronóstico; levou camisa de baieta encarnada, calça branca, ponche de mostardas e um pedaço de outro da mesma fazenda feito chiripá. A pessoa que o apreender e entregar ao seu Sr. Será recompensado (O Povo, n. 119, p. 502).

Ao Tenente Manoel Teixeira d'Ávila desapareceu um escravo de nome Agostinho, de 18 para 19 anos, de estatura ordinária, magro, de feições regulares; tem uma costura no beijo inferior, o falta [sic] uma unha em um dos dedos polegares dos pés, o qual vindo a esta Cidade a 25 do mês passado, até hoje alguma notícia dele tem tido: quem pois souber do referido escravo, e o entregar ou dele notícias verídicas der ao anunciante, receberá boas alvissaras (O Povo, n. 31, p. 126).

Um anúncio na edição 122 relata a fuga de uma criança:

A Antonio Vieira de Carvalho desapareceu no dia 26 do corrente da Chácara do Cidadão Machado, um crioulo de nome Roberto, de 9 a 10 anos de idade, beijos grossos, olhos e pés grandes, rosto um pouco comprido: levou camisa e sirela de algodão fino e chapéu de palha. Quem o apanhar e entregar nesta Capital em Casa de José Gonçalves Lopes Ferrugem, será gratificado (O Povo, n. 122, p. 518).

Em outro, o texto comprova a violência no trato dos escravos, informando que o fugidio “está surrado de pouco tempo”:

Fugiu no dia 12 do corrente um mulato de propriedade de Evaristo Fernandes de Siqueira: Carioca, de nome Miguel, com os sinais seguintes: alto, magro, barba no queixo e bigode, tem uma brecha no rosto; está surrado de pouco tempo; quem dele souber e der notícia ou agarrar e entregar ao anunciante terá boas alvissaras (O Povo, n. 145, p. 616).

O relato de um caso policial também demonstra a mentalidade escravista e a contradição com os princípios de aplicação da Justiça por parte das autoridades da República. O ofício que solicita interrogatório para investigação de uma denúncia de roubo por parte de policiais, já determina o desfecho e a pena para o caso, porque a denunciante era uma escrava:

Constando que a mulata Anna, escrava de D. Adriana propalara que os oficiais encarregados do exame a que anteontem se precedera em Casa da mesma por desconfianças de ter consigo pessoas desafetas a Causa da República e comunicações importantes, roubaram à sua senhora todo o dinheiro que tinha em suas gavetas; e não devendo ficar impunido [sic] tal atentado, caso verídico, e menos sem a devida correção a infamante mulata de que trato, sendo que falsa imputação de tal natureza, manda o governo que V. S. com seu Escrivão, e dois homens bons do povo, passe à Casa da referida D. Adriana, e dela, como das mais pessoas da Casa, indague mui escrupulosamente qual o dano sofrido no exame referido: e *quando do supracitado exame não resultar crime aos Officiais daquela diligência, V. S. fará recolher a Cadeia a mulata mencionada e me dará de tudo parte* (O Povo, n. 109, p. 459, grifo nosso).

A leitura do jornal também deixa explícito que a venda de escravos era uma das fontes de renda da República. Em correspondência a Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida relata que a prensa tipográfica e o papel utilizados pela República foram comprados com o produto da venda de 17 escravos. A correspondência só foi publicada na íntegra porque foi interceptada pelos imperiais, que a reproduziram n’O Mercantil do Rio Grande e a utilizaram para atacar a honra de Almeida, caluniando-o de ladrão. Para defender-se, solicitou a publicação da correspondência na íntegra. A venda dos escravos não foi o cerne da discussão, mas a informação ficou documentada:

Seguindo o fio de minha narração direi neste lugar que para pagamento da Tipografia, de papel e de remédios vindos de Montevideú por mim pedidos; para suprir com um conto de réis aos nossos prisioneiros, cujos clamores acusavam já ao governo de uma maneira espantosa e para pagamento de outras diversas dívidas do Estado, um dia antes de partir de Piratini para esta mandei vender dezessete escravos carneadores que tinha em Montevideú, e dos jornais dos quais me tenho sustentado e à minha família, expondo-nos por isso agora aos horrores da miséria (O Povo, n. 70, p. 299).

Ou seja: a venda de escravos patrocinou a existência do jornal O Povo, em uma nítida contradição com as palavras “Liberdade, Igualdade e Humanidade” grafadas em seu cabeçalho.

Por outro lado, não podemos deixar de grafar que o tráfico de escravos era veementemente condenado pela República Rio-Grandense nas páginas do jornal. No Brasil, a entrada de novos escravos era proibida desde



1826. Uma carta recebida pela redação denuncia a introdução de novos escravos em Rio Grande, reduto imperial:

A censura contra um tráfico tão escandaloso, tão bárbaro, tão desumano, amaldiçoado de Deus e dos homens, todos os jornais do mundo civilizado têm feito; lançaram-se contra ele todos os filósofos e todas as ilustrações; diferentes governos celebraram com o do Brasil tratados para o abolir. Há muito tempo que a opinião pública, a moral e a religião gritam altamente contra contrabando tão ignominioso e tão indigno do século XIX (O Povo, n. 43, p. 174)

A edição 61 denuncia a apropriação de venda de escravos apreendidos num brigue chamado Brilhante, negociação que teria envolvido os altos escalões do Império, como os Ministros Bernardo Pereira de Vasconcellos e Miguel Calmon. A condenação da “negociação de carne humana” é veemente: “Patriotas do Rio Grande, aqui tendes um ministro do Império negociando em Carne Humana, mas sem o risco e o trabalho de ir mandar comprar escravos à Costa da África, porque acha mais fácil e comezinho roubá-los aos navios apresados para depois vendê-los” (O Povo, n. 61, p.257).

Tratando a questão pelo viés econômico, a reprodução de um artigo do jornal Aurora Fluminense, na edição 76 d'O Povo, relaciona a prática do escravismo com o atraso material. Analisando a situação econômica do Brasil, o articulista critica os administradores das finanças nacionais, que repetidamente afirmam ter o país imensos recursos e que não há com o que se preocupar, em contraste com a crescente dívida nacional; na visão do articulista, o governo conta com recursos outros que não a receita do Estado, apelando ao clima, aos rios, ao solo fértil, às riquezas minerais, o que ele não acredita que constituam recursos que sirvam num momento de dificuldade financeira. O artigo defende uma lógica capitalista industrialista de produção e, utilizando o exemplo dos Estados Unidos, relaciona a menor riqueza do sul do país à presença da escravatura e de uma mentalidade de desprezo ao trabalho.

Flores (1978) indica que a tentativa de desenvolver a indústria e a agricultura na República não deu certo. “Infelizmente a índole do povo e o estado de guerra não permitiram que a economia da pecuária fosse mudada

para outras atividades” (FLORES, 1978, p. 90). O liberalismo foi adaptado e a República continuou com as estruturas sociais herdadas do Império brasileiro.

Assim, identificamos que, no plano discursivo, a República Rio-Grandense apresentou a intenção de modificar a realidade social e econômica baseada no trabalho escravo. Porém, o jornal, como *mediador das subjetividades*, deixou transparecer, pelas informações que divulgava, que as práticas escravistas não só foram mantidas, como sustentaram o movimento republicano.

#### 4.3.7 Os planos para o futuro através dos textos de doutrina

Como já apresentamos no capítulo anterior, o mundo dos *sucessores* também faz parte do universo social partilhado em determinado tempo e espaço. Ao projetar, organizar e tentar tornar viável uma Nação no sistema republicano, o discurso dos farroupilhas, impresso n’O Povo, esteve impregnado de perspectivas para o futuro. Ao atribuir ao jornalista a missão de *Educador*, e confiando na educação como a base para uma verdadeira nação republicana, a redação do periódico oficial da República Rio-Grandense preocupou-se em publicar, além dos textos de cunho político, trechos de obras voltadas a temas como o ensino primário, o sistema prisional, o papel da religião e até mesmo métodos para cultivo de trigo e batata.

Nos textos ministeriais, é possível perceber o intento do governo republicano em erguer um sistema educacional baseado no método Lancaster. Neste método, criado pelo *quaker* inglês Joseph Lancaster (1778-1838), a figura do professor era substituída pelo monitor, responsável por toda a organização da escola e, principalmente, pela manutenção da ordem. O ensino era mútuo, ou seja, desenvolvido para que os alunos se corrigissem entre si. Na precária situação financeira da República Rio-Grandense, esta parecia a solução ideal, porém, a situação de guerra prejudicou muito os planos educacionais. Além da falta de recursos, os boatos de recrutamento, como já mencionamos, esvaziaram as salas de aula.

Em ofício de 1º de agosto de 1838, Domingos José de Almeida, afirmando que o Governo da República, convencido “que só por meio da

difusão das luzes e da moral é que podem prosperar e robustecer os Estados” (O Povo, n. 20, p. 80) solicita às Câmaras Municipais que instalem provisoriamente escolas de primeiras letras nas povoações “ou lugares notáveis de seus municípios”. A solicitação revela a dificuldade em encontrar professores, tanto pelos baixíssimos salários quanto pela escassez de pessoas com educação disponíveis para lecionar. A orientação era de prover as escolas de “mestres idôneos, morigerados e instruídos, na falta dos conhecimentos do sistema Lancaster, pelo menos nas quatro primeiras operações aritméticas e suas definições, e na escrita com acerto, aos quais farão examinar por duas pessoas entendedoras da matéria” (O Povo, n. 20, p. 80). Em resposta, nesta mesma edição do jornal, os ofícios traçam o quadro dos obstáculos à implantação do sistema educacional: pedem adiantamento no pagamento a professores que não tenham outro meio de subsistência e informam o fechamento de escolas por falta de alimentos.

Em ofício de 15 de novembro de 1838, destinado à professora D. Zeferina Amália d’Oliveira e Silva, o Ministro Domingos José de Almeida destina 30 mil réis para as despesas mensais da escola. Reconhecendo a modéstia da quantia, apela ao patriotismo da professora: “sentindo o Governo não poder ocorrer com soma mais avultada, espera contudo que V. Mce., movida do patriotismo que a distingue, não interrompa o ensino do magistério que lhe foi confiado” (O Povo, n. 23, p. 94).

Aqueles que se propunham a lecionar eram verdadeiros abnegados que, além da carência material, ainda sofriam com o patrulhamento político. A edição 92, de 14 de agosto de 1839, reproduz a troca de documentos entre Domingos José de Almeida, a professora Ana Francisca Rodrigues Pereira e as autoridades policiais do Município de Cachoeira, sobre uma denúncia anônima de que a docente propagaria doutrinas opostas à causa do Estado. Ela se defende, dizendo que leciona por livre e espontânea vontade e que a doutrina que ensina é a da religião Católica Apostólica Romana. Ao fim do caso, a professora é diplomada pelo presidente da República, mesmo com a confirmação pelo Chefe da Polícia de Cachoeira, Antônio Vicente da Fontoura, que D. Ana Francisca não é afeta ao sistema republicano. Porém, ficou o aviso: “não é o Exm. Governo da República indiferente expectador, para tolerar

procedimentos que menos em regra com o sistema adotado possam ainda que levemente ofendê-lo” (O Povo, n. 92, p. 386).

De São Gabriel, o professor Luiz Carlos d’Oliveira informa os progressos de sua turma. Sem receber salário do governo, deu início às aulas pelo sistema Lancaster no dia 12 de agosto de 1838 e, em outubro, já contava com mais de 50 alunos e 35 alunas. O governo demonstra, pelo menos em intenção, tentativas de destinar recursos à educação, como mostra o texto do Decreto de 15 de fevereiro de 1840, que pressiona as Câmaras Municipais a realizar um levantamento de todas as propriedades existentes nos Distritos. O descumprimento da tarefa poderia ser punido com multa e esses recursos seriam destinados “para o ensino primário da mocidade Rio-Grandense” (Suplemento d’O Povo n. 141, p. 599).

Em Lages, a necessidade da criação de uma escola também se fez presente logo nas primeiras resoluções da Câmara Municipal. Entre os motivos citados para tal preocupação, está a necessidade de “formar da mocidade Cidadãos capazes de ocupar empregos públicos, cuja falência muito se deplora” (O Povo, n. 143, p. 606).

Esse era o quadro da difícil tarefa educacional da República Rio-Grandense que aparece nas páginas d’O Povo. Por outro lado, a árdua realidade não fez desaparecer do discurso oficial os planos para o futuro, e o jornal oficial, em sua missão doutrinária, reproduziu os ideais republicanos em termos de educação. A transcrição de dois textos, divididos em diversas edições, destacam-se nesse sentido: a 12ª carta de Americus<sup>31</sup>, “Idéias elementares sobre um sistema de educação nacional” e “Vantagens e necessidades de uma educação pública”, da obra **Scienza de la Legislazione**, do jurista e filósofo italiano Gaetano Filangieri.

A carta de Americus sobre a educação é publicada nas edições 97, 103, 104 e 105 d’O Povo, mas fica incompleta. A edição 105 indica que o texto “continuar-se-há”, mas isso não ocorre até o final da coleção. A idéia básica do texto é que o papel da Educação é fazer do indivíduo o instrumento da própria felicidade e daqueles que vivem na mesma comunhão civil (O Povo, n. 97, p.

---

<sup>31</sup> **Americus: cartas políticas extraídas do Padre Amaro.** Não foi possível encontrar informações mais específicas sobre o autor das cartas. Na indexação do Google Books, a autoria é atribuída a Miguel Calmon du Pin Almeida Abrantes, mas achamos pouco provável que os farrapos publicassem textos do tão criticado Ministro da Fazenda do Império brasileiro.

406). Além de explicitar a importância da educação na formação dos cidadãos em sociedade, propõe um plano de ensino que consiste em três escolas: a primeira, dos seis aos nove anos, aplicando o método Lancaster; a segunda, dos nove aos onze anos; e a terceira, dos onze aos 14. Sobre o ensino mútuo, afirma:

Este sistema de José Lancaster, que tanta bulha tem feito e está fazendo no mundo, consiste na aplicação de uma máxima mui antiga, segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensiná-lo e o melhor modo de saber bem as coisas é elas ensinando. O sistema de Lancaster existe portanto em fazer com que os rapazes ensinem uns aos outros (O Povo, n. 103, p. 434).

Americus também critica a prática de castigo físico aos alunos: “A prática dos açoites e palmatoadas nas escolas excita idéias de vingança e faz brotar toda a casta de má inclinação” (O Povo, n. 104, p. 437). Afirma que não há boas escolas sem bons mestres e nem bons mestres sem lhes pagar bem, contrariando a realidade da República Rio-Grandense, incapaz de aplicar recursos na educação.

O texto de Filangieri, sob o título de “Vantagens e necessidades de uma educação pública” afirma a importância da educação promovida pelo Estado, em detrimento do ensino privado, tutorial, doméstico, bastante comum entre os cidadãos mais abastados da época. O autor afirma: “Para formar um homem eu prefiro a educação privada; para formar um povo eu prefiro a educação pública” (O Povo, n. 156, p. 659). A idéia é que o ensino público deve fornecer o modelo da conduta dos cidadãos, formando o caráter nacional e educando a juventude nos princípios constitucionais. Tanto Americus quanto Filangieri destacam que a educação deve ser direcionada de acordo com as “distinções” dos indivíduos em sociedade, partindo de um contexto de raríssima mobilidade social. O italiano propunha um ensino universal, mas que dividia o povo entre os que servem a sociedade com seus *braços* e os que oferecem seus *talentos* (O Povo, n. 159, p. 671). Na primeira classe, destinada aos que servem a sociedade com os braços, prevaleceria a parte física da educação, e, aos que contribuem com seus talentos, a relevância seria da educação moral.

Pelo encerramento da publicação d'O Povo, no número 160, a publicação do texto de Filangieri também ficou incompleta.

Saindo do tema da educação, outras duas cartas de Americus foram publicadas: a 9ª, sobre as reforma nas cadeias, e a 6ª, sobre as relações entre religião e política. Sobre o sistema prisional, relaciona o aumento da criminalidade com o aumento da população, da riqueza pública, dos progressos da civilização e do luxo (O Povo, n. 82, p. 347). Afirma que as finalidades de um sistema prisional são três: custódia segura, reforma e castigo. Versando sobre a custódia, afirma a importância da vigilância ininterrupta sobre o preso, citando Jeremy Bentham e o modelo do Panóptico; declara, ainda, a importância de se preservar os direitos dos presos: alimento, vestimenta e habitação saudáveis, ainda que da procedência mais comum e ordinária. A publicação dessa doutrina vai ao encontro do interesse da República no sentido de reforçar a imagem de generosidade e bonomia no tratamento dos presos, em oposição às atitudes cruéis do Império brasileiro, como citamos anteriormente.

Como reformador, o sistema prisional deveria ser articulado de forma que a pena cumprisse três fins: desviar outro membro da sociedade que tenha a intenção de cometer o mesmo delito; desviar o criminoso de repetir o crime que cometeu e remover o mau hábito do criminoso, fazendo-o adquirir outros melhores. Sugere que a prisão estimule a prática de bons atos, através do trabalho que gera vantagens dentro do cárcere (O Povo, n. 85, p. 359-60).

Sobre as relações entre religião e política, em texto publicado nas edições 89 e 92, Americus defende a presença religiosa na constituição do Estado, mas abre espaço para a liberdade de culto individual. Sabemos que a República Rio-Grandense tinha como religião oficial a católica apostólica romana, incluída no texto do juramento à causa republicana e também em seu projeto de constituição, no artigo 5º: “A religião do Estado é a católica apostólica romana. Todas as outras religiões são permitidas em seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo” (FLORES, 1978, p. 187). Afirma, também, que o homem é naturalmente religioso e que sua prática é benéfica à nação: “A sociedade humana não pode, pois, subsistir sem o auxílio dos motivos que resultam da sanção religiosa” (O Povo, n. 89, p. 376).

O texto de Americus demonstra conhecimento da situação específica da República Rio-Grandense e ressalta que, no momento em que o governo adotou uma religião oficial, tornou-se responsável pela manutenção financeira dos ministros do culto e felicita o sistema de distribuição do dízimo, que, na República, era recolhido ao Tesouro Público e depois dividido entre ministros da Igreja, impedindo a distribuição desproporcionada das rendas (O Povo, n. 92, p. 388).

Destacamos, ainda, a publicação, sob o título de “Artigos Econômicos”, de textos que ensinam a evitar a ferrugem do trigo, a maneira de preparar o trigo para semear e oferecem dicas para a cultura de batatas. O jornal justifica a publicação do material ressaltando a importância da agricultura ao país, e também para “distrair um pouco a atenção dos nossos leitores da matéria política” (O Povo, n. 145, p. 615).

Há ainda, espalhados por toda a coleção, pequenos textos morais, que versam sobre temas como amizade, família, higiene, religião, ambição, felicidade, justiça e caridade. A publicação de textos sobre temas que têm relação, mas não estão inseridos diretamente no âmbito do debate político demonstram a preocupação do jornal em aproximar-se do público através de outras questões, mostrando uma visão mais abrangente dos aspectos julgados necessários para a formação de uma Nação. Essa situação evidencia que o discurso oficial do governo republicano, expresso nas páginas d’O Povo, compreende que a política está relacionada com o cotidiano dos cidadãos. A mudança para o sistema republicano não seria levada a cabo somente pelas armas; seria preciso tensionar a *atitude natural* de um povo acostumado às situações de colônia e de província, em seus mais variados aspectos.

#### 4.3.7 O Povo e seu *status* midiático

Ao analisar o jornal O Povo pela ótica fenomenológica, abordando seu *dispositivo* através de Mouillaud (2002), seu posicionamento na *situação de comunicação* proposta por Charaudeau (2008) e estudando algumas das

*relevâncias* e *tipificações* presentes em suas páginas, chegamos ao ponto central desta pesquisa: O Povo como meio de comunicação.

Para analisar o *status* midiático do jornal O Povo, através de nossa perspectiva teórica, a Sociologia Fenomenológica, é preciso procurar de onde surge o sistema de *relevâncias* apresentado no periódico. Correia (2005) aponta que o *valor-notícia* reflete “a intersecção entre o sistema de relevâncias vigente na redação, no grupo profissional e no mundo da vida em que estão inseridos” (CORREIA, 2005, p. 128).

No caso do nosso objeto, o *valor-notícia* deve ser relativizado a partir da noção de *poder*, presente no contexto social, político e econômico no qual o periódico estava inserido, e também no seu próprio discurso, já que tratamos de um jornal anterior à perspectiva de empresa capitalista. Nesse sentido, a teoria enunciativa de Charaudeau (2006), em seus pressupostos de análise dos discursos midiáticos, pode nos ajudar. Perguntamo-nos, no capítulo 3, como seria a configuração do poder no jornal O Povo, órgão oficial de um governo. A pergunta partiu da afirmação de Charaudeau (2006) de que a relação das mídias com a opinião pública não deve ser encarada de forma simplista, verticalizada, pois, para que isso acontecesse, o discurso midiático deveria ter valor de sanção jurídica ou de consagração religiosa. O autor sustenta, ainda, que a diferença entre o discurso político e o midiático é sua colocação numa posição contra o poder e a manipulação.

No caso d’O Povo, a situação é particularmente delicada, capciosa. Por um lado, ele representa um governo, a República Rio-Grandense, e uma posição política bastante clara, que se manifesta na defesa do sistema republicano e das doutrinas liberais. Dentre os meios de lutar por esses ideais está a publicação do jornal que, já na sua carta de apresentação, deixa claro que pode utilizar do expediente de “excluir de nossas colunas qualquer correspondência, ou comunicado, que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas”. Assim, O Povo estabelece, logo na primeira página, uma cláusula das mais eminentes em seu *contrato* com o leitor: trata-se de um jornal do movimento farroupilha, que defende certos ideais e que se exime de publicar textos contrários aos seus princípios. Nesse sentido, O Povo age a favor do poder (a República Rio-Grandense), discrimina a informação e constituiu um discurso *político*.



Por outro lado, em um contexto maior, os republicanos rio-grandenses eram um grupo que lutava com outro ainda mais poderoso: os governantes do Império brasileiro. Esta situação coloca O Povo em um hiato do poder: podia, teoricamente, tudo dentro de seus limites; mas não representava nada logo ao lado, em Porto Alegre, Rio Grande, São José do Norte e outras localidades que não aderiram à República e que, até o fim da batalha, não reconheceram sua legitimidade. Por isso, foi constantemente obrigado a cruzar suas *províncias de significado* com as do inimigo, colocando-se contra o poder e a manipulação, e fora de si, no leitor imparcial, o juízo final sobre os fatos.

Assim, entendemos que o sistema de *relevâncias* do jornal O Povo deriva da intersecção entre as *relevâncias* do governo da República Rio-grandense, dos redatores do jornal, de seus leitores, de seus opositores e de todo um universo de periódicos contemporâneos. Como vimos pela análise das relevâncias e tipificações presentes no jornal, o movimento da guerra provocou uma série de questionamentos na *atitude natural* dos cidadãos da República Rio-Grandense: o posicionamento político, a questão do cumprimento das leis, os símbolos pátrios, a moral e os costumes, as relações sociais. Mesmo que a *realidade* não tenha sido modificada, o *conhecimento* que se tinha sobre ela foi tema de debate.

Assim, a definição do que era novidade, de um acontecimento, ou em última análise, de uma notícia, passava pelas necessidades administrativas da República, na iminência de comunicar-se com os municípios (a função ministerial do jornal), pela propaganda política, pela necessidade de desmentir o inimigo, pelas manifestações dos leitores através das correspondências, pela atribuição educacional dada pelos republicanos ao periódico, além, é claro, das limitações de tempo e espaço do *dispositivo*.

Assim, o discurso presente no jornal O Povo é um universo construído, mas não apenas pelo seu viés ideológico fortemente marcado e, sim, por uma perspectiva de *produção de sentido*, de acordo com os princípios marcados por Charaudau (2006): estabelecimento de um vínculo social de modo organizado, através de um *contrato comunicacional*; concorrência com outras publicações; *tomada de uma posição* sobre a maneira de tratar a informação.

Nesse sentido, portanto, respondendo à pergunta proposta no capítulo 1 (em que medida a relação d'O Povo com os movimentos políticos poda sua representatividade social?), podemos dizer que O Povo, enquanto objeto de pesquisa científica, é tão representativo da sua realidade social quanto um jornal contemporâneo. Em outras palavras, O Povo não deixa de se conectar com sua realidade social, revelando uma *atitude natural*, e nem de se chocar com significados dissonantes porque tem um referencial ideológico claro. Referiu, à sua maneira, acontecimentos em diferentes províncias do Império e até mesmo de outros continentes; superando as dificuldades tecnológicas, reproduziu argumentos de periódicos contrários à sua própria causa e revelou intensa leitura de seus contemporâneos. Por um lado, sua tomada de posição na maneira de tratar as informações pode ser considerada honesta. Por outro, fica evidente que a insistência em determinados pontos de vista empobrece a discussão travada em suas páginas.

Entendemos, pelo discurso do jornal O Povo, que havia, naquela época, algumas expectativas em relação à atuação do *jornalista* e ao papel da imprensa. O “Prospecto”, texto de apresentação da publicação, traz algumas informações sobre o que se deveria esperar de um bom escritor público:

O ofício de jornalista hoje em dia, por culpa de muitos, suspeito e merecidamente em parte infamado, é ofício santíssimo quando exercido retamente e não se desvia da sublime e luminosa carreira que os novos destinos a humanidade lhes confiam.

Aquele que se propõe a escrever para um Povo, e mais particularmente para um Povo que está para surgir à nova vida, tem que assumir o caráter do sacerdócio; e para que a voz dele soe venerada e clara entre as multidões, deve, como a do intérprete de Deus, ser forte, pura e solene. O jornalista, enfim, para não ser inferior nem a sua missão, nem a nossa época, deve ser essencialmente *Educador*.

[...]

E agora perguntamo-nos: todos esses jornais sem vida, e sem alvo, a não ser aquele vergonhoso do lucro, verdadeiras torres de Babel, onde se vê a soberba e a confusão, e que saem corajosamente para todo o Império a cada dia, não sei se mais para experimentar a constância, do que para cansar a excessiva bondade dos assinantes, cumprirão eles a santidade de seus deveres?

Invejas pueris, pessoais litígios, disputas insolentes de locais e materiais interesses não desagravam não, o escritor público de sua obrigação! Mas a pregação de princípios fecundos de verdades luminosas, e de profundas virtudes pode só fazer certo o consciencioso escritor de ter cumprido com a santidade de seus deveres.

Nós isto tentaremos fazer; mas livres e independentes como o Cidadão da verdadeira Republica. Queremos concorrer ao edifício Nacional

com o nosso mui diminuto préstimo; porém sempre com aquele desenvolvimento de ação peculiar e próprio de cada individuo (O Povo, n.1, p. 1 e 2, grifo no original).

Assim, entendemos que já havia, na perspectiva de produção, a idealização do papel do bom *jornalista*, que corresponde em grande parte ao que se espera ainda na contemporaneidade: educador, incorruptível, desligado de interesses pessoais, livre, independente. Parece-nos que, naquele momento da imprensa, o meio de alcançar esse ideal era revelar, claramente, à qual verdade o escritor público estava engajado e jogar o julgamento final para as mãos do “leitor imparcial”, conclamado a tirar suas próprias conclusões (como aparece, nessas mesmas palavras, nas páginas 54, 234 e 524). Paradoxalmente, em outros momentos, a imparcialidade é apresentada como um valor da própria publicação, como ocorre na edição 124. Um leitor, que assina “Oriental”, escreve para a redação demonstrando surpresa pelo silêncio do periódico em relação à guerra declarada por Frutuoso Rivera, colorado, ao governo de Rosas, blanco, ao que a redação d’O Povo responde, publicando em seguida peças extraídas do Nacional, de Montevideú:

Satisfazendo ao nosso honrado cosmopolita, demos de asseverar-lhe que nosso silêncio acerca dos negócios de que trata provém de circunstâncias que gravitam ainda sobre a nobre causa que defendemos, e não do voto dos Rio-Grandenses, cujas simpatias em prol da Liberdade é fácil perceber para onde pendem. Desprezando, pois, a neutralidade a que nos votamos, com gosto vamos apresentar nas colunas de nosso jornal as peças de que faz menção o nosso correspondente para mostrar-lhe a imparcialidade que nos dirige na redação desta folha (O Povo, n. 124, p. 524).

A contradição: mesmo admitindo que seu silêncio era provocado por interesses do governo, o periódico declara-se neutro e imparcial. Confrontado entre dois interesses, aqui o jornal fica com o leitor.

Já o papel da imprensa expresso n’O Povo é múltiplo: ao lado do compromisso com as “verdades luminosas”, característico do ideal liberal proposto pelos farroupilhas, carregado pelos valores de *justiça*, *luzes* e

*educação*, estavam: a apresentação de versões contraditórias aos fatos trazidos por outro jornal:

Pensava que estivéssemos ainda privados da imprensa e que por conseguinte não o poderíamos contradizer; porém enganou-se. Nós temos imprensa, e estamos habilitados para riscar todas as falsidades que ele se atrever a propagar; podemos lhe lançar no rosto todos os seus crimes (O Povo, n. 3, p. 11).

A denúncia:

Nunca a imprensa preenche com mais gloria os seus fins do que quando patenteia os atos de opressão e de violência que se faz pesar sobre os povos. Só a publicação de tais fatos poderá fazer recuar o governo e forçá-lo a uma política mais humana, mais justa, mais conforme a lei e a constituição (O Povo, n. 45, p. 182).

É o “eco” de opiniões que se espalham pela imprensa. Essas opiniões são realmente “ecos”, repercussões, reproduções distorcidas de determinados fatos ou posicionamentos políticos. Nesse sentido, observamos que carecia aos periódicos da primeira metade do século XIX a noção de limites éticos. Como exemplo, citamos a questão das denúncias que, sem apuração correta, manchavam reputações. O efeito dessa prática pode ser visto na edição 71, que desfaz uma acusação feita ao Sr. João Antonio Martins de participar de uma comissão criada no Estado Oriental para sustentar e dirigir uma quadrilha de salteadores na República:

[...] mas tais eram as evidências dos documentos que possuíamos, tais as cartas por Eliziário endereçadas a Carolina e a Penha, depois insertas no nº 62, que, com franqueza o dizemos, forçados fomos a apresentá-lo ao público como consócio da citada Comissão em desempenho da obrigação que como escritor havíamos contraído, particularmente em assunto tão delicado. Nossos pressentimentos em relação ao Sr. Martins realizou-se (sic), e com o mais vivo prazer nos apressamos a anunciar que ele nunca fez, nem fará parte daquela Comissão [...] (O Povo, n.71, p. 304).

Entendemos que uma das grandes diferenças entre a prática jornalística da primeira metade do século XIX e a da contemporaneidade está no desempenho do jornalista enquanto *apurador* dos fatos e *repórter*. No caso d'O Povo, os acontecimentos eram apresentados sem serem trabalhados jornalisticamente, ou seja: sem contextualização, sem títulos, sem lide, sem cortes, dando a entender que a maneira de ser objetivo e imparcial era reproduzir documentos na íntegra, seguidos (ou não) de comentários. Jornalismo confundia-se com espionagem, já que uma das maiores fontes de informações advinha de um expediente militar: a interceptação de correspondências do inimigo. Vale a pena comentar um fato curioso: ao publicar uma carta interceptada de Felipe Nery de Oliveira, oficial do exército imperial, a redação d'O Povo faz questão de esclarecer, dando sua “palavra de honra”, que a carta não havia sido interceptada “propinando-se ópio ao portador como o costuma praticar o imoral e indigno representante do Brasil em Montevidéu Pedro Chaveta” (O Povo, n. 63, p. 265).

O Povo traz em suas páginas argumentos de jornais e de cartas particulares de tendência liberal moderada, que não corroboram a insurgência, mas denunciam a incapacidade dos governantes designados pelo Império para apaziguar os conflitos políticos nas províncias. Um exemplo é essa carta particular que dá notícias das ações do Presidente João Carlos Pardal na Cidade do Desterro, em Santa Catarina:

Em vez de acalmar algumas ligeiras desavenças que encontrou, tem a elas dado vulto, tem-nas aumentado, até que se encostou num partido fortemente exagerado, que se inculca exclusivamente amigo da ordem e do trono, lançando sobre todos aqueles que cegamente não dizem amém aos atos governativos o anátema de farrapismo e inimigos da causa sagrada da legalidade (O Povo, n. 79, p. 335).

Percebe-se que o remetente não defende a causa republicana, apenas mostra-se insatisfeito com as atitudes do Império. Mesmo assim, o jornal toma esse depoimento para confirmar suas convicções na insurgência republicana. Assim, fica caracterizado o modo como os republicanos *tipificam* a novidade e as falas dissonantes, interpretando-as a partir da sua própria *província de significados*.

Já a relação com periódicos caramurus era crítica, jocosa e virulenta. Na edição 100, O Povo anuncia e ridiculariza o fim da publicação do Sete de Abril. Dá a informação sob o título de “Necrologia” e faz analogias do jornal com o corpo humano:

Expirou ontem de manhã o Sete de Abril! Uma enfermidade consumptiva minava-lhe a existência desde [ilegível], no princípio deste perdeu o uso da palavra, tendo, havia muito, perdido o uso da razão, de que aliás nunca gozara integralmente. Os assinantes haviam se retirado um por um [...]. Na autópsia cadavérica, segundo se afirma, não se encontrou nem coração, nem entranhas, fato novo nos anais da anatomia humana! Apenas havia o órgão segregador do fel da calúnia, sustentando uma larga vesícula de bile negra e um estômago de dimensões enormes, de um desenvolvimento não visto, o que explica suficientemente certos fenômenos que apresentou durante a vida (O Povo, n. 100, p. 420).

Identifica e condena o fato de que esse jornal vivia do interesse que uma parte do público tem sobre “as impressões fortes e grotescas, os estrondos do escândalo, as emoções marcadas pelas malignidade” (O Povo, n. 101, p. 424). Como referimos, a prática da calúnia e da difamação eram comuns no jornalismo da época:

O Sete de Abril viveu do escândalo e para o escândalo. O Ministro dominante do Gabinete de Setembro não reparou em pôr este meio no números das molas de sua política, Liberdade ilimitada para a imprensa!, clamava ele, todas as vezes que as vítimas do Sete de Abril se queixavam; o que queria significar em outros termos: em vez de carregar o odioso de uma legislação, aliás, impotente e ilusória, nós, Ministros da coroa, obrigados a oferecer todos os exemplos de justiça e moderação, preferimos mandar rasgar por escritores anônimos o véu sagrado da vida privada de quantos se opuserem às nossas medidas e censuram a nossa administração, cobri-los de doestos e torpes injúrias a fim de assim aterrar as almas menos firmes, que não tem coragem de arrostar a irrisão e a calúnia à face do público (O Povo, n. 101, p. 424).

Mesmo assim, de certa forma O Povo lamenta realmente o fim dopositor, pois “a imprensa ministerial na capital está reduzida a sua expressão mais simples, isto é, ao Jornal escrito pelo Redator do Correio Oficial” (O Povo, n. 101, p. 424), destacando a importância do embate para a circulação de idéias naquela época.

Para finalizar, destacamos um trecho d'O Nacional, de Montevidéu, reproduzido pel'O Povo, que fala da falência da revolta armada frente o desafio de construir uma nova Nação, frente a paz, destacando a dificuldade em fazer emergir novos sentidos em uma sociedade:

[...] a glória militar e a sociabilidade proclamada, e derrubados os Vice Reis, ficaram os caudilhos, os ambiciosos, os gaúchos, homens todos que tinham pelejado por prazer, e em quem o sentimento de liberdade, e a independência não era o móvel soberano e exclusivo.

A anarquia foi a conseqüência, posto que a mudança só fosse nos nomes, e nos homens: sem amos estrangeiros, sem inimigos que combater, ocupamo-nos em escravizar-nos a nos mesmos.

[...] Temo-nos declarado iguais perante a lei, e perante que lei?

Leis, costumes, tendências, tudo está em anarquia; se o espírito individual quiser lançar-se em um mundo que imagina melhor, o espírito social lhe cai, como uma atmosfera de ferro o oprime, e o destrói. Se o jugo das preocupações é demasiadamente pesado para alguns, o da opinião é contudo mais temível, porque encontra apoio no que forma a consciência, o gosto, a vida da sociedade. Assim o homem e a sociedade estão em luta declarada, o coração e a cabeça, o atraso e o progresso, os elementos todos da idade feudal, em que nos deixou a Espanha (O Povo, n. 29, p. 116).

A dificuldade de vencer a batalha simbólica do cotidiano, mesmo que precedida ou acompanhada de algumas vitórias armadas, também se fez presente na longínqua República Rio-Grandense, e foi detectada pelos líderes rebeldes. Nesse sentido, entendemos que O Povo, através de nossa perspectiva teórica, apresentou-se como um *meio de comunicação*, um eminente *mediador de subjetividades*, tensionando, questionando e reforçando alguns dos significados partilhados na sociedade da época.

## CONCLUSÃO

O jornal O Povo foi um periódico representativo da explosão da palavra pública ocorrida durante o período regencial brasileiro. Em um tempo em que o debate político era a tônica da imprensa, o periódico oficial da República Rio-Grandense colocou seus ideais de forma veemente, porém, o marcado viés ideológico não podou sua representatividade enquanto meio de comunicação, ou seja, O Povo desempenhou um papel de mediador das subjetividades na realidade cotidiana. Nossa análise demonstrou que suas páginas estão encharcadas de “consciência do presente e, portanto, da consciência da universalidade refletida” (BARBOSA E RIBEIRO, 2005, p. 3).

O entendimento da importante relação entre a *consciência* e a construção de significados socialmente partilhados foi a linha-guia de nossa pesquisa. Para acessar os vestígios dessa relação nas páginas do jornal O Povo, utilizamos como aporte teórico a Sociologia Fenomenológica de Alfred Schutz aplicada à Comunicação e a Análise do Discurso, tal como proposta por Patrick Charaudeau.

A estrutura da dissertação, em quatro capítulos, partiu dos objetivos de pesquisa. No capítulo 1, procuramos resgatar o clima de agitação política do período regencial, um momento de crise do absolutismo, onde as noções de liberdade e de felicidade nacional foram constantemente questionadas, especialmente através das páginas dos jornais. Buscamos também articular alguns conceitos que da Comunicação e da História, a fim de embasar um



olhar abrangente sobre nosso objeto, entendendo que, tanto o discurso jornalístico quanto o histórico são feitos de *palavras para crer* (PESAVENTO, 2006), no sentido de constituírem narrativas que querem, sob uma série de circunstâncias, referir o real. Assim, pretendemos construir um olhar que percebeu o jornal O Povo em sua dimensão cultural, e não apenas como uma *fonte da verdade* ou *reflexo* de uma infra-estrutura sócio-econômica.

No capítulo 2, centramos nossa atenção na contextualização regional, procurando destacar, tendo em vista o referencial teórico escolhido, elementos do cotidiano da República Rio-Grandense que proporcionassem um quadro mais detalhado do momento em que o periódico O Povo circulava. A Revolução Farroupilha é tema de vasta bibliografia e mesmo assim, sofre constantes revisões por parte dos historiadores, dada a sua importância na formação do caráter regional do Estado do Rio Grande do Sul. Por esse motivo, procuramos detalhar alguns aspectos da produção historiográfica sobre o tema, a fim de situar o leitor entre as diferentes abordagens utilizadas no estudo da Revolução Farroupilha. A partir desse panorama, destacamos a produção de historiadores contemporâneos não-filiados à perspectiva tradicionalista (ou ao seu combate declarado): Sandra Pesavento (1985 e 1997), Moacyr Flores (1989, 1990, 2000, 2002 e 2008) e Ieda Gutfreind (1998), sem deixar de lado o consagrado **História da grande revolução**, obra em seis volumes publicada em 1933 pelo historiador Alfredo Varela e que ainda hoje é considerada obra essencial para o estudo do conflito; além do acessível **História da República Rio-Grandense** (1936), de Dante de Laytano.

O capítulo 3 trouxe a exposição dos referenciais teóricos em si: a Sociologia Fenomenológica, de Alfred Schutz, aplicada ao terreno da Comunicação por Correia (2005), e a Análise do Discurso de Patrick Charaudeau, em sua teoria da enunciação voltada ao discurso das mídias. Nesta etapa, ficou explicitada a visão de que os meios de comunicação são importantes tanto na definição das *relevâncias* (os temas que aparecem na agenda pública) como também para a consolidação ou o questionamento dos significados partilhados socialmente, os saberes generalizados que dão sentido à vida cotidiana que Schutz chamou de *tipificações*. A técnica para acessar esses significados foi a Análise do Discurso que, na proposta de Charaudeau (2008), coloca os discursos em uma situação de comunicação: um ato inter-

enunciativo entre 4 sujeitos, onde estão presentes e interagem determinados contratos, estratégias, expectativas e suposições, além do contexto real e dos ideais de comunicação.

Articulando esses 3 primeiros capítulos com nosso objeto de estudo, os 160 números do jornal O Povo, chegamos à análise propriamente dita. O primeiro passo foi realizar uma tabela (reproduzida no Apêndice A) que oferecesse um panorama geral da publicação, destacando particularidades discursivas e indicando os temas *relevantes* e as *tipificações* evidentes nas páginas do jornal.

Vimos, através da análise do *dispositivo* d'O Povo, que elementos como o nome do jornal, os títulos, os cabeçalhos, as citações, além da prática de estender a publicação de um mesmo texto por diversos números, revelam particularidades da construção dos periódicos brasileiros da primeira metade do século XIX. A perspectiva de uma leitura linear fica clara na intenção de que os números do jornal, reunidos, formassem uma coleção, ao contrário da imprensa contemporânea, em que cada edição pode ser analisada de forma autônoma. Os títulos presentes n'O Povo (como *Ofício*, *Correspondência*, *Anúncio*, *Decreto*, *Interior*, *Exterior*) enquadram-se no que Mouillaud (2002) chama de *título-assunto*, que corresponderiam na atualidade, em largo, às editoriais. Não há legendas, chamadas ou lide. Para saber sobre qual assunto os textos versam, é preciso ler a matéria em sua totalidade. Era comum a prática da publicação de artigos de outros jornais, de orientação políticas afins ou diversas, acompanhadas ou não de comentários da redação, separados por um fio, com aspas ou em notas de rodapé.

A multiplicidade de fontes e citações nas páginas do jornal O Povo é evidente, tornando essencial ao pesquisador entender a variedade sujeitos presentes na *situação de comunicação* (CHARAUDEAU, 2008). Um dos aspectos mais evidentes é a máscara enunciativa do Governo da República Rio-Grandense. Domingos José de Almeida, Ministro da Fazenda e participante ativo da produção do jornal, afirmou: “O jornal é do governo e precisa parecer que tudo sai de seu laboratório” (BONES, 1996, p. 77). Fica claro que todos os enunciados presentes n'O Povo, mesmo as reproduções de textos de jornais opositores precisam ser vistas, na *situação de comunicação*, com marcas da *intencionalidade* do sujeito enunciador. Mesmo assim, através da própria fala

da redação (marcada pelo uso da primeira pessoa do plural), das correspondências dos leitores e da reação dos periódicos concorrentes, é possível perceber que o discurso d'O Povo, marcado pelo ideal republicano, produz também efeitos diferentes daqueles supostos pelo Governo da República Rio-Grandense.

Nesse sentido, o jornal atuou como um elemento no âmbito da sociabilidade, em um momento de crise, quando os significados partilhados até então eram freqüentemente questionados. O Povo buscou apresentar um *conhecimento* republicano e liberal como alternativa à realidade que estava, até então a cargo do Império brasileiro, tensionando muitas das *tipificações* presentes na vida cotidiana dos sul-rio-grandenses. As questões que embasavam a revolta diziam respeito a problemas de ordem infra-estrutural, administrativa, judiciária, financeira, militar e, muito importante, a injúria à honra dos rio-grandenses. A corrupção e o descumprimento de leis eram temas constantes nas críticas ao Império. O discurso contrapunha repetidamente os valores: liberdade X tirania, luzes X ignorância, legalidade X anarquia, brasileiros X europeus.

Destacamos em nossa análise os temas que consideramos mais *relevantes* e as *tipificações* utilizadas para sua abordagem nas páginas do jornal. Começamos com o destaque dado à identificação do movimento republicano rio-grandense com os processos de independência na América: no discurso d'O Povo, o verdadeiro brasileiro era americano e não europeu, o que fomentou um intenso anti-lusitanismo. Discursivamente, sobressai o uso repetido de adjetivos na caracterização dos inimigos. A troca de insultos através dos jornais era prática comum, o que nos possibilitou elencar as ofensas mais comuns e verificar as generalizações que os republicanos rio-grandenses construíaam a respeito dos legalistas: galegos rudes, ignorantes, déspotas, tiranos, ladrões, etc. Por sua vez, os republicanos eram ironizados e a autoridade da República era questionada e desqualificada pelos imperiais, que apelidaram a pretensa nova Nação de “República de Pilha-tinim”.

A questão da legalidade mostrou-se muito importante. Farrroupilhas e imperiais acusavam-se mutuamente de quebrar acordos, descumprir leis, roubar, matar, violentar. O pensamento liberal republicano, principalmente através da noção de contrato social de John Locke, fundamentava o restauro

da liberdade dos sul-rio-grandenses no momento em que o Império brasileiro ultrapassasse a barreira entre uma administração centralizada e um governo tirânico. No entendimento dos farrapos, a tirania estava configurada e o seu direito à liberdade primitiva, portanto, restaurado.

A importância dos símbolos revolucionários fica evidente nas páginas d'O Povo, que publicou os decretos que orientavam o uso do tope nacional e também a determinação das cores da bandeira da efêmera República Juliana. Os textos também deram acesso aos juramentos, a uma versão do hino nacional da República Rio-Grandense e também às comemorações cívicas estimuladas pelo Governo.

Questões relativas à família e ao papel social das mulheres também foram debatidas no periódico oficial dos republicanos. Mesmo não sendo consideradas cidadãs e, portanto, sem direito a voto, percebe-se pelos textos uma tentativa de elevação do lugar feminino na sociedade. Antes consideradas frívolas e levianas, as mulheres, também pela situação bélica, são chamadas a participar mais ativamente das decisões familiares e até mesmo a tomar frente nos negócios durante a ausência dos maridos, por ocasião da guerra.

A abordagem torna-se mais complexa quando trata da escravidão. A palavra é utilizada em dois contextos diferentes: na situação dos cidadãos sul-rio-grandenses em relação ao Império e na escravidão propriamente dita, dos negros. A escravidão era um valor pejorativo, mas a prática escravista não foi questionada ou modificada, como é possível perceber, inclusive, pelos diversos anúncios que ofertavam recompensa pela captura de escravos fugitivos. Um dos princípios mais eminentes da doutrina liberal era a preservação da propriedade privada. Nesse contexto, os escravos eram bens inalienáveis que serviram tanto como moeda de troca para financiar a guerra quanto como massa de manobra nas fileiras republicanas. Não podemos deixar de destacar que os textos d'O Povo mostram que o tráfico e a entrada de novos escravos no território brasileiro, além de crimes, eram atitudes moralmente condenáveis.

O último tema que destacamos como *relevante* foi a projeção do futuro da Nação republicana, expressa em diversos textos de doutrina traduzidos e/ou reproduzidos nas páginas d'O Povo. Neles eram discutidos assuntos como o sistema educacional público, o sistema prisional, o papel da religião na sociedade, e até mesmo dicas para o cultivo de trigo e batata.

Textos de cunho moral, versando sobre amizade, família, higiene, felicidade, caridade também não ficaram de fora do debate no periódico oficial dos republicanos rio-grandenses.

Discutidas as *relevâncias e tipificações*, concluímos nossa análise discutindo o papel d'O Povo como *meio de comunicação*. Entendemos que o discurso do jornal com a opinião pública não se deu de forma verticalizada, como um discurso jurídico (com valor de sanção) ou religioso (com valor de consagração). Apesar de definir claramente seu posicionamento ideológico, é preciso levar em conta a posição d'O Povo em um hiato do poder: ao mesmo tempo que representava um governo centralizado, lutava contra um inimigo bastante poderoso: o Império brasileiro, que jamais reconheceu a legitimidade da República. Assim, foi obrigado, em suas páginas, a cruzar seus significados com os do inimigo, colocando-se contra o poder e a manipulação e deixando ao “leitor imparcial” o juízo sobre os fatos.

O sistema de relevâncias que determinou o conteúdo publicado n'O Povo foi influenciado por uma gama de fatores bem maior do que as pretensões do Governo: configurou-se pelo conjunto das necessidades ministeriais, da propaganda política, da contingência de desmentir os inimigos, das manifestações dos leitores, da perspectiva educacional atribuída ao periódico. Assim, vemos que a clara tomada de posição do jornal não diluiu seu papel como mediador das intersubjetividades, e nem evitou seu choque com significados dissonantes. O Povo revela, ainda, que a idealização do bom jornalismo, como incorruptível, livre e independente já era um valor importante, mas a prática carecia, evidentemente, de princípios éticos e da noção do jornalista como repórter, um apurador dos fatos.

Assim, acreditamos atingir na totalidade nossos objetivos de pesquisa, relacionando O Povo ao seu *dispositivo* (MOUILLAUD, 2005), entendendo-o na *situação de comunicação* proposta por Charaudeau (2006 e 2008), e, finalmente, discutindo alguns dos temas *relevantes* que aparecem em suas páginas e que dão a ler as *tipificações* características da *província de significados* (SCHUTZ, 1979, e CORREIA, 2005) do Governo da República Rio-Grandense. Nesse sentido, procuramos oferecer alguma contribuição ao estudo dos periódicos da primeira metade do século XIX. Ressaltamos, também, a importância de iniciativas como a do então Museu e Arquivo

Histórico do Rio Grande do Sul que, ao publicar a reprodução fac-similada do jornal O Povo, em 1930, facilitou o acesso dos pesquisadores a esse importante material. Temos a intenção de editar e publicar, em formato eletrônico, a tabela produzida neste trabalho que especifica, edição a edição, os textos publicados pelo primeiro periódico oficial da República Rio-Grandense.

Vemos que O Povo, como meio de comunicação, cumpriu sua função de *mediador das subjetividades*, revelando a *atitude natural* da República Rio-Grandense, tornando aparentes e tensionando as *relevâncias e tipificações* de uma sociedade em crise, e que percebeu a importância do uso, não só da lança, mas da prensa, em busca de seus ideais.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALVES, Francisco das Neves. **Imprensa gaúcha: História, historiografia & política**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal de Rio Grande, 2000.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “O que a história pode legar aos estudos de jornalismo”. Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, setembro de 2005.
- BARBOSA, Marialva. “Como escrever uma história da imprensa”. Anais do II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, abril de 2004.
- \_\_\_\_\_. “Meios de comunicação e história: Um universo de possíveis”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves. **Mídia e memória: A produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)”. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BONES, Elmar e REVERBEL, Carlos. **Luiz Rossetti: O editor sem rosto e outros aspectos da imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Copesul/L&PM, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso: Modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORREIA, João Carlos. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Horizonte, 2005.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001. Tomos I a IV.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

\_\_\_\_\_. **Historiografia – Estudos**. Porto Alegre: Nova Dimensão: 1989.

\_\_\_\_\_. “Historiografia de Dante de Laytano”. **Revista de Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVI, nº 1, p. 7-22, julho de 2000.

\_\_\_\_\_. **Modelo Político dos Farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

\_\_\_\_\_. **República Rio-Grandense: Realidade e utopia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. **De rio-grandense a gaúcho: O triunfo do avesso**. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. “A centralidade da cultura: notas sobre revoluções culturais do nosso tempo”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, jul.-dez. 1997.

HARTMANN, Ivar. **Aspectos da guerra dos farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

HOHLFELDT, Antonio. **O gaúcho: Ficção e realidade**. Brasília: Edições Antares/INL, 1982.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação: Conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LA FONTAINE, Jean de. **Fábulas escolhidas entre as de J. La Fontaine**. Paris: Aillaud Guillard, 1874.



LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-grandense: 1835-1845**. Porto Alegre: Globo, 1936.

\_\_\_\_\_. **História da República Rio-grandense: 1835-1845**. Porto Alegre: Sulina/ARI 1983.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Imprensa farroupilha**. Porto Alegre: IEL/Edipucrs, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rossetti e a imprensa farroupilha**. Porto Alegre: Corag/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum: Introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEYER, Augusto. **Prosa dos pagos (1941-1959)**. Porto Alegre: IEL/Corag: 2002.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. **A imprensa periódica no século XIX**. Rede da memória virtual brasileira. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <[http://catalogos.bn.br/redememoria/periodico\\_xix.html](http://catalogos.bn.br/redememoria/periodico_xix.html)>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MORIN, Edgar. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Documentos interessantes para o estudo da grande revolução de 1835-1845**. Porto Alegre: Dep. de História Nacional, 1930. 2 v.

NAVARRO, Raúl Fuentes. “La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: hacia la construcción de um marco epistemológico para los estudios de la comunicación”. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de Lopes (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos, MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone (Orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. “Farrapos, liberalismo e ideologia”. In: DACANAL, José Hildebrando (org). **A Revolução Farroupilha: História e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

\_\_\_\_\_. “Fronteiras da história: Uma leitura sensível do tempo”. In.: SCHÜLER, Fernando, AXT, Gunter e SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). **Fronteiras do pensamento – Retratos de um mundo complexo**. São Leopoldo: Unisinos, 2008.

\_\_\_\_\_. “Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado”. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index1499.html>. Acesso em 5 de abril de 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VARELA, Alfredo. **Historia da grande revolução**. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 volumes.

VELLINHO, Moysés. **Capitania D’El-Rei**. Porto Alegre: Globo, 1970.

VIANNA, Lourival. **Imprensa gaúcha (1827-1852)**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977.

WAGNER, Helmet. “A abordagem fenomenológica da sociologia”. In: SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

APÊNDICE A – TABELA DO JORNAL O POVO

TABELA jornal O Povo (1838-1840)

p.	Título	Resumo	Assinatura/fonte	Fenomenologia: Relevâncias / Tipificações	Recursos discursivos / Observações
01 Piratini, sab. 1º set. 1838					
1-2	Prospecto	Apresentação do jornal. Abrir mão de uma certa liberdade para atingir a verdadeira liberdade ("concentrar a vontade de todos em mui poucos, ou em uma só")	Não	Liberdade X Tirania. O Poder revolucionário é livre. Fraternidade, modéstia, igualdade, desinteressado e ardente amor à Pátria. Progresso, humanidade. Jornalismo: pregação de princípios fecundos de verdades luminosas	Uso do "nós", "doutrinas democráticas"; Império: "monstro que engole vidas"; "jornalista", "escritor público"
2-3	Necrologia	Eventos que levaram à morte, na prisão imperial, de Francisco Xavier Ferreira	Não	Injustiça, crueldade, crimes do império. Patriotismo da vítima. Tirania. Denúncia a manutenção de homens na cadeia sem esclarecer a acusação. Crimes despedaçam a coroa do 2º Pedro: não foi julgado no lugar onde o crime foi cometido, teve habeas corpus revogado. Maus tratos e negligência na cadeia (era um homem septuagenário)	Linguagem virulenta e emotiva, uso do "nós", "Escritor público" "Revolução de 20 de Setembro" "Humanidade" Os que promovem injustiças são os "algozes dos patriotas brasileiros" Uso de nota de pé de página para informar outros casos parecidos
4	Exterior	Carta recebida pela redação, mandando notícias do Rio de Janeiro e das Barbáries do Império na Bahia. Denúncia censura, violência e perseguições. Dificuldade do Império para mandar soldados ao RS	Não / "Extrato de uma carta do Rio de Janeiro, escrita em Janeiro, em 29 de maio do corrente ano"	Denúncia perseguição: não se pode confiar nos correios, as cartas são abertas. Brasileiros X Portugueses: "Ser Brasileiro é crime imperdoável". "Quem governa o Brasil são os Portugueses". "Ultraje ao Nacionalismo": Os favoráveis ao Império são "Brasileiros degenerados"	1ª pessoa do singular Império: despotismo, canalha governante, controla o Legislativo eleito por "vergonhosas cabalas"
4	Notícia	Pequena nota informando a nomeação Sr. Marques Lisboa, comandante das forças navais da Província de Rio-Grande	"Do Parlamentar"		Informação sem confirmação ("diz-se que")
02 Piratini, qua. 5 set. 1838					
5-6	Manifesto	1ª parte. Carta de Bento Gonçalves sobre os rumos e causas da revolução	Do presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes	Independência, Soberania, Domínio X sujeição e sacrifício Importância do Juiz (Deus) e das Leis (Código das Nações) Rio Grande: bom senso, amor da ordem, moderação, justiça, prudência, razão X Brasil: facções, intrigas, aspirações exaltadas, choque de interesses mal combinados, covardia, falta de diplomacia, política falsária e indecorosa. Denúncia principalmente o mau uso ou desvio de recursos e o não-cumprimento das leis, além de descaso com a Província.	Publicado em 3 partes. No final, usa a expressão "Continua-se" Começa na 3ª pessoa e, quando torna-se mais emotivo, expressa-se na 1ª do plural Império: "opressor, sevo, inexorável e tirano" "Força" (farrapos) X "violência" (Império) Cobra uma administração "sábia e paternal" Governo imperial os submeteu a "mais abjeta escravidão"
7	Interior	Publicação de duas cartas, com versões diferentes, para questões de combate, uma do Cel. do Império Filipe Neri d'Oliveira e outra do General revolucionário Frutuoso Rivera	Sim, cartas assinadas	Relações de desconfiança com o Prata (conflito, heterotipificações)	Publica as cartas sem alterar sua linguagem (1ª pessoa do singular) e as introduz com um parágrafo que ironiza a escrita de Filipe Neri No texto do general uruguaio, adverte que a carta foi traduzida do espanhol. Comentário (1ª plural) que chama a interpretação do leitor
8	Exterior	(Rio de Janeiro / Câmara dos deputados) – Comenta a impossibilidade da afirmação de um acordo comercial entre o Império e o Uruguai, que envolvia parte do território da República (dentro de "Exterior") – Comentários sobre o fim da Sabina da	Não	Em relação ao Ministro do Império: afirma que há entre os rio-grandenses e platinos "identidade de princípios e interesses", além de "uniformidade de costumes".	1ª pessoa do plural Império: tirania com capa hipócrita de Legalidade
8	Bahia		Não	Tendência revolucionária da América equinocial; Cita como exemplo de decadência da monarquia Carlos X, da França, e Pedro I, no Brasil	Tirania. O povo que se revolta não volta a ser "escravo" "Infame facção Luzitana que invade a terra de Vera Cruz"
03 Piratini, sab. 8 set. 1838					
9-10	Manifesto	2ª parte. Reclama da espoliação do Rio Grande em favor de outras províncias. Afirma que a província gera abundantes recursos, mas é saqueada pelo Império. Povo ativo e marcial.	Do presidente da República Rio-Grandense em nome de seus Constituintes	Rio-Grande sempre "pronto" e "generoso", cedendo aos pedidos do Império Rio-Grande sustentou a riqueza do Império enquanto percia na miséria: renúncia à honra, humilhação. Uma política leal e benéfica seria a solução, e o Império poderia continuar a tirar vantagem da província "Caráter ativo e marcial" dos rio-grandenses Hospitalidade rio-grandense universalmente conhecida	Indica "Continuação do número antecedente" O texto começa direto, não retoma o nº anterior "Portugueses ingratos" "Escravar-nos" "Teve arrojado este nosso insigne opressor de erigir-se Legislador; assume atribuições Soberanas e dispõe dos dinheiros da fazenda pública, do mesmo modo que atacava nossa honra, segurança e liberdade"

						para justificar o asilo a refugiados da Banda Oriental. Combate a acusação de separatista ("delírio") Morte política do Império	Súditos portugueses X Cidadão / Estrangeiros
11	Porto Alegre	Desmente uma Ordem do Dia do então presidente da província do RS, Antonio Elzeário de Miranda e Britto, que relatava uma vitória do exército imperial sobre os rebeldes em Tapas, incluindo o roubo de uma arma	Ordem do Dia: Elzeário de Miranda e Britto. Versão farrapa: Comandante do Distrito de Camaquã	Existência de mercado de contrabando Lícito x ilícito: "Um assassínio a nós rebeldes seria lícito, porém não há como escusá-lo num Governo circundado de força e legal. O Governo do 2º Pedro colocou-se então onde nunca estivemos, apesar das calúnias contra nós lançadas pelo jornalismo por ele assalariado" (p.12)	Papel da imprensa: desmentir os adversários	Reproduz a Ordem do Dia de Elzeário (de 21 de julho) e em texto separado apresenta a versão dos fatos dos farrapos, citando como fonte o relato do Comandante do Distrito de Camaquã	Reproduz a Ordem do Dia de Elzeário (de 21 de julho) e em texto separado apresenta a versão dos fatos dos farrapos, citando como fonte o relato do Comandante do Distrito de Camaquã
12	Duas palavras ao parlamentar – Cidadão – Despertador &	Texto sobre a inevitabilidade da República frente a novos tempos e a tirania do sistema monárquico	Não	Tiranía. Contexto republicano: "A revolução de 7 de abril não cumpriu as suas promessas. Derrou o tirano, mas ficou a tirania. (...) Liberdade com cortejo de reis e de nobreza já não é da estação; e a mudança é reclamada pelas circunstâncias, pelas civilização, pela ciência e pelas artes"	Existência de mercado de contrabando Lícito x ilícito: "Um assassínio a nós rebeldes seria lícito, porém não há como escusá-lo num Governo circundado de força e legal. O Governo do 2º Pedro colocou-se então onde nunca estivemos, apesar das calúnias contra nós lançadas pelo jornalismo por ele assalariado" (p.12)	Cita "um Mulato" e "um preto" Leitura dos jornais contemporâneos: a ordem foi publicada pelo <b>Campêão da Legalidade nº 151</b>	Cita "um Mulato" e "um preto" Leitura dos jornais contemporâneos: a ordem foi publicada pelo <b>Campêão da Legalidade nº 151</b>
12	Bahia	Notícias da repressão imposta pelo Império aos rebeldes da Sabinada e comentários sobre a certeza de que a revolução não perecerá no RS	Não	Grande violência e repressão do Império dizimou os rebeldes na Bahia, e promete o mesmo no Sul. Com a ameaça, os farrapos também sobem o tom do discurso	Grande violência e repressão do Império dizimou os rebeldes na Bahia, e promete o mesmo no Sul. Com a ameaça, os farrapos também sobem o tom do discurso	Linguagem virulenta	Linguagem virulenta
<b>04 Piratini, qua. 12 set. 1838</b>							
13-15	Manifesto	3ª parte. Crítica as leis de criação de um corpo policial de imposto sobre terras. Refere-se a batalha da Ilha do Fanfa, onde Bento Gonçalves foi aprisionado e 120 farrapos morreram	Assinado por Bento Gonçalves e por Domingos José de Almeida	Imprensa legalista manipula a opinião pública e destrói reputações liberais. A única salvação é a independência política e o sistema republicano "tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas consequências" (p.14)	Imprensa legalista manipula a opinião pública e destrói reputações liberais. A única salvação é a independência política e o sistema republicano "tendo de optar entre a liberdade e os ferros, entre a escravidão e a morte, abraçaram a guerra com todas as suas consequências" (p.14)	Informa que é continuação do número antecedente "Escravidão" (4 xs) Imagem literária: barrete de Gessler Pátria = Brasil / "Patriotas Rio-Grandenses" "desumanos Portugueses"	Informa que é continuação do número antecedente "Escravidão" (4 xs) Imagem literária: barrete de Gessler Pátria = Brasil / "Patriotas Rio-Grandenses" "desumanos Portugueses"
15	Santa Catarina	Relata a reação do Império sobre a agitação em Lages	Não	"O rumor de um canhão não comanda a opinião" (p.15)	"O rumor de um canhão não comanda a opinião" (p.15)	1ª pessoa do plural Império: "monstro"	1ª pessoa do plural Império: "monstro"
	Rio de Janeiro - Ponto saliente da História da Legislação Brasileira.	Conta a proposta de lei feita em 1823 pelo deputado pernambucano Francisco Moniz Tavares (primeiro brasileiro a usar a palavra no Parlamento, em 30 de agosto de 1821), que sugeria distinguir os portugueses afetos e desafetos da causa da independência	Não	Através do resgate histórico de movimentações políticas na ocasião da independência, procura comprovar que Portugal nunca quis abrir mão do Brasil: "Ele [refere-se a D. Pedro I] nunca perdeu de vista aquele seu secreto projeto: os portugueses (honrosa exceção feita) nunca renunciaram a sua pretensão sobre a terra de Álvares" O mesmo deputado que defendeu a proposta de lei no passado, agora estava ligado a um ministério do partido português	Através do resgate histórico de movimentações políticas na ocasião da independência, procura comprovar que Portugal nunca quis abrir mão do Brasil: "Ele [refere-se a D. Pedro I] nunca perdeu de vista aquele seu secreto projeto: os portugueses (honrosa exceção feita) nunca renunciaram a sua pretensão sobre a terra de Álvares" O mesmo deputado que defendeu a proposta de lei no passado, agora estava ligado a um ministério do partido português	Reproduz fala do deputado Andrada Machado, utilizando-a para embasar o comentário (na 1ª pessoa do plural)	Reproduz fala do deputado Andrada Machado, utilizando-a para embasar o comentário (na 1ª pessoa do plural)
	Notícia	Garibaldi, no dia 4 do mês corrente, aprisionou a sumaca imperial <i>Mineira</i>	Não	Religiiosidade	Religiiosidade	Linguagem direta	Linguagem direta
	Moral	Pequeno texto sobre a vontade de Deus e o desejo revolucionário. A felicidade deve ser procurada em terra	Não			1ª pessoa do plural	1ª pessoa do plural
<b>05 Piratini, sab. 15 set. 1838</b>							
17-18	Decretos	Criação de corpos de lanceiros para a região das Missões Designação de oficiais	José da Silva Brandão, Ministro da Guerra	Os jornais iluminam o Povo que se volta contra a tirania Troca de prisioneiros entre a República e o Império revela certo código de honra entre as partes; um oficial do Império fica preso, mas o texto faz questão de frisar que a República não dispensará a ele o mesmo tratamento cruel que é dado aos rebeldes nas prisões do Império	Os jornais iluminam o Povo que se volta contra a tirania Troca de prisioneiros entre a República e o Império revela certo código de honra entre as partes; um oficial do Império fica preso, mas o texto faz questão de frisar que a República não dispensará a ele o mesmo tratamento cruel que é dado aos rebeldes nas prisões do Império	Texto burocrático	Guerra "em campo e generosa"
19	Interior	Ao contrário da pretensão inicial do jornal, que seria a publicação de artigos de doutrina e a educação dos Cidadãos no espírito republicano, os fatos obrigam o editor a responder calúnias e produzir desmentidos. O texto narra um "atraçãoamento" cometido pelo líder legalista Francisco Pedro de Abreu (Chico Pedro ou	Não				

			Moringue) na combinação de troca de dois presos entre imperiais e rebeldes Texto do <u>Jovem Itália</u> que aponta a ignorância do povo como um fator importante da não existência de uma maior liberdade e sua subjugação aos desmandos das elites		Consciência de época: o século XIX levantou a bandeira republicana Ode ao pensamento liberal, influência de Locke O Povo deve ser ilustrado para não ser guiado pelas paixões, e sim, pelos seus verdadeiros interesses, distinguindo o bem do mal Fim dos privilégios da aristocracia Os defeitos do Povo se acomodam melhor com a monarquia	Jovem Itália Usa uma nota de pé de página (*) Ignorância, credulidade, paixão "Estamos convencidos que não todos os nossos leitores serão desconfiantes de nossa opinião" 1ª pessoa plural "Continua-se"
<b>06</b>	Piratini, qua. 19 set. 1838					
	21	Relação	Dos Oficiais dos diferentes corpos de 1ª Linha do exército republicano	José da Silva Brandão, Ministro da Guerra	Guerra foi resultado de um "abuso" por parte do governo imperial Dificuldade de comunicação com possíveis aliados: "imprensa prostituída ao poder" (p.23) Importância de defender a legalidade e licitude do movimento revolucionário Melhora das condições de vida: comércio, finanças, justiça, exército, segurança	Texto burocrático Império: Fratricida Liberdade, Independência 1ª pessoa plural "Ignominiosa condição de colonos" "escravizar" "Estávamos nus, descalços, verdadeiramente estarrapados" Pátria, Nação
	22-24	Para o glorioso dia 20 de setembro	Celebração do terceiro aniversário da independência. Fala da imprensa, dos "estarrapados" e do respeito à propriedade	Não	"Nós que somos alguma coisa além do Povo": dever dos dirigentes do movimento de educar o povo Todos têm direito de participar do bem comum Mulher: "E a mulher, esta metade do gênero humano, a mãe de nossos filhos e de nós mesmos, a companheira incansável de nossas desventuras, e deleite de nossa vida, como foi tratada? Reduzida a vil escrava: à mártir da Sociedade" (grifo no original)	"Continuação do número antecedente" "Desigualdade civil"
	24	O Povo! O Povo	O povo deve exercer suas virtudes, ampliar sua liberdade. Fala da exploração do braço do povo em nome de revoluções que depois os esquecem. Fala da questão da mulher ("mártir da sociedade")	Vicente Lucas de Oliveira, Presidente da Câmara	Importância da Igreja no movimento revolucionário	Texto burocrático
<b>07</b>	Piratini, sab. 22 set. 1838					
	25	Aviso	Aos vereadores. Pede às câmaras municipais que indiquem Procuradores Gerais	Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva	"visto não ser possível ainda a convocação da Assembléia Constituinte", mas "querendo o Presidente do Estado dar mais uma prova do quanto respeita os princípios adotados"	Edição com 6 páginas Texto burocrático
	26-27	Ofícios	São Borja reconhece e felicita o Governo da República. Domingos José de Almeida responde, citando algumas ações do novo governo, como: arrendamento de propriedades abandonadas, ajuda ao exército, armamento de lanções, aplicações no ensino primário, garantia das leis de liberdade e propriedade. Ofício de Garibaldi – informa a apreensão da sumaca imperial <i>Mineira</i> . Negociações sobre a divisão da carga apreendida. Distribuição da farinha (artigo escasso). Relação dos produtos apreendidos na sumaca <i>Mineira</i>	José Garibaldi, Domingos José de Almeida	Método para divisão de cargas aprisionadas: um terço ao armador, um terço ao apressador e um terço ao tesouro nacional Importância do pronto reembolso de Garibaldi	Textos burocrático
	28	Pedras Brancas	Um soldado mercenário, que luta pelo vil metal, não resiste ao cidadão que combate pela pátria e pelos seus direitos. Tenente Cel. Agostinho Antonio de Mello participa ao General Bento Manoel Ribeiro que na sua	A fonte é Coronel Agostinho Antonio de Mello, oficial farrapo	Revela uma troca de fileira entre os soldados: "seis homens passaram-se para as nossas fileiras"	Conta história como se fosse um narrador, mas afirma um compromisso através da enunciação: "nossas fileiras"

			<p>marcha para Santo Ângelo, derrotou um grupo de imperiais.</p> <p>Texto criticando ferozmente o movimento de legalidade do Império. A prosperidade nacional concentrada sobre a cabeça de um déspota. Para estabelecer equilíbrio e paz na nova ordem de coisas harmonizante com a vontade geral. Império acusa os farrapos de agirem pela cobiça da pilhagem e animosidades pessoais. O jornal chama de "espírito popular", destruição dos restos feudais, imperadores e reis são usurpações consagradas. Mãos calejadas no trabalho do campo e da cidade</p>			<p>Máscara da Legalidade, que assim como Liberdade e Religião servem de pretexto à tirania  "Os jornalistas que vos falam de poder e de leis, e prosifituem depois a pena a quem mais os paga." (p.28)  "O homem é livre e responsável" (p.29)  Escravidão (2): situação do Brasil em relação a Portugal e da Província em relação ao Império:  "Ao contrário de ter adquirido uma Pátria, nos virmos reduzidos a uma Província tributária"  "De colônia de uma corte estrangeira europeia, tomam-nos a escrava donzela de quem tinha se assumido o alto encargo de representar-nos à face do mundo como uma nação de Livres" (p.29)  Monarquia: fausto e ócio, dada a sua incompetência em promover a felicidade dos cidadãos, estes retomam a liberdade  O governo está em contradição com a sociedade  Denuncia a participação de estrangeiros assoldados pelo império na guerra [e os italianos?]. Os combatentes do Império são <i>escravos</i> que penam sob a espada livre dos farrapos</p>	<p>Repete a palavra "legalidade", ressaltando que sob este valor são violados muitos direitos  Escravidão  Liberdade, Pátria X Tirania  " Cabeça coroada de um déspota"  Vassalo X homem  Nem os Imperadores, nem os Grandes, nem os Reis são a Pátria ou a Nação, e sim o Povo</p>		
28-30	A Legalidade			Não	José da Silva Brandão, Ministro da Guerra				
30	Portaria	<p>Por seus "princípios filantrópicos", e em comemoração ao 3º aniversário do 20 de Setembro, soltam os prisioneiros feitos na batalha de 30 de abril de 1838, em Rio Pardo.</p>						"Satélites" "intitulada legalidade"	
<b>08 Piratini, qua. 26 set. 1838</b>									
31	Decreto	<p>Em comemoração ao 3º aniversário da Revolução, o Presidente da República Rio-Grandense determina a soltura de todos os presos de guerra e daqueles que se acharem processados no Juízo de Paz e não tiverem parte que os acusem</p>			Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva	<p>Contraste entre os atos benevolentes da República Rio-Grandense com os desmandos e violência do Império</p>		"Humanidade", "filantropia", "luzes do século" Texto com fim burocrático, mas, mesmo assim, bastante adjetivado e contundente	
31-33	Interior	<p>Transcrição de correspondência que "veio às mãos da redação" acompanhada de comentários</p>			Francisco Xavier da Cunha, Brigadeiro	<p>O autor da carta desertou no combate de Rio Pardo, fato pelo qual estava sendo investigado pelo Conselho de investigação  Os comentários zombam da falta de lealdade nas fileiras imperiais  "restauradores do beija-mão e das demais etiquetas das antigas monarquias"</p>	<p>Parece tratar de uma carta privada que acabou desviada de seu destino. Comentários irônicos e jocosos, ironiza os "desinteressados legalistas"  As reproduções são indicadas por aspas no começo das linhas  Uso de nota de rodapé para trazer uma informação adicional / "Continua-se"</p>		
33-34	Comunicado. O dia 20 de setembro	<p>Texto que compara as atitudes do Império e da República sobre clemência e justiça</p>			Não	"Gênio Americano Rio-Grandense" Compara as atitudes benevolentes dos farrapos com as dos cruéis legalistas (tratamento dispensado a feridos e prisioneiros e a feridos na guerra) Importância da Justiça Imparcial	<p>"Deixamos a nossos leitores as reflexões e considerações sobre um tal julgamento" (p.34)  Considera o leitor no texto</p>		
34	Dedicado ao memorável 10 de set. de 1838	<p>Também "Dedicado ao memorável Dia 20 de Setembro de 1838",  Poemas redigidos em Bagé, em comemoração às importantes datas</p>			Não	Poemas de rima pobre, em quartetos	<p>"Continentinos", "Patriotas" X escravização (aparece em ambos os poemas) pelos "estrangeiros"</p>		
<b>09 Piratini, sab. 29 set. 1838</b>									
35-36	Decreto	<p>O Governo da República Rio-Grandense decreta que passará a oferecer garantias e proteção a qualquer Corso que se destinar contra o Império do Brasil  Autorização de um empréstimo para financiar a "guerra defensiva"  (Continuação do número antecedente)</p>			Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva				
36-	Interior				Francisco Xavier da	<p>O autor pede ao amigo destinatário da carta que consiga</p>	<p>Comentários irônicos e jocosos: "focar os pauzinhos" = ir embora</p>		

38		Transcrição de correspondência que "veio às mãos da redação", acompanhada de comentários	Cunha, Brigadeiro legalista. Os comentários não são assinados	documentos sobre o teor da acusação. E o comentário: "Entre nós, os revolucionários, o que deseja o Sr. Cunha é, além de possível, provável, é até um ato de rigorosa justiça: com um simples requerimento o conseguiria... Enfim, a Legalidade tem seus mistérios, que é preciso respeitar" (p. 36) – essa frase se repete Farrapos são "amigos da verdade e da justiça" Os soldados farrapuilhas têm gravado no coração que é melhor morrer lutando do que viver uma vida "infame e ignominiosa" (p. 37)	/ "o negócio ficou mais sério" (p. 37) Brinca o tempo todo com a palavra "legalizar", "legalidade", destacadas em itálico Brinca chamando de "interessante" a esposa do marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, que não é nomeado na carta, mas tem o nome completo apresentado em uma nota de rodapé
38	Exterior	Transcrição do julgamento de um réu do movimento republicano da Bahia	Não	Não	Transcrição Continuar-se-há
<b>10 Piratini, qua. 3 out. 1838</b>					
39-41	Decreto	Decretos com fins de organização das despesas de guerra, seguido de um texto sobre o direito de propriedade	Domingos, José de Almeida Bento Gonçalves da Silva. O comentário não é assinado	O direito de propriedade é sagrado Enquanto Província, esse direito não foi respeitado pelo Império. <i>Lei de suspensão de garantias</i> tornou legal todo o tipo de confisco O governo deve garantir a propriedade e a liberdade	
41	Exterior / Pernambuco	Transcrição de texto do Diário do Rio de Janeiro nº 152, que copiam "por ser curioso", seguido de comentário. Conta o caso da criação de uma seita no interior de Pernambuco, onde o líder matou diversas pessoas. A repressão ao grupo pela Guarda Nacional também foi violenta, matando 29 pessoas.	Diário do Rio de Janeiro nº 152 / Comentário não assinado	Ignorância, superstição e fanatismo ainda jazem no Brasil, estimulados pelo Império, o que impede o avanço dos ideais republicanos. Os Rio-Grandenses são mais cultos pela disciplina militar, contato com os vizinhos, hospitalidade, boas relações de comércio. " [...] com pasmo se ouve conversar e dissertar um simples soldado sobre política, sobre os diferentes Direitos do homem [...] " (p. 42)	Leitura dos jornais contemporâneos "Curiosidade" como critério editorial, com fins de análise 1ª pessoa plural
<b>11 Piratini, sab. 6 out. 1838</b>					
43	Sem título	Continuação do comentário do número antecedente	Não	Liberdade, Pátria, Prosperidade e Independência "Deveis já estar persuadidos que nós não somos uns simples índios de charqueadas [...] não somos uns desgraçados parasitas. Quem vos tem feito a guerra são Estancieiros ricos e a fina flor da mocidade Rio-Grandense"	O texto começa dando alguma orientação ao leitor: "Foi o resultado do nosso progresso social, como deixamos dito no nosso número anterior, o que nos impeliu no dia 20 de Setembro de 1835, a romper o silêncio vergonhoso [...]"
43-46	Exterior	Continuação do n. 9. Transcrição do julgamento do réu Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, do movimento republicano da Bahia	Não	Uso de escravos como força bélica na revolução da Bahia É uma reprodução do Diário do Rio de Janeiro (só creditada no nº 12), que não reproduz a fala do promotor: "Sentimos muito não poder publicar esta peça importante; e, com a imparcialidade própria de um escritor consciencioso, diremos que o Dr. Promotor é justamente credor dos mais altos encômios [...]" (p. 45)	Aqui aparece "escravo" referindo a negro "escravo macho", "batalhão de pretos" "idéias banais" Corram a transcrição em um momento bem dramático, onde o réu descreve o sofrimento da prisão. Suspende sobre a sentença final "Continuar-se-há"
46	Interior	Interrompe a transcrição e antecipa a notícia de uma vitória dos farrapos, detalhada no ofício logo abaixo	Não	Generosidade dos verdadeiros Americanos e homens livres	Usa a figura literária de Ulisses
46	Ofício	Participa a derrota de legalistas pelo Major Joaquim Mariano Aranha	Bento Manoel Ribeiro		
<b>12 Piratini, qua. 10 out. 1838</b>					
47	Decreto	Decreto de elevação da Provoação da Capela Grande de Viãmao para a categoria de Vila Setembrina de Viãmao	Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida	Problema de fronteira com Porto Alegre, São José do Norte e Santo Antonio da Patrulha, que permaneceram fiéis ao Império	
48	Circular	Determina que todos os couros que forem encontrados sem guia dos donos da marca serão confiscados e vendidos		Problema do contrabando e da matança de gado na fronteira	
48	Ofícios	Assuntos diversos: ausência de autoridades na fronteira estimula a matança de gado na região; Criação de instâncias jurílicas na Vila Setembrina de Viãmao		Importância da criação de instâncias jurílicas, já que esta é uma das maiores reclamações dos farrapos em relação ao Império	
48-	Exterior	Continuação do depoimento das	Diário do Rio de	Uso de escravos nos corpos de batalha	Escravos (negros)



50			testemunhas até a final sentença proferida contra o cidadão Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira	Janeiro	Militares não gostam de "casacas" O réu diz que a Bahia nunca se desligou totalmente do Império porque nunca mudou de bandeira nem de armas Insurgente foi condenado a morte	
<b>13 Piratini, sab. 13 out. 1838</b>						
51-54	Legalismo no Pará, Bahia e Rio Grande	Comentário sobre a transcrição do julgamento do réu Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira	Não		Crimes e barbarismo X Liberdade e civilidade Americano Brasileiro: espírito formado de ideias do Século e da América Destaca toda a dedicação do Rio Grande ao Império "Somos Americanos. Nossa causa é Americana" (p.52) Relata atrocidades cometidas pelos soldados da legalidade "Juiz com espírito de vingança" – Hobbes Acusa o Império de sentir Negros em praça	Toda a edição é dedicada ao comentário Americanos X Portugueses Preocupação em trazer fatos para comprovar suas proposições Cita Aristóteles Reproduz trecho do "Jornal do Comércio" n.72, que conta que chefes da insurreição baiana foram presos dentro da casa do cônsul francês, o que é contra a Lei; "feitor imparcial verá"
<b>14 Piratini, sab. 17 out. 1838</b>						
55	Decretos	Promove Bento Manoel Ribeiro a general Promove David Canabarro a Coronel Promove Joaquim Teixeira Nunes a Tenente Coronel do 1º corpo de lanceiros Define inimigos da pátria aqueles que embarcam gêneros aos sitiados em Porto Alegre	Bento Gonçalves da Silva / José da Silva Brandão		Inclui entre os inimigos da República Rio-Grandense os senhores de escravos que forem pegos dirigindo-se a zona sitiada Oferece perdão e cidadania a qualquer desertor das tropas inimigas que se apresente a uma autoridade civil ou militar Oferece anistia aos arrependidos de deserção das fileiras republicanas	Escravidão
57	Ofício	Criação dos cargos de Coletores Gerais	Domingos José de Almeida		"Nomear homens de confiança pública e reconhecida inteireza para tais empregos" Fins de organização da arrecadação e colibção do contrabando	
57	Expediente da Secretaria da Fazenda	Criação de uma fábrica de Erva Mate com fins de gerar dinheiro para financiar a guerra Outras determinações relativas à arrecadação da República	Não		Solicita a remessa de escravos para a fábrica	
58	Expediente pela Repartição da Guerra e da Marinha	Recados e definições diversas	Não		"Ao Juiz de Paz de Bagé, devolvendo-lhe o preto que remeteu supondo ser desertor do 1º Corpo de Lanceiros, para proceder, as necessárias indagações sobre ele"	
<b>15 Piratini, sab. 20 out. 1838</b>						
59	Decreto	Revoga a isenção de impostos sobre as mercadorias importadas do Estado Oriental, Entre-Rios, Corrientes e Buenos Aires, passando a cobrar 10% sobre mercadorias em geral, 20% para bebidas alcoólicas e isento para armas	Domingos José de Almeida			
59-60	Exp. da Sec. da Fazenda	Recados e definições diversas	Não			
	Exp. pela Repartição da Guerra e da Marinha	Recados e definições diversas	Não			
61-62	Rio de Janeiro	(Câmara dos deputados) Manifestações de deputados da oposição sobre emenda que cerceia sua fala na Câmara, passando a responder apenas "sim" ou "não"	Jornal do Comércio Comentário: Do Redator		"As maiorias nem sempre são as que representam a maioria da nação; muitas vezes uma pequena minoria da casa representa a maioria da nação" O comentário condena a aprovação da emenda, considerada mais uma faceta da tirania portuguesa	Transcreve falas dos deputados e depois comenta Derrotar o Gigante europeu que tentar escravizar qualquer porção do terreno Americano
<b>16 Piratini, qua. 24 out. 1838</b>						
63	Decreto	Estimula qualquer cidadão a armar corsários para enfrentar o Império	José da Silva Brandão e Bento		Fala da herança deixada por um cidadão: gado, escravos e móveis	
63-64	Exp. da Sec. da Fazenda	Recados e definições diversas	Não		Comunica o extravió de uma mala de papéis pelo Tenente Rosseti destina um edifício para o ensino primário	
64-65	Exp. pela Repartição da Guerra e Marinha	Recados e definições diversas				
65	Exp. do Tribunal do Tesouro Público	Recados e definições diversas, lista doadores de recursos para o Exército				

		Nacional	Republicano	O Parlamentar	Considera inoportuno e acitoso um pomposo jantar oferecido pelo Ministro da Justiça (Vasconcelos), no jardim da Lagoa, ao mesmo tempo em que várias províncias mostram agitação e descontentamento	Rio-Grandenses/Americanos X Luzitanos
66	O Governo Paternal	Transcrição do jornal O Parlamentar, nº 74, de 27 de junho de 1838				
66	Notícias diversas	Mudanças nos comandos militares da "Galegalidade" do Rio Grande	Não assinado / "pessoa fidedigna"		O exército Rio-Grandense, devido às grande chuvas, ficou 5 dias sem carne, mas nenhum soldado reclamou (a luta pela liberdade supera todas as dificuldades)	"Galegalidade do Rio-Grande": neologismo de galego + legalidade. <i>Legalidade</i> é a palavra que mais usam para ironizar o Império e <i>galego</i> , que designa o português de mais baixa estirpe
66	Variedade	A Ambição. Pequeno parágrafo com uma moral	Não			
<b>17 Piratini, sab. 27 out. 1838</b>						
67-68	Decretos	Decreto o seqüestro de todos os bens do Império e de súditos do Brasil no território da República Rio-Grandense, anula contratos com o Brasil, estimula delação	José Pinheiro de Ulhoa Cintra Vicente Lucas de Oliveira	São listados como bens: "gados, animais, muares, cavalares, escravos, móveis, embarcações..." Excetua do decreto todos os Rio-Grandenses que comprovarem que estavam estudando no estrangeiro		
68-69	Exp. da Sec. da Fazenda	Informes e definições diversas	Não	Cita um escravo como parte dos bens de Manoel Gomes Guimarães: "um escravo de nome Manoel Cabinda"		
70	Aviso	Criação de comissões em cada município para arrolar as apropriações da República	Domingos José de Almeida	"quantos escravos, seus sexos, idades e ofícios" "para que tais produtos convenientemente aplicados, sirvam para minorar as privações dos Cidadãos que se acham em armas, e de suas famílias"		
70	Circular	Levantamento de propriedades abandonadas	Domingos José de Almeida			
70	Anúncios	Governo emite troco de cobre (\$) Sr. Francisco Fresco comunica que tardou a cumprir seus compromissos em virtude de um acidente, mas convida a todos para a liquidação de contas	Não	Uso do jornal para chamados e comunicações pessoais		"No seguinte número alguma coisa diremos sobre assunto tão importante"
<b>18 Piratini, qua. 31 out. 1838</b>						
71	Sem título	Retoma o tema do cobre: recolhimento, identificação das moedas falsas, troca por um documento. Cobre passa a valer para todas as transações. Pena aos falsários Disposições burocráticas + Comentário Moral sobre a ambição	Bento Gonçalves da Silva	Grande confusão no dinheiro, tentativa de organizar A introdução do cobre como tentativa do Império de desestabilizar economicamente o movimento revolucionário O comentário procura tranquilizar a população sobre a troca do cobre, chamado pela República		Todo o número dedicado à questão do cobre
74	Pensamento		Não	"A fragilidade, a singeleza dos costumes, a modéstia e a moderação firmarão a ventura pública" (p. 74)		
<b>19 Piratini, sab. 03 nov. 1838</b>						
75-77	Exterior	Transcrição de carta + comentário A carta traz uma idéia de que a revolução se espalhe, para formar um novo Brasil	"carta de pessoa responsável e fidedigna"	Vê na política do Império um regresso ao "puro absolutismo, para a mais completa dependência e perfeita colonização das Províncias" (p.75) Liberdade, razão e justiça A revolução tem como objetivo salvar o Brasil Na República, uma educação voltada a expressão superior; no Império, o obscurantismo		Brasileiros X Estrangeiros Os Rio-Grandenses são Brasileiros Deputados "escravos dos tiranos do Brasil" Objetivos: educação, organização da polícia, criação de repartições fiscais, aumento da indústria, fábricas de lã, etc...
77	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não			
77-78	Expediente	Pela Repartição da Guerra e Marinha: Informes e definições diversas	Não			
78	Expediente	Do Tribunal do Tesouro Público Nacional: Informes e definições diversas	Não			
78	Notícias	1) Reconciliaram-se os partidos do Estado Oriental e Frutuoso Rivera estava para entrar em Montevideo 2) Tenente Coronel Francisco José da Rocha deixa as fileiras do Império e alia-se aos farraços: Outros vindos da Bahia fazem o mesmo	Não			Promessa de publicar mais detalhes da situação do Estado Oriental e sobre os motivos que levaram os desertores a engrossar as fileiras dos republicanos

20 Piratini, qua, 07 nov. 1838							
79	Exterior	(Desfecho da questão do Estado Oriental) Saída do ex-presidente Oribe e entrada do exército constitucional	Cartas de "pessoas fidedignas de Montevideú" e <u>Q</u> Universal				
	Convenção	(Dentro de Exterior) Desligamento de Oribe					
80-81	Interior	Ofícios sobre a criação de escolas primárias, método Lencastre	Domingos José de Almeida	Reconhece que o sistema de ensino está destruído, mas demonstra preocupação em recuperá-lo, pela difusão das luzes e da moral			
81	Expediente	da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não	Problemas no pagamento dos professores, falta de alimentação de um professor. (I)	Solicitação de escravos para trabalhar em fábrica de salitre		
82	Expediente	pela Repartição da Guerra e Marinha: Informes e definições diversas	Não				
82	Errata	Lista e corrige erros de composição e concordância no número anterior	Não				
21 Piratini, sab, 10 nov. 1838							
83	Interior	Transcreve um trecho d'O Despartidador	Não	"Aqui o direito de propriedade é garantido, os bens dos próprios dissidentes são respeitados, há amor da ordem e liberdade individual"	Transcrição no meio do comentário marcada com aspas		
84	Ofícios	Sobre a atitude da República em relação aos bens das pessoas em atitude hostil à república	Não	Defesa da propriedade privada é dever, respeito às Leis			
84-86	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não	Ordena o envio de escravos a uma fábrica de enva-mate			
86	Expediente	Pela Repartição da Guerra e Marinha: Informes e definições diversas	Não				
86	Expediente	Do Tribunal do Tesouro Público Nacional: Informes e definições diversas	Não				
86	Máximas e pensamentos	Pequenos trechos moralizantes	Não	Ignorância e anarquia: infelicidade das nações (aniquilam os princípios e os direitos)	Escravos (2), no sentido do Povo em relação ao Império		
22 Piratini, qua, 14 nov. 1838							
87-89	Interior	Proclamações do Presidente da Província de São Pedro, Antonio Elizeario de Miranda e Brito	2 proclamações assinadas por Elizeario de Miranda e Brito + comentário sem assinatura	Interesse do Império em terminar os males que os Rio-Grandenses sofrem Legalidade também oferece anistia Comentário: o argumento principal é que não se pode confiar em promessas dos portugueses Debaterem a questão do resgate do cobre Brasileiros X Portugueses	Redator recebeu diversas proclamações "Grande Família Brasileira" Império também usa "continentistas" Chama a revolução de anarquia Comentário: tom ora agressivo e irônico, ora jocoso "Revolução Rio-Grandense"		
89	Ofícios	Vilas informam os cidadãos eleitos como procuradores: José Mariano de Matos (Piratini), Severino Antonio da Silveira (Caçapava), Pe. João de Santa Bárbara (Cachoieira)	Câmaras municipais	Algum andamento na questão da legalidade, da articulação dos poderes na República			
90	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não	Ofício a José Garibaldi, assuntos variados			
23 Piratini, sab, 17 nov. 1838							
91-92	Interior	Sobre a notícia do erguimento de um monumento equestre em memória de D. Pedro I	Não	A abdicção reflete politicamente	Epigrafe: "Amicus Plato, sed magis amica veritas" Leitura do contemporâneo Jornal do Comércio Escravo em relação ao Império Figura literária: Fio de Ariadne		
92-94	Exterior	Transcreve a fala de dois deputados, um do Partido Conservador e outro do Liberal, sobre o espancamento de David Pamplona, boticário e jornalista da oposição, por abuso da imprensa	Falas dos deputados Andrada Machado e Ribeiro de Andrade	Idéia de que a o conflito ainda é ameno, com um caráter mais de resistência, mas que se o governo executar os revoltosos presos na Bahia e não mudar sua attitude, a situação pode piorar			
94	Ofícios	Destina alguns recursos para o ensino primário em Alegrete e Caçapava	Não	Como as somas destinadas a educação são pequenas, conta com o patriotismo dos professores			
94	Expediente	Da Secretaria da Fazenda	Não	Informes e definições diversas			

	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não	Informes e definições diversas	
<b>24 Piratini, qua. 21 nov. 1838</b>					
95	Exterior	Narra dois procedimentos duros necessários na Guerra de Independência Americana: declaração de indigno de servir ao país aos soldados que cometessem faltas graves e declaração de traidor aos que não aceitassem papel moeda	"Resumo estatístico-histórico dos Estados Unidos da América Setentrional"		Uso de nota de rodapé para trazer uma informação adicional. Baltimore* capital do estado de Maryland
96	Interior	Texto moral	Não	Os Estados Unidos são um exemplo para os Republicanos Rio-Grandenses. O exemplo do papel moeda deles serve como justificativa à tentativa de recolhimento do cobre	
96	Decretos	Promoções e trocas de posto	José S. Brandão	"Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, a Independência, Integridade e Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense; observar, e fazer observar provisoriamente a Constituição do Brasil, e Leis em vigor em tudo quanto for compatível com as atuais circunstâncias da Nação, e sua Independência; e de cumprir religiosamente com os ordens do governo"	Publicar e mostrar a indole perversa dos opressores
96-97	Circulares	Conclama as diversas instâncias da República a um juramento de fidelidade Designa aos comandantes de policia uma relação dos assassinos perpetrados pelos agentes da Legalidade	Domingos J. de Almeida	Necessidades cotidianas: fazenda para os uniformes, utensílios para o fabrico de pólvora, questões de transporte de cargas apreendidas, couros	
97	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não	Informes e definições diversas	
98	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não		
98	Convite	Convida os cidadãos Piratineses a prestar homenagem ao General Bento Manoel Ribeiro, que se encontra na cidade para discutir o Plano de Campanha			
98	Notícia	"No nro. seguinte relatamos as atrocidades ultimamente no Triunfo praticados pelos celerados legais, o que não fazemos no presente por nos ter vindo as mãos tais noticias ontem a noite"	Não		1ª pessoa do plural Chama os leitores para o próximo número Dificuldades técnicas
<b>25 Piratini, sab. 24 nov. 1838</b>					
99	Interior	Comentário sobre as proclamações do Sr. Elizeario de Miranda e Brito, publicadas no n. 22, trazendo fatos ocorridos recentemente em Triunfo	Não	Ataque violento dos legalistas a Vila de Triunfo, com muita violência, saques, degolas, assassinatos, prisões Compara os legalistas com os Ingleses na guerra de independência americana	Vide o nº 22 (leitura linear) Degola de dois escravos do Coronel Leão. Elizeario "louva a bizarrice de suas tropas"
100-101	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não		
101	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não		
101-102	Correspondência	Carta de um leitor ao Sr. Redator	"Inimigo do Regresso"	Critica os portugueses pelo seu despotismo e ingratidão em relação aos brasileiros Comenta a questão da escravidão pelo viés da cor	Imperiais chamariam os rebeldes de "macacos" ou "tismnados"
102	Pensamentos	Texto de cunho moral	Não	Típico pensamento liberal (Locke), alerta para o Governo vicioso em seu principio, o cerceamento da liberdade tem um efeito de pressionar e fazer explodir material inflamável	
<b>26 Piratini, qua. 28 nov. 1838</b>					
103	Interior	Desmente afirmação feita na Câmara dos Deputados do RJ que os republicanos haviam fuzilado militares do Império em Rio Pardo	Não	Afirma que os militares citados, apesar de reincidentes, foram poupados e restituídos às suas familias, ao contrário do Império, que não tem piedade	Escravidão Humanidade da República X Tirania do Império
104	Circular aos chefes de policia	Empregados das coletorias do Estado não devem ser retirados de seus postos para servir nas fileiras militares	Não	É mais importante coletar impostos do que engrassar os pelotões	

104-105	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não	Informa a existência de professor de primeiras letras em Caçapava Revela procedimento de recolhimento dos escravos dos dissidentes
105	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não	
106	Correspondência	Carta de um leitor ao Sr. Redator	"Um dos da sociedade do dia 20"	Narra a ocorrência de um festejo cívico em comemoração ao 20 de setembro, em São Leopoldo
<b>27 Piratini, sab. 1 dez. 1838</b>				
107-108	Recopilação	A guerra do Rio-Grande – Meios de a terminar Afirma que uma das soluções para o impasse no RS poderia ser uma aliança do Império com Frutuoso Rivera e com a Federação Bolívia-Peruana, o que retomaria o território da Província de São Pedro e também a Cisplatina	Reprodução do <u>Despertador</u>	Reunião de bastante força por terra e marinha Soldados de outras províncias não estão habituados a montar e domar cavalos dispersos pelo campo RS: "parte importante do Império" Estratégia do Império é o caminho do meio: nem tão hostil nem tão brando, para não perder o controle da situação Império considera uma das principais causas da longevidade da Revolução o asilo que os Rio-Grandenses encontram nas nações vizinhas, "pela homogeneidade de princípios (ao menos na forma) e pelos receios que a colossal Monarquia do Brasil va absorver seu território"
108-110	Interior	O comentário do jornal chama a atenção dos Argentinos para os planos do Império e propõe uma aliança contra o Brasil Transcreve um trecho do jornal <u>Iniciador</u> , de Montevideu	Não assinado, reproduz trecho do <u>Iniciador</u> , de Montevideu	"Quando proclamamos o Sistema democrático..." (p. 108) Causa humanitária, de todos os homens, "princípios Democráticos Humanitários" <u>Iniciador</u> : "[...] queremos governos paternais e não patronos, fiéis administradores dos bens de que os havemos encarregado, e não amos" (p.110)
110	Expediente	Da Secretaria da Fazenda: Informes e definições diversas	Não	
110	Notícia	Informação vinda de Rio-Grande que Silva Tavares foi demitido	Não assinado, "pessoa fidedigna"	Informa e também comenta
<b>28 Piratini, qua. 5 dez. 1838</b>				
111-112	Exterior	Transcreve trechos d'O Nacional, de Montevideu	O <u>Nacional</u> , de Montevideu	Mesmo vocabulário dos Rio-Grandenses: Liberdade X Tirania América vive sob "os restos de um mal extinto despotismo" (p.112)
113	Interior	Portarias	José da S. Brandão, Ministro da Guerra	Preenchimento de vagas de cirurgiões
113	Circular	Mau funcionamento dos Paradeiros	José da S. Brandão, Ministro da Guerra	Deficiência na comunicação atrasa as providências, prejudicando o serviço público
114	Aviso	Cirurgiães-Mores da República devem receber como Majores	José da S. Brandão, Ministro da Guerra	
114	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não	
114	Sem título	O cidadão Joaquim José da Silva Maia nos pede a publicação do documento abaixo transcrito	Joaquim José da Silva Maia	Uso do jornal para instâncias de ordem prática (hoje, publicação de perda de talões de NF, abandono de emprego, etc), Parece o mesmo propósito dos Expedientes
<b>29 Piratini, sab. 8 dez. 1838</b>				
115	Exterior	Aristocracia na América	O <u>Nacional</u>	"vencedores na luta, fomos vencidos na paz" Uso de "gaúcho" no sentido pejorativo
117	Interior	Decretos	José da S. Brandão e Bento Gonçalves	Mudanças de postos militares
117-118	Ofícios	Nomeação da Procuradores em Rio Pardo e Cruz Alta	Não	
118	Expediente	Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não	Informes e definições diversas Escravos entregues ao chefe de polícia de Bagé por pertencerem a um cidadão de Cerro Largo
<b>30 Piratini, qua. 12 dez. 1838</b>				
119-121	Exterior	(Título) Montevideu / Declaração que faz o General em Chefe do Exército	Frutuoso Rivera	A revolução é feita pela opinião pública + lanças do exército constitucional. A República pereceu pela fraude

			Constitucional dos princípios, que há de guiá-lo no desempenho da alta missão, que lhe confiam os povos do Estado			de pequenos tiranos (Oribe). A única solução é a criação de Instituições fortes e a educação do Povo para respeitá-las	
121-122	Rio de Janeiro Função Malograda!		Texto faz uma sátira do que seria a cerimônia de posse do Regente, ridicularizando diversas figuras do alto escalão do Império	Não		Transcrição do <u>Cidadão</u>	
<b>31 Piratini, sab. 12 dez. 1838</b>							
123-124	Exterior		Rio de Janeiro	Não		O pesar do Brasil se dá pela constante ameaça à paz, à estabilidade das instituições, das liberdades, dos bens públicos e particulares, corrupção, violência, justiça presidida pelas circunstâncias	Negociação de escravos
124-126	Interior		Parte Oficial. Relata as estratégias para frustrar um ataque legalista que juntaria forças vindas de Curitiba e Lages	Joaquim Teodoro Prestes, Capitão farrapo		"[...] nós temos disso aqui recebido provas incontestáveis que a opinião pública dos habitantes de S. Catarina, e particularmente dos da Vila de Lages, está bem pronunciada e decidida a nosso favor e do sistema Republicano" (p. 125)	"o imbecil Paulo Alano" Em 1ª pessoa (plural)
125	Interior		Do Benfazejo de Santa Catarina, de 13 de julho próximo passado, copiamos o seguinte	Jornal de Sta. Catarina		Notícia de que uma tropa da legalidade matou 30 rebeldes	
125-126	Interior		Do <u>Jornal do Comércio</u> + comentário	Jornal do Comércio		Transcreve uma seleção de várias edições do JC e as usa para desmentir notícias desfavoráveis a República	"Rio-Grandenses! Uma outra vez ainda o Redator d'O Povo tem de recordar-vos a missão que pela Providência vos foi confiada" (p. 126)
126	Correspondência		Carta de Bento Manoel Ribeiro agradecendo o convite aos cidadãos de Piratini a obsequiarem sua passagem pela cidade	Bento Manoel Ribeiro e o redator d'O Povo			O Redator responde e agradece nominalmente, assinando "O Redator d'O Povo"
126	Expediente		Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não			
126	Anúncio		Tenente Manoel Teixeira d'Ávila oferece recompensa por um escravo que desapareceu				3ª pessoa
<b>32 Piratini, qua. 19 dez. 1838</b>							
127	Decretos		Promoção do italiano Honorio Pecoud a primeiro Tenente da Marinha Outras promoções e 3 demissões	José da Silva Brandão		Presença do estrangeiro: este "voluntariamente esposou a causa desta República" (p. 127). Oferta de cidadania a estrangeiros engajados na guerra ao lado dos farrapos, desde que provando mais de um ano de serviço militar, residência fixa, introdução de material bélico, capital de 4 contos de réis, casamento com cidadã rio-grandense, adoção de um rio-grandense de que qualquer dos sexos, conhecimentos para serem admitidos ao Magistério	
128-130	Ofícios		Variados			Principalmente problemas de agilidade na execução das providências via ofício	
	Correspondência		Carta de um leitor ao Sr. Redator	"Republicano de coração"		Frente à ineficiência do Império em promover a justiça e a administração pública, pergunta quem são os rebeldes: os opressores ou os oprimidos? Os governantes ou os governados? Qualquer governo que chega ao ponto de dissolução do Império por si mesmo produz a revolução	"Os nossos inimigos confundem uma justa reclamação de direitos com rebelião; Liberdade com escravidão"
130	Pensamentos		Pequeno trecho moral	Não		Importância de um espírito nacional de utilidade pública	
<b>33 Piratini, sab. 22 dez. 1838</b>							
131-133	Exterior		São Paulo – A contra-revolução. Transcrição	O Observador n. 72		"Onde as liberdades não são direitos, e os direitos não são poderes fortemente constituídos e organizados, não há direitos, nem liberdade"	"As interpelações da oposição responde o ministério com o silêncio e com o desprezo, ou então com a altivez e a superioridade de um senhor para com seu escravo" (p. 131) Cita jornais contemporâneos: <u>Sete de Abril</u> , <u>Echo da Religião</u> , <u>Do Império</u> , <u>Carapuceiro</u>
133	Interior		Decreto	José da Silva Brandão		Denuncia o movimento da contra-revolução, no qual o Império utiliza as efervescências que tomam conta do país para justificar uma centralização cada vez maior	
134	Expediente		Pela Repartição da Guerra e da Marinha	Não		Distribui postos da Guarda Nacional nos Distritos de Mostardas e Estreito	
134	Expediente		da Secretaria da Fazenda	Não		Informes e definições diversas	
						Informes e definições diversas	

34 Piratini, qua. 26 dez. 1838						
135-136	Extor	Rio de Janeiro – Artigo contra o endurecimento no tratamento dos militares do Império	O Cidadão. (legalista)	Informa que o exército do Império não é bem treinado, nem motivado, nem aparelhado. Apesar de legalista, o jornal considera "horrores" o que foi cometido contra os vencidos na Bahia	Chama os republicanos de "farrapos revoltados" "Primeira cavalaria da América", "flor do exército brasileiro"	
136	Artigos de uma carta vinda de Curitiba		O Parlamentar	Bento Manoel está com os rebeldes, mas o autor da carta tinha esperanças de demovê-lo (volatilidade dos posicionamentos políticos) Medidas populares dos farrapos: libertação de prisioneiros, tratando bem lavradores e criadores Declaração do Brasil em Estado de Guerra é considerado um erro pelos textos selecionados dos jornais pró-império	1ª pessoa (singular e plural) "nosso governo do Império" Também chama de "farrapos" Parece uma correspondência desviada(?)	
137	Interior - Ofícios	Procurador Geral de Triunfo. José Gomes de Vasconcelos Jardim	Manoel Caetano da Cunha	Demora na resposta ao decreto revela a dificuldade de comunicação das instâncias da República		
137-138	Correspondência	Briga de Domingos José de Almeida com um funcionário do Tesouro	Domingos José de Almeida	Suspeitas de contravenção no <i>modus operandi</i> dos pagamentos solicitados pelo Ministro da Fazenda	Publica a carta de Domingos J. de Almeida ao redator e depois dois requerimentos, um do Presidente da Caixa de Amortização, Manoel Martins Barrozo, e outro do próprio Almeida	
138	Requerimentos	Reclama de procedimento ilegal do Ministro da Fazenda	Manoel M. Barrozo Domingos José de Almeida	Almeida chama Barrozo de ignorante na língua portuguesa: confundiu "revoltante" com "revoltoso"	O ofício com o "revoltante" está publicado no n. 32	
138	Pensamentos	Pequenos textos morais	Não	Reis têm escravos, num país livre, todos os soldados são cidadãos, e os cidadãos, soldados	Relaciona escravos com monarquia (contradição com a prática da República) / Nenhuma referência ao Natal ou ao final do ano	
35 Piratini, sab. 29 dez. 1838						
139-140	Extor – Pará	Notícias da Cabanagem: Carta afirma que todos são recrutados para a Guarda Nacional no Pará	Cartas do Pará (O Parlamentar)	Reclama dos desmandos e atrocidades do presidente do Grão-Pará, o brigadeiro Francisco José Soares de Souza de Andréa. Suplica por limites ao poder executivo, e cumprimento das leis		
140	Interior – Correspondências	Assinante conta horrores cometidos pelos legalistas no interior: degolas, mutilações, assassinatos	"Um seu assinante"			
140-142	Interior – Correspondências	Comentário sobre o artigo publicado no n. 27. Medidas para terminar a guerra do sul, transcrita d'O Despertador	"Um seu patricio"	Questiona a capacidade do Império em se articular para atacar a República, a disposição de Rivera em anexar a Cisplatina ao Brasil e ridiculariza a aliança com a Confederação Bolívia-Peruana As comissões populares só podem ser reprimidas com medidas sábias, e não com violência. No Brasil não houve ainda um presidente de Província punido ou mesmo repreendido	"Homens obscuros transformam-se em Guilhermes Tells"	
142	Porto Alegre	Artigo copiado do Campeão da Legalidade n. 171 (3/10/1838) + comentário	Campeão da Legalidade / Comentário não é assinado	Ataca e ironiza Domingos José de Almeida e afirma que a República coage a realizar doações daqueles que não são "chegados" aos chefes da força Comentário: mão estrangeira envolta de brasileiros perversos. Explica novamente o esquema do cobre	Linguagem dos legalistas: rebeldes, farrapos Linguagem dos republicanos rio-grandenses: gente depravada, ladrões, sáfagos Devolve na mesma medida a ironia a Domingos: os grandes e honrados financeiros do Rio de Janeiro	
36 Piratini, qua. 02 jan. 1839						
143-144	Interior - Decretos	1- Cria regras (e institui penas em caso de não-cumprimento) para a exportação de gado de corte 2- Estende o prazo do indulto àqueles que jurarem fidelidade à pátria	Domingos José de Almeida	Sequestro dos bens de quem não defendia a República. Se jurasse defender a República, era obrigado a fixar residência no território		
145	Ofícios	José Gomes de Vasconcelos Jardim, por motivo de doença, não pode aceitar o cargo de Procurador Geral de Triunfo Juiz Municipal de Caçapava determina a preparação de alojamentos para a Sede do Governo	José Gomes de Vasconcelos Jardim, Domingos José de Almeida, Juiz da Paz da Vila de Caçapava			
145	Sem título	Comenta a chegada de 80 Polacos em Rio Grande	Não	Não acredita que os mesmos polacos que lutaram contra os Czares serão soldados a causa do Império Brasileiro		
146	Correspondência	Leitor pede que as mulheres da República tenham um papel mais ativo	"Um seu assinante"	As mulheres da época são culturalmente desmiguadas às frivolidades, vítimas de uma educação que as degrada (Moacyr Flores fala disso). Conclama as mulheres a cumprir um papel social mais virtuoso, fazendo fios aos	Usa figuras literárias para dizer que não espera das "Patricias" atos extraordinários; heróicos como o cutelo de Judith, o punhal de Carlotta Corday, a espada das Ferning ou os morrões das Ipsariotas	

146	Parte Oficial	Informa baixas em Camaquã	João Antonio da Silveira, Coronel	Hospitais da Republica, cozendo os fardamentos					
<b>37</b> Piratini, sab. 05 jan. 1839		Repete as duas primeiras páginas do número anterior							[Erro de tipografia?]
147-148									
149-150	Comunicado		Não	Feliz será a época em que o laço federal ligar todo o continente brasileiro Contra a apatia do Povo, que deve atentar para os atos de deus governantes. Quer a saída dos Lusitanos da cena pública. Lembra a violência na Bahia	Brasileiros Livres X Brasileiros Degenerados Tiranía, trono de ferro "Caduca Europa" "Escravos abjetos do despotismo"				
<b>38</b> Piratini, qua. 09 jan. 1839									
151	Proclamações	O governo vai remover-se para Caçapava. Agradece e louva Piratini	Bento Gonçalves	Mudança por ser um ponto mais central, esperando "fazer melhor sentir em todo vasto território da República os efeitos de sua ação"					
151-152	Interior - Ofícios	Pe. João de Santa Bárbara agradece a nomeação como Procurador Geral da Vila de Cachoeira, mas recusa a posição por estar enfermo: dor no nervo ciático, problemas hemorroidais, além de um afastamento de 5 anos do país, que compromete seu conhecimento das reais necessidades da Vila	Pe. João de Santa Bárbara / Domingos José de Almeida	A resposta do governo é que, se curado das moléstias, aceite o emprego em Caçapava					
152	Decreto	Definições de Patentes no Corpo de Guardas Nacionais de São Borja	José da Silva Brandão		Repete as duas últimas páginas do número anterior.				[Erro de tipografia?]
<b>39</b> Piratini, sab. 12 jan. 1839									
155	Decretos	Sobre pensão das viúvas e filhas dos oficiais mortos ou inválidos em combate	José da Silva Brandão	Não tinham direito à pensão mulheres divorciadas por sentença condenatória ou por má conduta (o que valia também para as orfãs)					
156	Aviso	Nomeia Cirurgião-Mór o Cidadão Joaquim dos Santos Paiva	José da Silva Brandão	Informes e definições diversas					
156-157	Expediente	Pela Repartição da Guerra e Marinha Da Secretaria da Fazenda	Não	Informes e definições diversas Informes e definições diversas, entre elas, estipula a quantia de 30 mil réis mensais ao professor público e felicita o sr. Capitão Joaquim Gomes de Araujo, por emprestar 500 pesos para o Estado, a serem pagos quando permitirem as circunstâncias do Tesouro	"Ao Comandante Geral da Polícia do Departamento de Canguçu para indagar se em poder da <i>parada</i> Viuva Dorothea existe um escravo de propriedade inimiga"				
158	Errata	Corrige erros de ortografia do n. anterior							
<b>40</b> Piratini, qua. 16 jan. 1839									
159	Decreto	Suspende pagamentos de suprimentos do exército e corta pela quinta parte os salários de todos os empregados do Estado. Decreto recrutamento obrigatório dos moços a partir dos 14 anos	José da Silva Brandão	Penúria financeira e insuficiência de soldados na República Rio-Grandense					
160-162	Exterior	Ordem do Dia + comentários	Antonio Elizario de Miranda e Brito, comentário não assinado	Apresenta argumentos para contradizer os legalistas: afirmam não terem navegado pelo rio Cai por causa do vento, mas isso não seria possível pela topografia	Remete a fatos noticiados no n. 25 O subtítulo satiriza Elizario: "herói do barro vermelho" Apresenta a ordem do dia ("sublime peça"), na íntegra, aos leitores Chama os legalistas de "realistas"				
162	Comunicado	Relaciona a Independência da América do Norte ao processo vivido no sul no século XIX	Não	"O 1776 traçava o programa dos acontecimentos do século XIX" A América Espanhola e o Brasil devem a Independência a revolução Norte-Americana, porém, pararam depois de vencida a batalha: os guerreiros prestigiosos viraram novos tiranos	Continuar-se-á				
<b>41</b> Piratini, sab. 20 jan. 1839									
163-165	Correspondência	Peça literária de autoria de um leitor, chamada <i>O Brasil em 1839</i>	"F."	Também relaciona a situação do Brasil com o movimento Americano. No Império, as vontades se dispersaram, dividindo-se em interesses e pretensões, passando a submeter-se ao jogo das facções. Coloca culpa no povo que não sabe resistir à opressão	A data do cabeçalho indica, erroneamente, 10 de janeiro Citações em francês, traduzidas em notas de pé de página indicadas por letras (a, b, c...) Escravo, no sentido da tirania Mulheres: "Pudestes iludir o belo sexo"				



165	Comunicado	Continuação do número anterior	Não	O Império está fadado ao fim	
166	Interior	Expediente da Secretaria da Fazenda	Não	Assuntos diversos. Construção de cadeia em Cachoeira	
166	Termo de Declaração	Sobre um roubo envolvendo uma escrava	Escrivão	Revela que uma preta forra tinha uma escrava	
8/02	1º Boletim	do Governo em Marcha para Caçapava	Domingos J. Almeida	Bento Manoel vence forças imperiais no Cai	
167	Ofício	Bento Manoel detalha o combate no Cai	Bento Manoel Ribeiro	Ação de caudilhos; Mensagem pedindo paciência, que com mais alguns sacrifícios a paz será atingida	
168	Ordem do dia	Agradecimento pela bem-sucedida ação	Bento Manoel Ribeiro		
<b>42 Piratini, qua. 23 jan. 1839</b>					
169-172	Correspondências	1) Continuação da peça literária de autoria de um leitor, <i>O Brasil em 1839</i> ; 2) Outro leitor, que vive retirado em um rancho, envia um texto onde simula tudo o que diria se pudesse falar a todas as Câmaras Provinciais	1) Não; 2) "L. L. L."	1) Clara influência de textos liberais; 2) Crítica o recrutamento de estrangeiros por parte do Império, chama à luta outras partes do Brasil; A República é a tábua de salvação do Brasil, garante direitos e propriedade; Referência aos galegos: "Porque razão permitis que Portugueses tirados da lama, sem educação e sem virtude, cobertos de todos os vícios e de todas as maldades, continuem a dirigir vossos negócios pátrios?" (p. 171); "estrangeiros ingratos". Relata o contejo de Pedro Chaves, enviado do Império Brasileiro, ao governo do Uruguai, para que este mande tropas para combater os republicanos (Prata)	1) (Continuar-se-há); 2) Escravidão (em relação ao Império). Escravidão → colônia; "A virtude cardeal do homem livre é a ação" (p.171); "A escravidão amortece no homem os sentimentos mais nobres da alma" (p. 171)
172	Correspondências	Extrato de uma carta particular escrita em Montevideu, em 11 de dezembro	Não	Informes diversos. Questiona o Juiz de Paz de Piratini sobre o deslocamento do escravo de um cidadão isento para a fábrica de salitre; Ordena o pagamento do salário do prof. de primeiras letras Antonio Bento, em Alegrete, e da Profa. Zeferina da Silva, em Caçapava	Linguagem bem mais direta que nos artigos
172	Interior		Não		
<b>43 Piratini, sab. 26 jan. 1839</b>					
173	Interior	Publicação de carta vinda do RJ, de 13 de outubro de 1838 + comentários	"L.L.L."	Notícia da possibilidade de endurecimento das punições ao prisioneiros republicanos no Império, além do impacto da publicação do Manifesto da República Rio-Grandense no Rio de Janeiro; Comentário: questiona onde está a revolta das demais províncias; ameaça também com o endurecimento	"Trucidaremos cruelmente bárbaros, Brasileiros que amamos" (p.173) Revela um certo distanciamento entre EUE e EUC: "[...] em nome de todo o Povo Brasileiro rogamos ao nosso Governo que imediatamente decrete: [...] Esperamos que o Governo da República tomando tudo na devida consideração e indignado como nós pelo iníquo procedimento de um Poder que acomete tudo, não será surdo à voz da razão e da humanidade. Dará, como lhe compete, prova de torte e generosos a um tempo" (p.174)
174	Interior (continuação)	"De Arroio Grande nos escrevem"; Denuncia a introdução de novos escravos em Rio Grande	Não	Condene veementemente o tráfico de escravos, afirma que o Império dá continuidade à prática e que sem negros e estrangeiros, não teria condições de lutar contra a República	"isto é o que podemos dizer ao patriota que indignado nos dirigiu as poucas linhas que transcrevemos" (p.174)
174-176	Interior (continuação)	Expediente da Secretaria da Fazenda	Não	Informes diversos. Negociante Luiz Nacimbene aparece bastante	
176	Exterior	Inglaterra, 15 de outubro. Reunião do Partido Liberal inglês	O Nacional de Montevideu	15.000 participantes na reunião	Relato com linguagem mais direta
<b>44 Piratini, qua. 30 jan. 1839</b>					
177	Interior	Desaparecimento de 3 cidadãos	Redator	O sumiço dos companheiros embasa duras críticas à letargia do Governo na punição dos inimigos	Artigo de capa, começa e termina na primeira página, dando mais peso e destaque ao texto (o nº todo está harmônico)
178	Exterior	Porto Alegre. Proclamação. Habitantes da campanha do Rio-Grande! + comentário	Antonio Elizario de Miranda e Brito (retirado do <u>Mercantili de Rio-Grande</u> )	Oferece anistia aos rio-grandenses e, ao mesmo tempo, ameaça com o exército imperial, agora amparado pelos continentalistas do Estado Oriental (relações com o Prata) Comentário: não fala da participação do Uruguai	Chama os rebeldes de "caudilhos" Chama Elizario de "herói do barro vermelho", usa a palavra "português" como xingamento Elizario se apresenta "Presidente da Província" e o jornal lembra: "de Rio Grande, Norte e Porto Alegre, somente"
179	Ainda a política do terror	Artigo contrário a aplicação das leis de guerra à rebelião e à Guarda Nacional	Aurora Fluminense	Sistema de Maquiavel ("o príncipe deve representar o papel de fera"); fanatismo político que não tolera o simples debate, tachado de "facção", política do terror	Cita um trecho do <b>O Príncipe</b>
180	Correspondência	Leitor comenta outra correspondência publicada, sobre o tráfico de escravos	"Constante leitor"	Compartilha da completa abjeção a essa prática, mas pondera não ser possível esperar mais nada do tipo de gente que povoa o Brasil	"Como esperar diferente conduta daqueles que, sem indústria, sem instrução, sem moral, manchados de todos os vícios vêm para o Brasil como nós sabemos!"

45 Piratini, sab. 02 fev. 1839					
181-182	Exterior	Rio de Janeiro - Artigo contra a crescente violência e arbítrio do trato do Império com as Províncias	Aurora Fluminense	Parece que o conflito armado tinha, a princípio, um caráter não tão violento, como se fosse uma etapa de negociação. A repressão na Bahia parece ter tomado esse quadro mais violento. Na visão dos republicanos, consequência das desordens civis	"A anarquia é hoje a Medusa, é o espantalho que o ministerialismo apresenta aos olhos do público, sempre que se reclama contra o regime praticado nas províncias" (p.182)
182-183	Correspondências	1) Leitor pede que se reproduza uma carta do deputado Ottoni publicada no <u>Parlamentar</u> 2) Resposta do redator: afirma que vai publicar a carta, apesar da linguagem, que lhe parece "em demasia exaltada e violenta" 3) Deputado também pede que a carta seja publicada 4) Relata as péssimas condições dos prisioneiros e as sentenças de morte decididas por um conselho de guerra considerado ilegal	1) Um Bahiano 2) anônimo 3) T. B. Ottoni 4) Idem	1) Falta do papel da imprensa 2) Apresenta algum critério editorial para a linguagem empregada no jornal, além de refutar algumas das idéias presentes na carta 4) Dificuldade de expressão através dos jornais na Bahia	
184	Interior	Artigo relata o "olima" no RJ, afirmando que o país parece caminhar para o fim do sistema representativo	Não	O 7 de abril de 1831 foi a purificação do 12 de novembro de 1823	
184	Ofício	Ao Sr. Manoel Madruga de Bittencourt, Chefe de Polícia de Jaguarão, solicitando todos os esforços para solucionar o sumiço do coletor de Herval	Domingos José de Almeida	Talvez respondendo ao artigo que condenou sua letargia (n.44) no caso do desaparecimento do Sr. Vasco Amaro da Silveira, o Governo determina a ação de todos os recursos possíveis para vingar a morte do Cidadão	
184	Anúncios	Informações variadas	Não	O redator continua indignado com o caso do desaparecimento, lamentando a "frouxidão" das autoridades locais do departamento onde o caso aconteceu e pede ao governo graves medidas, em nome do sossego público	Interrupção da publicação do jornal devido à mudança para Caçapava; Assinaturas do jornal
5/02	Decreto	Endurece o tratamento, punindo com a morte, oficiais legalistas que já haviam sido presos e anistados que voltem a guerrear contra a causa da Legalidade	José da Silva Brandão e Domingos José de Almeida	Dá ênfase ao cumprimento, por parte do governo da República, ao Direito das Gentes e ao Direito de Guerra universalmente reconhecido	
46 Caçapava, qua. 06 mar. 1839					
187	Sem título	Texto que introduz a nova fase do jornal, agora em Caçapava	Não	Pede desculpas aos assinantes pela demora na volta da publicação do jornal; anuncia a distribuição de uma errata, por causa de muitos erros que ocorreram [será aquele caso das páginas trocadas em 2 números?]	Jornal volta a ser publicado, depois de um mês Adiciona ao cabeçalho "Liberdade, Igualdade, Humanidade" Estabelece que "de hoje em diante os artigos pertencentes à redação irão encabeçados com o título do mesmo Jornal" (p.187)
187	Partes Oficiais	Domingos José de Almeida agradece à Câmara de Piratini e esta retorna	Domingos José de Almeida / Câmara de Piratini	Receio de que Piratini seja atacada na ausência da sede do governo	
188	Proclamação	Conclama as famílias a proteger a cidade	Não	Afirma que foi planejada, mas que provavelmente o Império vai propagandear que a mudança foi uma fuga	Mostra muitos elementos do cotidiano: O presidente fez uma entrada solene na Vila, música na praça, iluminação, foguetes. No outro dia, Sessão Extraordinária da Câmara, Missa. Chama para a leitura do juramento de fidelidade ao governo no próximo número
188	Interior	Texto sobre a mudança de Capital	Não	Justifica pela posição central, mais segura, que possibilitará uma ação mais efetiva do governo	
189	Alocução	Fala do Presidente da Câmara de Caçapava			
189-190	O Povo	Notícia de que o Império haveria matado 7 e aprisionado 2 rebeldes em Pelotas + comentário	<u>Mercantili de Rio Grande</u>	O comentário conta a mesma história, mas com atenuantes para os fatos: o tal capitão não estava lá atrás dos rebeldes, e sim de uma denúncia de mulher infame; os cavalos eram de vizinhos, não dos soldados	"Negro escravo de Juca Neves" Verdade → liberdade X Mentira → escravos
190	Notícia	Lanchões da República apresam embarcações de Rio Grande	Não	O iate e uma canoa foram a pique, pois estavam muito podres; a carga (panos, ferros, correntes) foram levados a um porto seguro e a tripulação, 4 negros e um alemão, incorporados a marinha	
47 Caçapava, sab. 09 mar. 1839					
191	Partes Oficiais	Sessão Extraordinária, oficial da	Veredores de	A maior razão para o Rio Grande tomar armas foi a	Cita a alocução e, em nota de rodapé, indica a leitura no número

				reconhecimento da independência da República Rio-Grandense Depois de longa e veemente digressão sobre a brutalidade do Império, decreta:	Caçapava Bento Gonçalves da Silva	defesa de seus direitos sagrados, dada a crueldade do tratamento dispensado pelo Império à então Província ficando confinados; a cada prisioneiro rio-grandense executado pelos legalistas, outro legalista é executado na República; oficiais inferiores e soldados estão excluídos, porque são forçados ao serviço; bandidos e mercenários devem ser executados imediatamente	46	Referências: Império: governo Maquiavélico: crueldade de Calígula e Nero; Revolução Francesa: sanculotismo, Robespierre, Marat	
				Império executa pelo menos 4 farrapos que estavam prisioneiros	Não	"A guerra de extermínio principiou" Relações no Prata: "Certamente ordem vossa: no território da República Oriental formou-se uma associação cuja meta é sustentar, pagar e dirigir uma quadrilha de Salteadores incumbida de hostilizar-nos cometendo toda espécie de crimes" (p. 194)		Maquiavel aparece de novo, sempre com conotação negativa	
				Convoca uma reunião do Conselho de Patriotas, que reúne os Procuradores Gerais dos municípios	Domingos José de Almeida				
<b>48 Caçapava, qua. 13 mar. 1839</b>									
				Informa que o Ministro dos Negócios da Guerra, José da Silva Brandão, assume interinamente o Ministério da Justiça	Bento Gonçalves / José da Silva Brandão	Publica novamente o decreto que ordena a execução imediata que qualquer prisioneiro reincidente das fileiras legalistas / Relações no Prata: designa um enviado diplomático ao Paraguai			
				Ordena às instâncias judiciais que investiguem um grupo de saqueadores	José da Silva Brandão				
				Assuntos diversos	Não				
				Reproduz e comenta trecho do <u>Campeão</u> . O Povo é proibido de circular em São José do Norte, Porto Alegre e Rio Grande	A.M.C. da C., dedicado a Domingos José de Almeida	Ironiza a censura, considerando-a até mesmo positiva Refere como triste evento a coroação de Napoleão Calar a imprensa apressa a queda dos regimes tirânicos		"honra do anátema" "os escravos não devem raciocinar" Ilustração e luzes X ignorância e escuridão	
								Refere-se ao Império como "caramuru"	
								Preenche o fim da página	
<b>49 Caçapava, sab. 16 mar. 1839</b>									
				Define postos no Exército	José da S. Brandão				
				Oferece garantias e regalias aos oficiais e soldados das fileiras republicanas	José da S. Brandão	Promessas para depois que todas as forças imperiais forem expulsas do território republicano			
				Obriga todos os cidadãos e súditos a usar o Laço da Nação em seus chapéus, sob pena de multa e prisão	José da S. Brandão	Excetua os escravos dessa obrigatoriedade Xenofobia: prevê penas mais duras aos nascidos em Portugal, a reincidência configura renúncia do "Pacto Social" e gera pena de expulsão		[súditos" na República?]	
				Edital sobre o sorteio dos conhecimentos a serem pagos pela troca do cobre	Domingos José de Almeida				
				Denuncia a prática de troca de funcionários públicos sempre que eles manifestam qualquer opinião contrária ao Império	Não	Denuncia os desmandos do Império também no Ceará		Império → Tigres Maquiavelismo, novamente com sentido pejorativo Citação de Voltaire (Mahomet): "Os Infernos e os Céus vereis unidos, / antes que nos liguem esses taços"	
				(por despedida)	J. G. L. F.				
<b>50 Caçapava, qua. 20 mar. 1839</b>									
				Promove João José Damasceno a Coronel	José da S. Brandão				
				Disposições gerais sobre o Almoxafado do Arsenal de Guerra, dada a extinção da Repartição do Comissariado Geral do Exército	José da S. Brandão	Questões práticas da divisão de farinha, carne, fumo, velas; criação de Depósitos. Solicita a participação de peões e capatazes para trabalhar nos depósitos (para não desfalar as fileiras do exército)			
					"O Apologista do Sr. Elizeário"	Justiça como a primeira das virtudes sociais Ironiza Elizeário, dizendo que ele presta grandes favores à República ao perder embates e deixar para trás armamentos, fardas e outros materiais escassos nas		Cita Camões Ironia	

					fileiras republicanas. A convivência de Elizeário denunciaria um peito republicano	
206	Notícia	Confrontos com Bugreiro, este acaba assassinado	Lages declara sua independência e a federação à República Rio Grandense	Não	Chará vieram de Corrientes de onde os emigrados ali existentes, bem como os do Estado Oriental, mais uma vez são dirigidos a talar nosso território: a paciência e as considerações internacionais também se esgotam!	Pormenores dos acontecimentos no próximo número
206	Anúncio	Algo como um informe legal		Não	"José Ferreira Gomes filho declara que de hoje em diante se assinará José Ferreira Gomes Roque"	
<b>51</b> Caçapava, sab. 23 mar. 1839						
207	Proclamação	Do Presidente da República Rio-Grandense aos habitantes de Lages		Bento Gonçalves da Silva	Caracteriza o Império como atolado em dívidas, devorado pelas facções e corrupção. Cita a privilegiada posição geográfica da cidade e o caráter dos habitantes	Felicita os lageanos e pinta um quadro de que as rebeliões teriam condições de se espalhar pelo Brasil
207	Decretos	Define como é o Tope Nacional		José Gomes de Vasconcellos Jardim e Domingos José de Almeida		Definição de um símbolo da República
208		Taxação da erva-mate nacional		Domingos e Bento		
208		Passa a ser franco o comércio com Porto Alegre		Domingos José de Almeida	As armas rio-grandenses são empunhadas apenas contra o tirânico governo do Brasil, e não aos irmãos ("que, apesar de desvairados [a Republica] quer abraçar") (p.208)	
208-210	Uma palavra aos ouvidos dos Redatores do Sete de Abril	Transcreve trecho do Sete de Abril e comenta		Jornal Sete de Abril, o comentário não é assinado	Não-reconhecimento da república por parte dos imperiais, considerando-a provida de recursos, "apenas" um legislativo à parte; procura ridicularizá-la; afirma poder oferecer perdão aos rebeldes, mas nunca reconhecer atos da "Republica". Império usa "Caudilhos" e "rebeldes" Dificuldades financeiras da república Troca de acusações de roubo Desqualificação da fonte dos imperiais (não mostra a carta original)	O jornal do Império havia transcrito uma carta de José de Paiva Magalhães Calvet, o <i>Pernilongo</i> , militar e jornalista, redator do <i>Recopilador Liberal</i> ao lado de Tito Livio Zambecari. A carta não aparece, essa informação é indicada por nota de rodapé. Imperiais o chamam de <i>caudilho</i> , palavra que os republicanos dizem não aparecer no dicionário de sua língua (também em nota de rodapé). Ao que parece, a carta devia falar de dificuldades financeiras, já que afirmam que a "Provincia de Rio Grande não tem meios de figurar entre as Nações Livres e Independentes. Nada menos que um poder Legislativo à parte". Usa a palavra "rebeldes". Faz trocadilho na expressão Republica de "Pilha-tinim" (Piratini), sugerindo que a roubaheira é a base da República. No comentário, lembra que Calvet foi preso no Fanta, junto com Bento e que ainda se encontra no Rio de Janeiro e que "nenhuma influência teve ou tem tido desde então para cá em nossos negócios", desqualificando a fonte dos imperiais. Nesse sentido, afirma também que os imperiais "não deveriam atribuir nem à República nem aos seus chefes o pensamento de um jovem, posto que talentoso, tanto porque lhe falta a experiência, quando doutrina está tão longe de entender e de falar da política que nos é própria". Sobre a dificuldade de recursos, afirma que a pobreza nada tem a ver com independência e liberdade. Esse pensamento derivaria da prepotência dos imperiais. Sobre o trocadilho "Pilha-tinim", argumenta: "Que quer dizer Pilha-tinim na vossa fraseologia galata? Ladroeira? Não é isto!", defende a apropriação de bens dos inimigos em solo republicano, cita a aliança do Império com Saqueadores vindos do Estado Oriental. A linguagem pesa: "miseráveis", "desgraçados", "ignorantes". Cita um trecho da obra <i>Cassandra</i> (profetisa que, por uma maldição de Apolo, é sempre desacreditada, mas prevê a guerra de Tróia)
210	Ofício	Assuntos diversos		Joaquim Mariano Aranha	Importância de defender Lages, por sua posição geográfica	
210	Máximas de Confúcio	Pequenos trechos morais		Não	Filósofo: razão, verdade e justiça. Caridade	
210	Anúncio			Não		Repete o anúncio do número anterior
<b>52</b> Caçapava, qua. 27 mar. 1839						
211	Correspondências	O Correio Mercantil da Bahia havia publicado artigo afirmando que o Sr. Manoel Gomes Pereira havia roubado os cofres da Bahia e fugido para a		Manoel Gomes Pereira	Desdobramentos dos confrontos na Bahia. Para defender-se, desqualifica o redator e o Império, além de detalhar todos os gastos que teve na viagem da Bahia a Montevidéu	Cita "um gênio da literatura francesa", Jean Racine Insulta o jornalista do <i>Correio Mercantil</i> da Bahia: "infame <i>Periodiqueiro da Bahia</i> ", usa também "galegalidade", "galegos", "canalha portuguesa", "hidrofóbicos sanguessugas"

				República Rio-Grandense Carta que critica uma carta de Ulhôa Cintra publicada pelo <u>Campeão da Legalidade</u> , de Porto Alegre	"O inimigo de todos os pedantes do Universo que querem passar por Sábios"		
			Ofícios	Coletor assassinado. Chefe de polícia pede a deportação dos inimigos da causa	Manoel Madruga, Chefe Geral de Polícia		
				Juiz de paz diz não ter responsabilidade pela segurança do coletor assassinado	José Amaro da Silveira		
			Errata	Corrige um erro crasso na ed. anterior	Não		Na caracterização do tope nacional, afirma o botão central de outro é sem nenhum <i>valor</i> , mas o correto seria <i>lavor</i>
<b>53</b> Caçapava, sab. 30 mar. 1839							
			215	Partes Oficiais			Necessidade de melhorar a eficácia da comunicação do governo com os diversos pontos do Estado
			216	Paradeiros	Define o caminho das correspondências que saem da capital para diferentes pontos: Bagé, Piratini, Cachoeira, São Gabriel.		
			216-218	Requerimento	Cidadão questiona o uso do Laço por brasileiros	Joaquim Cândido Pinto do Castro / Domingos José de Almeida	Se não usar o tope, comete crime na República; utilizando-o, pode perder os direitos políticos como Brasileiro. A resposta da República é que, por decreto anterior ao do uso do laço, o cidadão teve prazo para apresentar-se como estrangeiro e que, findo este prazo, aderiu à causa republicana. Sabidamente não-simpatizante da República, o presidente dá um prazo de 48 horas para sua saída da capital e 20 dias do Estado
			218	Ofício	Informa que foram encontrados na fazenda do Baú vestígios do desaparecido Vasco Amaro da Silveira e o corpo do estrangeiro José Zerbony	João Amaro da Silveira, juiz de paz	Descreve as roupas e marcas no corpo
<b>54</b> Caçapava, qua. 3 abril. 1839							
			219-220	Proclamações	O General Presidente da República Rio-Grandense ao Povo de Lages	Bento Gonçalves da Silva	Afirma que a República Rio-Grandense está disposta a devolver os juramentos de Lages se a província de Santa Catarina proclamar a República
					Do capitão Antonio Ignácio de Oliveira Filho ao Povo de Lages	Antonio Ignácio de Oliveira Filho	O governo bom é sábio e paternal. Para participar da Nação Livre, deve abraçar as instituições e autoridades que zelam pela Lei, pelos Direitos do Cidadão, seus foros e propriedades
					Discurso recitado no dia 10/03/1839 pelo Cidadão Generoso Pereira do Anjos, Juiz de Paz de Lages		"Facciosos" "Guerra Fratricida"
			220	Ofícios	Atuação de grupos de saqueadores		Os ofícios passam informações
			221	Alta	Reunião dos membros do Tesouro Nacional e Caixa de Amortização: definem a queima de conhecimentos	Antonio Belarmino Ribeiro	
			222	Lista Numérica	Dos conhecimentos sorteados		Formato de Tabela
<b>55</b> Caçapava, sab. 6 abril. 1839							
			223	Decretos	Promove Joaquim Mariano Aranha a Tenente-coronel	José da Silva Brandão	
					Promove Antonio Ignácio de Oliveira a Tenente-Coronel da Guarda Nacional	José da Silva Brandão	
					Criação de um Corpo de Cavalaria para a proteção de Lages. Levantamento e alistamento da população	José da Silva Brandão / Bento	
				Relação	De oficiais promovidos e destacados ao 1º corpo de cavalaria de Lages	José da Silva Brandão	
				Ofícios	Informações variadas. Presença de tropas próximas a S.José do Norte,		

			começam os processos para Lages realizar o troco do cobre			Importância de se incorporar o território fisicamente, administrativamente, moralmente, institucionalmente, legalmente		Divisão de Lages em Distritos, definição de Juizes de Paz, de Orfãos, de Promotores, do Procurador Geral, de Mestres de Primeiras Letras; Vereadores de Lages pronunciam o juramento.
			Sr. Laurentino José da Costa é nomeado Coletor de Lages; providências para implantação do Correio					
<b>56</b> Caçapava, qua. 10 abril. 1839								
227-233	Sem título		Como epígrafe: "Extratos do <u>Cidadão</u> , <u>Parlamentar</u> , Sete de Abril, <u>Jornal do Comércio</u> e outras folhas, ou ministeriais, ou da oposição do Império"	Jornais citados	As transcrições versam sobre a situação financeira do Brasil; crítica: o ministério só trata de assuntos de "conveniência imediata"; incapacidade de Elizeário (nada faz pela concórdia dos partidos) Pará: extinção dos indigenas: Bahia: mais rigor na punição aos negros; Elizeário ("crassa ignorância") parece querer apenas procrastinar a luta? O <u>Cidadão</u> pergunta se o Império poderá se manter se não mudar o pensamento com que governa as províncias; a mesma pergunta se faz a Elizeário, sua política diminui a intriga, ou a exacerbta, com "seus desacertos, perseguições e violências"? O cunho do cobre fez sumir os metais mais valiosos da circulação; inflação; cancelamento de sessões na câmara por falta de quorum; Calmon faz novos empréstimos sem explicar detalhes.	"O crédito nacional está aniquilado", "bancarrola", política de "sangue e terror escudada em tribunais excepcionais" Não poupa adjetivos, especialmente ao Ministro da Fazenda Manoel Calmon (responsável pelo cunho do cobre) e ao Ministro da Justiça Bernardo Pereira de Vasconcelos: "sem-vergonha", "patife", "vil", "mentiroso", "larápio"; Vasconcelos "vende" a idéia de um "ministério solidário" para resolver os problemas do país Edição com 8 páginas + suplemento de 2; usa notas de rodapé para explicar quem os trechos referem, dados os apelidos jocosos e as ironias; Governo em que "o terror é o principal jeito de administrar" (p. 233); "O objeto que mais ocupa hoje a opinião pública é o estado de nossas finanças" (p. 233);		
233-234	REFLEXÕES do Redator			Redator	A seleção dos trechos mostra que muitas vezes os jornais legalistas compartilham opiniões com os periódicos ministeriais, representantes do Império		"Sobrados Dados terão os nossos Leitores ainda os menos refletidos para formarem a sua Opinião sobre as circunstâncias Políticas, e estado atual do moribundo Império do Brasil" Leitor imparcial; traz a edição de diferentes fontes; "caramuru", "sevandijas"	
234	Anúncios		Doação de reses de corte e de dinheiro para a causa da Independência; taxas sobre o gado e couro que vai para Montevideú	Não			Os que ajudam a República são chamados de "patricotas"	
235-236	Suplemento d'O Povo nº 56		Especulações sobre os objetivos da visita do Sr. Sebastião do Rego Barros, Ministro da Guerra, a Rio-Grande, trecho do jornal <u>O Cidadão</u> + comentário	Do jornal <u>O Cidadão</u>	É o Governo do Brasil que não quer acabar com a guerra, "para ter à sua disposição tanto dinheiro, tanto arbitrio, tanta força" (p.235); desqualifica de todas as formas o Ministro, chamando-o de "ignorante", "embrutecido", "incapaz dos menores trabalhos"; "tolo" e "asno"; o texto, agressivo e irônico, acaba por concluir que o Ministro vem porque é burro, já que não teria mais nada o que fazer em Rio Grande; Na idéia que defende <u>O Povo</u> , não há como estabelecer a paz com o Império sem que ele renuncie aos seus princípios políticos	Os xingamentos mais comuns são aqueles que desqualificam as capacidades intelectuais e administrativas dos representantes do Império; o texto d' <u>O Cidadão</u> levantara a hipótese de que o ministro iria conversar com os rebeldes, o que o comentário d' <u>O Povo</u> ratifica ("scilicet Republicanos Rio-Grandenses")		
236	Memorando		Denuncia os gastos da regência de Pedro de Araújo Lima, a violência na Bahia e no Pará, além da ineficiência no caso do RS;	Trecho do jornal <u>O Cidadão</u>			Ironiza: "viva, viva o gabinete de 19 de setembro", fazendo referência à renúncia de Feijó	
<b>57</b> Caçapava, sab. 13 abril. 1839								
237	Sem título		Trecho d' <u>O Cidadão</u> , sustentando que a anarquia no Sul só continua porque o governo é corrupto.	Trecho d' <u>O Cidadão</u>	Farrapos pegam carona na rixa dos moderados com os caramurus para engrossar seus argumentos, como mostram os trechos retratados d' <u>O Cidadão</u> .		Refere-se à República Rio-Grandense como "anarquia"	
238	Sem título		Texto anedótico sobre a vinda do Ministro da Guerra a Rio Grande	Sem fonte e sem assinatura	Fazendo um trocadilho entre o nome do Ministro (Sebastião do Rego Barros) e a batalha do Barro Vermelho (vencida pelos farrapos), comenta uma suposta afirmação feita por Vasconcelos ao ouvido do ministro		"Lembra-te, homem, que és Barro, que Barro tem sido sempre, que Barro vás para Rio Grande, e que em Barro de lá há de voltar"	
238	Sem título		Notícia da prisão de Sebastião Pereira Pinto, comandante perdedor da batalha de Rio Pardo, que responderá a Conselho de Guerra	Do <u>Jornal do Comércio</u>				
238	Sem título		Comenta e ironiza a prisão referida no texto anterior	Sem assinatura	Ironiza que Sebastião não deveria ir ao Conselho de Guerra, tão hábil foi sua escapada em Rio Pardo; desdenha do efetivo de 400 homens enviados pelo Império		"Galegalidade", "Governo Sevandija"	
239	Ofício		Pede instruções para a guarda de	De José da Silva				

			Lages	Brandão a Antonio Netto e Bento Manoel Ribeiro			
239-240	Correspondência		Texto dirige-se aos que empunham armas pelo Império	Assina o "Republicano Rio-Grandense"	Mostra conhecimento da situação internacional, citando o exemplo do florescimento de Roma, Veneza, Gênova, Holanda, Suíça, América do Norte; Chama a participação das mulheres no convencimento de seus maridos: "vossas palavras são encantadoras, têm mais força do que as minhas, e todo o poder no coração de vossos esposos, inspirai-lhes os mais nobres sentimentos na defesa da Pátria"; Lembra os horrores no Pará e na Bahia	"Republicano Rio-Grandense" parece ser a forma mais lisonjeira (não gostam de "rebeldes" nem de "farrapos") Cita os jornais da época para embasar sua argumentação de que o Império "obra contra a liberdade dos Brasileiros em geral" "despotismo", "tirano", "monstro indomável", "inimigo da honra, da justiça e da humanidade"; noção de família entre os Rio-Grandenses e os Brasileiros (chamam de "patricios") Atenas X Xerxes;	
240			"Extrato de uma carta vinda de Cachoeira a um cidadão desta Capital"	Não	Relata os festejos pelo juramento de adesão à República na cidade de Cachoeira: missa, baile, banda de música, hino, vivas	"Galegada"	
240	Erratas		Do Suplemento d'O Povo n. 56	Não	Erros de composição	É comum o erro entre palavras parecidas, na forma ou no sentido, por exemplo, "acusada" no lugar de "ameaçada"	
<b>58</b> Caçapava, qua. 17 abril. 1839							
241	Proclamação		O General Presidente da República a todos os Cidadãos Rio-Grandenses existentes no Território dos Estados Limitrofes	Bento Gonçalves da Silva	Bento reiteradas vezes afirma que a redenção está próxima, que a guerra está perto do fim; os imperiais se escondem nas três cidades que resistem à República por medo; convida ao alistamento, condenando a apatia e a hesitação daqueles que não se dispõem a lutar; afirma a cooptação pelo Império de bandos de saqueadores refugiados no Estado Oriental	Tirano, Império Fantasma, escravidão, "escravatura imperialista"	
242	Decreto		Sobre o serviço militar e pagamento de cota monetária à República	Assina Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida	Decretada a pena de perda da cidadania, multa sobre bens e até mesmo o sequestro e perda de direito sobre bens, heranças, etc. aos rio-grandenses que negarem pagar a cota monetária para a manutenção da Pátria ou se deslocaram para países vizinhos para não cumprir o dever militar		
242-243	Sem título		Artigo extraído do Jornal do Comércio n. 53, de 5 de março + comentário	Jornal do Comércio	Indica agitações no Maranhão (lideradas por Raimundo Gomes, da Balaiada); no comentário, o redator d'O Povo ressaltava que estão enganados os legalistas que apostam na paz pela submissão das províncias		
243	Sem título		Extrato do Relatório do Presidente de Sergipe + comentário	Jornal do Comércio	Expõe o estado deplorável das finanças de Sergipe, reclama da incompetência e má fé dos funcionários públicos; o comentário diz que os funcionários das províncias seguem o exemplo dos membros do Império		
243-244	Noticias provinciais		Extrato d'O Despertador, que extraiu do Correio Brasiliense da Bahia + comentário	O Despertador, n. 283 Comentário assinado por "Cassandra"	Um juiz de paz da Bahia reclama da falta de punição dos rebeldes da Sabinada (1), situação que o faz crer que a opinião pública é a favor do movimento; A interpretação d'O Povo é que as autoridades não vêem que "o Brasil todo quer a separação absoluta do aviltado Centro Administrativo que tão brutal e indignamente o tem dirigido" (p. 244)	Contradição: as penas aos revoltosos na Bahia não vinham sendo duríssimas?	
244	Pensamentos		Pequenos textos morais	Não	Vício e paixões X Razão, virtude, felicidade		
<b>59</b> Caçapava, sab. 20 abril. 1839							
245	Interior		Informa o roubo de uma carteiha em 9 de abril, levando junto papéis do General Bento Gonçalves	Não	Insinua que há entre os papéis uma carta que certamente não interessará aos Legalistas publicarem	Informa os leitores da possível transcrição, à maneira do Império, da correspondência apreendida; Elizeário: Herói do Barro Vermelho; "galegada", "capadóciós"	
245	Brasil Noticias Provinciais		Maranhão, 12 de janeiro + comentário	Extrato do Despertador n. 279	Movimentação de Raimundo Gomes no Maranhão, na visão de legalistas; Comentário: Brasileiros devem romper a letargia e o silêncio	"Rebeldes"; "caudilho", "sediciosos", "revoltosos" No comentário: "Governicho do Rio", escravidão, "Reinado do Terror dos Robespierres e Marats do Rio de Janeiro"	
246			Noticias de Sergipe + comentário	Extrato do Despertador n. 279	Novo presidente toma posse em Sergipe e parece ser mais ponderado e sensível à situação da província; porém, pouco pode fazer, porque não há dinheiro Comentário: chega a ser irritante, se todos reclamam que não têm dinheiro, porque esperar para se revoltar; os brasileiros não devem hesitar		
246-247	Provincia de Minas Gerais		Trecho do Sete de Abril fala sobre rumores de revolta em São Paulo e no	Sete de Abril	Comentário d'O Povo: a revolta no RS é plenamente justificada, até mesmo pelos jornais dos inimigos	"já não são apenas os farrouplhas do Rio Grande os que querem a Independência [...]" (p. 247), dá a entender que o termo	

									farroupilhas não é utilizado apenas para os rebeldes do Sul
247-248	Decreto	Ceará	Aprva pedidos de demissão de oficiais e promove outros	Bento Gonçalves e José da Silva Brandão	Ação de bandos de saqueadores era bastante comum	Insegurança			Usa nota de rodapé para fazer o seguinte comentário sobre o nome do ladrão Dedeco: "Faz-se notável este nome pela sua derivação do nome (ilegível); dedecus, dedecoris, que quer dizer desonra. Só o nome deste malvado é uma grande injúria! Que diabólica inspiração do futuro tiveram os pais ou padrinhos que tal nome lhe puseram! Sabiam desde aquela hora que a tal criança estava predestinada para assassino e ladrão?"
248	Notícia		Confronto e derrota do grupo de Ladrões Venceslau e Dedeco	A fonte da informação é um aviso do Capitão Vasco Marques					
<b>60</b> Caçapava, qua. 24 abril. 1839									
249	Interior		Continua a lista dos oficiais promovidos do nº anterior	José da Silva Brandão					
249-250	Partes Oficiais		Congratulação pela conquista de Lages. informe de batalha bem sucedida nesse mesmo local	Diversos oficiais	Defesa de Lages				Nota de rodapé sobre a possibilidade do Capitão Cândido, do Império, estar morto: "A diferença não era grande, se não morreu, vai morrendo aos pedaços"
250	Exterior / Brasil		Notícias Provinciais + comentário O trecho transcrito dá conta que um comando de Elzeário poderia ter aniquilado toda uma força imperial enviada à República Rio Grandense, se não fosse evitado a tempo	Do <u>Sete de Abril</u>	O jornal conservador critica o presidente da Província por não ter espíões na República				Comentário d'O Povo: classifica o movimento de Elzeário como Quixotesco, parece irmão ou compadre do Cavaleiro da Mancha Elzeário: "Barro Herói" ou "Herói do Barro" Ironiza a situação, classificando a ação do presidente como "atrevida", "arrojada" e "sublime"
250-251	Ordem do dia Elizariata			Não	Simularam os movimentos das tropas de Elzeário para satirizá-las				
251-252	Decreto		Reorganização dos batalhões de Caçadores da 1ª linha do Exército; promoção de cirurgiões	José da Silva Brandão / Bento Gonçalves da Silva					
252	Anúncios				Missa comemorativa da vitória em Rio Pardo				
253-254	2º Boleim em Caçapava		Ofício de Garibaldi, sobre confronto com os Imperiais	José Garibaldi	O cidadão João Alves de Castro oferece recompensa pelo "escravo crioulo de nome Leandro", desaparecido Com apenas 11 homens, relata ter enfrentado mais de 100 homens, sob o comando de Francisco Pedro Moringue; 6 feridos e um morto entre os republicanos				"horda de escravos", "um livre para doze cativos."
			Ofício de Joaquim dos Santos Prado Lima, da Polícia de Alegrete		Tensão na fronteira com o Uruguay, evitar a passagem de bandos				
			Ofício do Cel. Domingos Crescêncio de Carvalho		Deserção e incorporação nas fileiras republicanas de 16 soldados imperiais, relatam não pagamento do soldo				
<b>61</b> Caçapava, sab. 24 abril. 1839									
255	Decreto				Definem demissão e promoção nos quadros do exército, além de destinar verba e definir o tratamento dispensado ao Vigário Apostólico do Estado				O Povo lembra aos Leitores que são os próprios legalistas, em seus jornais, que divulgam as mazelas do Império
256	Exterior / Brasil			D'O Cidadão, n.33	Artigo contra a incerteza das instituições no governo do Brasil				"Patriotas do Rio Grande, aqui tendes um ministro do Império negociando em Carne Humana, mas sem o risco e trabalho de ir mandar comprar escravos à Costa da África, porque acha mais fácil e comezinho roubá-los aos navios apresados para depois vendê-los" (p.257)
257	Sem título		Denuncia roubo e tráfico de escravos africanos apreendidos no Brigue <i>Brilhante</i> envolvendo o altíssimo escalão do Império (Ministros Vasconcellos, Calmon)	Não	O tráfico ainda acontece, apesar da condenação moral e por lei				"Santa causa galega imperial do Brasil" Afirma que "D. Pedro Malazarte é seu mui digno amo e senhor" Sugere que o senador tenha tido um caso com a Marquesa de Santos
258	Mal Hajam os Pinheiros!		Satiriza e desmoraliza um senhor de nome S. Leopoldo, que posicionou-se contra a anistia	Não	Fica clara a questão de honra na revolta dos rio-grandenses: "Que faria o Rio Grande que tanto pão tem dado a comer a aquele miserável, para que sempre tanto mal lhe tenha querido?"				
258	Pensamentos		Pequenos textos morais	Não	So pelo exercício das virtudes domésticas é que o Cidadão se forma para as virtudes públicas				
	Anúncio		Convite para uma missa comemorativa ao êxito na batalha de Rio Pardo	Não	Religiosidade, necessidade de marcar as datas, trabalhando a identidade rio-grandense				
258	Quadro comparativo		Compara o câmbio do Brasil e o da República Rio-Grandense, que se mostra muito mais equilibrado	Não					Jocosidade: "o Grande, Poderoso, Magnífico, Especulontrífico, Terrífico, Papelonífico, Sancho Pançífico Império do Brasil" Virulência: "Impostores da Galegalidade", "Canalha Calmônica", "Pedantes", "Ladroeira"



62 Caçapava, qua. 01 maio 1839									
259	Decretos	Legação Rio-Grandense cria cargo de embaixador no Paraguai	Bento Gonçalves / José da S. Brandão	Importância do reconhecimento como nação independente por nações estrangeiras					
260		Promoções no Exército	José da S. Brandão	Continuidade na política econômica					
260	Exterior / Brasil	Conta muitos horrores e arbitrios cometidos na Bahia pelos legalistas + comentário	Extrato do Filho do Sete de Abril	Não seria a publicação desses horrores também uma forma de vencer os rio-grandenses a pegar em armas através do terror? "Vejam os Republicanos Rio-Grandenses até que extremo de seivicia chegou a perseguição e o ódio encarnação dos Galegos da Bahia" (p. 261)				Menciona "galegos"	
261	Anuncio	Divulgação de uma novela, escrita pelo Sr. Maciel Monteiro	Não	Prática da leitura				"Todo pai de família que quiser constituir sua casa e parentes em objetos românticos procure ao Sr. Maciel Monteiro, que lhe apresentará uma bela prova de seu talento na <i>Margarida</i> , novela de sua composição"	
261	Raio emprestado	Denuncia fraudes na troca de cobre, tráfico de pau-brasil, empréstimos (Sem título) Nomeação do Gen. Lacerda Werneck para Ministro da Guerra da província do Rio Grande do Sul	Não	Monopólio da venda de pau-brasil em Londres				O texto ironiza a troca, dizendo que a estratégia do novo ministro parece ser fazer "proclamações bastante enérgicas" e "vivas por minutos"	
261	Variédades		Não						
261	Sem título	Crítica ao governo pela difamação de cidadãos	Não	Virulência na imprensa e nos falatórios, importância do reconhecimento de um nome como honrado					
262	Cartas do Herói do Barro Vermelho interceptadas pela Polícia Rio-Grandense	Cartas de Elizário a Luiz Pereira Leal e Nicolau Penha	Elizeario é o autor das cartas, os comentários não são assinados	A interceptação de cartas funcionava como um recurso de espionagem, de "escuta"; os comentários nas notas afirmam que as correspondências são provas de espionagem; Luiz Pereira Leal seria a mesma pessoa que Luiz Carolina, ladrão e falsificador; Aponta a existência de uma mulher espia.				Nota de rodapé para explicar quem são os personagens da carta de Elizeario	
63 Caçapava, sab. 04 maio 1839									
263-265	Interior	Relata as comemorações do 30 de abril, em Caçapava		Iluminar os edifícios era um dos elementos mais importantes das comemorações; relata a participação do maestro Joaquim José de Mendanha, autor da música do Hino Farrouplilha; os festejos incluíram missa, jantar, baile				"Levavam as senhoras ao peito o Laço da Nação, e os homens um raminho de erva mate atado com fitas das cores nacionais	
264	Soneto	Recitado na sala do baile no glorioso dia 30 de abril	Não					Tiranía / monstro / escravidão	
264	Hino Nacional	Cantado na abertura do Baile	Não	Muito diferente do hino conhecido hoje					
265-266	Sem título	Extrato de uma carta interceptada de Felipe Neri a Manoel Veloso, datada de 12 de dezembro de 1838						Os comentários do redator são inseridos através de notas de rodapé; faz questão de esclarecer, logo no começo, que a carta não foi interceptada utilizando o expediente de ministrar ópio ao portador; critica a linguagem escrita do emiteinte,	
266	Ata	Informa o resgate e queima de conhecimentos	Antonio Belarmino Ribeiro						
266	Pensamento		Não	Importância de fazer Leis fortes, universais, e não lavadas pelas paixões e pelos abusos dos recursos e sutilezas da justiça					
267	3º Boletim em Caçapava	Relato de confronto em São Borja e na costa do Jui	Não						
	Ordem do dia	Combate na margem esquerda do Camaquã bem-sucedido para os farrapos	José Garibaldi	Os feitos de Garibaldi sempre são exorbitantes; Consciência histórica: "a história contará com ufania"				11 mancebos livres vencem 150 veteranos escravos	
268	Sem título	Confronto nas margens do Piratini	Não					"Um Sargento dos primeiros passados unido a 5 Cidadãos Republicanos bateu e dispersou uma partida de 17 escravos"	
64 Caçapava, qua. 09 maio 1839									
269	Exterior / Brasil	Notícias provinciais (Bahia)	O Parlamentar	"As revoluções, ou sedições, e em geral todas as comocões publicas são verdadeiras enfermidades do corpo social. O fim do médico político, ou do homem de estado, encarregado de curar tais enfermidades, é restituir-lhe o seu estado normal, isto é, pôr em inteiro vigor as leis que devem reger, segundo a índole e natureza das instituições que constituem a base do governo adotado" (p.269); Revolução = violação das				Discurso liberal	

					regras do pacto fundamental; o poder paternal só pune o suficiente para servir de exemplo; não é isso o que vem ocorrendo na Bahia, depois de pacificada				
		S. Paulo			Denuncia a grave crise financeira pela qual passa o Brasil e a inépcia do atual governo	O Observador Paulistano		1ª pessoa do plural	
		Rio de Janeiro (A venda das apólices)			"Os Brasileiros já onerados de tributos e de uma dívida assustadora vão sobrecarregados de outros novos [...] O crédito público estremece, a carestia de todos os gêneros necessários à vida, o prêmio do cobre sobre o papel circulante sobrevém repentinamente, como a consequência do abuso e da quebra da fé política"	Aurora Fluminense n. 73		Afirma que patra uma mancha negra sobre os ministros, infingida pela opinião pública, e o silêncio da imprensa ministerial sobre o assunto das apólices e toda a conjuntura econômica do país parece apenas confirmar as suspeitas	
		Interior / Ofícios			Instalação do Conselho de Procuradores Gerais do Estado para decidir assuntos que não exijam a presença do Presidente	Domingos J. Almeida			
65 Caçapava, sab. 11 maio 1839									
	273	Exterior / Brasil / Porto Alegre - Aviso			Determinações sobre os escravos que forem pegos empunhando armas pelos republicanos	O Campeão da Legalidade, aviso assinado pelo Ministro da Justiça, Bernardo Vasconcelos			Impõe a pena de 200 a mil açoites aos escravos que fizerem parte das forças rebeldes; oferece alforria aos desertores
	274	Decreto			Reação do governo da República ao aviso do Império, determinando, para cada confirmação de açoite, o sorteio e fuzilamento de um prisioneiro das tropas do Império	Assinado por Domingos José de Almeida e Bento Gonçalves da Silva			Não usa a palavra "escravo" em nenhuma parte do texto: "homem de cor", "cativos", "parte infeliz do gênero humano", "Governo do Brasil: Tirânico, "tropas chamadas legais", "presidente da Província é um "intruso" Clama os direitos da humanidade, mas responde com a mesma punição
	274	Porto Alegre			(Mais uma prova do bom estado das finanças do Império); solicitação de corte (à metade ou a 1/3 dos gastos no Ministério)	Correspondência do Regente ao Ministro Miguel Calmon			Cortes para que "não faltem os meios que exige a defesa da Integridade do Império"
	274				(Do Universal de Montevideú, n. 107, de 27 de março último copiamos o que segue, para conhecimento de quem pertencer)	Universal de Montevideú			Uruguai define a cobrança de imposto de 19,5% sobre o gado de pé que seja introduzido desde países estrangeiros, excluindo a presente safra;
	275	Interior			Texto sobre a publicação da notícia, no Nacional de Montevideú, desmentindo o reconhecimento pelo Paraguai de um agente plenipotenciário da República Rio-Grandense	Nacional de Montevideú n. 116			Desmente o conteúdo da notícia e reafirma o estabelecimento de relações diplomáticas entre a República e o Paraguai; desqualifica a fonte da informação e afirma que são as relações do Brasil que não são boas com o Paraguai; em dois pequenos textos seguintes, reafirma a viagem do Sr. Antonio Manoel Correia da Câmara a Assunção
	276	Ofícios			Acerto do arrendamento de uma estância de um "inimigo da República"; Liberação de verba para o diplomata em viagem ao Paraguai	Domingos José de Almeida			Desqualificação da fonte: "Para autorizar o Redator de uma Folha Pública a desmentir qualquer notícia ou boato, e principalmente notícia de tanta magnitude qual aquela que se refere o Pedante Chaves, força estar suficientemente habilitado para fazê-lo e ter em mãos o que desmente provas convincentes do seu desmentido formal" (consta no livro do Achylles que a missão no Paraguai não prosperou)
	276	Circular aos Juizes de Paz			Determina o recolhimento de toda a pólvora ao Trem de Guerra de Caçapava, a fim de evitar roubos	Domingos José de Almeida			
	276	Circular às Câmaras			Solicita, para a reunião do Conselho de Procuradores, Mapas dos alunos que frequentam aulas nos municípios e qual a conduta dos professores	Domingos José de Almeida			Interesse dos governantes sobre a questão educacional
	276	Anúncio			Anúncio da fuga de um escravo de Manuel Borges, Oriental	Sem assinatura			"Fugiu-lhe um escravo preto"
	277-	4º Boletim em			Subtítulo: "O Anjo tutelar da América"	José Alves Moraes,			"Anjo da América" – identidade americana

	278	Caçapava	continua proteger-nos, e não mui distante veremos todo o solo de Cabral expurgado de tiranos"	Tenente Coronel	farrapos e dos legalistas	"terra de Cabral" X antilusitanismo (?)
<b>66</b>	Caçapava, qua. 15 maio 1839					
279-281	(Mais provas da incapacidade e vícios do atual Governo do Brasil)	Parece ser uma carta particular que acabou tomando-se pública; o remetente questiona a possibilidade de Miguel Calmon concorrer ao Senado, enumerando os desvarios de sua administração na Fazenda	O Cidadão n. 39		Diferença entre livres e escravos é que a felicidade ou a infelicidade é uma escolha; o povo é consciente sobre a necessidade de um bom governo das instituições; dívida pública de 300 milhões; o cunho de cobre e seu resgate em papel também fomentaram a crise; retoma a questão da venda de apólices, noticiada no n.64; o peso da dívida pública seria menos odioso se fosse possível perceber que o gasto foi produtivo para o país: construção de estradas e canais, portos protegidos por armadas que garantiam o comércio em ordem, garantia de direitos, prosperidade nas ciências e nas artes	Livres X Escravos
281-282	Interior / Ofícios	Determina a prestação de juramento de adesão e fidelidade à causa da Liberdade e Independência da República Rio-Grandense	Bento Manoel Ribeiro		Juramento: "Juro manter a religião Católica Apostólica Romana, a independência, a Integridade e a Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense; observar e fazer observar as leis da mesma República; e provisoriamente a Constituição e Leis do Brasil em tudo quanto for compatível com as atuais circunstâncias da Nação e sua Independência; e de cumprir religiosamente com as ordens do Governo"	Símbolos da República: bandeira da Nação Rio-Grandense; Cita os nomes dos Praças que prestaram juramento
283	5º Boletim em Caçapava	Diversas notícias de movimentações militares, dos farrapos e dos legalistas	José Alves Moraes, Tenente Coronel		Legalistas aproximam-se de Pelotas	
<b>67</b>	Caçapava, sab. 18 maio 1839					
285	Interior / Decreto	Decreta que todo o alforriado que fugir para o inimigo e for capturado, voltará a ser escravo	Domingos José de Almeida		A condição da concessão da alforria pela República era o serviço militar	"homem de cor"; caracteriza o serviço militar como uma "condição tácita", ou seja, não formal
285	Ofícios	Troca de correspondências entre as autoridades católicas da República e do Estado Oriental a respeito de envio de óleo sagrado para os rituais, artigo escasso nas paróquias rio-grandenses			Relações com o Prata Questão religiosa na República	De Domingos José de Almeida: "A medida por V. Exa Rma lembrada acerca de cemitérios fora das Igrejas e Povoações será decretada com brevidade, posto que não seja mui político bulir-se presentemente com o fanatismo e a superstição"
286-288	1º Boletim do Governo em Marcha para Caçapava	República os textos das p. 167-168	Domingos José de Almeida		Preocupação com a posteridade: coleção do jornal, economia de papel	"De hoje em diante os Boletins das operações de Campanha serão dados neste Jornal e só serão avulsos quando a matéria ou circunstâncias assim o exigirem; não só pela economia de papel e serviços, como ainda para conhecimento de nossa História Militar, visto ser mais fácil a conservação de coleções do jornal que a de avulsos destacados. Daremos pois ao público os referidos Boletins, principiando pelo 1º Boletim em Piratini"
288	Extrato do Diário da Legação	Descreve a viagem da missão diplomática	José Antunes da Porciuncula			
288	Correspondência	Leitor pergunta ao redator sobre cobrança de impostos sobre bens de famílias que vem de Porto Alegre para residir na República	José Manoel de Leão / Redatores d'O Povo		Informa que a cobrança é apenas sobre as bebidas alcoólicas	Assimam "os Redatores do Povo"
<b>68</b>	Caçapava, qua. 22 maio 1839					
289	Interior	Continua republicando os boletins de Caçapava (2º=p.253-254, 3º=267-268)				
291	Extrato do Diário da Legação	Descreve a viagem da missão diplomática	José Antunes da Porciuncula			
292	Sem Título	Comentário sobre a publicação de correspondência roubada do Gen. Bento (noticiada em numero anterior)	"Mercantil da Galegalidade", referindo-se ao Mercantili do Rio Grande		Não reproduz a notícia retirada da correspondência apreendida, apenas menciona: "E porque não dariam a luz publica certa correspondenciazinha de certo Protheu Governante, que depois nos roeu a corda..."	Protheu: indivíduo que muda facilmente de opinião (será que se referiam a algum líder do Prata?) Elizeario: "Homem de Barro" ou "Barro dos Homens"
292	Resultado Geral da Operação do troco do cobre em todo o Estado	Tabela com os valores	Não			
292		"Estando alterado o quadro comparativo do valor monetário desta República com aquele do Império	Não		Compara as finanças do Império com as da República	

			Vascongado-Calmonico, impresso no n. 61 deste jornal, ora damos o exato"		
<b>69 Caçapava, qua. 22 maio 1839</b>					
293-294	Interior / Decretos		Demissões / Promoções no Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional	José da Silva Brandão	
295-296	4º Boletim de Caçapava		Continua republicando os boletins (4º - p. 277-278 - e 5º - 283)	José Alves de Moraes	"Briozos Republicanos Rio-Grandenses e os Liberais do Globo" "causa geral da América"
296	6º Boletim de Caçapava		Encontro de tropas republicanas e legalistas próximas ao Rio (canal) São Gonçalo, em Pelotas		"Tigres empoleirados" = legalistas (figre = indivíduo cruel, sanguinário; empoleirado = investido de autoridade)
296	Reflexões de um patriota acerca do aviso e decretos incertos no n.65 d'O Povo		Indignação sobre as medidas do Império em relação aos escravos		Usa o desenho de uma mãozinha indicadora para destacar o trecho
296	Montevideu		Republica trecho do nº anterior, sobre a cobrança de impostos sobre o gado	Não	
<b>70 Caçapava, qua. 29 maio 1839</b>					
297	Decreto		Define postos no 2º Corpo de lanceiros	José da S. Brandão	Pulou uma quarta-feira de publicação!
297-299	Correspondência		Domingos José de Almeida pede a publicação da íntegra de carta que foi interceptada da correspondência de Bento Gonçalves e comentada no Mercantill do Rio Grande n. 168	Domingos José de Almeida	Fala da frágil situação financeira da República e admite ter vendido 17 escravos para comprar a 1º tipografia, papel e remédios em Montevideu
299-300	Extrato do Mercantill do Rio Grande		Trecho do jornal legalista sobre a situação na República	Mercantill do Rio Grande + comentário (assina "O Redator")	"República dos pilhas", "republiqueta", "anarquia" Comentário: "aclamando-nos com energia tarrapos, ladrões, assassinos, etc, etc"; ironiza o texto, agradecendo a publicidade no Império, onde deve ser um "assunto interessante ver um punhado de ladrões e assassinos abalar os fundamentos de um Império imenso e poderoso"
300	Ofícios		Troca de mensagem entre Domingos José de Almeida e o Juiz Francisco Coelho sobre o pagamento de dívidas	Domingos José de Almeida e o Juiz Francisco Coelho Borges	
300	Sem título		Trecho transcrito de Aurora Fluminense n. 121	Aurora Fluminense n. 121	Pequeno trecho moral, afirmando a verdadeira grandeza dos pequenos gestos, em vez de eventos grandiosos; utiliza como exemplo os feitos dos Americanos do Norte
<b>71 Caçapava, sab. 01 jun. 1839</b>					
301	Exterior / Comunicado		Texto que faz um resgate histórico dos principais acontecimentos da política brasileira desde a independência + pequeno comentário	Filho do Sete de Abril / Do Redator	"Desmoralizado assim o povo pelo triste exemplo do desrespeito às leis e às autoridades; solapado o sistema constitucional" (p. 301) "Um governo hidrópico cuja sede de arbítrio, força e dinheiro tem sido incansável... Um governo monstro, governo diabo" (301)
	Economia Clementina (dentro de Exterior)		Denúncia de um termo assinado pelo provedor da Santa Casa sobre a criação de crianças da roda dos expostos, por economia, com leite das cobras "mamadeiras" + comentário	O Cidadão n. 51 / Do Redator	"Que monumento de degradação, imoralidade e depravação tem o governo do Brasil transmitido às gerações futuras, no segredo de enviar ao túmulo o inocente fruto da fraqueza humana" (p.302, comentário)
	Correspondências		Comentário e soneto de leitor sobre a ida do Ministro da Guerra a Rio Grande	Sem assinatura do leitor, a fonte é do jornal O Cidadão 51 (idem)	"Jason em nova Argos" O soneto é "dedicado ao Sr. Barros, ministro da guerra, por ocasião da sua viagem" e salienta sua incompetência
	Perspicácia do Bisempastado (dentro de Correspondências)		Denúncia o sumiço de Africanos "livres" que deveriam trabalhar em obras públicas		Situação dos africanos
	Sem título		Faia da incompetência do Ministro da Guerra, Sebastião Rego Barros	Assina "um militar". A fonte é o jornal Aurora Fluminense n. 110	Violência no recrutamento; denúncia a chegada à capital que o Ministro tem conhecimento do fato; questiona a civilidade do país, o governo através do terror
	Interior		Desfaz a acusação feita ao Sr. João Antonio Martins de participar de uma	Assina "O Redator"	Questão da imprensa que mancha reputações; fontes são documentos e cartas; papel do escritor e suas
					Refere-se aos n. 47 e 62 d'O Povo

						obrigações perante o público	
		comissão criada no Estado Oriental para sustentar e dirigir uma quadrilha de salteadores na República				Reescreve um trecho da p. 291, ofício de Antonio Manoel Correia da Camara a José da Silva Brandão, sobre a Legação em viagem ao Paraguai	
	Emenda	Corrige um texto do n.68		Não			
	Variedades	Dois pequenos trechos de anedotas de espírito leve, com fundo moral sobre a monarquia		Do <u>Aurora Fluminense</u>		Cita Luiz XIV e a monarquia Inglesa	Cita o Dr. Swift, autor de <b>Guiliver</b>
<b>73 Caçapava, qua. 05 Jun. 1839</b>							
305-307	Exterior	Artigo que, mais um vez, expõe a incompetência de Elizeario no comando da resistência Imperial, sacrificando os soldados		<u>Aurora Fluminense</u>		Relata o desespero da população ao saber das pretensões de avanço militar de Elizeario, pondo-se a rezar. O texto ironiza Elizeario, afirmando que ele, acreditando na força das preces; pegaria Bento Manoel distraído, olhando as estrelas; reproduz um suposto ofício de Elizeario relatando ao regente os infrutíferos movimentos militares na Província	É um jornal liberal moderado, que chama Bento Manoel de anarquista, mas também não avaliza as estratégias do governo do Império; Revela alemães lutando ao lado do Império; "continentinos" e "brasileiros";
307-308	Interior	As esperanças do Governo das capacidades (subtítulo)		Não		Questiona a força do Império para debelar os republicanos; felicidade dos povos depende mais das suas virtudes do que da ilustração;	Capacidades (à Guizot?) Rio-Grandenses afastando-se da brasilidade Usa a palavra "Regressistas" / "Escravidão"
308	Sem título					Armas imperiais estão dentro dos círculos restritos que os republicanos prescreveram; aponta a dissolução iminente do Brasil	Brasil é governado pelas 'paixões' e pelos deuses "força, arbítrio e dinheiro"
308	Os novos Argonautas	Afirma que um ponche e uma colcha figuram no Império como souvenirs e garantias da Paz Continental		Não			Relação com a mitologia da nau de Argos;
308	A Liberdade	O primeiro Direito, o primeiro Bem do Homem		Thomas – Elogio de Marco Aurélio		Liberdade = o homem só deve às Leis obedecer e temer Tiranía = falta de virtude	"Continente"; o texto ironiza a honraria concedida aos objetos Escravidão, tirania; despotismo de Negro e Tibério; A constituição do Estado pode mudar, mas os direitos dos cidadãos são iguais
<b>73 Caçapava, sab. 08 Jun. 1839</b>							
309	Exterior / Notícias do Ceará			<u>Aurora Fluminense</u> , n. 109		Recrutamento violento no Ceará: as aulas públicas estão vazias e as casas cercadas de dia e de noite sem nenhuma formalidade legal; ilegalidade generalizada;	"como nos tempos coloniais" Cita violência dos anarquistas à população mais abastada do Ceará
310-311	Interior / Ofícios	Assuntos variados				Pedido de demissão, por motivo de saúde, de Antonio José de Oliveira, Coronel comandante Geral de Polícia Relatórios sobre a organização das coletorias; transparece uma grande dificuldade em organizar a arrecadação	
312	Correspondência	Quadro dos rendimentos das coletorias do Estado		Domingos José de Almeida		Domingos escreve à redação para mostrar ao público quadros referidos em uma carta confidencial dirigida a Bento Gonçalves que foi interceptada e publicada no <u>Mercantil de Rio Grande</u>	Considera-se 'devedor ao público a quem sobremaneira respeito'
<b>74 Caçapava, qua. 12 Jun. 1839</b>							
313	Interior / Decreto	Demissão		José da Silva Brandão			
313-314	Ainda as esperanças do regresso	Texto de doutrina		Não		Anti-lusitanismo; Independência, liberdade e felicidade X Despotismo, escravidão e desgraça de direitos Províncias que não se insurgem sofrem de uma frouxidão repreensível, indigna de Americanos; o fardo das guerras moldou o espírito dos Rio-Grandenses de forma diferente do resto do Brasil	"Corte caduca", "luza prepotência" Remete ao leitor; Rio-Grandenses afastando-se da brasilidade Rio-Grandenses, ≠ camponeses brasileiros
314-315	Exterior / O Lusitano Andrea ou a Peste do Pará	Notícias e comentários sobre a situação do Pará		<u>O Filho do Sete de Abril</u> , que cita como fonte uma "pessoa chegada da província do Pará" que esteve presa na corveta <u>Defensora</u>		Informa que só nessa embarcação haveria 5 mil pessoas presas e em péssimas condições; compara com as atitudes dos conquistadores espanhóis na propagação do catolicismo; extermínio da casta indígena; defende que a maioridade de Pedro II é o único meio de salvação	Afirma que a repressão do presidente Andrea, no Pará, já havia matado 30 mil pessoas, mas não diz de onde sai esse número
315	Exterior / Sem título	Sobre a ida do Ministro da Guerra a Rio-Grande		<u>Aurora Fluminense</u>		Este jornal pretendia a conciliação dos rebeldes, trazendo-os novamente a união Brasileira	
315-316	Exterior / Novos Ministros no Brasil	Informa e comenta sobre os novos ministros		Não		Holanda Cavalcanti (do Império e Estrangeiros); Candido Batista de Oliveira (da Fazenda e Justiça) e Jacinto Roque (da Guerra e Marinha)	Não mereceria a primeira página??? Crítica da administração "vasconcelo-calmonica" Um dos objetivos da Republica é "vingar os ultrajes, acintes e

					Sugere para o que substituiu Vasconcelos que seja brando; pede a demissão de presidentes de diversas províncias; solicita o reconhecimento da República Rio-Grandense.		violências que o Continente sofreu por mais de um século" (p. 316); "moribundo Império"
316	Variedades	Trecho da obra de Tocqueville	<b>Democracia da América do Norte</b> , de Tocqueville		Trecho que defende que o bem é mais fácil de ser alcançado nas nações pequenas		
316	Escandaloso Atentado	Assalto a embarcação republicana em Alegrete					
<b>75</b> Caçapava, sab. 15 Jun. 1839							
317-318	Exterior / Rio de Janeiro	Comentário sobre desacordo entre o trono imperial e a Igreja no Brasil (dentro de Exterior)	<u>Aurora Fluminense</u>		Critica o Império por ceder às pretensões da Cúria Romana, cedendo ao estrangeiro		Reitera a crítica à política imperial, de sempre recuar diante da retulância estrangeira, afirmação da identidade brasileira
318	As apreensões de desordem na Bahia		<u>Aurora Fluminense</u> , comentando notícias extraiadas do <u>Correio Mercantil</u>		A justiça passa a absolver os rebeldes baianos, em oposição às duras condenações determinadas há poucos meses (lembrar julgamento transcrito n.º Povo); cobra justiça e moderação; teme novo levante dos rebeldes pela frouxidão das sentenças		"a imprensa manifesta seus alarmes" Justiça, moderação, equidade; a frouxidão na aplicação das leis, assim como a severidade em demasia, contribuem para a desordem
318-320	Cartas de Oficiais Legalistas	(dentro de Exterior)	As cartas não são assinadas e foram retiradas da <u>Aurora Fluminense</u> ( <i>idem</i> )		Movimentos e situação das forças do Império (relata dificuldades de recrutamento e armamento); Relações com o Prata (Frustrado não parece dar espaço aos legalistas e há rumores de que reconheceu a República e fez uma aliança ofensiva e defensiva, traindo o Império após receber deste 600 contos de réis); moderação dos farrapos em relação aos prisioneiros		Reações provocadas pelos periódicos, dificuldade em identificar o posicionamento do Império através deles "República de Piratini": como os legalistas chamam, depreciativamente
320	Notícias	Dois trechos curtos	Não		Sobre a mudança do encarregado de Negócios do Brasil no Uruguai; afirma que ainda não é possível avaliar a feição política do novo ministério, mas informa que ele decretou imposto de 50% sobre as bebidas alcoólicas produzidas em países com os quais o Brasil não tem tratados especiais		Textos mais informativos do que opinativos
<b>76</b> Caçapava, qua. 19 Jun. 1839							
321	Exterior / Rio de Janeiro	A Dívida Nacional (Subtítulo) – artigo que trata da situação financeira do Brasil	<u>Aurora Fluminense</u>		Regime atual sempre afirma que o país tem imensos recursos e que não tem com o que se preocupar, em contraste com a crescente dívida nacional; na visão do articulista, o governo conta com recursos outros que não a receita do Estado, apelando ao clima, aos rios, ao solo fértil, às riquezas minerais, o que ele não acredita servir num momento de bancarrota; lógica capitalista industrialista de produção, utilizando o exemplo dos EUA, afirma que a menor riqueza do sul é devido à presença da escravatura, do desprezo para o trabalho; a questão da dívida deveria ser essencial a uma administração em consonância com o interesse público		"Para as nações há uma única fonte de riquezas, e vem a ser o trabalho acompanhado do capital". "A riqueza, disseram nós, deriva-se exclusivamente do trabalho acumulado e aplicado à produção. A madeira nas florestas, o ouro nas entranhas das minas, a grandeza das terras incultas não constituem a fortuna de povo algum. A soma do trabalho empregado em tomar úteis e permutáveis esses objetos, eis a única riqueza. Todos os valores são inateriais; é o homem, e não a natureza, quem os cria; a fortuna de cada povo é sua atividade industrial" Relaciona a escravização ao atraso material
322-324		A França e os Americanos (Subtítulo) - artigo sobre os perigos para os americanos da ampliação da política expansionista da França	<u>Aurora Fluminense</u>		Governo brasileiro não impõe respeito no estrangeiro; critica o alinhamento do governo brasileiro com a aliança francesa e não com o sistema americano; França usa política da força; o artigo reproduzido do jornal francês fala da situação das Ilhas Falkland, se pertenceriam à Espanha, à Inglaterra ou aos Americanos do Norte; França se aproveita da distração do Brasil com as revoltas na Bahia e no Rio Grande para ocupar parte do Pará		Refere o jornal <u>O Sete de Abril</u> , "eco conhecido das opiniões do ministro da justiça"; fala da ocupação francesa no Olapoque; Dentro do artigo há a reprodução de um artigo do jornal francês <u>Sicéde</u> , publicado pelo <u>Cronista</u> , "a fim de que nossos leitores conheçam a justa quais são as idéias da França a respeito do Pará"; Cita a fábula "Os Pescadores e a Ostra", afirmando que a Inglaterra faz, no caso das Ilhas, o papel do Juiz;
324	Interior	Retoma o assunto do atentado noticiado brevemente no n. 74	Não		Relata a ação de piratas no rio Uruguai (a República procurava controlar as embarcações que por ali passavam para verificar a documentação das mercadorias e recolher impostos)		
324	Notícias	Notas curtas	Não		1) Rego Barros ainda não chegou à Corte, provavelmente será demitido ao chegar 2) Comenta as reações do presidente da Província de SC, Pardal, que dão a entender que todo o continente aderiu à causa Rio-Grandense 3) Corrige a informação dada no n.º74 sobre a troca de Ministros + comentários		A fonte da informação errada era um indivíduo vindo de Porto Alegre e Piratini; para corrigir, reproduz o decreto publicado no <u>Jornal do Comércio</u> do Rio de Janeiro; corrige a informação, mas reitera a opinião: mudaram os atores e continua a mesma cena; Pelas folhas do RJ e SP, é possível saber que ocorrem encontros entre os partidos farrapo e liberal em SP;

77 Caçapava, sab. 22 Jun. 1839						
325	Interior / Ordem do Dia	Antonio Netto agradece aos combatentes pela resistência às novas investidas do Império em Pelotas e introduz a Proclamação do Presidente	Antonio Netto	Antonio Netto		
325-326	Proclamação Decretos	Demissão de José da Silva Brandão, Ministro da Guerra, Marinha e Exterior, por motivo de doença; assume seu lugar José Mariano de Mattos; divisão das tarefas de Domingos José de Almeida, que fica somente com a pasta da Fazenda, passando Interior e Justiça ao Dr. Sebastião Ribeiro de Almeida	Bento Gonçalves			Patriotismo, obediência às leis e autoridades
326-327	Ofícios	Determina o recolhimento dos restos do General João Manoel de Lima e Silva para realização de funeral				
327	Exterior / Dissolução do Ministério	Artigo sobre as idiossincrasias do processo político regencial	O Parlamentar	Defende a maioridade de D. Pedro II		
328	Sonetos					
78 Caçapava, qua. 26 Jun. 1839						
329-332	Exterior / São Paulo	Representação dirigida ao governo imperial pelos Deputados da Assembleia Provincial de S. Paulo contra o Presidente + comentário	Reprodução da Aurora Fluminense + comentário não assinado	Deputados de São Paulo reclamam do presidente. Venâncio José Lisboa Filho, pelo que consideram ações exageradas, por medo de invasão dos rebeldes rio-grandenses em SP; critica sua capacidade administrativa e descumprimento deliberado das leis; Comentário: avalia que "o espírito de independência apodera-se dos paulistas" (p. 332), apesar do texto exaltar as leis e não fomentar a insurgência		Esse assunto ocupa o número todo: Visão dos paulistas: "caráter sisudo dos paulistas, tão difíceis de resolver-se, quanto obstinados depois que uma íntima convicção os decide" (p. 332); Espírito do tempo: "é preciso obrar, palavras já não aproveitam"
79 Caçapava, sab. 29 Jun. 1839						
333	Interior – Decretos	Confere postos a "patriotas", uma da Bahia e outro italiano				
334	Interior – Ofícios	Bento Manoel Ribeiro dá notícias de sucesso em Santa Catarina				
335	Interior – Circular	Prorroga para 20 de setembro a instalação do conselho dos Procuradores Gerais, por motivo de viagem de Bento Gonçalves		Tentativas e ao mesmo tempo a dificuldade de organizar administrativamente a República; constante necessidade de debelar forças imperiais (Rio São Gonçalo, Alegrete)		
335	Editais	Queirina de conhecimentos				
335	Exterior – Sta. Catarina	(Desterro, 26 de março de 1839)	(Carta particular, do Journal do Comércio)	No desterro, lei que proíbe o comércio com Lages; incapacidade administrativa de Pardaí; dá notícias que os rebeldes continuam em Lages e afirma acreditar que os habitantes da cidade se mostram aderidos à causa rebelde por coerção		"Farrapismo", "rebeldes"
80 Caçapava, qua. 03 Jul. 1839						
337-338	Interior / Ofícios	Determina a criação de um Gabinete de Leitura, talvez precursor da primeira Biblioteca do Estado, através de doações e dos livros apreendidos entre os bens arrendados dos inimigos da República				
338	Circular aos Chefes de Polícia	Pela importância da rapidez na emissão das ordens do Governo via correios, solicita a garantia dos direitos dos Paradeiros		Importância das comunicações e dificuldade em organizá-la		
339	Exterior – Sta. Catarina	Reproduz ofício em que Pardaí nega-se a sancionar uma lei provincial por considerá-la em desacordo com a legalidade	João Carlos Pardaí	Pardaí não sanciona a Lei que permitiria apenas a comercialização de sal em Lages, por considerar que beneficia os rebeldes e contraria a legalidade		
340	Coletoria Geral	Sobre taxas para importação de gado	não	Revela relações com o Uruguaí		

	340	Anúncio	de pé	Francisco de Paula Pereira Barros informa a dissolução de sua sociedade com Fidellis José da Mota	não		Parece equivaler aos atuais anúncios legais... seriam pagos?
<b>81</b> Caçapava, sab. 06 Jul. 1839							
	341	Interior / Decretos		Devolução das propriedades do Sr. João Ferreira de Assis, que jurou adesão à causa rio-grandense	Bento / Domingos	Falta de cavalos para movimentar as tropas muare	
	342	Ofícios		Pedido de instruções para definição do território de São Borja / Napoleão Castelin, o italiano que ganhou posto no n. 79, renuncia ao salário / Fundação de uma Botica do Estado			
	343-344	Exterior – Sta. Catarina		Ofício do secretário da presidência da província de Santa Catarina responde que as notícias dão conta que Lages realmente separou-se, confirmando, então, o veto ao comércio de sal	Antonio José Falção da Frota, secretário da presidência	Avanço das tropas rebeldes sobre Lages justificam o endurecimento do presidente da Província: "a salvação do povo é a lei suprema"	(Continuação do número anterior) So transcrição, sem comentários, ou seja, dá espaço à versão do presidente da província de Santa Catarina
	344	Coletoria Geral		Repete o texto do nº anterior		Revela relações com o Uruguai	
<b>82</b> Caçapava, qua. 10 Jul. 1839							
	345	Interior / Ofícios		Dr. Sebastião Ribeiro de Almeida não aceita o cargo de Ministro do Interior e da Justiça, por estar ocupado no Comando das Divisões do Centro e Direita		Serafim José da Silveira também não aceita o cargo de Coletor;	Porque será que Bento nomeia alguém que está em outra ocupação para um cargo tão importante?
	346	Circular		Determina recrutamento de bois mansos em todos os municípios	Domingos José de Almeida	Revela relações com o Uruguai, necessidade de bois para o transporte de mercadorias	
	346-347	Exterior / São Paulo			O Parlamentar	Descreve movimento de tropas legalistas em direção a Santa Catarina: beixiga, fome e intempérie castigava os soldados; paulistas têm de se defender da acusação de simpatizar com os rebeldes, o que negam; a incompetência dos administradores do Império deixou o batalhão paulista em uma situação calamitosa	Em subtítulo, explica o contexto: "Suposto de antiga data julgamos interessante a matéria da seguinte carta": "farrapos";
	347-348	Sem título		Transcrição da Carta nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias	Carta nona de Americus sobre a reforma das cadeias	Relaciona o aumento da criminalidade com o aumento da população, da riqueza pública, dos progressos da civilização e do luxo; os fins de uma prisão são 3: versar sobre a custódia; afirmar a importância da vigilância ininterrupta sobre o preso, citando Jeremy Bentham e o modelo do Panóptico; declara a importância de se preservar os direitos dos presos: alimento, vestimenta e habitação saudáveis, ainda que do mais comum e ordinário	"Sendo de vital interesse a difusão dos princípios emitidos na Carta nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias, passamos a transcrevê-la em nosso jornal" Usa nota de rodapé para falar da experiência de homens que se dedicaram a visitar e estudar as cadeias da Europa, com vista a sugerir melhorias; Usa nota de rodapé para informar (sem certeza, "dizem") que o patricio João Severiano Maciel da Costa teria traduzido a obra de Bentham; "Continuar-se-há"
	348	Notícias		Informa a ida do Presidente para Caçapava			
<b>83</b> Caçapava, sab. 13 Jul. 1839							
	349	Interior / Ofício		Pagamento de soldo aos Oficiais de Cruz Alta			
	349	Circular		Ordem aos Chefes de Polícia dos municípios do Estado a organização de açougues para racionar o gasto com carne para alimentação das tropas			
	349-351	Sem título		Transcrição de relatório do Ministro da Guerra, Sebastião do Rego Barros	Publicado no <u>Journal do Comércio</u> n.110	Revela animosidade em relação ao povo Brasileiro: se o Sr. Rego ocupa cargo de destaque no Brasil, o que se pode esperar do restante da Nação? Texto de Rego afirma que a vontade da população da província é pela legalidade, constituição e integridade do Império; que não tardará a vitória do Império	Introduz o texto explicando a fonte e tecendo comentários virulentos: "bandos rebeldes indisciplinados, nus, discordes e desmoralizados"; importante para Império: Império unido, trono respeitado, constituição executada, rebelião abatida, harmonia entre os brasileiros
	351-352	Carta Nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Transcrição da Carta nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias	Carta nona de Americus sobre a reforma das cadeias	Cadeia como castigo: a severidade deve se restringir à sentença	(Continuação do número antecedente)
	352	Anúncio		Oferece recompensa por fuga de escravo			Manutenção das práticas do sistema escravista é evidente



84 Caçapava, qua. 17 Jul. 1839						
353	Interior / Oficinas	Assuntos diversos: perseguição a uma Partida de saqueadores em Cerro Largo rende punição ao Oficial Félix Vieira., por ferrir direitos internacionais	Queima de conhecimentos	Domingos José de Almeida	Relações com o Prata	"satélites" com uso pejorativo
354	Edital					
354-355	Exterior / Rio de Janeiro	Reprodução da sessão de abertura da Assembleia Geral Legislativa		Discurso do regente Araújo Lima	Discurso de abertura cita a situação do RS	Luta motivada pela "fascinação" de alguns dos habitantes Perseverança e moderação do governo imperial, firmeza e lealdade dos brasileiros
355-356	Câmara dos Deputados	Sessão em 15 de maio + comentários		Comentário sem assinatura	Deliberações sobre a possibilidade de julgar prisioneiros farrapos acusados de sedição no Rio de Janeiro, já que a Província do RS não tem condições de realizar os julgamentos, previsão negada pelos deputados	Ao comentar a fala do regente, cita as agitações policiais nas províncias, utilizando verbos de ação: "Sergipe move-se, Pernambuco mexe-se, Ceará caminha, Maranhão avança", cita 8 mil assassinos no Pará [não eram 30 mil?]; fala com o leitor e orienta a sua interpretação pelos trechos selecionados e publicados: "por ela se imporiam nossos leitores da insolência desse moço inexperiente" e "conheçam nossos leitores a necessidade que temos de não mais soltar um só prisioneiro"
356	Sem título	Notícia o assassinato e roubo de um cidadão em sua própria residência, por três homens que fingiam pedir pousada			Afirma que os três agressores eram do partido legal "pelos grandes bigodes que traziam"	
85 Caçapava, sab. 20 Jul. 1839						
357-358	Interior / Oficinas	Solicita ao Vice-diretor de arsenal de guerra, Joaquim Francisco de Bem, que zele pela subordinação e pelo ponto dos funcionários das oficinas de alfaiataria e sapataria		José da Silva Brandão	Confusão na fiscalização do cumprimento do ponto e uso das oficinas para encomendas particulares;	
358-359	Exterior – Edital da Intendência Geral da Polícia	Determinação de regras para a fiscalização de mercadorias que circulam em Montevideo		Luiz Lamas, de Montevideo		
359-360	Carta Nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias	Transcrição da Carta Nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Carta nona de Americus sobre a reforma das cadeias	Condena qualquer tipo de pena que restrinja a alimentação, o vestuário, a habitação, a luz ou o ar do preso; os critérios da pena devem ser o tempo de prisão, a incomunicabilidade com os de fora da cadeia e o trabalho dentro do cárcere	"(Continuação do número 83)" "Continuar-se-há"
360	Correspondências	Pede a Netto a dispensa de um oficial que perdeu o pai, para que visite e conforte a mãe		Lucas de Oliveira	O oficial estava revoltado por não conseguir a licença, o que motivou a carta, que pede "Trabalhamos unidos para moderar as paixões"	
	Correspondências	A carta oferece informações que provam o patriotismo do Sr. Vasco Madruga de Blancourt, que vinha sendo questionado		"Um amigo da verdade e do Sr. Vasco"	Questão da difamação, importância da honra	"Galegos" = referência pejorativa
360	Anúncio	Piloto oferece o serviço de medição de campos				
86 Caçapava, qua. 24 Jul. 1839						
361	Interior – Ofício	Documento pelo qual Bento Manoel Ribeiro desliga-se das atividades militares da República		Bento Manoel Ribeiro	O motivo da indignação de Bento é a nomeação de Francisco José da Rocha como Tenente Coronel	Referência pejorativa aos baianos: "este insubordinado baiano", "um obscuro baiano"
362-364	Exterior / Jorge Washington	Texto sobre a democracia na América e panorama dos presidentes		Nacional de Montevideo	Crença na razão em detrimento dos heróis mitológicos; Felicidade de todos, prosperidade na América; o poder é um instrumento da felicidade pública	A imprensa derrama luz sobre todas a ciências, não deixa que nenhum fato se obscureça e nem que se percam documentos; "Continuar-se-há"
364	Errata					
87 Caçapava, sab. 27 Jul. 1839						
365	Interior	Notícias sobre a situação de Corsos				

			Republicanos				Viamão forma Comarca junto com Porto Alegre, São José do Norte e Santo Antonio da Patrulha, apesar de reconhecerem o cerco às duas primeiras; usam a lei do Brasil para os trâmites da criação da comarca		
366	Ofícios		Ata de criação e posse dos vereadores da Vila Setembrina				Demonstram a precariedade das finanças da República para manter suas tropas; dois oficiais dão conta de levantamento de fundo para compra de fazenda e produtos para enfrentar o inverno		"união, filantropia e generosidade do brioso Povo Rio-Grandense"
367	Ofícios		Assuntos diversos				Determina que os alunos matriculados e frequentes das Aulas Nacionais do Estado sejam isentos do recrutamento para a primeira Linha, Guarda Nacional e polícia;		
368	Circular		Sobre evasão escolar devido a rumores de que a República usaria o pretexto escolar para recrutamento		Domingos José de Almeida				
368	Editais		Queima de conhecimentos		Domingos José de Almeida				
368	Notícia		Informa uma morte e uma prisão entre oficiais republicanos, sem mais detalhe		Não				
368	Anúncio		Manuel Antonio Rodrigues anuncia o estabelecimento de seu açougue						
<b>88 Caçapava, qua. 31 jul. 1839</b>									
			Interior / Decreto				Devolve bens a um cidadão que prestou juramento republicano		
369-370	Ofícios		Assuntos diversos				Reitera a informação de isenção de serviço militar aos alunos de primeiras letras e relaciona a quantidade de alunos que frequentam essas aulas; atribui o boato aos inimigos da República		
370-371	Editais		Queima de conhecimentos / Anúncio da compra de insumos para o Trem de Guerra		Domingos José de Almeida / Felizardo Fagundes Souza				
371	Atas		Atas de sessões de queima de conhecimentos						
371-372	Exterior - Carta Nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Transcrição da Carta nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Carta nona de Americus sobre a reforma das cadeias		Para organizar e fiscalizar o trabalho dos presos, deve-se vincular o interesse privado do carcereiro no sucesso do trabalho, oferecendo-lhe uma parte do produto; para prevenir abusos, o trabalho do preso é facultativo, ele deve poder se queixar, estudar e exercer uma religião		"(Continuação do número 85)" "Continuar-se-ha"
<b>89 Caçapava, sab. 03 ago. 1839</b>									
373	Interior / Ofício		Juiz pergunta ao Ministro da Fazenda sobre a validade de questões legais decididas antes da República		Antonio José Martins Coelho		Indefinições legais provocadas pela separação do Império (uso da lei do Brasil)		
373	Editais		Informa a redução do tempo de audiências de Domingos José de Almeida, por ter de concentrar-se em assuntos gerais do Estado						
373-374	Ata		Ata de sessão de queima de conhecimentos						
374	Circular		Solicita relatório do gado tirado para fornecimento no Exército		Domingos José de Almeida		Demonstra claramente os interesses da classe criadora de gado		"para prevenir-se os abusos e desperdícios que escandalosamente se observa no consumo desse artigo, a despeito dos interesses da importante Classe criadora e da propriedade do Estado" "Crescentes despesas" e "fracos meios financeiros"
374	Portaria		Demite funcionários por contenção de despesas		Domingos José de Almeida		Costumes medicinais e doenças comuns da época		A fonte original é <u>De la Guiana. Periódico Francesa (sic) n. 2435</u> Texto de autoria de Mr. Raspail
374-375	Higiene		Texto sobre o uso de cigarros e pó de cânfora no benefício da saúde		Jornal <u>Experiência</u>				"(Continuação do número antecedente)"
375	Exterior - Carta Nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Transcrição da Carta nona de Americus sobre a Reforma das Cadeias		Carta nona de Americus sobre a reforma das cadeias		Condena veementemente as pessoas que pensam que a cadeia tem que ser um local de vergonha e miséria		"Continuar-se-ha"
376	6ª Carta de Americus		Da Religião - Como é a Religião conexas com a Política - Da Tolerância		Americus		Considera o homem naturalmente religioso; defende a presença religiosa na constituição do Estado; defende a liberdade de culto individual		
<b>90 Caçapava, qua. 07 ago. 1839</b>									

377	Exterior	Artigo sobre o movimento republicano rio-grandense	Revista do Prata – Diário Político, literário, noticioso e mercantil de Montevideu	Espírito americano; movimento de 1810 na Argentina; "O Rio Grande é, e será de hoje em diante, uma Nação independente e soberana"	Afirma que reproduz o artigo "que nos diz respeito" "Revista do Prata não é eco de uma administração" Brasil é o "único trono que se acha na América" "Falar com o chapéu na cabeça àquele mesmo ante quem era necessário ajoelhar-se"
378-380	Brasil	Sessão da Câmara dos Deputados	Gazeta Mercantil de Buenos Aires	Sr. Montezuma fala das questões de negócios estrangeiros; pede explicações à administração anterior sobre a presença da França no Oiapoque; sobre as relações com o Uruguai e o México; afirma que o gabinete de 19 de setembro simpatizava com a revolução de Frutuoso Rivera	Chama Frutuoso Riveira de "caudilho" "Continuar-se-há"
<b>91 Caçapava, sab. 10 ago. 1839</b>					
381	Interior / Edital	Queima de conhecimentos	Domingos José de Almeida		
381	Interior / Ata	Ata de reunião de queima			
381	Interior / Circular	Solicita um levantamento do consumo de carne	Domingos José de Almeida	Necessidade de tomar medidas econômicas, dificuldade nas finanças	
382-383	Exterior		Gazeta Mercantil de Buenos Aires	Fala das exigências da França em relação a Buenos Aires pelo reconhecimento da independência da Argentina, afirmando que quer fazer o mesmo com o Brasil; propõe que o Brasil, por ter o maior exército e marinha, lidere a reunião de todos os Estados Americanos que o cercam	"(Continuação do número antecedente)" "Continuar-se-há"
383	(Exterior)	Repercussão na Inglaterra das intenções da França em Buenos Aires	Times, de Londres		"Do Times de Londres de 20 de março extractamos os seguintes discursos pronunciados na Sessão de 19 do mesmo mês" "Continuar-se-há"
384	Ofício	Organização das comunicações no exército	Antonio Netto		
384	7º Boletim em Caçapava	Notícia a chegada das forças republicanas a Laguna e confronto com os legalistas no sítio de Porto Alegre	José Alves de Moraes	Menciona a "retirada de escravos"	"Interrompidas as operações de nosso exército por causa das copiosas chuvas que sucessivamente têm conservado cheios os imensos rios que fertilizam este solo abençoado, vamos transmitir todavia os fatos de mor importância que de 16 de maio passado a hoje não ocorrido"
<b>92 Caçapava, qua. 14 ago. 1839</b>					
385	Interior / Ofícios	Informa denúncia anônima de que Ana Francisca Rodrigues Pereira, professora de primeiras letras na classe de meninas, propagaria doutrinas opostas à causa do Estado	Domingos José de Almeida ao chefe de polícia de Cachoeira	Prática de delação	
385	(Ofícios)	Defesa da professora, que nega todas as acusações	Ana Francisca Rodrigues Pereira		
386	(Ofícios)	Domingos afirma que pediu averiguação da informação antes de expedir o diploma de professora	Domingos José de Almeida		
386	(Ofícios)	Afirma que a professora não é afeta ao sistema republicano, mas que se arrende	Antonio Vicente da Fontoura, chefe da Polícia de Cachoeira	Professora fica avisada "que não é o Exmo. Governo da República indiferente expectador, para tolerar procedimentos que menos em regra com o sistema adotado, possam ainda que levemente ofendê-lo"	
386	(Ofícios)	Presidente diploma a professora	Bento Gonçalves		
386	Ata	Reunião de queima de conhecimentos			
386-387	Exterior	Repercussão na Inglaterra das intenções da França em Buenos Aires	Times, de Londres	Bloqueio do comércio por via marítima por força da França na Argentina	"(Continuação do número antecedente)" "Continuar-se-há" Traz fontes especializadas para corroborar seus argumentos: "Esta é a opinião de autoridades navais muito elevadas" "(Continuação do Número 90)": está errado, é do número 89
387-388	6ª Carta de Americus	Da Religião – Como é a Religião conexa com a Política – Da Tolerância	Americus	O Estado deve prover a qualificação dos ministros da religião e isso falta ao clérigo Rio Grandense; critica a distribuição hierárquica do dízimo; no RS, o dízimo vai para o Tesouro Público e depois é distribuído aos ministros da Igreja	
388	Errata				
388	Anúncio	Relojeiro francês oferece seus serviços em Rio Pardo			

93 Caçapava, sab. 17 ago. 1839						
389	Interior	O Maranhão proclamou sua independência; notícia dos movimentos das tropas legalistas	Notícias Provinciais	O Maranhão proclamou sua independência; notícia dos movimentos das tropas legalistas	bombeiros chegados de Rio Grande	Denúncia recrutamento de estudantes para as fileiras legalistas
390	Exterior / Brasil			Notícias Provinciais	O <u>Despertador</u> n. 354	Notícias de São Paulo, Pernambuco, Maranhão e Pará; No Pará, o general Andrea ressaltava a disciplina das tropas imperiais, mesmo há 20 meses sem soldo
390-392	Exterior / Brasil			Rio de Janeiro / Câmara Deputados	Não	"(Continuação do discurso do Sr. Álvares Machado)" "Continuar-se-há" Usa notas de rodapé para fazer comentários, ironizar
392	Anúncio			Anúncio a entrada, em setembro, do 2º semestre d'O Povo e informa que as assinaturas continuavam aos leitores que não manifestarem cancelamento	O Redator	
94 Caçapava, qua. 20 ago. 1839 – Folha Extraordinária						
393	Proclamação	Declaração solene da tomada de Laguna		Declaração solene da tomada de Laguna	Domingos José de Almeida	Ovaciona Canabarro, "desse Americano, distinta vergôntea dos Washingtons no Sul"
393-396	8º boletim em Caçapava	Descrição de confronto em Porto Alegre e dos ocorridos em Laguna		Descrição de confronto em Porto Alegre e dos ocorridos em Laguna	David Canabarro	"Solo Americano"; "livres Americanos"; Laguna será a capital, visto que a Cidade do Desterro é do Império; Necessidade de logo estabelecer as leis; eleição do Presidente, convocação de Assembléa Constituinte; arrolamento dos bens dos partidários do Império em solo conquistado pelos republicanos; arrecadação dos objetos bélicos e urgente reunião de todos os corpos militares
394		Manifestação da Câmara Municipal de Laguna		Manifestação da Câmara Municipal de Laguna	Câmara Municipal de Laguna	Império é um governo inumano, perseguição aos Brasileiros, querem respeito aos direitos e prosperidade; só o que falta para a felicidade dos Brasileiros é serem livres e independentes
395	Proclamação	Rio-Grandenses e Brasileiros!		Rio-Grandenses e Brasileiros!	Antonio Netto	"progresso da democracia no Brasil"; "assumir os direitos soberanos"; Império = arbitrio, terror, crise financeira
395	Ordem de Brigada	Campo em Garopaba, 26 de julho de 1839		Campo em Garopaba, 26 de julho de 1839	Joaquim Teixeira Nunes	Nomeia a agradece os combatentes que se destacaram na ação em Santa Catarina (entre eles, Rossetti)
396	Liberdade, Igualdade, Humanidade				Joaquim Teixeira Nunes	Impossibilidade de uma constituição ser ditada e executada por um príncipe que pouco antes dominava o país como colônia, "sacudamos o jugo da Europa, sejamos Americanos"
95 Caçapava, sab. 24 ago. 1839						
397	Interior / Circular	Solicitação aos Juizes de Paz que apreendam todas as moedas de cobre sem o peso adequado		Solicitação aos Juizes de Paz que apreendam todas as moedas de cobre sem o peso adequado	Domingos José de Almeida	Novamente o problema da circulação de moeda de cobre
397	Ofício				Domingos José de Almeida	Maior rigor no controle das embarcações na Lagoa dos Patos
398	Exterior / Montevideu	Artigo sobre a República Rio-Grandense		Artigo sobre a República Rio-Grandense	Revista do Prata n.65	Destaca o bom tratamento dispensado pelos farrapos aos prisioneiros, já que lutam contra os instrumentos da tirania, e não contra seus semelhantes, rio-grandenses querem prover por si só seu bem-estar, já que o governo central mostra-se inábil e impotente para isso; aborda a questão do tratamento dispensado aos homens de cor
399	(sem título, dentro de Exterior / Montevideu)	Reprodução de texto sobre o Maranhão, precedido de comentário		Reprodução de texto sobre o Maranhão, precedido de comentário	O Nacional de Montevideu	Reproduz texto desse jornal, mas antes avisa que não é elogioso aos republicanos; o texto reproduzido narra o violento assassinato de uma senhora de mais de 80 anos
399-401	Rio de Janeiro	Câmara dos Deputados, continuação do discurso do Sr. Álvares Machado		Câmara dos Deputados, continuação do discurso do Sr. Álvares Machado		Questionamentos sobre o uso do orçamento da Marinha, questão da ocupação do Olapoque pelos franceses
96 Caçapava, qua. 28 ago. 1839						
401-403	Interior / 9º Boletim em Caçapava	Assuntos variados		Assuntos variados		O jornal informa, através da publicação dos ofícios, chama os imperiais de "bigodes"

						Feilpe Nery	
						Disposição dos bens	
403	Decreto		Devolve os bens e todos os demais direitos a um cidadão que presta juramento à causa republicana		Bento Gonçalves		
403-404	Exterior / Rio de Janeiro		Câmara dos Deputados, discurso do Sr. Montezuma				"(Continuação do número antecedente)" "Continuar-se-há", no final do texto, promete continuar com a fala do deputado sobre o caso do Rio Grande do Sul
<b>97 Caçapava, sab. 31 ago. 1839</b>							
405	Interior		"Cópia da circular que o comandante da Avanguarda da Divisão Auxiliadora dirigiu a diversos cidadãos catarinenses ao interinar-se em seu território"	Joaquim Teixeira Nunes			Refer-se ao Brasileiros como 'eles', como 'os outros', mas, ao mesmo tempo, faz ressalva que a maioria dos Brasileiros tem um espírito digno
406	Proclamação		Informa a entrada da divisão Auxiliadora no Mampituba	Joaquim Teixeira Nunes			"O escravo é mais desprezível que o tirano": espírito de ação
406-408	12ª Carta de Americus		"Idéias elementares sobre um sistema de educação nacional"	Americus			"Continuar-se-há"
408	Anúncio		Igual ao nº 93, sobre as assinaturas no 2º semestre do jornal				
<b>98 Caçapava, qua. 04 set. 1839</b>							
409-410	Exterior / Crise moral do Brasil			Aurora Fluminense			Imoralidade: crise nos sentimentos públicos e individuais; vê na sociedade um certo saudosismo do absolutismo, porque a liberdade problematizou todas as tradições; crise pela falta de princípios fixos, de regras de conduta que dêem regularidade e força à ordem social
410-411	Brasil		Câmara dos Deputados – continuação do discurso de Alvares Machado				Indica o comportamento contraditório da administração de 19 de setembro, ao propor uma monarquia constitucional, mas não agir de acordo com as leis
412	Interior / Circular				Não		Confusão sobre as questões de pagamentos de dívidas
412	Correspondência		Transcrição de carta + comentários				Sobre a ação de Luiz Pereira Leal, o Carolina, em relação a falsificação de moeda
<b>99 Caçapava, sab. 07 set. 1839</b>							
413	Interior / Oficinas		Assuntos diversos + comentário	Ofícios assinados, comentário "O Redator"			Lista de itens confiscados de um alemão por contrabando Cidadão oferece suborno a um tenente para que autorize a retirada de uma carga de sal em Pelotas; a proposta é veementemente repelida, atitude louvada no comentário do redator
414-417	Exterior / São Pedro do Sul		Comentários + transcrição de cartas para falar da situação da Província de São Pedro	Carta publicada na Aurora Fluminense, assina o comentário "O Redator do Povo"			Ridiculariza a ordem do dia de Elizeário que manda rebocar uma canhoneira que foi a pique no passo do Cai; a carta revela negociações entre o Império e Frutuoso Rivera; as dificuldades dos legalistas
<b>100 Caçapava, qua. 11 set. 1839</b>							
417-419	Interior		Sobre o reboque da canhoneira e outros assuntos diversos	Não			Encontrado o corpo do Coronel José Rodrigues Barbosa junto a outros em Mostardas; lista de cidadãos que emprestaram dinheiro e gêneros para as despesas do Estado (precariedade das finanças); Pe. João de Santa Bárbara doa livros para o Gabinete de Leitura; questão do cobre
419-420	Exterior		Câmara dos Deputados – continuação do discurso de Alvares Machado				"Continuar-se-há"
420	Necrologia		Anúncia e zomba da "morte" do periódico Sete de Abril	Não			"Continuar-se-há"
420	Editais		Anuncia o sorteio de conhecimentos a serem pagos	Domingos José de Almeida			
420	Correspondência		Comemorações do feito de Laguna em Rio Pardo	Assina "um dos concorrentes"			Descreve as comemorações na cidade; tocata e vivas nas ruas, missa, casas iluminadas à noite, baile
<b>101 Caçapava, sab. 14 set. 1839</b>							
421	Interior / Partes Oficiais		Proclamação	Bento Gonçalves			República Rio-Grandense não entra em SC com espírito Tiranía do Proconsul Lusitano X Liberdade Americana

									de conquista;	
422	Decreto		Designação de nomes para a Guarda Nacional em Caçapava	José Marianno de Mattos						
422-423	Ofícios		Informa a abertura de aula pública em São Gabriel	Antonio de Faria Correa / Domingos José de Almeida	O Juiz da Paz da Cidade usou do seu dinheiro para viabilizar a abertura da turma; educação estabelece os verdadeiros fundamentos do Republicanism, as verdadeiras bases da felicidade pública.				Domingos solicita ao Juiz que envie a conta para ser indenizado	
423	Sem título		Lista de cidadãos que contribuíram com novilhos para o pagamento de outros insumos ao Exército	Fortunato Regino Fagundes, Tenente ajudante	Diffcil situação financeira da República					
423-424	Necrologia		Dá seqüência às ironias e críticas sobre o fim do jornal Sete de Abril	Aurora Fluminense	Vítimas da guilhotina da imprensa; mudança de princípios políticos do jornal; identifica que parte do público se interessa por <i>fait divers</i> : escândalos, impressões grotescas (X razão pública, inteligência e moderação), invasão da privacidade				"(Continuação do número antecedente)"	
424	Variedade		Texto de doutrina, sobre a impossibilidade de conservar a liberdade em uma cidade corrupta	Discurso político de Machiavelli	"Os bons costumes não necessitam do socorro das leis para sustentar-se, como as leis necessitam de bons costumes para ser mantidas e observadas"					
424	Anedota		Sobre a alta dos preços dos alimentos							Fera do Arreal (?)
<b>102 Caçapava, qua. 18 set.1839</b>										
425	Interior / Ofício		Solicita o controle de entradas e saídas das pessoas no território republicano	Domingos José de Almeida						
425-426	Artigo comunicado		Transcreve trecho da obra e adiciona exemplos da República Rio-Grandense através de notas de rodapé	Francisco de Mello Franco. <b>Elementos de Higiene</b> , Lisboa, 1814	Força dos Estados vem do amor à Pátria, sábia legislação e sua exata observância; os povos mais valentes e mais amigos da Pátria são de países frios e montanhosos					Nas notas de rodapé: homens virtuosos = generosidade dos rio-grandenses com os prisioneiros; Xerxes X 300 de Esparta = confronto em Ibiuí, onde 60 farrapos derrotaram 300 legalistas; Alexandre, O Grande, com apenas alguns milhares de soldados macedônios avassalou a África e a Ásia = legalistas que, mesmo com 9 mil soldados contados por Rego Barros, não ataca um "punhado de ladrões"
426-428	Exterior / O 7 de abril de 1831		Artigo que trata do evento da abdicação de D. Pedro I + comentário (1 parágrafo)	Aurora Fluminense / Comentário sem assinatura	Brasil distanciou-se da prosperidade das artes e da labora ao apostar em pompas militares, no aparato da nobreza e na ostentação e isso não foi mudado pelo evento de 1831; Comentário: a República deve banir de seu Pacto o luxo e os desperdícios aparatosos					
428	As Notícias de Rio Grande		Dá conta de grande agitação na Província do Rio Grande do Sul pedindo o afastamento de Elizeario	Aurora Fluminense	Sugere que a política adequada para tratar a revolta é a conciliatória e não pela via das armas; o governo deve "reabilitar as influências brasileiras na posição perdida"					
428	Edital		Anuncia o sorteio de conhecimentos emitidos no troco do cobre	Domingos José de Almeida						
429-430	3º Boletim da Vanguarda da Divisão Libertadora				O Império está acabado, é uma ilusão; colocação de Andreas na presidência da província de SC é prova de que o novo ministério segue a política do terror				"galegos"	"Está conforme, Luiz Rossetti, Secretário Interino do Governo"
<b>103 Caçapava, sab. 21 set.1839</b>										
431	Interior / Circular		Solicita o controle de entradas e saídas das pessoas no território republicano	Domingos José de Almeida	O controle é uma medida para aumentar a segurança individual dos habitantes e evitar espionagem					"bombeiros e agentes"
431-434	Exterior / A queda do Ministro		Análise crítica do gabinete de 19 de setembro + comentário	Aurora Fluminense / Comentário sem assinatura	Analisa que o ministério começou sendo mais condenável por sua incapacidade; depois da pacificação da Bahia, dá início a uma política ofensiva à razão e à justiça; afirma que Rio Pardo foi um duro golpe no Império, tanto militarmente quanto pela opinião pública; No comentário, parte do quadro que o artigo do <u>Aurora</u> apresentou para ir além, afirmando que o que move o movimento republicano é um espírito do século, das conquistas Americanas contra o Jugo europeu;				Liga o <u>lusitanismo</u> a uma forma antipática de se relacionar com o povo brasileiro; diz que o artigo do <u>Aurora</u> é antigo, mas não especifica a data;	No discurso há duas vertentes: que um governo mais fraterno por parte do Império brasileiro bastaria para resolver as reivindicações dos farrapos X a idéia que a república é o movimento inescapável das Américas é o espírito do tempo; Condena a inércia dos brasileiros;
434	Variedades		"Importância da instrução primária para a administração dos crimes"	Aurora Fluminense	Baseado num relatório do governo da França, relaciona os índices de educação com os de criminalidade					Crítica a política europeia, mas toma a ilustração como exemplo
434	12ª Carta de Americus		"idéias elementares sobre um sistema de educação nacional"	Americus	Primeira escola: dos seis aos nove anos; método Lancaster; Segunda escola: dos nove aos onze anos; Terceira escola: dos onze aos 14;					"Continuação do número 97"
<b>104 Caçapava, qua. 25 set.1839</b>										
435	Interior / O Imortal 20 de		Saúde e descreve as comemorações	Não	Indica a importância das festas cívicas para marcar e					"governo anti-Americano e corrupto que polui o infortunado

			da República				fortalecer o espírito republicano: banda de música, vivas, missa, cavalhadas, iluminação noturna na Capital	Brasil"
	Setembro							
435-436	Decreto		Determina a devolução dos bens a cidadãos que prestaram juramento		Domingos José de Almeida			
436	Ofícios		Notícias dos campos de batalha / Nomeação de procurador geral em Santa Maria		Antonio Netto		Dificuldade em organizar as instâncias públicas nos municípios	
436	Ata do Juramento		Juramento de Alegrete		Domingos José de Almeida			
437	Editais		Anúncio o sorteio de conhecimentos a serem pagos		Americus		Especifica a aplicação prática do método de Lancaster; crítica o uso de castigo físico aos alunos; afirma que não há boas escolas sem bons mestres e nem bons mestres sem lhes pagar bem	"Continuação do número antecedente" "Continuar-se-há"
437-438	Exterior - 12ª Carta de Americus		"Idéias elementares sobre um sistema de educação nacional"					
<b>105</b> Caçapava, sab. 28 set. 1839								
439	Interior / Ordens do Dia		Estipula a ordem que devem seguir os requerimentos na hierarquia militar		José Mariano de Mattos		Necessidade de organização na comunicação	
439-440	Interior / Ordens do Dia		Parabeniza os oficiais presentes numa batalha com os legalistas na Azenha		Antonio Netto			
440	Ofícios		Domingos responde a solicitação do Juiz de Paz de Rio Pardo		Domingos José de Almeida		Extrema pobreza dos municípios, problemas de dinheiro (falta troco) e de alimentos; todos os recursos são empregados na guerra e afirma que seria injusto e uma sobrecarga ao Estado ter de prover o alimento a pessoas "talvez votadas ao vício e à preguiça"	
440-441	(ofícios)		O documento seguinte volta atrás e determina a distribuição de carne		Domingos José de Almeida		Pede que se diferencie quem é realmente necessitado dos "vadios e de saúde robusta"	
441-442	(ofícios)		Determinação da mudança da Câmara de Jaguarão para Herval				Mudança por motivos de segurança; demonstra a imensa dificuldade em organizar a manter as instituições do Estado pelo território	
442	Exterior - 12ª Carta de Americus		Nomeação de juizes de órfãos e municipais da Vila Setembrina		Americus		Especifica a Terceira Escola, da dificuldade de cruzar a matemática com outros ramos do conhecimento; noção utilitária do conhecimento, referência social	"Continuação do número antecedente" "Continuar-se-há"
442	Anúncio		"Idéias elementares sobre um sistema de educação nacional"				"Miguel Luiz Vieira Júnior" virou "Miguel José Vieira"	
442	Anúncio		Cidadão passa a assinar outro nome por haver um homônimo					
<b>106</b> Caçapava, qua. 02 out. 1839								
443-444	Interior / Ofícios		Assuntos variados				Uso de prisioneiros para formação da Marinha em Laguna; ação de quadrilhas (assassinos e saqueadores)	
444-445	Exterior / Decretos		"Liberdade, Igualdade, Humanidade"				Afirma que a Nação aderiu a um sistema democrático; Nomeia Ministro da Fazenda Interior e Justiça: João Antonio de Oliveira Tavares; e de Guerra, Marinha e Exterior, Antonio Claudino de Souza Medeiros; David Canabarro, General do exército Catarinenses	
445-446	Ofícios		Ofício de Teixeira Nunes demonstra preocupação com a situação em Laguna		Joaquim Teixeira Nunes		Denuncia a violência e vandalismo dos legalistas (atearam fogo em propriedades, rasgaram os vestidos das mulheres); Informa a suspensão das garantias da Constituição para a ação das tropas legalistas a mando de Andreas	"Se os papéis juntos merecerem sua aprovação, poderiam ocupar as colunas d'O Povo, afirm de que nossos patriotas sejam também informados de tudo que por aqui se passa"; "aceite respeitosa saudações de Rossetti" O tom do ofício a Bento (demonstra preocupação) é bem diferente do Boletim (mais virulento); "satélites"
446	2º Boletim da Vanguarda da Divisão Auxiliadora		Notícias de Laguna		Joaquim Teixeira Nunes		Relaciona a suspensão da constituição à perpetração de crimes	Assina Luiz Rossetti, secretário interino do Governo
447	Ofícios		Notícias dos movimentos militares em Laguna		Joaquim Teixeira Nunes			
	(ofícios)		Canabarro rejeita o cargo de General do Exército Catarinense, mas não é atendido pelo presidente		Antonio Claudino de Souza Medeiros			
<b>107</b> Caçapava, sab. 05 out. 1839								
449-452	Exterior / Decretos		Decisões diversas, que demonstram as questões consideradas mais urgentes para a nação que surge		vários		Isenta de impostos a comercialização de gado entre as repúblicas; define a bandeira e tope nacional (cores: verde, branco e amarelo); decreta o ancoradouro de Laguna como Porto Franco (menos aos inimigos da	Toda a edição é dedicada a decretos, todos precedidos da inscrição "liberdade, igualdade, humanidade"; a República de Santa Catarina é tratada como Exterior; Definição da bandeira e do tope nacional: importância dos

						República); definição de impostos e das espécies monetárias aceitas para as transações comerciais; faz planos para o porto na Cidade do Desterro, se viesse a ser conquistada; mudança do nome da cidade, definição como capital; decoração do brasão (símbolo); torna solene o 22 de julho	símbolos para "relevar a dignidade por tanto tempo abateida da Nação"; "grilhões do despotismo"; "continuadas injúrias que o governo anti-americano do 2º Pedro se obstina em fazer à nacionalidade brasileira";
<b>108</b>	Caçapava, qua. 09 out. 1839						
	453	Interior / Ata	Resultado do sorteio de conhecimentos				
	453-455	Ofícios	Comunica os ataques de assassinos e salteadores, com atos de extrema violência			Presença constante da violência	
	455-456	Correspondência	Carta que detalha comemorações cívicas em Piratini	"Um espectador"		Descreve bem como eram as comemorações da época; ressalta a participação do "belo sexo"; afirma que as comemorações foram impactadas pela notícia do assassinato do Capitão Noé José de Lima	"trono", "diadema" para referir o Império
	456	Correspondência / Piratini	Pede vingança pela morte do Capitão Noé José de Lima; exalta sua memória	"Um patriota"			"a Liberdade não consiste só em palavras"
	456	Soneto	A sentidíssima morte do valente e honrado Capitão Noé José de Lima	Não			
	456	Anúncio	Cidadão passa a assinar outro nome por haver um homônimo			"Miguel Luiz Vieira Júnior" virou "Miguel José Vieira"	Idem ao anúncio do n. 105
<b>109</b>	Caçapava, sab. 12 out. 1839						
	457-458	Exterior / Brasil	Câmara dos Deputados (sessão de 3 de junho)	Jornal do Comércio		Sr. Alvares Machado faz um retrospecto de importantes momentos da política no Brasil: dissolução da Assembleia Constituinte, renúncia de D. Pedro; caracteriza o período logo a pós a renúncia como estável, até os caramurus tomarem o ministério	"rebeldes"
	458-459	República de Santa Catarina	Publicação de peças oficiais do Império interceptadas em SC, datadas de julho de 39			Os oficiais selecionados dão conta de certa desorientação e desleixo nas forças imperiais	
	459	Interior / Ofícios	Assuntos diversos	Domingos José de Almeida ao Juiz de Paz de Caçapava		Caso de polícia envolvendo escrava / Lista de pessoas de Cruz Alta que emprestaram dinheiro para o Governo nas despesas de guerra	Mentalidade escravista é pura contradição com os princípios de aplicação da Justiça, já que a escrava já estava condenada de antemão
	460	Lista Numérica...	Dos conhecimentos, que em virtude do Decreto de 8 de julho do ano passado foram sorteados em data de hoje	Escrivão da caixa de amortização, José Lopes Ferrugem			
<b>110</b>	Caçapava, qua. 16 out. 1839						
	461-463	Ofícios	Assuntos variados: Relação de indivíduos promovidos no Corpo da Guarda Nacional em Alegrete; questão sobre confisco de gado; festejos ao 20 de setembro em São Borja; Luiz Carlos de Oliveira informa sobre a escola que montou em São Gabriel			Festejos tradicionais da época; montagem de escola pelo sistema de ensino mútuo sem nenhuma aplicação de dinheiro do estado, 50 alunos e 35 alunas;	Pedido de publicação no jornal dirige-se a Domingos José de Almeida; São Borja = povo missionário; bandeira presente na escola (símbolo nacional); escravidão, ignorância; sabedoria que controla as paixões
	463-464	Exterior / República de Santa Catarina	Dá continuidade à publicação de peças oficiais interceptadas do Império			Império demonstra preocupação com a moral das tropas, procurando não atacar sem certeza de vitória	"Continuação do número antecedente"; o número anterior não indicava continuação; "rebeldes", "loucos"
<b>111</b>	Caçapava, sab. 19 out. 1839						
	465-467	Biografia	Biografia do falecido General João Manoel de Lima Silva	Não		Após a biografia há um texto que fala da importância de se preservar o exemplo dos heróis e dá detalhes da solenidade de sepultamento do General (detalhes da simbologia do evento);	Único exemplar da coleção que conta com uma ilustração (do monumento erigido ao general?); edição com 5 páginas;
	467-469	Sem título (ofícios)	Exames do corpo são realizados para confirmar que pertencem mesmo ao General Manoel de Lima e Silva; Bento solicita que os restos sejam recolhidos em urna e remetidos a capital				Os ofícios publicados depois da biografia e do detalhamento da cerimônia de sepultamento parecem necessários para corroborar as informações e trâmites
<b>112</b>	Caçapava, qua. 23 out. 1839						
	471	Interior	"Força de que se compõe o Exército Rio Grandense no seu Estado completo, conforme o Plano da organização dos Corpos das diversas			Quadro que enumera os corpos de Primeira Linha e da Guarda Nacional	



				<b>Armas"</b>					
472	Ofício		Agradecimento dos familiares de Lima e Silva pelas homenagens prestadas ao falecido general	General Francisco de Lima e Silva					
472	Circular		Domingos envia exemplares d'O Povo ao general Antonio Netto e outros oficiais do exército republicano	Domingos José de Almeida					Preocupação em fazer a informação circular entre as tropas, especialmente em divulgar o tratamento dado pela Nação àqueles que morreram empunhando armas
472-473	Correspondências		Carta cobrando mais energia do Governo na punição de espões	Assinam "uns Republicanos"					Situação paradoxal em relação ao cumprimento de Leis: a revolução é levantada sobre uma queixa de que o Império não cumpre as Leis; num estado de guerra, a população não tolera a moderação no trato do inimigo
473	Correspondências / Estado Oriental			"Um velho de 80 anos"					O levante de armas é contra a "fação luso-brasileira" que dirige o Brasil; o leitor tira as suas impressões da leitura dos documentos publicados n'O Povo
473	Exterior / Brasil		Câmara dos Deputados, sessão de 30 de agosto de 1839						Fala do Sr. Resende sobre as dificuldades do Brasil em reunir homens e cavalos; ministério pinta o rebelde como nus, sem recursos, divididos entre si e as forças imperiais numerosas, bem pagas, bem vestidas, bem disciplinadas, no entanto, encurralada em dois ou três cárceres enquanto os rebeldes avançam sobre SC;
474	Conclusão da sessão de 14 de junho		Câmara dos Deputados, sessão de 14 de junho de 1839, fala Sr. Montezuma						Afirma que não é a lei dos prefeitos que mantém a paz em determinadas províncias, e sim as boas condições: indústria, ilustração e riqueza
474	Anúncio		Cidadão passa a assinar outro nome por haver um homônimo						"Miguel Luiz Vieira Júnior" virou "Miguel José Vieira"
<b>113</b> Caçapava, sab. 26 out. 1839									
475-477	Exterior		"Movimento geral em todo o Norte do Brasil – Sucintas reflexões sobre nosso estado político"; Situação política no Maranhão, Piauí e Ceará	O Cincinato / Correio Mercantil					Dá conta que rebeldes teriam ocupado dois pontos bastante importantes da província do Maranhão: analisa: "as instituições liberais que nos regem quase que vão sendo encarradas como incapazes de felicitarem a nação" (p. 475); corpo legislativo não tem conseguido fazer leis que melhorem as condições de vida do povo; considera uma grande idéia que o monarca volte a se investir de poder supremo (ao que o jornal comenta, em nota de rodapé: <i>fora pateta!!!</i> );
477	Maranhão		Proclamação do Presidente da Província	Manoel Felizardo de Souza e Melo					Afirma que todas as providências para a pacificação estão sendo tomadas; torna relevante o interesse coletivo: "Cidadãos brasileiros de quaisquer opiniões políticas, abandonai neste solene momento as rivalidades todos para a salvação da província"
477-478	Piauí		Agitações na cidade de Parnaíba						Pintam os rebeldes mais como um bando de saqueadores e desordeiros
478	Ceará /		Proclamação de João Antonio de Miranda, Presidente do Ceará	Correio Mercantil					O discurso clama por alguns valores iguais aos dos farrapos (lealdade, feitos da humanidade, verdadeiros filhos da pátria, religião), mas tem um tom mais agressivo e cobra a participação dos cidadãos de um jeito mais impositivo, não como os farrapos, que invocam um espírito do tempo, de ação
478	Câmara dos Deputados		Conclusão da sessão de 14 de junho						Sr. Montezuma defende o sistema de governo monárquico constitucional
478	Anúncio		Cidadão oferece recompensa a quem encontrar uma carteira de documentos						"continuação do número antecedente" "continuar-se-há"
<b>114</b> Caçapava, qua. 30 out. 1839									
479-480	Interior / Decreto		Ordem a criação de uma Companhia do Arsenal de Guerra, composta por artífices	Domingos José de Almeida / Bento Gonçalves					
480-481	Correspondência Oficial		Descreve os festejos pelo 20 de setembro em Laguna	De David Canabarro para Domingos José de Almeida					
481-482	Exterior / Brasil		Câmara dos Deputados, sessão de 28 de junho, sobre a pacificação no Pará,						A paz é contumida pelo Império com o silêncio sepulcral imposto pela violência de uma autoridade, onde a

Notas de rodapé para comentários d'O Povo: "triunfo de um galego sobre um Americano; que blasfêmia!"; "os galegos em

				deputado Angelo Custódio denuncia excessos, como o açoit de prisioneiros			vontade impera, onde não há segurança individual nem de propriedade; deslocamento dos braços para os corpos policiais em vez da agricultura; comércio monopolizado; defende sistema de moderação;	toda parte são imundos e asquerosos. O Sr. Elizeário cá fez outro tanto, mas não se safou tão bem" Mercados de Constantinopla - procurar	
<b>115</b> Caçapava, sab. 02 nov. 1839									
483	Interior			Notícia a morte do republicano Justo José Vieira	Não		Jornal cobra novamente maior energia do Governo na punição dos inimigos: "Ao traçar estas linhas em obsequio à memória do Patriota que perdemos, rogamos ao Governo que despregue mais alguma energia acerca das pessoas que nos rodeiam" [...] e "marche de forma que não se arrependa da criminosa moderação"		
483	Ofícios			Designa pensão à viúva de Justo José Vieira, além de oferecer as fazendas para a confecção do luto da família;	Domingos José de Almeida		Tratamento da República aos familiares de mortos em combate		
484	(ofícios)			Indica a entrada volumosa de objetos bélicos vindos de Montevideú	Francisco Modesto Franco		Relações cordiais com o Prata		
484	(ofícios)			Cerco e execução de Antonio da Rosa, comparsa de conhecidos assassinos que atuam em Jaguarão	Domingos Crescêncio de Carvalho e Fermiano Alves dos Santos		O indivíduo já havia sido prisioneiro três vezes; Domingos cumprimenta a execução; justifica o endurecimento nas punições pelas contínuas represálias do Império (envio de Andreas para SC), responsabilizando-o pelo sangue derramado		
484-485	Decreto			Devolve os bens e direitos a Manoel Vellozo Rebello	Bento Gonçalves				
485	Requerimentos			Manoel Vellozo Rebello, por motivo de doença, torna José de Sá Brito seu procurador para prestar juramento					
486	Editais			Queima de conhecimentos	Domingos José de Almeida				
486	Exterior / Brasil			Câmara dos Deputados, sessão de 28 de junho	Jornal do Comércio		Fala sobre homens de cor livres, o que é considerado "um horror"	"continuação do número antecedente"	
<b>116</b> Caçapava, qua. 06 nov. 1839									
487	Interior / Ata			Reunião de pagamento e queima de conhecimentos / Relação dos cidadãos de Bagé que emprestaram ou doaram dinheiro para a luta da Independência de 1839			A contribuição de indivíduos era uma das fontes de renda da revolução		
487	Exterior / Brasil			Carta de um bahiano (de 20 de agosto de 1839)	Preserva a identidade de do remetente		Relata maus tratos a prisioneiros da sabinada (Bahia); Aurora do Rio (Aurora Fluminense) publica a queixa de um dos presos (Sabino), que em represália é mandando ao porão de uma corveta preso em ferros, incommunicável, sem comida ou roupas;	Sinaliza cortes na correspondência com pontinhos (.....) Tirania "Faz diligência para que a folha republicana desse liberal Governo publique tudo isso e que clame aos povos acerca dos efeitos das instituições do desgraçado Brasil"	
488	Rio de Janeiro			Câmara dos Deputados, sessão de 13 de agosto de 1839			Sr. Ottoni afirma ter medo que o atual ministério se aproveite dos males públicos para justificar ainda mais arbítrio (idéias expressas nos jornais que defendem o Império), critica a presença de Andreas em SC	Muitas citações aos jornais da época	
489-490	Interior / Decreto			Sessão de 28 de junho			Sr. Nunes Machado questiona procedimentos administrativo de Andreas no Pará, como o recrutamento de todos os homens entre 15 e 50 anos, sem exceção, e a imputação de castigos excessivos aos insubordinados		
490	Anúncios			Roubo de dois cavalos de Domingos José de Almeida, oferece recompensa / Troca de nome por haver homônimo / Repete o anúncio do n. 113 sobre a carteira de documentos perdida			Reproduz os desenhos das marcas trazidas pelos cavalos		
<b>117</b> Caçapava, sab. 09 nov. 1839									
491	Interior / Decreto			Promoções na Companhia de Artífices	Bento/Domingos				
491-492	Correspondência			Leitor defende o fim da moderação da república no trato ao inimigo	"Constante Leitor"		Questionamento do princípio da moderação; população sofre com roubos, massacres e violência, fazendo com que a questão política seja colocada de lado: "as leis devem regular-se sobre as circunstâncias em que se acha a sociedade" (p. 492)		
492-493	Exterior / Brasil			Câmara dos Deputados, sessão de 28 de junho			Deputados pedem explicações sobre a violência nos métodos de pacificação no Pará	"continuação do número antecedente" Sr. Ottoni: "Eu já disse ontem que há um tribunal acima do	

							tribunal sagrado, um tribunal diante do qual todos os agentes da administração pública tem obrigação de justificar a sua conduta; este tribunal é o da opinião pública" (p. 493) "continuar-se-há" Reproduz as marcas trazidas pelos cavalos
494	Anúncio	Roubo de dois cavalos de Domingos José de Almeida, oferece recompensa					
<b>118</b> <i>Caçapava, qua. 13 nov. 1839</i>							
495	Interior / Ofício	Relatório sobre o ataque que assassinou José Manoel de Leão					Violência, assassinatos e roubo por parte de tropas imperiais, que somariam 400 homens
496-498	Exterior / Brasil	"Mais documentos para servir à História da Revolução do Pará"				<u>Aurora Fluminense</u> , correspondência assinada por Paulo Maria Perdigão, tabelião	Consciência que a publicação de documentos nos jornais serviria ao trabalho histórico; "habitantes reduzidos à classe de negros africanos"
498	Rio de Janeiro	Câmara dos Deputados, sessão de 28 de junho					"continuação do número antecedente" "continuar-se-há"
<b>119</b> <i>Caçapava, sab. 16 nov. 1839</i>							
499	Interior / Correspondência	Relatório da organização das despesas do Trem de Guerra				"Seu assinante"	
500	Ofícios	Promoções, nomeações e pedidos de dispensa					
501	Exterior / Brasil	Notas Provinciais – Publicação de uma carta anônima que desmente o Gen. Andréa sobre as atrocidades cometidas na corveta <i>Defensora</i> , no Pará				<u>Aurora Fluminense</u>	Publica exatamente como na <i>Aurora</i> , inclusive a nota sobre o limite de espaço do jornal, que só permitiu a publicação de extratos
501-502	O Sr. Pardal e os negócios de Santa Catarina	Texto pautado em um discurso do deputado Coelho, sobre o governo de Pardal, em SC				<u>Aurora Fluminense</u>	Tiranias, violações
502	Anúncios	Oferece recompensa por escravo fugido e república o anúncio dos cavalos roubados de Domingos José de Almeida				Não	
<b>120</b> <i>Caçapava, qua. 20 nov. 1839</i>							
503	Interior	Dá conta dos movimentos do Presidente, que voltou a capital após viagem por São Gabriel, Alegrete e São Borja				Não	Portugueses X Brasileiros / Americanos
503	Correspondências	Leitor cita nota do Jornal do Comércio (RJ) e pede espaço n' <u>O Povo</u> para se defender				José Pinheiro de Ulhôa Cintra	Salvação pública é o laço que une os rio-grandenses
504	(correspondências)	Contesta correspondência publicada n' <u>O Povo</u> , que afirmaria que os Piratinenses detestam as Leis				Livres Piratinenses	"gênicos atribulários, perversos e exaltados" – nota de rodapé – "Jacobinos como os de França"
504-505	Exterior / República de Santa Catarina	Decreto definindo promoções para os Corpos de Guardas Nacionais e 4º Batalhão de caçadores					Importância da rápida organização do Exército na nova República
505	Ordem do Dia (SC)	Nomeia um Comandante interino para habilitar as forças da Guarda Nacional					Dificuldade em organizar as forças armadas, soldados inexperientes
506	Decreto (SC)	Nomeações ao Batalhão de Caçadores					
506	Decreto (SC)	Promove a Coronel o Major Antonio Claudino de Souza Medeiros				Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro	
507-508	Brasil	"Mapa extrato ou conta corrente dos habitantes do Pará encerrados em missões de navios, a ferros, e massacrados" (subtítulo)				<u>Aurora Fluminense</u>	Levantamento numérico dos presos, mortos, recrutados, forçados a trabalhar nas prisões do Pará

508	Sem título (Aos revolucionários do Rio-Grande)	"Da Crônica Dramática da Revolução de Maio, declarada aos Revolucionários Rio-Grandenses, traduzimos a dedicatória que segue" Relojoeiro francês oferece serviços	Não revela fonte nem assinatura	Inevitabilidade da República na América	Texto em 1ª pessoa do singular
<b>121</b> Caçapava, sab. 23 nov. 1839					
509	Interior			Estabelecimento de relações diplomáticas com a República de Santa Catarina serve de exemplo às demais províncias que quiserem se separar do Império	
509	Decreto	Bento passa a administração da República Rio-Grandense ao vice José Mariano de Matos para encarregar-se do exército	Bento Gonçalves		
509-510	Ofícios	Bento prorroga o afastamento de Domingos José de Almeida no governo por conta de seu afastamento da presidência para chefiar o exército	Bento Gonçalves / Domingos José de Almeida	As forças imperiais ameaçam os rebeldes em vários pontos do estado	
510	Decreto	Restituição dos bens de cidadão que prestou juramento a República			
510-511	Correspondências	Troca de carta entre compadres	Assina Thomás José da Silva para Antonio Coelho de Souza	Thomás argumenta com o compadre, pedindo que este se reintegre ao Império para fugir da miséria da província em guerra; cita o exemplo de Bento Manoel Ribeiro	Os líderes republicanos infligiriam ao povo os mesmos desmandos que os representantes do Império, submetendo o povo "a uma escravidão tal que já vivem em associação com escravos africanos" (p. 511)
511-512	(correspondências)	Troca de carta entre compadres	Antonio Coelho de Souza responde a Thomás José da Silva	Espírito do século: república é um direito natural; razão e justiça; diz que o caso de Bento Manoel é intriga, boato	Em nota de rodapé: "No número seguinte diremos duas palavras acerca desta e da carta do Sr. Thomás
513	Suplemento ao Povo n. 212	Ofícios	Antonio Netto	Solicita a Bento Gonçalves infantaria e armamento para desenvolver as guarnições em Santa Catarina	
513	Anúncios	Procura-se um pardo fugido de nome Silvestre; publica anúncio sobre escravo fugido do nº 119; mudança de assinatura (homônimos); procura-se uma obrigação; publica o anúncio do relojoeiro francês do nº 120	Não		
<b>122</b> Caçapava, qua. 27 nov. 1839					
515	Interior / Ofício	Transfere a exportação de gado do Passo dos Canudos ao Passo dos Liscano	Domingos José de Almeida		(Não cumpre a promessa de falar sobre as cartas)
515-516	Decreto	Medidas para fomentar e organizar o comércio de gado	Bento Gonçalves / Domingos José de Almeida	Consciência da necessidade de estimular o comércio de gado para o desenvolvimento da República	
516-518	Correspondência	Leitor escreve para relatar atrocidades ocorridas em Triunfo a 18 de setembro, entre elas o cruel assassinato do Coronel Leão	"O Amigo angustiado"	Morte do Coronel Leão; força imperial a mando de Francisco Pedro de Abreu tortura escravos para saber da situação do local; usaram fardas republicanas como disfarce	Torturou "escravos empregados nos trabalhos rurais"
518	Anúncios	Dois fugas de escravo, um deles de 9 anos de idade; publica o da fuga de Silvestre e o do relojoeiro francês	Não		
<b>123</b> Caçapava, sab. 30 nov. 1839					
519	Interior / Ofícios	Deilbera instalação do Conselho de Procuradores Gerais para o dia 1º de janeiro de 1840 a fim de discutir a eleição de autoridades municipais e a instalação da Assembleia Constituinte	Domingos José de Almeida	Estado tem necessidade de organizar as autoridades públicas e instalar a Assembleia Constituinte	
519-520	(ofícios)	Troca de cartas entre Saturnino de Souza e Oliveira e José Fernandes Barbosa, Chefe de Polícia de Pelotas; o primeiro faz ameaças veladas e oferece anistia ao segundo, que declina	Saturmino de Souza e Oliveira e José Fernandes Barbosa	O representante do Império ocupa-se em desqualificar a autoridade do Chefe de Polícia, dado que é um cargo de um governo rebelde, e também promove "sutis" ameaças ao republicano, falando num tom revestido de poder "legítimo"; o republicano afirma que pertence a um "Supremo Governo", em marcha conciliadora, moderada e filantrópica, seguindo a marcha do século e do entendimento humano;	

520	Correspondência	Leitor corrige a data de morte publicada na biografia de José Manoel de Lima e Silva, afirmando que o correto é dia 18 de agosto de 1837 (e não a 29 de agosto)	José Tieté Jardim	Preocupação que a informação pode ser repetida erroneamente, passando para a História da República	
520-522	"Continuação da Crônica Dramática da Revolução de Maio, declarada aos Revolucionários Rio-Grandenses"	Continuação do texto do número 120	"A."	Afirma que a questão na América não é Monarquia X República e sim centralização ou não-centralização; o problema político do Novo Mundo é achar a fórmula constitucional das novas repúblicas da América; a tendência republicana rio-grandense é legítima e irrevogável (a obra é mais forte que os autores); afirma sua posição nas revoluções da América e destaca seus feitos e heróis ao lado dos demais americanos	Galo como símbolo da República; se ergue sempre antes do dia; dar luz ao povo;
522	Variiedade	Pequeno trecho moral	Não		
522	Anúncios	Dois anúncios de escravos fugidos relojoeiro francês	Não		
<b>124</b> Caçapava, qua. 04 dez. 1839					
523	Interior / Ofício	Antecipa a realização do Conselho de Procuradores Gerais pelo fato de que já há quase o número legal de Procuradores em Caçapava	Domingos José de Almeida	Exército brasileiro X exército republicano	
523-524	Comunicado	Contesta a versão dada por Elizeario sobre a batalha do Rosário (ocorrida em fevereiro)		Elizeario atribui a derrota à "indignidade dos dois Bentos" e a versão o O Povo, a superioridade numérica dos republicanos, à posição desvantajosa da linha de batalha e à imperícia do Sr. Marquês de Barbacena.	Chama à conclusão o leitor imparcial
524	Correspondência	Leitor pede que se publiquem peças do jornal O Nacional de Montevideu sobre a situação política na Argentina	Assina "Oriental" O Nacional de Montevideu	Queda de Rozas na Argentina, discurso muito parecido com os republicanos rio-grandenses (tirano que espezinha nossos direitos, liberdade, etc)	Publica as peças para mostrar "a imparcialidade que nos dirige na redação desta folha"
524-526	Exterior / Montevideu	Publicam as peças enviadas pelo leitor			"continuar-se-há"
<b>125</b> Caçapava, sab. 07 dez. 1839					
527	Exterior / Corrientes	Pequeno trecho sobre a importância da moralidade doméstica	Não	Versão dos "legalistas" de Corrientes	
530	Pensamento	Repetição os anúncios do nº 123		Família é o modelo das leis e da sociedade	
530	Anúncios				
<b>126</b> Caçapava, qua. 11 dez. 1839					
531	Interior / Decreto	Rearranjo no sistema de impostos do gado de corte passados ao Uruguai por estancieiros rio-grandenses	Domingos José de Almeida	Problemas decorrentes da manutenção do porto de Rio-Grande nas mãos do Império	
531-533	Ofícios	Notícia ataque das forças imperiais em Rio Pardo	Antonio Joaquim / Domingos José de Almeida	Demonstra fraqueza da guarda republicana em Rio Pardo; a cidade foi saqueada e o exército prejudicado em armamentos e a banda e instrumentos musicais; acham impossível que o golpe tenha acontecido sem ajuda de pessoas do lugar, ao que ordena que a polícia instrua processo a todos que a voz pública indicar	
533-534	Comunicado	Republica a contestação a Elizeario publicada no número 124, "por inexistência o primeiro inserto"			"continuação do número antecedente"
534	Exterior / Montevideu				Uso da palavra "satélites"
535	Suplemento ao Povo nº 126 / Contestação à mensagem				
<b>127</b> Caçapava, sab. 14 dez. 1839					
537	Interior / Edital	Posse do vice-presidente José Mariano de Mattos			
537	Circular	Proíbe a compra e venda de águas para corume		Remete ao preconceito existente no Estado em utilizar águas para montaria?	
537	Correspondências	João Antonio da Silveira utiliza o jornal para reunir os soldados de São Borja, Cachoeira, Alegrete e Cruz Alta	João Antonio da Silveira	Necessidade de recrutamento, aqueles que não se apresentam merecem o "desprezo da Pátria"	

538	(correspondências)	Leitor comenta a troca de cartas entre Saturnino de Souza e Oliveira e José Fernandes Barbosa, Chefe de Polícia de Pelotas;	R.G.L	Contrapõe a afirmação do Bacharel do Império, que diz odiar derramamento de sangue, com os recentes casos de assassinato cometidos na República;	Despotismo, cetro de ferro, injustiça, arbítrio; relaciona "Saturnino" com "Saturno", que engoliu seus próprios filhos. Redator assina um comentário aditado ao texto, em nota de rodapé; cumpre a promessa de comentar o caso
538-540	Exterior	"Belezas do Sr. Philippe, cujos originais se acham nesta Tipografia, e vão copiados com a mesma gramática e ortografia que usa seu autor" (subtítulo); Correspondência de Philippe Nery, provavelmente interceptada João Pereira de Souza passa a assinar João Pereira de Oliveira	Carta de Philippe Nery para Sr. Vellozo, de 12 de dezembro de 1838 (um ano atrás)	Rotina de roubo de correspondências; comenta a mudança da situação da guerra: já não é mais por opinião, é por sobrevivência; afirma que o mal maior não são os farrapos, é a conjuntura política na Corte; fala dos jornais da época	"farrapos"
540	Anúncio	João Pereira de Souza passa a assinar João Pereira de Oliveira			
<b>128</b> Caçapava, qua. 18 dez. 1839					
541	Interior / Decreto	Nomeia o Tenente Coronel Serafim Joaquim de Alencastre como Ministro interino da Guerra e da Marinha	José Mariano de Mattos	É nomeado, mesmo a contragosto	
541	Sem título	Relação de cidadãos que doaram ou emprestaram dinheiro para a luta			
542-544	Exterior	"Belezas do Sr. Philippe, cujos originais se acham nesta Tipografia, e vão copiados com a mesma gramática e ortografia que usa seu autor"	Carta de Philippe Nery para Sr. Paranhos, de 12 de dezembro de 1838 (um ano atrás)	Cita a "traição de Bento Manoel"; fala da publicação no Povo de uma carta sua (Nery) a Fructo (Fructuoso Rivera); fala das relações com o Prata	"Continuação do número antecedente" "farrapos"
544	Brasil / Maranhão	Visão de um legalista da situação no Maranhão	Carta Particular	Afirma que o atual presidente da província não dispõe de energia e atividade necessária para debelar os rebeldes e critica sua aproximação com os oposicionistas	"rebeldes"; "revoltosos"
544	(idem)	Visão de um legalista da situação no Maranhão		Relata o envio de carne para as tropas legalistas no Maranhão, critica a política de moderação adotada pelo Império, tolerando os abusos dos rebeldes	
544	Anúncio	João Pereira de Souza passa a assinar João Pereira de Oliveira			
<b>129</b> Caçapava, sab. 21 dez. 1839					
545	Interior / Decreto	Governo oferece indulto aos oficiais que se evadiram do serviço do exército	José Mariano de Mattos	Aponta "as incalculáveis vantagens que a maior parte das vezes se conseguem com a clemência, a moderação e a bonomia dispensadas em prol de erros que todo o rigorismo das Leis não seria suficiente para reprimi-los"; Republicanos tomam medidas para aumentar suas fileiras; forças "do despotismo" despertam em várias partes do território	Vice-presidente pretende "derramar sobre as cicatrizes da Pátria um bálsamo vivificante"
545	Circular	Ministro da Guerra chama às armas todos os cidadãos militares, desempregados e desligados do serviço	Serafim Joaquim de Alencastre	Em contraste com a clemência e a moderação pregados em relação aos evadidos do exército republicano, o peso das leis não é amortecido no caso dos saqueadores	O discurso apela mais ao patriotismo e aos valores republicanos do que à coação; não usam a palavra "recurtamento"
546	Ofícios	Determina a execução de 4 comparsas do salteador Dedeco	Serafim Joaquim de Alencastre	A única prova que havia contra ele era o depoimento dos cativos; como as Senhoras dos escravos não prestaram queixa e não havia outras provas, foi inocentado;	Não afirma diretamente tratar-se de uma execução, mas, sim, cumprir-se o decreto de 4 de fevereiro de 1839 (p. 185)
546	Correspondência	Cidadão Antonio de Campos pede que publiquem o despacho do Juiz de paz que o inocenta da acusação de tráfico de escravos ao Estado Oriental	Antonio de Campos	Importância da honra, práticas escravistas eram comuns	
546-548	Comunicado – Um quadro abreviado do Império do Brasil	Texto da redação do Povo criticando o Império e suas instituições	Não assinado	"Edifício monárquico do Brasil está a desmoronar-se"; a justiça, a razão, a lei, o direito e a humanidade são quimeras; inutilidade do corpo legislativo; tomada de empréstimos abusivos; governo através do assassinio e do terror;	"Religião, Humanidade, cobri-vos de luto, porque, no século 19, ainda existe uma facção, a <i>imperial</i> do Brasil, cujos dogmas, cujos feitos fazem o horror dos séculos chamados da intolerância, das trevas e da barbaridade" (p. 548) "detestáveis caudilhos da escravidão" (p. 548) "separemo-nos para sempre da horda medonha dos <i>salteadores</i> do império" (p. 548); Linguagem violenta
<b>130</b> Caçapava, qua. 25 dez. 1839					
549	Interior / Decretos	Promove Joaquim Pedro Soares a Coronel da 1ª Linha do Exército	Domingos José de Almeida		
		Nomeia Sebastião Ribeiro Ministro da Justiça e do Exterior	José Mariano de Mattos		
549-550	Ofício	Solicita ao Chefe de Polícia de Caçapava que não permita a entrada de ninguém na capital sem que se apresente a ele		Estado policial, com grandes restrições aos direitos individuais	

550-551	Conselho de Procuradores Gerais da República Rio-Grandense	Ata das reuniões de 21, 22 e 23 de dezembro	Assinadas pelo Vice-Presidente e procuradores gerais	Procuradores prestam juramento, que mudou: "Juro manter a Religião Católica Apostólica Romana, a Independência, Integridade e Indivisibilidade da República Constitucional Rio-Grandense; observar, e fazer observar as leis em vigor e ordens do Governo, como em tudo quanto por ele for consultado a bem dos interesses da Nação, dar livremente o parecer, que convier tendo diante dos olhos a Deus e os interesses da Pátria nascente"; Decidem que a Assembléa será Constituinte e Legislativa; composta por 36 deputados escolhidos por "geral Eleição, feita pelo método semi-direto adotado no Brasil cujas conerentes Leis e instruções sejam alteradas na parte que convier"; eleições das autoridades Municipais; negativa a petições de estabelecimento de charqueadas de gado vaccum; medidas económicas e financeiras para estruturar as finanças do Estado; legalização da dívida passiva, arrematação ou venda das propriedades dos dissidentes da Causa Nacional; loteria de alguns campos de propriedade Nacional	(Continuação do número 128)
551	Exterior / Brasil	Comenta a péssima situação das forças legalistas no Maranhão	Carta Particular		
551	Sem título	Crítica	Carta Particular do Despertador, n.467		
551	Aparição de corsários	Notícia a aparição de corsários no porto de Santos, ação que motiva um alerta nos portos	<u>Jornal do Comércio</u>	"conta terem saído da Vila de Laguna alguns corsários"	
551	Pensamento	Pequeno trecho moral sobre o papel do legislador			
551	Anúncios	Perda de uma letra, fuga de escravo e troca de assinatura		A edição não faz nenhuma menção ao Natal ou ao ano-novo	
<b>131</b> <u>Caçapava, sab. 28 dez. 1839</u>					
553-555	Interior / 10º Boletim em Caçapava	Notícias do confronto entre Bento e Divisão legalista vinda de São Paulo, com vitória dos farrapos	Joaquim Teixeira Nunes	Dá como certa a união de RS, SC e São Paulo; elogia a disciplina das tropas	
555	Portaria	Informa o regresso de Joaquim José da Silva a Santa Maria	Domingos José de Almeida	O cidadão foi inocentado da acusação de acobertar o saqueador Dedeco; o Governo manda que ele seja respeitado como amigo da República; questão do cumprimento das leis, apadrinhamento (?)	
555-556	Exterior / Brasil	Alagoas	Não informa a fonte dos ofícios	"continuar-se-há"	
556	Anúncios	Republica os anúncios do n.130 sobre perda de Leira e fuga de escravo			
<b>132</b> <u>Caçapava, sab. 04 jan. 1840</u>					
557	Interior / Ofício	Encarregado do expediente de guerra dá explicações sobre o ataque legalista em Rio Pardo			
558	Sem título	Texto sobre os violentos atentados praticados por salteadores	A fonte é o Juiz de Paz de São João	Narra um atentado praticado pelo salteador Moringue; salteador espalha uma proclamação que afirma que Bento Manoel Ribeiro está anistado	
558-559	Ordem do dia	Anuncia o temporário desligamento de Bento Gonçalves da Presidência, tomando a frente do exército	General Comandante em Chefe do Exército (Antonio Netto)	Aura heróica de Bento: "O General Comandante se congratula com todo o exército ao anunciar-lhe que em poucos dias terá a sua frente o Patriarca da Liberdade Rio-Grandense"	
559	Exterior / Brasil / Alagoas	Presidente da Província da Bahia manda patacho recolher o presidente deposto	Ofício + Extrato de uma carta (do <u>Jornal do Comércio</u> )	A carta diz que os distúrbios em Alagoas não são muito grandes e espera que a desordem acabe logo	
559-560	As Meninas Sonsas	Traça a carapuça das meninas sonsas; apresenta estereótipos femininos; falar	<u>O Carapuceiro</u>	"a hipocrisia é talvez mais custosa de vencer do que a própria immoralidade; em tudo agrada a franqueza e Texto de tom jocoso	

			demais, ficar à janela Pequeno trecho moral	Não	sinceridade" A Religião deve ser ilustrada, isenta de fanatismo e superstição
<b>133</b>	Caçapava, qua. 08 jan. 1840				
561-562	Interior / Porto Alegre / Proclamação	Reproduz a proclamação distribuída pelo saqueador Moringue + comentários do jornal	Saturmino de Souza e Oliveira, Presidente da Província	Interior / Porto Alegre - ??? Dirige-se aos "Brasileiros", "viva a conciliação dos Brasileiros Rio-Grandenses"  Comentário: O texto vai citando a proclamação e procura ir contra-argumentando os tópicos; "caramurus"; chama o presidente de "Sr. Nino";	
563-564	Ofícios	Demissão / nomeação de Chefe de Polícia em Rio Pardo	Serafim Joaquim d'Alencastre		
564	Exterior / Questão Argentina	"Ordem e Liberdade", texto analisa a releição do Rio-Grande com a Argentina	Sem assinatura	"Pátria de Belgrano"	
564	Variedades	Frases curtas com fim moralizante	Não	Destacam-se: "A virtude adquire-se pelo hábito de praticar o bem"; "Não são excessivas as riquezas, mas sim a honesta mediania o que faz a felicidade da vida"; "A mulher disculta (sic) e imoral faz sua vida desgraçada, e acaba na miséria entregue ao desprezo e aos remorsos"	
564	Anúncios	Cidadão torna público o roubo de dois Créditos; perda de letra	Roubo dos créditos: Francisco José de Macedo		
<b>134</b>	Caçapava, sab. 11 jan. 1840				
565-566	Interior / Ofícios	Recebimento de emigrados em terras republicanas (Bagé); organização do empréstimo de cavalhadas; Antonio Paulo da Fontoura recusa o cargo de Vice-presidente de Mariano de Mattos	Vários		
567	Sem título	Lista as pessoas que contribuíram financeiramente para o pagamento da Força Policial de Jaguarão	Não		
567-568	Exterior / Questão Argentina	"Ordem e Liberdade", texto analisa a relação do Rio-Grande com a Argentina	Não	"escravos" X "vingadores livres" Tiranía = intriga, hipocrisia, trevas	
568	Variedades	Frases curtas com fim moralizante	Não		
568	Anúncio	Republica o roubo dos créditos	Roubo dos créditos: Francisco José de Macedo	Só sobre as mulheres: copiar trechos	
568	Folhinha do Ano Bissexto de 1840	Anuncia os locais de venda da folhinha em Caçapava			
<b>135</b>	Caçapava, sab. 18 jan. 1840 (pulou uma quarta-feira)				
569-570	Interior / Ofícios	Começam a chegar bandos de refugiados do Prata em Alegrete	vários		
569-570	Ordens do dia	Bento Gonçalves, da Vila Setembrina, agradece os esforços dos combatentes e fala sobre Lages, mas como se ainda estivessem no comando por lá	Bento Gonçalves		
571		Notícias dos movimentos em santa Catarina (19/12/1839)	Antonio Netto e Joaquim T. Nunes	"O Rossetti se ocupa do Civil"	
571-572	Exterior / República da Santa Catarina	Boletins da situação em Santa Catarina (18/12/1839)	Luiz Rossetti	"tombou na casa de Bragança, que por degradação existe na América"	
572	Anúncio	Republica o roubo dos créditos	Roubo dos créditos: Francisco José de Macedo		
572	Folhinha do Ano Bissexto de 1840	Anuncia os locais de venda da folhinha em Caçapava			
<b>136</b>	Caçapava, qua. 22 jan. 1840				



573	Interior / Proclamação (6 de nov. 1839) Decreto		Antonio Netto	Pinha com tintas carregadas o quadro de revoltas pelo Brasil. afirma querer a "liberdade brasileira"	"progresso da democracia"
573-574		Passa a considerar da Guarda Nacional todos os oficiais do Exército que obtenham demissão, sempre que esta não seja motivada por incapacidade física ou moral	Serafim Joaquim de Alencastre	Problema do recrutamento: usa como argumento que mesmo nos países livres o serviço militar é obrigatório	
574	Ofícios	Determina o treino com armas na Companhia dos Artífices, todos os dias, das 4h30 às 6h30 da manhã	Serafim Joaquim de Alencastre	Observância dos princípios da disciplina e subordinação; exércitos "capengas", sem instruções básicas	
574	Requerimento	Oficial da Marinha pede demissão e oferece aos cofres da nação todos os seus vencimentos			
574-575	Comunicado / A política deve veiar em tudo		Não	"O verdadeiro fim da política deve ser o de estabelecer o equilíbrio entre os diversos objetos das necessidades do Estado"; equilíbrio entre agricultura, comércio; equilíbrio entre os cidadãos; o bom governo estabelece uma cadeia de felicidade; reírelo das paixões e respeito às Leis	
575	Da Policia		Não	"Ramo da Política que tem por objeto a manutenção das Leis", não deve ser arbitrária, como as Leis, deve regular-se de acordo com as circunstâncias da sociedade	
575-576	Variedades / A cabeça monstruosa	Descreve a cabeça deformada de um terneiro natimorto	Não	Compara o bigode do terneiro com o dos legalistas; afirma que os "fanáticos da seta caramuruana-legalista acreditaram que a cabeça era um sinal feliz (copiar)	"farrapos", "governo galegal"; uso de nota de rodapé
576	Variedades / Baladronada	Anedota sobre a rixa farrapos X legalistas	Não	(copiar)	Sambicari
576	Bom pensamento	Anedota sobre a rixa farrapos X legalistas	Não	(copiar)	
576	Anedota Interessante	Anedota sobre a rixa farrapos X legalistas	Não	(copiar)	uso de nota de rodapé; referência à tragédia de Inês de Castro
576	Anúncio	Da conta do sumiço e oferece alvissaras por 600 ovelhas	Não		
576	Folhinha do Ano Bissexta de 1840	Anuncia os locais de venda da folhinha em Caçapava			
<b>137 Caçapava, sab. 25 jan. 1840</b>					
577	Interior / Ofícios	Demanda o transporte dos restos mortais do Tenente Coronel Francisco José Jacinto para funeral na capital	Domingos José de Almeida	O transporte das urnas era guarnecido por um corpo policial, com as "reverências e cautelas precisas"	(Domingos José de Almeida está em Cruz Alta)
577	(ofícios)	Solicita a construção de uma estrada entre os municípios de Cachoeira e Rio Pardo	Domingos José de Almeida	Importância das estradas para o comércio e a comunicação; emprega ferramentas e escravos dos dissidentes na construção	
577-578	(ofícios)	Organização da cobrança de impostos sobre a exportação de erva-mate	Domingos José de Almeida	Erva-mate, depois do gado, é o produto que mais aparece nos despachos econômicos	"bando sedicioso dominou esta vila desde 10 a 31 do mês passado, e seguiu na direção de São Paulo"
578	(ofícios)	Sobre arrolamento de bens dos dissidentes em Cruz Alta	Domingos José de Almeida		
578	(ofícios)	Ordena a entrega do dinheiro da Câmara Municipal ao Coleitor Geral do Município, no lugar do cidadão Antonio de Melo e Albuquerque	Domingos José de Almeida	Domingos dá "um puxão de orelha" nos vereadores	
578-579	(ofícios)	Solicita e organiza a construção de uma Igreja Matriz em Cruz Alta	Domingos José de Almeida	Importância da religião na sociedade rio-grandense: "sem uma Igreja, além de desacostumar o Povo do saudável jugo da Religião, mostra ao viator atento o desprezo da moral cristã e dos bons costumes que ela ensina" (578)	
579	(ofícios)	Informa a Manuel Lucas de Oliveira que foi escolhido como Procurador Geral de Piratini			
579	(ofícios)	Manuel Lucas de Oliveira declina o cargo, porque é oficial do exército			
579-580	Correspondência	O procurador Geral José Carvalho Bernardes corrige a informação publicada n'O Povo que a votação no	José Carvalho Bernardes		

			Conselho de Procuradores foi unânime em relação a venda dos bens dos dissidentes; ele mesmo votou contra				Muitas delas versam sobre o comportamento da mulher (copiar)	Esparta	
580	Variedades		Frases curtas de moral e bons costumes	Não					
580	Anúncio		Dá conta do sumiço e oferece alvissaras por 600 ovelhas	Não					
<b>138 Caçapava, qua. 29 jan. 1840</b>									
581-582	Exterior / Proclamação		Proclamação dirigida aos serranos, oferecendo generoso e fraternal acolhimento aos que dissidiaram a causa republicana + comentário	Francisco Xavier da Cunha, comentário não assinado			O discurso dos legalistas é composto pelos mesmos valores que o dos farrapos; Comentário: desacredita as promessas do Império, considerando-as um ardil pela impossibilidade de vitória pelas armas; acusa-o de diversos crimes	"Sede Brasileiros, sede o que deveis ser: legalistas" Comentário: "satélites", mais uma vez, usa o recurso de destacar trechos da proclamação para comentar	
582-584	Interior		Expediente de repartições do Interior e Fazenda na Jornada a Cruz Alta / Assuntos diversos: pensões, valores, estrada, compra de fazenda	Não			Governo fez algo como uma interiorização, despachando os ministérios da Fazenda e Interior de Cruz Alta		
584	Palavras de um crente		Texto de moral religiosa	Não				"continuar-se-há"	
584	Correspondência		Leitor rebate a carta de José Carvalho Bernardes no número anterior	Seu assinante			Grande discussão sobre quem paga a conta da guerra; Sr. Bernardes queria aumentar os tributos em vez de vender os bens dos inimigos; desdém e deboche com aqueles que vão para a frente de batalha		
584	Folhinha do Ano Bissextos de 1840		Anuncia os locais de venda da folhinha em Caçapava						
584	Anúncio		Venda de um bilhar, fuga de escrava	Não					
584	Errata		Corrige valor publicado no nº anterior						
<b>139 Caçapava, sab. 01 fev. 1840</b>									
585	Interior / Decreto		Determina locais para a exportação de gado	Domingos José de Almeida					
585-586	Exterior		O Povo transcreve três artigos publicados em Porto Alegre n.º Imperialista, com uma pequena introdução	Comentário não assinado, artigos do Presidente Saturnino de Souza e Oliveira			Afirma que publica os artigos para que os leitores conheçam "o espírito de conciliação de domina o humano legalista do Rio", referindo-se ao Presidente Saturnino; No 1º artigo, determina que as forças navais coibam qualquer comércio de gado no Rio São Gonçalo, e critica a cobrança de impostos sobre essa atividade pelo governo republicano; o 2º prevê a apreensão de todos os courous que entrarem em Porto Alegre dos lugares ocupados pelos rebeldes e o 3º determina a análise das marcas dos courous exportados de Porto Alegre, para não prejudicar os produtores legalistas	Confirma a leitura do Povo pelos legalistas, que referem-se ao decreto como "intitulado decreto", "rebeldes"	
586-587	Montevidú		Notícia das movimentações de Frutuoso Rivera	Frutuoso Rivera					
587-588	Aos Republicanos Rio-Grandenses		Texto doutrinário	Do Parvenir			Causa da "Liberdade Americana"; certeza de que os atos ficarão na história "com toda a magnificência de sua luz", ilha da Fantia é uma terra sagrada	Continuar-se-há: termina com uma pergunta: porque os republicanos ainda não conseguiram arrojarem os legalistas dos postos que ocupam?	
588	Extrato do Artigo Tradução da Mensagem de Rozas no idioma da verdade, impresso no Parvenir de 11 de janeiro de 1840		Rozas afirma que apóia Império do Brasil e dá adeus às conquistas do Estado Oriental e do Rio Grande						
588	Palavras de um crente		Texto de moral religiosa						
588	Folhinha do Ano Bissextos de 1840		Anuncia os locais de venda da folhinha em Caçapava						
588	Anúncios		Venda de um bilhar, e outros dois sobre fugas de escravos						
<b>140 Caçapava, qua. 05 fev. 1840</b>									
589	Interior / Ofícios		Antonio Costa Pavão oferece 500 bois para ajudar o Governo Republicano						
589	(Ofícios)		Domingos José de Almeida sugere que se instale um destacamento em Passo	Domingos José de Almeida			"também me parece de justiça dar-se soldo a este Destacamento para, melhormente (sic) se sujeitarem";		

590	(ofícios)	Fundo	Bento Manoel dá notícias de uma ação nos Corintianos, através extraviados do Tenente Coronel Teixeira	Bento Manoel Ribeiro	uso da palavra "sujeição" em relação ao serviço militar
590-592	Exterior	"A última década e o ano de 1839" – O texto faz um balanço da década	Nacional de Montevideú	Fala das mudanças sociais: "A França viu nesses dez anos desaparecer a árvore da legitimidade por direito divino. A nobreza da tradição desapareceu ao combate de uma revolução popular; e a nobreza de mérito apoiada nas classes médias subiu ao poder e se pôs à cabeça do movimento regenerador"; cita diversos exemplos da Europa ocidental e oriental, Rússia; destaca a atuação de três mulheres nos principais tronos da Europa; fala da mudança na literatura; destaca a situação na Ásia e na África; dos Estados Unidos. fala do debate sobre a abolição da escravatura nos Estados Unidos	"continuar-se-há"
592	Edital	Queima de conhecimentos	Domingos José de Almeida		A questão do cobre esteve presente em quase todo o jornal
592	Anúncio	Fuga de escravo			
<b>141</b> Caçapava, qua. 12 fev.1840 – pulou uma edição de sábado					
593-597	Interior / Decreto	Instruções para proceder às eleições da Câmara de Deputados à Assembléia Constituinte e Legislativa do Estado Rio-Grandense, dos Membros das Câmaras Municipais e dos Juizes de Paz	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos	Determina os requisitos para os que podem se candidatar e os que podem votar; marca a data do dia 8 de março para as eleições; juramento muda de novo; pune o nepotismo	Edição com 6 páginas
597-598	Exterior	"A última década e o ano de 1839" – O texto faz um balanço da década	Nacional de Montevideú	Centra a análise nas repúblicas da América, considerando as revoluções improdutivas; caudilhos que usam sistemas para disfarçar as ambições individuais; afirma que a Rio-Grande é de fato uma República, mas cita a questão da escravatura; critica fortemente o governo de Rosas na Argentina e seus reflexos na República Oriental, considerando esta uma década de infortúnio para as Repúblicas do Prata	Continuação do número antecedente
599	Suplemento ao <u>Povo</u> / Decreto	Determina que, logo após as eleições, as Câmaras Municipais façam um levantamento de todas as propriedades existentes nos Distritos	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos	Inclui no levantamento, no item 4, o "número de escravos, seus preséimos, ofícios, sexos e idades"; prevê multa para quem não contribuir com o levantamento e o dinheiro gerado com essas multas será destinado ao ensino primário	
599-600	Suplemento ao <u>Povo</u> / Proclamação	Dirige-se aos cidadãos rio-grandenses existentes nos territórios dos estados limítrofes	Bento Gonçalves	Império ocupa apenas três pontos em nosso vasto território; critica e ridiculariza e união do Império com o Prata contra a República; chama os cidadãos para si, usa sua figura de General, de honra	Tirano, "império fantasma"; tenta escravizar; causa Americana; cobra uma conduta atuante, sem apatia
600	Suplemento ao <u>Povo</u> / Decreto	Decreto - Os que se retiraram para suas propriedades nos países vizinhos e não entraram na luta, tem que pagar para manter a cidadania rio-grandense (pena: sequestro de bens); os que não tem propriedade, mas se retiraram para fugir do serviço militar, perdem os direitos e podem ser condenados a prisão perpétua	Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida	O decreto mostra um aumento na intolerância e na punição dos que não se engajam na luta republicana	
<b>142</b> Caçapava, sab. 15 fev.1840					
601-602	Interior / Ofícios	Dois tenentes da República, presos e enviados ao Maranhão pelos legalistas, rebelaram-se no barco e conseguiram retornar	Bernardo Pires, chefe de Polícia de Piratini		Ironiza os legalistas, chamando-os "amigos da ordem"
602	(ofício)	Agradecimento a um padre e uma senhora que contribuem com a causa republicana ao tratar soldados e oficiais feridos	Bento Manuel Ribeiro	"Todos estes rasgos de humanidade julgo deverem ocupar as páginas do Jornal do Governo, pois que, em nossas atuais circunstâncias é o único sinal não equívoco que podemos dar de nossa gratidão"	
602-604	Comunicado	Comentário sobre as três peças de autoria do presidente da província,	Não	Crítica a situação econômica do Brasil e os métodos administrativos de Saturnino; afirma que o povo	"estulice e mesquinhez" da administração de Saturnino Continente X Comunhão Brasileira; chama os leitores:

			publicadas no nº 139		conduzido por tais medidas parece de fome e reage; compara os habitantes "sitiados", que passam fome e privações na tirania, com os republicanos, que fruem seus direitos na abundância dos gêneros de primeira necessidade; os objetivos dos republicanos são a Liberdade Americana e os princípios regeneradores do século; guerra de recursos; século das luzes; Império reconheceu a Independência do RS na convenção entre o Coronel Crescêncio Grenfel e Silva Tavares, em junho de 1837, que sancionou as trocas de prisioneiros; afirma boas relações comerciais com o Estado Oriental		"livremente contemplem e admitem"; explica a fonte dos textos, "jornal escrito sob influência do Sr. Saturnino, que pretende corroborar as medidas que ora ocupam nossa atenção" (p. 602); "mercenário escritor"; chama os legalistas de "realistas" (partidários do rei); "saturnina medida"; artigo que acompanhou as peças e que cita diversas vezes o <u>Povo</u>
604	Anúncio		Venda de folhinhas, enviadas pelo "Correio Nacional da República"; fuga de escravo				
<b>143</b> Caçapava, qua. 19 fev. 1840							
605	Interior / Decreto		República a determinação do levantamento das propriedades	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos	Vereadores		
606	Ofícios		Câmara de Lages, em ofício de 12 de janeiro, afirma que foi coagida pelo Império a prestar novo juramento; com os novos movimentos republicanos na região, propõem-se a jurar novamente			Nomeação de juizes sem votação, por causa da guerra; necessidade de ensino básico, até mesmo para formar pessoas aptas aos serviço publico; dificuldade em nomear um Procurador Geral	Rossetti é citado; usam a expressão "sistema democrático"
607-608	Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila de Lages		Câmara volta a prestar o juramento da República Rio-Grandense	Vereadores		Rossetti faz um discurso; sobre o perjúrio, afirma que é melhor "deitar sobre aqueles dias o espesso véu do esquecimento"	"folha pública"
608	Anúncios		Folhinhas de 1840; fuga de escravo; aviso sobre pagamento de letra				
<b>144</b> Caçapava, sab. 22 fev. 1840							
609-610	Exterior		Como havia prometido no n. 142, publica o comentário do jornal legalista	O Imperialista n.45		Sempre questiona a legitimidade das ações da República: "intitulado decreto"; a estratégia do império é a "guerra de recursos", ou seja: tentar privar os rebeldes de todos os recursos; afirma que as Alfândegas da Província estão servindo de canais de exportação e favorecendo a cobrança de impostos pelo governo rebelde e que, para efetivar a guerra de recursos, isso deve ser combatido; a escassez de recursos atingiria os interesses individuais	"rebelde" Usa notas de rodapé para apontar o que considera mentiras no texto, ou ironizar as afirmações
610-612	Sem título		"Publicamos pela segunda vez o Comunicado que segue, por incorreto o primeiro"	Não			Republica o texto do n. 142
<b>145</b> Caçapava, qua. 26 fev. 1840							
613	Interior / Decreto		Demissão concedida	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos			
613-614	Ofícios		Chefe de polícia pede dispensa do cargo por motivo de doença; Teixeira Nunes dá notícias de Lages; edificações em terrenos devolutos em Cruz Alta				Em Lages, o coletor foi preso pelos Imperiais, Garibaldi assume provisoriamente a posição de coletor
615	Artigos Econômicos		Métodos de evitar a ferrugem do trigo, maneira de preparar o trigo para semear, dicas para cultura de batatas	Não		Importância da agricultura; ao país interessa o conhecimento de todos aqueles objetos pertencentes ao ramo da agricultura; distrair os leitores da matéria política	
616	Anúncios		Fuga de dois escravos; aviso sobre pagamento de letra			Descreve o escravo como "surrado de pouco tempo"	
<b>146</b> Caçapava, sab. 29 fev. 1840							
617-618	Interior		Decreto que endurece a vigilância e exigências no trânsito de pessoas dentro da República	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos		O endurecimento denuncia o aumento da violência, dos roubos e da espionagem em terras republicanas, com o "fim de desacreditar os sistema democrático"	O passaporte dos homens brancos é diferente dos escravos; prevê prisão para todos que forem pegos sem passaporte, excetuando os funcionários públicos e oficiais
618	Sem título		Relação de pessoas que ofereceram gado de corte para despesas da guerra				
619	Exterior / Montevideu		Trecho de mensagem do general	Gen. Rosas		Aliança de Rosas com o Império brasileiro	Usa notas de rodapé para ironizar as afirmações

			Rosas "que nos diz respeito"		José Calero		
619	Correspondência		Toma público o regresso ao Rio Grande do negociante José Caléro		Não		Continuar-se-há
619	A Amizade		Texto que opõe os sentimentos de amizade e de amor no contexto da guerra		Não		Estes artigos sobre agricultura e o anterior sobre amizade parecem fazer ver que o jornal pretende se aproximar mais de outras questões que não apenas a política, para dar conta de outros aspectos necessários para formar uma Nação
620	Artigos Económicos		Continua o texto sobre o cultivo de batatas		Não		
620	Anúncios		Republica os mesmos 3 anúncios do número anterior		Não		
<b>147</b> Cacapava, qua. 04. mar. 1840							
621	Interior / Decreto		Pede a imediata execução do decreto sobre os passaportes	Domingos José de Almeida, José Mariano de Mattos			
621-623	Ofícios		Antonio Vicente da Fontoura informa os resultados do confronto com um grupo inimigo e o desembarço de dois jovens encontrados durante o confronto	Antonio Vicente da Fontoura, Domingos José de Almeida		O confronto foi na estância de um dissidente, Padilha, que armou seus "negros" para o confronto: aponta a acção de quilombolas; Silvana, de 12 anos, e seu irmão Manoel, de 7, ficam orfãos; Antonio Vicente da Fontoura parece se sensibilizar com a situação e conseqüente que o Estado se encarregue de batizar, educar e fazê-los adotar por pessoa filantrópica, em vez de ficarem cativos, como seria de costume, por sua origem indígena ("inocentes bugrinhos")	Governo dá o exemplo de conduta que espera dos cidadãos
622-623	(ofícios)		Organização do Balanço Geral da receita e despesa do Tesouro Público Nacional				
623	(ofícios)		Manda recolher a uma outra prisão alguns detidos imperiais, em resposta ao assassinato do Tenente Antonio Correa Rangel	Serafim Joaquim de Alencastre			
623	Exterior / Rio de Janeiro / Correspondência		Leitor denuncia o extravio de um mapa da Provincia do Rio Grande do Sul mandado confeccionar por Elizeario, configurando roubo dos cofres nacionais	Retirado do Jornal do Comércio, assina a carta Polybio			
623-624	A Amizade		Médico anuncia sua aposentadoria, mas oferece consultas / Fuga de escravo	Não		Afirma que o amor procura a felicidade própria e a amizade procura o bem alheio	Continuação do número antecedente
624	Anúncios			Antonio José Caetano da Silva			
<b>148</b> Cacapava, sab. 07. mar. 1840							
625-626	Lotação dos empregos das coletorias		Tabela, mapa do rendimento das coletorias	Não			
626-627	Interior / Ofícios		Vice-presidente dispensa vários coletores por falta de organização e produtividade das Coletorias	Domingos José de Almeida		Grande dificuldade em organizar a administração do Estado	
627	Exterior / Congresso Científico de Pisa / Paris, 26 de outubro		Notícia a reunião de cientistas de diversas áreas; comenta que o Papa tentou frustrar o evento	Jornal do Comércio		Espirito do tempo, cientificismo	
627-628	Sonho		Texto literário; descrição do paraíso e do inferno nas Nações	Não (Carapuceiro)			Continuar-se-há
628	Anúncios		Republica o do médico; mudança de assinatura; fuga de escravo	Não			
<b>149</b> Cacapava, qua. 11. mar. 1840							
629	Mapa		Lotação da porcentagem que hão de vencer os Empregados das Coletorias do Estado	Domingos José de Almeida			
629-631	Ofícios		Nomeações para Comissão de organização das Coletorias do Estado			Organização do sistema arrecadatório do Estado	

631	(ofícios)	Problemas na organização das assembleias primárias em São Gabriel	Divida na formação de uma mesa encaminhada ao Vice-Presidente, ainda naquele tempo "o único Poder que pode interpretar a Lei, porque nele reside o poder Legislativo" → depois de quatro anos, a República ainda não conseguiu superar o modelo do Império		
631	Sem título	Lista dos cidadãos que obtiveram votos para juizes de Paz de Caçapava			
631	Sem título	Lista dos cidadãos de Palmas que contribuíram com gado de corte para as despesas da guerra			
632	Sonho	Descreve o inferno, tom jocoso	O <u>Caçapuço</u>		Continuação do número antecedente
632	Anúncios	Renovação das assinaturas do jornal / mudança de assinatura	Não		
<b>150 Caçapava, sab. 14. mar. 1840</b>					
633	Interior / Edital	Informa o sorteio de números de conhecimentos	Domingos José de Almeida		
633-634	Ofícios	Relata alguns distúrbios ocorridos durante as eleições em Santa Maria, Piratini e Peiolas			Despotismo luso-brasileiro
635	Circulares	Solicita um levantamento das escolas públicas e particulares em Caçapava	Domingos José de Almeida		Importância da educação
635-636	Necrologia	Homenagem ao Dr. Marciano Pereira Ribeiro, falecido de causas naturais em São Gabriel, em 4 de março de 1840	Não		Foi declarado presidente da província no lugar de Braga, em 1835; "herói imortal": seguidamente os textos tem esse tom de posteridade, de consciência histórica
636	Anúncio	Renovação das assinaturas do jornal	Não		
<b>151 Caçapava, qua. 18. mar. 1840</b>					
637	Interior / Ofícios	Relação dos cidadãos eleitos para membros da Câmara Municipal de Jaguarão e para Juizes de Paz			
638-640	(ofícios)	Mesa da Assembleia de São Gabriel pede esclarecimento sobre o levantamento das propriedades			"[...] incumbido aos Inspetores de Quartelão o recebimento das referidas listas, do que resultou aparecer uma massa informe, irregular e desordenada, que mais parece a confusão do primitivo caos do que esclarecimentos para a Estatística de uma Nação" (O Povo, n. 151, p. 638)
640	(ofícios)	Relação de objetos tomados do dissidente Padilha	Antonio Vicente da Fontoura		
640	Circular	Informa que o engenheiro Capitão Anzane Francisco é o responsável pela organização das estatísticas do Estado			Necessidade de organizar o Estado, de ter estatísticas e dados atualizados da população, riquezas, etc.
<b>152 Caçapava, qua. 08. abril. 1840 – jornal deixou de circular por algumas semanas</b>					
641-642	Interior / Circular	Relata a invasão da Capital por tropas legalistas, a 21 de março de 1840	Domingos José de Almeida		Algumas peças da tipografia foram incendiadas
642	Ofícios	Solicitação de levantamento dos documentos do Tesouro que foram incendiados / Relação dos Livros e documentos queimados	Domingos José de Almeida / Manoel Martins da Silveira Lemos		A queima de documentos dificulta ainda mais o controle e a organização das instituições
643	(ofícios)	Termo de conferência do Cofre Geral do Estado	(idem)		Não sofreu avarias com o ataque
643	(ofícios)	Solicitação de cópias das transações das coleitorias	(idem)		
643-644	(ofícios)	Perda de uma caixa contendo pratas vindas de São Borja	(idem)		Oferecem recompensa a quem achar e devolver a tal caixa
644	Ordem de Divisão	Reordenamento das forças em Lages	Joaquim Teixeira Nunes e Luiz Rosseti		
644	Sem título	Proclamação aos cidadãos de Cruz Alta, pedindo resistência às tropas legalistas	Antonio Vicente da Fontoura		
<b>153 Caçapava, sab. 11. abril. 1840</b>					
645	Interior / Artigos Oficiais	Serafim Joaquim de Alencastre solicita notícias dos movimentos das Divisões			

645	Circular	Solicita a finalização do processo das eleições na Capital, interrompida pela invasão dos legalistas	Domingos José de Almeida		
646	Lista dos diversos distritos e Municípios do Estado que remeteram cédulas para Deputados à Assembléa Constituinte e Legislativa do Estado Rio-Grandense	Assuntos diversos			
648	Circular	Solicitação de cópias de documentos ao coletor da Capital			
648	Editais	Conclama aos credores do Estado que remetem suas contas ao Tesouro			
648	Anúncio	Renovação das assinaturas do jornal	Não		
<b>154</b> Caçapava, qua. 29 abril 1840					
649	Interior / 10º Boletim em Caçapava	Relata confronto de 150 legalistas e 60 republicanos na capital	Laurindo José da Silva	Farrapos vencem a batalha	Usa o termo "saqueadores" para se referir aos soldados de Juca Cypriano
650	Ofícios	Relação Geral dos cidadãos eleitos como Vereadores e Juizes de Paz em Cachoeira		República tenta dar continuidade aos processo de eleições	
650-651		Ata da eleição e apuração geria de votos para os Vereadores da nova Câmara Municipal de Caçapava			
652	Lista Numérica	Dos Conhecimentos, que em virtude do decreto de 8 de Julho de 1838 foram sorteados em data de hoje	Contadoria Geral do Tesouro em Caçapava		
<b>155</b> Caçapava, sab. 02 maio 1840 – muda o cabeçalho					
653	Interior / 11º Boletim em Caçapava	Informa batida de força inimiga no Passo do Cai	Laurindo José da Silva	Corte de comunicações como estratégia de guerra: relembrando a batalha de Rio Pardo	A medida que os confrontos ficam mais acirrados, o jornal se torna mais doutrinário, deixando as variedades de lado
653-654	A República	Texto doutrinário	Não	Esprito democrático; a realidade contraria a imagem de anarquia pintada pelos escritores vendidos; soberania popular nas sociedades Americanas; combatentes republicanos são todos voluntários; necessidade da educação republicana; felicidade da Republica Rio-Grandense	Epigrafe da <i>Jovem Itália</i> : "A República é para nós outros aquela forma de governo que única pode dar lugar ao desenvolvimento harmônico de todas as faculdades do homem"
654	Sem título	Afirma que as últimas comunicações são favoráveis à causa Republicana, que as tropas estão animadas	Não		Símbolo da guerra: ponta da lança
654-656	Ofícios	Mensagem de apoio da Câmara de Rio Pardo aos governantes	Câmara de Rio Pardo	Moderação e tolerância caracterizam a índole dos Republicanos Rio-Grandenses	Império: "soldadesca mercenária"
655	(ofícios)	Lista dos cidadãos eleitos para Juizes de Paz em Caçapava	Laurindo José da Silva		
655	(ofícios)	Informa o roubo de maleta com dinheiro e passaportes			
655-656	(ofícios)	Solicita reforço da segurança nos paradediros a fim de evitar o corte de comunicações com a coluna de Taquari			
656	Sem título	Informa vitória de Lavaljeia sobre Echegne	Extrato de uma carta particular		
656	Sem título	Quadro do Almoxarifé do Arsenal de Guerra	José Francisco Vás Vianna		
<b>156</b> Caçapava, qua. 06 maio 1840					
657	Interior / 12º Boletim em Caçapava	Boas notícias aos republicanos sobre o front em Taquari	Laurindo José da Silva	Afirma que muitos inimigos passam às fileiras republicanas	
657-659	O Povo / A Agonia do Império	Texto doutrinário	Não		Imagem literária: Anteu (da fábula)

						Império é uma anomalia incompatível com as Luzes do século; a retomada depois da derrotada do fanfa é exemplo que a República pode se recuperar nos momentos mais difíceis			
659	A Freguesia de Taquari	Texto doutrinário	Não			Exército legal é composto de mercenários; Sol de 30 de abril (Rio Pardo); talvez a Freguesia de Taquary dê nome ao dia que marcará a morte do Império (noção histórica)			"legal" é sempre grafado em itálico Cita Petrarca: "como o pássaro noturno inimigo da luz"
659-660	Vantagens e necessidades de uma educação pública	Texto sobre a importância da educação para a formação de um povo	Da obra <b>Scienza de la Legislazione</b> , de Gaetano Filangieri			Destaca a importância da educação privada, em defesa do ensino público			Emílio Continuar-se-há
660	Notícias chegadas neste momento	Nova derrota das tropas de Juca Cypriano	Não						'Legal' em itálico
<b>157</b> Caçapava, sab. 09 maio 1840									
661-663	O Povo / A Atualidade	Texto doutrinário, aborda a possibilidade de derrota dos republicanos rio-grandenses para o Império	Não			Para os rio-grandenses, basta a conquista de todo o território da Província para terminar a guerra; a conclusão da guerra rio-grandense é o sinal da total desmembramento do Império; aventa a possibilidade de derrota e mesmo desaparecer			Liberdade X Escravidão, trevas X luz, civilização X barbárie
663-664	Vantagens e necessidades de uma educação pública	Texto sobre a importância da educação para a formação de um povo	Da obra <b>Scienza de la Legislazione</b> , de Gaetano Filangieri			O ensino deve fornecer o modelo da conduta dos cidadãos, formando o <i>caráter nacional</i> . Cita Aristóteles: educar a juventude nos princípios constitucionais			Continuar-se-há
664	Interior / Decreto	Aprovação do orçamento	Não						Diagramação diferente, em letra de corpo maior;
664	Últimas notícias	Tentativa de ataque do Império resulta em mortes e graves ferimentos dos oficiais Felipe Neri e José Joaquim	Não						"Dentro em pouco seremos informados deste revés que sofrera o inimigo e então transmitiremos aos nossos leitores"
664	Anúncio	Venda de <b>Dicionários de Moraes</b>	Não						
<b>158</b> Caçapava, qua. 13 maio 1840									
665	Exterior / Exército Libertador	Notícia importante vitória dos republicanos na costa do Quebracho	João Lavalle			O Povo não comenta a notícia, só transcreve a correspondência			
666-667	O Povo / O Despertador	O Povo avalia esse periódico do Rio de Janeiro	Não			Afirma que O Despertador sente indignação por causa da liberdade de imprensa que o Governo Oriental respeita em Montevideu, falando favoravelmente aos republicanos rio-grandenses; crítica e ironiza a posição deste jornal, que afirma que o Império vai mandar um numeroso exército a destruir a República; afirma que o jornal não deveria apontar apenas aos revoltosos pelo fracasso do Império e sim analisar sua situação sob as luzes do século			Ironiza a posição do jornal do Rio de Janeiro, utilizando sempre a expressão IMPÉRIO COLOSSAL em caixa alta e de cabeça para baixo
667-668	Interior / Oficinas	Professor de primeiras letras de São Borja pede auxílio para montar uma escola	Domingos José da Silveira / Domingos José de Almeida			Importância da educação, incutir nas novas gerações as luzes do século, "mocidade rio-grandense"; recebe pedras e madeira da Igreja demolida			
668	(Ofício)	Vereadores tomam posse em Cruz Alta							
<b>159</b> Caçapava, sab. 16 maio 1840									
669-671	O Povo / Os jornais legalistas do Rio de Janeiro	O Povo avalia os periódicos do Rio de Janeiro	Não			A imprensa do Rio sempre promete a seus leitores que a guerra está por acabar [isso também aparece seguidamente n' O Povo]; cores sedutoras aos acontecimentos			Usam o recurso de recortar trechos do discurso do jornal adversário e fazer comentário em cima deles
671-672	Vantagens e necessidades de uma educação pública	Texto sobre a importância da educação para a formação de um Povo	Da obra <b>Scienza de la Legislazione</b> , de Gaetano Filangieri			Defende a universalidade da educação pública; para viabilizar essa universalidade, a educação pública deve acompanhar as circunstâncias e distinções dos alunos em classes (basicamente, entre <i>braços e talentos</i> );			"continuação do número 157" "continuar-se-há"
672	Interior / Ofício	Determina um espaço para a instalação da escola em São Borja	Domingos José de Almeida						
672	Anúncio	Venda de <b>Dicionários de Moraes</b>	Não						
<b>160</b> Caçapava, sab. 23 maio 1840 – pulou uma quarta-feira									
673-674	Interior / Parte Oficial / Do General em Chefe do Exército	Bento envia notícias do front de Taquari, onde afirma ter feito mais de 90 vítimas no inimigo	Bento Gonçalves de Silva						
674-675	O Povo / A Freguesia de Taquari	Avalia a situação em Taquari	Não			Afirma que as previsões de que Taquary entraria na história não eram infundadas; jornal assume que ocultou			Usa o próprio discurso dos jornais imperiais para desqualificá-los



					informações de suas páginas para não comprometer o sucesso da empreitada em Taquari (copiar); o valor venceu o número: a vitória não foi total pela desistência do inimigo, mesmo assim, o 3 de maio em Taquari entrará para a história (dá elementos a uma perspectiva mítica)	
675-676	Vantagens e necessidades de uma educação pública	Texto sobre a importância da educação para a formação de um povo	Da obra <b>Scienza de la Legislazione</b> , de Gaetano Filangieri	Explica as diferenças entre a educação da primeira e da segunda classe. Primeira: prevalece a educação física, segunda: mais força na educação moral, para coibir o orgulho	Continuar-se-há	
676	Edital	Queima de conhecimentos resgatados				
676	Anúncio	Venda de <b>Dicionários de Morais</b>	Não			